



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 48\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1082 Lisboa Codex

ASSINATURAS

As três séries	Ano	2400\$	Semestre ...	1440\$
A 1.ª série	»	1020\$	»	615\$
A 2.ª série	»	1020\$	»	615\$
A 3.ª série	»	1020\$	»	615\$
Duas séries diferentes	»	1920\$	»	1160\$

Apêndices — anual, 850\$

A estas preços acrescem os portes de correio

O preço dos anúncios é de 28\$ a linha, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário da República» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco ou, na sua falta, a assinatura reconhecida na qualidade de responsável, salvo quando se trate de textos dimanados de cartórios notariais.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS

Gabinete do Secretário de Estado

Declaração

Por despacho do Secretário de Estado de 19 de Outubro de 1979, proferido ao abrigo do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/77, de 1 de Abril, foi homologada a proposta final da Comissão de Apreciação para os Contratos de Viabilização, datada de 3 de Outubro de 1979, sobre o contrato de viabilização celebrado entre:

Banco Totta & Açores;
Caixa Geral de Depósitos;
Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa;
Banco Nacional Ultramarino;
União de Bancos Portugueses;

e a empresa Fiandeira de Abrantes de Aleixo e Irmão, L.ª, Barreiras do Tejo, Abrantes.

Gabinete do Secretário de Estado das Finanças, 23 de Outubro de 1979. — O Chefe, *Oliveira Martins*. 1-1-3166

Declaração

Por despacho do Secretário de Estado de 22 de Outubro de 1979, proferido ao abrigo do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/77, de 1 de Abril, foi homologada a proposta final da Comissão de Apreciação para os Contratos de Viabilização, datada de 24 de Setembro de 1979, sobre o contrato de viabilização celebrado entre o Banco Pinto & Sotto Mayor e a empresa Cemarilha — Cerâmica da Marinha Grande, S. A. R. L., na Avonida de 24 de Julho, 78, 3.º, Lisboa.

Gabinete do Secretário de Estado das Finanças, 23 de Outubro de 1979. — O Chefe, *Oliveira Martins*. 1-0-10 124

Declaração

Por despacho do Ministro das Finanças de 16 de Agosto de 1979, ao abrigo do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/77, de 1 de Abril, foi homologada a proposta final da Comissão de Apreciação para os Contratos de Viabilização, datada de 8 de Agosto de 1979, sobre o contrato de viabilização celebrado entre:

Banco Nacional Ultramarino;
Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência;
Banco Pinto & Sotto Mayor;
Banco Borges & Irmão;
União de Bancos Portugueses;
Banco Fonecas & Burnay;

e a empresa Metais Prumo, L.ª, Braga.

Gabinete do Secretário de Estado das Finanças, 24 de Outubro de 1979. — O Chefe, *Oliveira Martins*. 1-1-3165

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E INDÚSTRIAS DE BASE

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Zona de Distribuição de Coimbra-Lousã, a que se refere o processo n.º 8/65 646, arquivo 1548, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Ansião de uma linha aérea, a 15 kV, com 366 m, do poste n.º 5 da linha para o posto de transformação de Sarzedela ao posto de transformação de Ângelo dos Santos.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 24 de Setembro de 1979. — O Director de Serviços, *José Flores*. 1-1-3131

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo

prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Zona de Distribuição de Coimbra-Lousã, a que se refere o processo n.º 8/65 704, arquivo 1548, para o estabelecimento na freguesia de Miranda do Corvo, concelho do mesmo nome, de uma linha aérea, a 15 kV, com 453 m, do poste n.º 4 da linha para o posto de transformação de Pousafoles ao posto de transformação n.º 42, da Federação de Municípios do Distrito de Leiria.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 30 de Setembro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-1-3130

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Zona de Distribuição de Coimbra-Lousã, a que se refere o processo n.º 8/65 645, arquivo 1548, para o estabelecimento na freguesia de Fátima, concelho de Vila Nova de Ourém, de uma linha aérea, a 30 kV, com 322 m, do poste n.º 2 da linha para o posto de transformação de Móveis Central da Cova da Iria, L.ª, ao posto de transformação de Matos & Santos, L.ª

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 30 de Setembro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-1-3132

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Zona de Distribuição de Coimbra-Lousã, a que se refere o processo n.º 8/63 950, arquivo 1548, para o estabelecimento na freguesia de Santiago de Litém, concelho de Pombal, de uma linha aérea, a 30 kV, com 9 m, do poste n.º 7 da linha para o posto de transformação de Casal da Rosa ao posto de transformação de Calvárias.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 4 de Outubro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-1-3127

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na secretaria da Câmara Municipal de Pombal, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Zona de Distribuição de Coimbra-Lousã, a

que se refere o processo n.º 8/63 952, arquivo 1548, para o estabelecimento na freguesia de Vila Chã, concelho de Pombal, de uma linha aérea, a 30 kV, com 1914 m, do poste n.º 31 da linha para o posto de transformação de Vila Chã ao posto de transformação de Fonte Nova.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 4 de Outubro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-1-3128

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na secretaria da Câmara Municipal de Pombal, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Zona de Distribuição de Coimbra-Lousã, a que se refere o processo n.º 8/63 951, arquivo 1548, para o estabelecimento nas freguesias de Vila Chã e Santiago de Litém, concelho de Pombal, da linha aérea, a 30 kV, com 1937 m, do poste n.º 31 da linha para o posto de transformação de Vila Chã ao posto de transformação de Casal da Rosa.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 4 de Outubro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-1-3129

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Zona de Distribuição de Coimbra-Lousã, a que se refere o processo n.º 8/63 807, arquivo 1548, para o estabelecimento na freguesia de Carriço, concelho de Pombal, de uma linha aérea, a 30 kV, com 96 m, do poste n.º 21 da linha para o posto de transformação de Juncal Gordo ao posto de transformação de Aihais.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 8 de Outubro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-1-3133

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Zona de Distribuição de Freixo, a que se refere o processo n.º 8/65 650, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Mouriz, concelho de Paredes, de uma linha aérea, a 15 kV, com 285 m, do poste n.º 17 da linha para o posto de transformação de Mouriz, da Câmara

Municipal de Paredes, ao posto de transformação de Manupias — Manufaturas Plásticas, L.ª

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 18 de Outubro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-6-1072

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Tejo, Zona de Lisboa, a que se refere o processo n.º 8/53 202, arquivo 14, para o estabelecimento no concelho de Lisboa da modificação das linhas aéreas, a 60 kV, n.º 6077 e 6078, entre os apoios n.º 1 e 4 (antigo n.º 3), com um comprimento de 350 m cada uma, em Carriche.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 24 de Outubro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-10-10 081

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Tejo, Zona de Lisboa, a que se refere o processo n.º 8/65 734, arquivo 14, para o estabelecimento no concelho de Sintra da linha mista, a 10 kV, n.º 1131/R-3, com o comprimento total de 352 m (parte aérea com 222 m e parte subterrânea com 130 m), do apoio n.º 7 da linha n.º 1131 ao posto de transformação e seccionamento n.º 4924, na Estrada de Fontanelas, na Ribeira de Sintra.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 24 de Outubro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-10-10 082

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Tejo, Zona de Lisboa, a que se refere o processo n.º 8/65 784, arquivo 14, para o estabelecimento no concelho de Alenquer de uma linha aérea, a 30 kV, n.º 3106/R-58, com 372 m, do apoio n.º 3 da linha n.º 3106/R-57 ao posto de seccionamento n.º 5217, na Quinta da Carambanha, em Carambanha, Carregado.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 24 de Outubro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-10-10 083

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Tejo, Zona de Lisboa, a que se refere o processo n.º 8/65 788, a quivo 14, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Matra de uma linha aérea, a 10 kV, n.º 1355/R-5, com 205 m, do apoio n.º 21 da linha n.º 1355 ao posto de seccionamento n.º 5299, no Zambujal.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 24 de Outubro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-10-10 084

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na secretaria da Câmara Municipal de Alenquer, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Tejo, Zona de Lisboa, a que se refere o processo n.º 8/65 594, arquivo 14, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Alenquer de uma linha aérea, a 10 kV, n.º 1447/R-12, com 3696 m, do posto de transformação e seccionamento n.º 2157 ao posto de transformação e seccionamento n.º 5176, na Vila Alta de Alenquer.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, 25 de Outubro de 1979. —
O Director de Serviços, José Flores. 1-10-10 085

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral de Transportes Terrestres

Direcção dos Serviços de Transportes

Divisão de Transportes Regulares

Edital

A Direcção-Geral de Transportes Terrestres faz saber que a União de Transportes dos Carvalhos, L.ª, com sede em Carvalhos, concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto, requereu a concessão de uma carreira de passageiros entre Alheira e Carvalhos, ambas as localidades do concelho de Vila Nova de Gaia, servindo Santa Marinha, Figueiredo e Casal.

Nos termos da legislação em vigor (Regulamento de Transportes em Automóveis), podem todas as pessoas ou entidades interessadas, durante o prazo de sessenta dias, contados da publicação deste edital no *Diário da República*, dirigir à Direcção-Geral de Transportes Terrestres representações sobre a concessão da carreira requerida e consultar o respectivo processo na Direcção dos Serviços de Transportes, Divisão de Transportes Regulares, em Lisboa, Avenida das Forças Armadas, 40.

Direcção-Geral de Transportes Terrestres, 23 de Outubro de 1979. — Pelo Engenheiro Director-Geral, Alvaro de Magalhães. 1-1-3167

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes

Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas e dos Industriais da Construção Civil

1.ª Secção

Lista dos empreiteiros de obras públicas a quem foram concedidos, modificados, suspensos e cancelados alvarás no mês de Julho de 1979, publicada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 582/70, de 24 de Novembro

Nome do empreiteiro	Número do alvará	Inscrição e classificação			Nome do empreiteiro	Número do alvará	Inscrição e classificação		
		Subcategoria	Categoria	Classe			Subcategoria	Categoria	Classe
I) Alvarás concedidos					II) Elevações de classe				
Montante—Empresa de Projecto e Construção, L. ^{da}	11 124	—	I	2. ^a -A	Mário Santos da Costa Pereira	5 905	3. ^a	V	4. ^a -B
	11 125	4. ^a	I	2. ^a -A	Turbomar—Comércio e Técnica de Máquinas, L. ^{da}	1 563	1. ^a	VI	2. ^a -B
	11 126	—	III	2. ^a -A		1 564	4. ^a	VI	2. ^a -B
	11 127	—	V	2. ^a -A	Sitel—Sociedade Instaladores Térmicos Reunidos, L. ^{da}	10 383	4. ^a	V	3. ^a
	11 128	5. ^a	V	2. ^a -A		10 384	5. ^a	V	4. ^a -B
Manuel Matias Vaz	11 129	1. ^a	I	2. ^a -A		10 385	3. ^a	V	3. ^a
	11 289	—	I	1. ^a -A	Representações de Material Eléctrico — Alcodi, L. ^{da}	3 704	5. ^a	VI	2. ^a -A
	11 290	—	V	1. ^a -B	Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. R. L.	6 545	3. ^a	V	4. ^a -B
	11 346	1. ^a	IV	2. ^a -A		10 158	1. ^a	IV	2. ^a -A
	11 297	7. ^a	VI	2. ^a -A	Salvador Santos Dias	10 159	3. ^a	V	2. ^a -A
Frinil — Frio Naval e Industrial, S. A. R. L.	11 298	8. ^a	VI	2. ^a -B		10 160	4. ^a	V	2. ^a -A
	11 299	—	VI	1. ^a -B	Comasul — Sociedade de Construções, L. ^{da}	9 012	1. ^a	I	2. ^a -B
	11 300	1. ^a	IV	1. ^a -B	Cuop — Cooperativa de Unidade Operária de Construção Civil Alentjana, S. C. A. R. L.	10 005	—	I	2. ^a -B
	11 301	2. ^a	V	1. ^a -B		10 006	—	V	2. ^a -A
	11 302	4. ^a	V	1. ^a -B		10 359	—	V	3. ^a
SMEL — Sociedade de Montagens Eléctricas, L. ^{da}	11 303	1. ^a	VI	1. ^a -B	José da Trindade do Nascimento	10 360	1. ^a	I	3. ^a
	11 304	—	VI	1. ^a -A		10 362	1. ^a	IV	3. ^a
	11 305	—	I	1. ^a -A	Construtores Associados do Ribatejo, L. ^{da}	343	—	I	1. ^a -B
	11 306	1. ^a	I	2. ^a -A	Intermur — Revestimentos Murais e Impermeabilizantes, S. A. R. L.	10 419	5. ^a	I	2. ^a -A
	11 307	3. ^a	I	1. ^a -A		10 425	11. ^a	I	2. ^a -A
António Lourenço, L. ^{da}	11 308	—	III	1. ^a -A	Mouceli — Construtores Cíveis, Industriais e Obras Públicas, L. ^{da}	10 519	1. ^a	I	2. ^a -B
	11 309	—	IV	1. ^a -B	Coopestruturas — Cooperativa Operária de Estruturas e Construções Metálicas de Queijas, S. C. A. R. L.	10 610	4. ^a	I	2. ^a -A
	11 310	—	V	2. ^a -A	Guilherme Varino & Filhos, L. ^{da}	11 048	2. ^a	II	2. ^a -B
	11 311	—	I	2. ^a -A	Ilídio Monteiro, Construções, L. ^{da}	10 052	—	III	4. ^a -B
	11 312	1. ^a	I	2. ^a -B		10 288	2. ^a	III	4. ^a -B
Sociedade de Construções Gonçalves Costa, L. ^{da}	11 313	1. ^a	II	2. ^a -B	III) — Alvarás suspensos a pedido				
	11 314	4. ^a	II	2. ^a -A	Confidente — Construções Funcionais Imobiliárias de Natureza Turística e Económica, S. A. R. L.	8 017	—	I	2. ^a -B
	11 315	—	III	3. ^a		8 018	1. ^a	I	2. ^a -B
	11 316	1. ^a	IV	2. ^a -A		8 019	3. ^a	I	2. ^a -B
	11 317	—	V	2. ^a -A		8 020	5. ^a	I	2. ^a -B
11 318	—	I	1. ^a -A	8 021		—	V	2. ^a -B	
António da Encarnação Ribeiro Leal	11 319	1. ^a	IV	1. ^a -B		8 022	1. ^a	V	2. ^a -B
	11 320	—	V	1. ^a -A		8 023	4. ^a	V	2. ^a -B
	11 321	4. ^a	V	1. ^a -A	IV) — Alvarás cancelados a pedido				
	11 322	1. ^a	I	2. ^a -A	Carlos Ribas & C. ^a , L. ^{da} (*) ...	4 707	1. ^a	I	2. ^a -B
	11 323	1. ^a	IV	2. ^a -A		4 708	5. ^a	I	2. ^a -A
Amador, L. ^{da}	11 328	—	I	1. ^a -B		4 709	11. ^a	I	2. ^a -A
	11 329	—	IV	1. ^a -B		9 181	—	I	1. ^a -A
	11 330	—	V	1. ^a -B		8 339	1. ^a	I	1. ^a -A
Irmãos Louro, L. ^{da}	11 331	2. ^a	II	3. ^a		Ramos & Estebanilha	1 888	—	I
	11 332	1. ^a	II	3. ^a	Manuel Oliveira Ataíde	6 207	1. ^a	IV	2. ^a -A
	11 333	3. ^a	I	2. ^a -B		6 210	—	V	2. ^a -A
	11 334	1. ^a	IV	2. ^a -A					
	11 335	3. ^a	V	2. ^a -A					
Artur de Oliveira Rocha	11 336	4. ^a	V	2. ^a -A	Diamantino Gomes Pratas				
	11 337	4. ^a	V	2. ^a -A					
	11 338	6. ^a	V	2. ^a -A					
	11 339	1. ^a	I	1. ^a -A					
	11 340	3. ^a	V	1. ^a -A					
João Tello & C. ^a , L. ^{da}	11 341	—	I	1. ^a -A	Francisco Pereira Marinho				
	11 342	1. ^a	I	2. ^a -A					
	11 343	3. ^a	I	1. ^a -A					
	11 344	5. ^a	I	1. ^a -A					
	11 345	6. ^a	VI	2. ^a -B					
António Castilho dos Santos ...	11 347	1. ^a	I	1. ^a -B					
J. de Almeida & Filhos, L. ^{da} ...									
António Lopes da Silva, Construtor Civil									
Sicotal — Sociedade Industrial Construções do Algarve, L. ^{da}									

Nome do empreiteiro	Número do alvará	Inscrição e classificação			Nome do empreiteiro	Número do alvará	Inscrição e classificação		
		Subcategoria	Categoria	Classe			Subcategoria	Categoria	Classe
Alberto Flávio Alves de Sousa	8 118	1.ª	I	1.ª-A	VI) — Averbamentos efectuados nos alvarás em virtude da nova denominação da sociedade	10 048	—	I	4.ª-B
Freire	8 119	5.ª	I	1.ª-A		10 049	1.ª	I	4.ª-B
António Jorge	8 120	11.ª	I	1.ª-A		10 050	3.ª	I	4.ª-B
	1 737	—	I	2.ª-A		10 051	—	II	2.ª-A
	2 317	1.ª	I	2.ª-A		10 052	—	III	4.ª-B
V) — Alvarás cancelados por morte					Ildio Monteiro, Construções, S. A. R. L., passou a denominar-se: Ildio Monteiro, Construções, L.ª	10 053	—	IV	2.ª-A
Joaquim Moreira Pinto	279	—	I	2.ª-B		10 054	—	V	2.ª-B
	280	—	III	1.ª-A		10 287	1.ª	II	2.ª-B
	281	—	IV	2.ª-B		10 288	2.ª	III	4.ª-B
	282	—	V	2.ª-B					
	4 526	1.ª	IV	2.ª-B					

(a) Tendo sido extraviados os originais destes alvarás, deverão os mesmos ser imediatamente apreendidos e remetidos a esta Comissão, no caso de serem apresentados em qualquer administração.

Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas e dos Industriais da Construção Civil, 28 de Setembro de 1979. — Pelo Secretário da Comissão, *Maria Helena Soares*. 1-2-4752

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Administração Pública

Lista graduada dos candidatos aprovados no concurso de habilitação para o ingresso de terceiros-cficiais nos quadros regionais de funcionalismo, a que se refere o aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 39, de 15 de Fevereiro de 1979, elaborada nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do respectivo regulamento, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, de 27 de Janeiro de 1978:

	Valores
1 — Lúcia Adelaide Arruda	17,5
2 — Francisco Henrique Fernandes de Lima	17
3 — Maria Fernanda Silva de Azevedo e Castro Goulart	16,5
4 — Fernanda Maria Santiago de Sousa Vieira	16,3
5 — Maria da Conceição Faria de Ávila Carepa	16,1
6 — Maria da Conceição Carvalho Aguiar	15,5
7 — Rute de Jesus Marques da Silva Lopes	15,4
8 — Lidúna de Fátima da Silva Conde dos Santos Silveira	14,9
9 — Vítor Jorge Sousa da Silva Angelo	14,9
10 — Maria da Conceição de Sousa da Luz	14,8
11 — Ana Maria Santos Silva	14,7
12 — Maria Olívia Borges Correia de Sousa Machado	14,7
13 — Maria da Conceição Adão Cardoso	14,5
14 — Rosa Maria Borges de Andrade Martins	14,4
15 — Anabela Maria Rocha Machado Lopes	14,3
16 — Paulo Agostinho Rego Coelho Alves	14,3
17 — Ana Isabel Botelho Aspera Furtado	14,2
18 — Maria Luísa Melo Correia	14,2
19 — Nuno Gabriel Silva Botelho	14,2
20 — Carlos António da Silva de Lima	14,1
21 — Maria Otília Fournier Costa	14,1
22 — Maria Teresinha Borges	14,1
23 — Maria Dulce Melo Carreiro Cabral	14
24 — Maria Manuela Viveiros Tomé Pacheco	14
25 — Marta Maria de Sousa Oliveira	13,9
26 — Eduarda Maria Alves Soares	13,8
27 — Eraíde Cabral Valério Resendes	13,8
28 — José Duarte Azevedo Viceto	13,8
29 — Maria Paula Moreira Falcão Silva	13,8
30 — Paulo Rocha Ferreira	13,8
31 — Maria Emília Sodrê Castelo Brum	13,7
32 — Maria Manuela Pimentel Fagundes	13,5
33 — Eduardo Manuel Paulo de Medeiros	13,3
34 — Maria José Cabral Pereira Soares	13,3
35 — Maria das Neves Brilhante de Oliveira	13,3
36 — Maria do Céu de Medeiros Simas da Costa Couto	13,2
37 — Sabrina Maria Bagnari de Castro Borges Oliveira	13,2
38 — Maria Ângela Correia Oliveira	13
39 — Maria Manuela Goulart Pavão	12,9

	Valores
40 — Alzira de Fátima Soares Rodrigues	12,8
41 — Ana Bela Furtado Piques	12,8
42 — Graça Maria Gonçalves de Sousa Esteves	12,8
43 — Maria Helena de Sousa Vaz Faria Mesquita	12,8
44 — Maria Isabel de França Machado Lopes	12,8
45 — Miguel Eurico da Costa Pereira de Almeida	12,8
46 — Exaltina Maria Cordeiro Barbosa Arruda	12,7
47 — Margarida Rosa Martins Franco	12,7
48 — Maria Clementina Martins Raposo	12,7
49 — Maria da Conceição Alves Costeira Machado	12,7
50 — Maria da Conceição Simões Machado Silveira	12,7
51 — Maria Filomena Cosme Giesta	12,7
52 — Maria de Jesus Furtado Silva	12,7
53 — Maria Luísa de Sousa Raposo	12,7
54 — Carmélia Maria Furtado de Medeiros Salgado	12,5
55 — Gabriela Maria Nunes Gouveia	12,5
56 — Lidúna da Graça Tavares Paiva Brum	12,5
57 — Maria da Luz Medeiros Cordeiro	12,5
58 — Rosa Maria Pacheco Carreiro	12,5
59 — Armindo Alberto de Medeiros Rabaçal	12,3
60 — Edgardo Jorge Simas Goulart	12,3
61 — Jaime Manuel de Faria Miranda	12,3
62 — Carlos Rui da Silva Pereira Gadanha	12,2
63 — Cidália da Conceição Belchior de Sousa	12,2
64 — Isabel Maria do Canto Oliveira Maia	12,2
65 — José Freitas da Rosa	12,2
66 — José Silvino Mendonça Tomás	12,2
67 — Luís Carlos de Sousa Armas do Amaral	12,2
68 — Alberto Pereira Faustino	11,8
69 — Delminda de Assunção Costa Sousa	11,8
70 — Maria Borges Melo	11,8
71 — Maria de Lurdes Vieira Leal	11,8
72 — Maria Margarida Resendes Luís Fernandes da Silva	11,8
73 — Maria Teresa Aguiar Castelo Branco	11,8
74 — Mário Alberto de Simas	11,8
75 — Susana Maria Medeiros de Aguiar	11,8
76 — Ana Maria Bento	11,7
77 — Antonieta Medeiros Cabral	11,7
78 — Guilhermina Isabel Cabral de Melo	11,7
79 — Lígia Maria Duarte Câmara	11,7
80 — Jesuína Correia Goulart	11,7
81 — Maria Albertina Goulart Macedo	11,7
82 — Maria da Conceição Vieira Gomes	11,7
83 — Maria Olga Bettencourt Sequeira Amarante	11,7
84 — Paulo Manuel Silva Codorniz	11,7
85 — Aida Aldora de Almeida Tavares Silva	11,5
86 — Ana Margarida Cordeiro Furtado	11,5
87 — Maria Alcina Oliveira da Silveira da Rosa	11,5
88 — Ana Maria Terra Silveira	11,3
89 — José Manuel Gomes Borges	11,3
90 — Maria Isabel Gomes Borges	11,3
91 — Liseta Maria de Viveiros Oliveira	11,2
92 — Maria Filomena Teixeira de Melo	11,2

	Valores
93 — Rosa Maria Silva Cerqueira Teixeira	11,2
94 — Ana Maria Simão do Espírito Santo-Oliveira	11
95 — Maria Fernanda Rodrigues de Amaral Melo	11
96 — Maria Guida Mendes Pereira da Silva Ourique	11
97 — Luís Carlos da Silva Raposo Pimentel	10,9
98 — Maria Luísa Lopes Medeiros Pereira Gadanha	10,8
99 — Ana Maria Correia de Mendonça	10,7
100 — Fernanda Maria de Sousa Oliveira da Rocha Ferreira	10,7
101 — Edite Soares da Cunha	10,6
102 — Maria Teresa Sá Pereira Raposo Martins	10,4
103 — Ildeberto Manuel de Sousa Pedroso	10,3
104 — Manuel Miranda Ribeiro da Rosa	10,3
105 — Maria dos Anjos do Nascimento	10,3
106 — Maria Celestina de Freitas	10,3
107 — Maria Serafina Fernandes Cravinho	10,3
108 — Judite de Fátima Ataíde Ortins Duarte	10,2
109 — Maria da Conceição Feteira de Paiva	10,2
110 — Maria da Conceição Moraes Cabral	10,2
111 — Maria de Fátima Almeida Viveiros	10,2
112 — Maria José Silveira Goulart	10,2
113 — Ana Paula Pimentel Serpa Capaz	10
114 — Ilda Isabel Moniz de Melo	10

De harmonia com a disposição contida no artigo 3.º do mencionado regulamento, este concurso é válido pelo prazo de dois anos, a contar da data da publicação da presente lista no *Diário da República*.

Secretaria Regional da Administração Pública, 18 de Outubro de 1979. — O Presidente do Júri, *António Manuel Goulart Lemos de Meneses*. 1-2-5420

CÂMARA MUNICIPAL DE VALPAÇOS

Aviso

Dr. Manuel Chaves Sobrinho de Moraes, presidente da Câmara Municipal de Valpaços:

Faz público que esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 27 de Março findo, deliberou assalarar eventualmente para os lugares de auxiliar de secretaria, letra S, Maria Helena Castanheira Lopes Gomes e Maria da Conceição da Silva Rodrigues da Trindade, dada a inexistência de funcionários no quadro geral de adidos com aquela categoria, após o resultado negativo da consulta feita ao Serviço Central de Pessoal.

Paços do Concelho de Valpaços, 18 de Outubro de 1979. — O Presidente da Comissão Administrativa, *Manuel Chaves Sobrinho de Moraes*. 1-2-5427

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

Venda de autocarros usados

Faz-se público que até ao dia 25 de Novembro de 1979 se recebem propostas para arrematação de quatro autocarros usados que se encontravam afectos às carreiras urbanas de passageiros.

Os veículos são vendidos no seu estado actual e podem ser observados nas instalações das oficinas da Verderena.

A proposta, em sobrescrito fechado, mencionando a(s) matrícula(s) do(s) veículo(s), deverá dar entrada na secretaria destes Serviços até às 17 horas e 30 minutos do dia supracitado.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal do Barreiro, 30 de Outubro de 1979. — O Presidente do Conselho de Administração, *Joaquim Manuel da Fonseca Matias*. 1-2-5429

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DAS CALDAS DA RAINHA

Aviso

Faz-se público que, de harmonia com a deliberação tomada pelo conselho de administração destes Serviços Municipalizados em sua reunião de 6 de Novembro corrente, se encontram abertos concursos documentais, pelo prazo de dez dias, a

contar da data do presente aviso no *Diário da República*, para provimento dos seguintes lugares:

Um primeiro-oficial.

Quatro segundos-oficiais.

A este concurso apenas podem concorrer os funcionários pertencentes ao quadro do pessoal dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, de acordo com o estabelecido no artigo 23.º do seu regulamento interno.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 7 de Novembro de 1979. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Luís de Carvalho Lalande Ribeiro*. 1-2-5532

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DAS CALDAS DA RAINHA

Aviso

Faz-se público que o conselho de administração destes Serviços Municipalizados, em sua reunião de 6 de Novembro corrente, deliberou anular a sua deliberação de 9 de Outubro findo referente às promoções de Maria Julieta Rego Alves dos Santos Marques no lugar de primeiro-oficial e de Alice Bertina Marques dos Reis Gonçalves, Albertina Gertrudes de Campos Figueiredo Baptista dos Santos, Maria Ausenda da Conceição Vasconcelos Pimenta e Maria Teresa Carinhas Marques Tavares nos lugares de segundo-oficial, por não ter sido dado cumprimento ao disposto no artigo 20.º do seu regulamento interno.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 7 de Novembro de 1979. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Luís de Carvalho Lalande Ribeiro*. 1-2-5531

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso

Concurso para fiscal de serviços de águas

Para os devidos efeitos se torna pública a lista de classificação dos candidatos ao concurso para provimento de um lugar de fiscal de serviços de águas do quadro de pessoal destes Serviços Municipalizados, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, de 5 de Julho de 1979, homologada pelo conselho de administração em sua reunião ordinária de 15 de Outubro em curso:

Gil de Melo Lima — 17,9 valores.

João Duarte Moniz Medeiros — 5 valores.

Mais se torna público que o conselho de administração destes Serviços Municipalizados, em sua reunião ordinária de 15 de Outubro corrente, deliberou, por unanimidade, observado o disposto no n.º 4 do artigo 101.º da Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, nomear para o provimento do lugar de fiscal de serviços de águas o único candidato aprovado, Gil de Melo Lima.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada, 23 de Outubro de 1979. — O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos de Aguiar Rego Costa*. 1-2-5392

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DO PORTO

4.º Juízo

Faz-se público que, por sentença de 3 do corrente mês de Outubro, proferida nos autos da falência n.º 2919, pendentes na 1.ª Secção deste Juízo, foi declarada em estado de falência a firma Confecções Macofi, L.ª, com sede na Rua de S. Vítor, 138, desta cidade do Porto, tendo sido fixado em trinta dias, contados da publicação deste anúncio no *Diário da República*, o prazo para os credores reclamarem os seus créditos.

O Escrivão Adjunto, *Alberto Alfredo Lima Machado*.

Tribunal Cível da Comarca do Porto, 4 de Outubro de 1979. — O Juiz de Direito, *Manuel Pereira da Silva*.

1-0-10 128

MIRANDELAUTO, SOCIEDADE DE AUTOMÓVEIS DE MIRANDELA, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 14 de Agosto último, lavrada de fl. 83 a fl. 88 v.º do livro de escrituras diversas n.º 162-B do Cartório Notarial de Vila Pouca de Aguiar, a cargo do notário licenciado Manuel Joaquim Leal da Costa, foi constituída entre José António da Gama Prata, casado, natural da freguesia de S. Joaninho, concelho de Santa Comba Dão, e residente na Avenida do 1.º de Maio, bloco D, 1.º, esquerdo, na cidade de Vila Real, que intervém nesta escritura como procurador de Fernando Manuel Machado Sousa Botelho, divorciado, natural da freguesia de Mouços, concelho de Vila Real, e com residência habitual na Avenida de Carvalho Araújo, 36, na cidade de Vila Real, cuja qualidade, bem como os poderes necessários para este acto, verifiquei por uma procuração que vai ser arquivada; Emílio de Sousa Botelho, viúvo, natural da freguesia de Constantim, concelho de Vila Real, e residente na Avenida de Carvalho Araújo, 36, cidade de Vila Real; Albino Amílcar Moreira de Carvalho, casado com Palmira Junqueiro Falcão Moreira de Carvalho, no regime de comunhão geral de bens, natural da freguesia de S. Pedro, concelho de Vila Real, e residente na Avenida de D. Dinis, lote A, 2.º, na cidade de Vila Real; José Pombal da Costa, casado com Maria de Fátima Correia da Silva, no regime de comunhão geral de bens, natural da freguesia de Andráes, concelho de Vila Real, e residente habitualmente em Golfeiras, concelho de Mirandela, e Maria Emília Rebelo da Silva Sousa Botelho, solteira, maior, natural da freguesia de S. Dinis, concelho de Vila Real, onde reside habitualmente na Avenida de Carvalho Araújo, 36, na cidade de Vila Real, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual se há-de reger pelo constante nos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Mirandelaauto, Sociedade de Automóveis de Mirandela, L.^{da}, tem a sua sede e estabelecimentos provisórios em Mirandela e durará por vinte e cinco anos, contando-se o seu início no dia 1 de Outubro de 1979.

§ único. A Sociedade poderá deslocar a sua sede ou estabelecimento dentro da vila de Mirandela e para fora dela, criar e ou suprimir filiais, sucursais, agências e outras dependências que e onde entender conveniente, mediante deliberação de assembleia geral que obtenha voto favorável de 51 % ou mais do capital social, deduzido do capital correspondente a quotas amortizadas, se as houver.

ARTIGO 2.º

O objecto social é a comercialização e reparação de veículos automóveis ligeiros e ou pesados, de passageiros, mistos e ou de carga, tractores e outras máquinas e alfaias agrícolas e máquinas usadas para a construção civil e ainda peças e acessórios para os tipos de veículos referidos, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio e ou indústria mediante deliberação de assembleia geral que obtenha voto favorável de 51 % ou mais do capital social, deduzido do capital correspondente a quotas amortizadas, se as houver e seja permitido por lei.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 1 500 000\$, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na caixa social, e é representado pela soma das quotas dos sócios, que são as seguintes: uma de 750 000\$, do sócio Fernando Manuel Machado Sousa Botelho; uma de 150 000\$, do sócio Emílio de Sousa Botelho; uma de 150 000\$, do sócio Albino Amílcar Moreira de Carvalho; uma de 300 000\$, do sócio José Pombal da Costa, e uma de 150 000\$, da sócia Maria Emília Rebelo da Silva Sousa Botelho.

ARTIGO 4.º

Serão exigíveis aos sócios prestações suplementares de capital nos montantes e nas condições a definir por deliberação de assembleia geral que obtenha voto favorável de 51 % ou mais do capital social, deduzido do capital correspondente a quotas amortizadas, se as houver.

ARTIGO 5.º

As cessões de quotas a título oneroso ou gratuito e por acto entre vivos a sócios e ou a não sócios depende do consentimento da Sociedade, observando-se as seguintes condições:

a) O sócio que pretender ceder a sua quota comunicará essa pretensão à Sociedade, por meio de carta registada com

aviso de recepção, identificando o cessionário, o preço ajustado e o modo como ele será satisfeito, bem como as restantes condições em que pretende efectuar a cessão;

b) Nos sessenta dias subsequentes à recepção da carta referida na alínea a) reunirá a Sociedade nos termos previstos no artigo 11.º e deliberará se consente ou não a cessão, devendo a deliberação obter voto favorável de 51 % ou mais do capital social, deduzido do capital correspondente a quotas amortizadas, se as houver;

c) No prazo de quinze dias contados da data da reunião referida na alínea b) deverá a Sociedade comunicar, por meio de carta registada com aviso de recepção, ao sócio que pretende ceder a sua quota a deliberação tomada.

Exceptuam-se, contudo, de todo o clausulado deste artigo 5.º as seguintes cessões e divisões, que se poderão efectuar livremente desde que autorizadas pelo sócio Fernando Manuel Machado Sousa Botelho, bastando a intervenção nas respectivas escrituras das cedentes, dos cessionários e do referido Fernando Manuel Machado Sousa Botelho:

a) A cessão, em parte ou no todo, com ou sem divisão, da quota do sócio Fernando Manuel Machado Sousa Botelho, quando efectuada aos já referidos Emílio de Sousa Botelho e ou Maria Emília Rebelo da Silva Sousa Botelho e ou à sua mãe, Ana Alexandrina Machado Cardoso Costa, natural da freguesia de Mouços, concelho de Vila Real, e com residência habitual na Quinta de S. Paio, lugar da Ponte, da referida freguesia de Mouços, e ou a sua tia Maria Odete Rebelo da Silva Sousa Botelho, solteira, maior, natural da freguesia de S. Dinis, concelho de Vila Real, com residência habitual na cidade de Lisboa, na Avenida dos Estados Unidos da América, 105, 3.º, letra J, e ou a sua filha Raquel Palma Tomé Sousa Botelho, solteira, menor, natural da freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, e residente habitualmente na cidade de Vila Real, na mesma Avenida de Carvalho Araújo, 36, e ou a seu filho Pedro Miguel Figueiredo Sousa Botelho, solteiro, menor, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de Vila Real, onde habitualmente reside na Avenida do 1.º de Maio, bloco B, 5.º, direito;

b) A cessão, em parte ou no todo, com ou sem divisão, da quota do sócio Emílio de Sousa Botelho, quando efectuada a favor dos já referidos Fernando Manuel Machado Sousa Botelho e ou Raquel Palma Tomé Sousa Botelho e ou Pedro Miguel Figueiredo Sousa Botelho e ou Maria Emília Rebelo da Silva Sousa Botelho e ou Maria Odete Rebelo da Silva Sousa Botelho e ou Ana Alexandrina Machado Cardoso Costa;

c) A cessão, em parte ou no todo, com ou sem divisão, da quota da sócia Maria Emília Rebelo da Silva Sousa Botelho, quando efectuada a favor dos já referidos Fernando Manuel Machado Sousa Botelho e ou Emílio de Sousa Botelho e ou Raquel Palma Tomé Sousa Botelho e ou Pedro Miguel Figueiredo Sousa Botelho e ou Maria Odete Rebelo da Silva Sousa Botelho e ou Ana Alexandrina Machado Cardoso Costa.

Ficam igualmente autorizadas as unificações das quotas que qualquer dos sócios agora possui na Sociedade com as quotas que eventualmente venha a adquirir, a qualquer título, se eles sócios quiserem fazer essas unificações.

§ 1.º Para as quotas que qualquer pessoa, sócia ou não sócia actual, venha a ter nesta Sociedade, aplicam-se igualmente as regras da cessão das quotas definidas neste artigo e as suas excepções.

§ 2.º Qualquer cessão de quotas só produz efeito para com a Sociedade desde que lhe seja notificada judicialmente ou por meio de carta registada com aviso de recepção.

ARTIGO 6.º

Por morte, inabilitação ou interdição de qualquer dos sócios, a Sociedade reunirá, nos termos previstos no artigo 11.º, para deliberar a escolha de uma das duas hipóteses seguintes, devendo a deliberação obter voto favorável, pelo menos, 51 % do capital social, deduzido do capital social correspondente a quotas amortizadas, se as houver, podendo na reunião e na votação da deliberação participar os herdeiros do sócio falecido ou representante legal do sócio inabilitado, interdito ou incapaz, os quais devem ser convocados pelo processo previsto no artigo 11.º para a reunião da assembleia geral na qual vai ser tomada a deliberação:

a) Continuar a Sociedade com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros do sócio falecido ou representante legal do sócio inabilitado, interdito ou incapaz, devendo os herdeiros, se forem mais do que um, nomear, no prazo de um mês, um

qualquer de entre eles, que a todos represente na Sociedade, a quota se mantiver indivisa, como fazendo parte da herança ilíquida e indivisa;

b) Realizar a quota do sócio falecido, inabilitado, incapaz ou interdito, por preço igual ao valor nominal da quota, sendo o pagamento efectuado no prazo de dois anos, em quatro prestações semestrais e iguais, sem vencimento de quaisquer juros, considerando-se a amortização realizada com o pagamento a quem de direito ou com depósito à sua ordem efectuado na Caixa Geral de Depósitos da primeira prestação do preço.

ARTIGO 7.º

Além dos casos referidos nos artigos 5.º e 6.º, a Sociedade poderá amortizar a quota de qualquer dos sócios nos casos seguintes:

- Insolvência ou falência do sócio titular;
- Arresto, arrolamento ou penhora da quota, bem como o envolvimento desta, por qualquer forma, em processo judicial, que não seja o de inventário;
- Venda, arrematação ou adjudicação judiciais da quota;
- Exclusão do sócio titular ou sua exoneração, nos casos em que esta exoneração for possível;
- Quando qualquer sócio ceder a sua quota, mesmo a título gratuito por acto *inter vivos*, sem observância do disposto no artigo 5.º;

f) Quando em partilha judicial ou extrajudicial de bens do casal de qualquer sócio, em resultado de separação judicial ou divórcio, a quota não fique a pertencer ao seu titular;

g) Por acordo do sócio titular.

§ 1.º A amortização será cedida mediante deliberação da assembleia geral que obtenha voto favorável de pelo menos 51 % do capital, social deduzido do capital social correspondente a quotas amortizadas, se as houver, podendo na reunião e na votação da deliberação participar o sócio titular da quota a amortizar.

§ 2.º O preço da amortização será o valor nominal da quota, sendo o pagamento efectuado no prazo de dois anos, em quatro prestações semestrais e iguais, sem vencimento de quaisquer juros. Considera-se realizada a amortização com o pagamento a quem de direito ou com o depósito à sua ordem efectuado na Caixa Geral de Depósitos da primeira prestação do preço.

ARTIGO 8.º

A gerência da Sociedade, dispensada de caução, e a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, competem aos gerentes, que serão nomeados em reunião da assembleia geral, que terá lugar no dia 2 de Outubro, pelas 21 horas, na sede social da Sociedade.

§ 1.º Os gerentes da Sociedade poderão ou não ser remunerados pelo exercício da gerência, de acordo com a deliberação da assembleia geral que obtenha voto favorável de pelo menos 51 % do capital social, deduzido do capital correspondente às quotas amortizadas, se as houver.

§ 2.º Qualquer dos gerentes poderá delegar os seus poderes de gerência, total ou parcialmente, em qualquer pessoa, sócio ou não, depois da deliberação da assembleia geral que obtenha voto favorável pelo menos de 51 % do capital social, deduzido do capital correspondente às quotas amortizadas, se as houver.

§ 3.º A sociedade poderá constituir mandatário, não só nos termos e para os efeitos do artigo 256.º do Código Comercial, mas também em quaisquer outros termos e para quaisquer outros efeitos, mediante deliberação da assembleia geral que obtenha voto favorável pelo menos de 51 % do capital social, deduzido do capital correspondente às quotas amortizadas, se as houver.

§ 4.º Para obrigar a Sociedade são necessárias as assinaturas de dois gerentes ou seus procuradores ou de um gerente ou seu procurador e um mandatário.

§ 5.º É proibido aos gerentes obrigar a Sociedade em actos ou contratos a ela estranhos, tais como letras de favor, fianças ou obrigações semelhantes, estendendo-se a mesma proibição aos mandatários.

ARTIGO 9.º

Dos lucros líquidos apurados em cada balanço separar-se-á a percentagem legal para o fundo de reserva legal, separando-se igualmente as verbas por deliberação aprovada por pelo menos 51 % do capital social, deduzido do capital correspondente às quotas amortizadas, se as houver e forem consideradas necessárias para quaisquer outras reservas, bem como para quaisquer provisões e ou amortizações, sendo a importância restante creditada nas contas correntes dos sócios na proporção

do valor nominal das respectivas quotas ou levada a resultados transitados, conforme for decidido por deliberação da assembleia geral que obtenha voto favorável de pelo menos 51 % do capital social, deduzido do capital correspondente às quotas amortizadas, se as houver.

ARTIGO 10.º

No caso de no balanço se verificarem prejuízos, eles poderão ser debitados nas contas dos sócios na proporção do valor nominal das respectivas quotas, se assim for resolvido por deliberação da assembleia geral que obtenha voto favorável de pelo menos 51 % do capital social, deduzido do capital correspondente às quotas amortizadas, se as houver.

ARTIGO 11.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por meio de cartas registadas com aviso de recepção, com a antecedência mínima de oito dias.

§ único. No caso de à hora e na data marcadas para qualquer reunião da assembleia geral não estarem presentes todos os sócios, a reunião começará uma hora mais tarde, desde que se encontre presente o número de sócios que represente pelo menos 51 % do capital social, deduzido do capital correspondente às quotas amortizadas, se as houver; caso isto não se verifique, a reunião ficará adiada para data a marcar por nova convocatória.

ARTIGO 12.º

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 13.º

Para as questões emergentes deste contrato fica estipulado o foro da comarca de Mirandela.

Mais certifico que na parte não transcrita nada há que altere, modifique ou restrinja o que vai certificado.

Cartório Notarial de Vila Pouca de Aguiar. — O Ajudante,
Júlio Teixeira Cardoso. 1-0-9925

GOMES TEIXEIRA & RIBEIRO, L.^{da}

Certifico que, por escritura lavrada em 19 do corrente mês, de fl. 94 v.º a 96 v.º do livro de escrituras diversas n.º 110-D do 6.º Cartório Notarial do Porto, a cargo da notária licenciada Judite das Neves Rodrigues, António Gomes Teixeira e Manuel da Mota Ribeiro, pelas cessões que fizeram das quotas que possuíam na sociedade em epígrafe, que tem sede nesta cidade, desligaram-se da mesma, mas autorizaram que a firma social continue sem alteração.

Está em conformidade com o original.

6.º Cartório Notarial do Porto, 20 de Setembro de 1979. —
A Ajudante, Virginia da Conceição Piloto. 1-3-4057

VIÚVA MESQUITA & FERREIRA, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 27 do mês corrente, outorgada no 2.º Cartório Notarial de Braga, a cargo do notário licenciado António Magro Borges de Araújo, exarada de fl. 30 a fl. 31 do livro de notas para escrituras diversas n.º 20-F, Teresa Augusta da Silva Braga Mesquita cedeu a quota que tinha na sociedade comercial por quotas Viúva Mesquita & Ferreira, L.^{da}, tendo renunciado às suas funções de gerente da mesma sociedade e autorizando que o seu apelido continue a fazer parte da firma social.

Mais certifico que, pela mesma escritura, foram alterados os artigos 4.º e seu § 1.º, pelo que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade fica a cargo de ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes, com dispensa de caução, os quais a representarão em juízo e fora dele, activa e passivamente.

§ 1.º Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de qualquer um dos gerentes.

Está conforme ao original.

Secretaria Notarial de Braga, 28 de Setembro de 1979. —
O Ajudante, José Carlos da Silva Reis. 1-3-4037

SERVIÇO DE SOCORRO VOLUNTÁRIO DA BENEDITA

Sede: Benedita — Alcobaça

Certifico que, por escritura de 9 de Outubro de 1979, nestas notas, lavrada de fl. 147 v.º a fl. 150 do respectivo livro n.º 714-A, do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Alcobaça, a cargo do notário licenciado Eduardo Manuel Pereira de Almeida, foi constituída uma associação sem fins lucrativos, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

É criada por tempo indeterminado uma associação de carácter humanitário e de utilidade pública, com sede no lugar e freguesia da Benedita, concelho de Alcobaça, sob a denominação de Serviço de Socorro Voluntário da Benedita.

2.º

Esta associação tem por finalidade socorrer feridos e doentes e proteger bens e vidas humanas.

3.º

Haverá as seguintes categorias de sócios: efectivos, beneméritos e honorários.

§ 1.º A definição destas categorias de sócios, as condições de admissão, saída, exclusão, direitos e obrigações dos mesmos, serão estabelecidos num regulamento geral interno, aprovado em assembleia geral.

§ 2.º Só aos sócios efectivos é cobrada uma quota mensal, trimestral ou anual, a fixar pela assembleia geral.

4.º

São órgãos desta associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal, eleitos em assembleia de sócios efectivos, por triénios prorrogáveis.

5.º

A competência e forma de funcionamento da assembleia geral são prescritas nas disposições legais aplicáveis.

§ 1.º A mesa da assembleia geral é composta por três associados, competindo-lhe convocar e dirigir as respectivas assembleias e redigir as actas.

§ 2.º A assembleia geral reunirá pelo menos uma vez em cada ano, por convocação do presidente da mesa, podendo reunir extraordinariamente, a pedido da direcção ou de um quarto dos sócios.

6.º

A direcção é composta por sete associados (cinco efectivos e dois suplentes) e compete-lhe a gerência e administração da associação, pertencendo-lhe a orientação financeira e disciplinar a estabelecer dentro da mesma.

§ único. A direcção deve reunir mensalmente ou com a periodicidade que entenda por conveniente.

7.º

O conselho fiscal é composto por cinco membros associados (três efectivos e dois suplentes) e compete-lhe verificar as contas e relatórios da gerência, dar pareceres e fiscalizar os actos que impliquem aumento de despesas ou diminuição de receitas.

8.º

No omissio destes estatutos regeirão o regulamento geral interno, cuja aprovação e alteração é da competência da assembleia geral, e as disposições legais aplicáveis.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Alcobaça, 9 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Joaquim Canha Carolino da Silva*. 1-3-3919

CAMILO PINTO, L.ª

Certifico que, por escritura de 28 de Setembro do ano corrente, exarada de fl. 25 v.º a fl. 27 do livro de notas para escrituras diversas n.º 75-D, do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Braga, a cargo do notário licenciado Arnaldo António Caldas Pereira, foi constituída entre Camilo de Sousa Pinto e D. Maria Cândida Amorim Carneiro de Sousa Pinto uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que há-se regular-se pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Camilo Pinto, L.ª, tem a sua sede e estabelecimento no lugar de Covas de Baixo, freguesia de

Celeirós, deste concelho, e durará por tempo indeterminado, a contar desta data.

§ único. A sociedade poderá, por simples deliberação da sua assembleia geral, transferir a sua sede para qualquer outro local do concelho de Braga, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação social.

2.º

O seu objecto consiste na indústria e comércio de confecções, podendo, contudo, a sociedade dedicar-se a qualquer outra actividade industrial ou comercial que for deliberada em assembleia geral.

3.º

O capital social é de 400 000\$, dividido em duas quotas iguais, de 200 000\$, pertencendo uma a cada sócio.

§ único. Cada sócio realizou a sua quota com 100 000\$, em dinheiro, já entrado na caixa social, devendo cada um deles realizar os restantes 50 % do seu capital no prazo de um ano a contar desta data.

4.º

A gerência social, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme acordo dos sócios, fica afecta a ambos, que desde já ficam nomeados gerentes, sendo suficiente a assinatura de qualquer deles para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos que envolvam responsabilidade.

5.º

As assembleias gerais, quando a lei não determinar prazos ou outras formas especiais, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de dez dias.

Está conforme o original.

Secretaria Notarial de Braga, 28 de Setembro de 1979. — A Ajudante, *Maria Arnaldina Araújo Braga Tinoco*. 1-3-3904

GONÇALVES & ALVES, L.ª

Certifico, narrativamente, que, por escritura hoje lavrada no 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Santo Tirso, a cargo do notário licenciado José António Pereira Serra, a fl. 6 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 85-B, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada entre Maria Goreti Gonçalves Ferreira Alves e Adelino Pereira Alves, casados e residentes no lugar de Fontainhas, freguesia e Vila das Aves, deste concelho, nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma de Gonçalves & Alves, L.ª, tem a sua sede e estabelecimento na Rua de Silva Araújo, freguesia e Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, e durará por tempo indeterminado, com início nesta data.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste no comércio de carnes verdes, talho, podendo dedicar-se a qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja legal.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 100 000\$, dividido em duas quotas iguais de 50 000\$, uma de cada sócio.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, sendo suficiente a intervenção de qualquer um para obrigar a sociedade.

ARTIGO 5.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, salvo nos casos em que a lei exija outras formalidades.

Está conforme ao original.

Secretaria Notarial de Santo Tirso, 16 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *David Rodrigues Guedes*. 1-3-3915

ROSA CARVALHO PEREIRA DIAS ESPÍRITO SANTO, L.ª

Certifico que de fl. 62 v.º a fl. 64 do livro de notas n.º 322-B do 3.º Cartório Notarial do Porto, a cargo do notário José Cabral de Matos, se encontra exarada, com data de 4 de Outubro

corrente, uma escritura de constituição de sociedade, a qual será regulada nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Rosa Carvalho Pereira Dias Espírito Santo, L.^{da}, vai ter a sua sede na Rua do Dr. Jacinto Nunes, 34, 2.º, direito, da freguesia de Nevogilde, da cidade do Porto, que poderá ser mudada para outro local, dentro do mesmo concelho, por simples deliberação dos sócios, e durará por tempo indeterminado, a partir de 1 de Outubro corrente.

2.º

O seu objecto é a exploração de um laboratório de análises clínicas, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade industrial ou comercial por deliberação da assembleia geral.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 200 000\$, sendo de 150 000\$ a quota da sócia Dr.^a Rosa Carvalho Pereira Dias Espírito Santo e de 50 000\$ a quota do sócio José Pereira do Espírito Santo.

4.º

É livre a divisão e a cessão de quotas entre os sócios; porém, a cessão a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade.

5.º

Ambos os sócios são gerentes, com dispensa de caução, sendo suficiente a assinatura de um deles para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os seus actos e contratos.

§ 1.º Qualquer dos sócios poderá delegar os seus poderes de gerência em pessoa estranha à sociedade, com o prévio acordo do outro sócio.

§ 2.º A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

6.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas com aviso de recepção, com a antecedência mínima de oito dias, sempre que a lei não exija outros prazos e formalidades.

Está conforme, e certifico que na parte omitida da referida escritura nada há em contrário ou além do que aqui se narra ou transcreve.

3.º Cartório Notarial do Porto, 8 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Graciete Lemos Pires*. 1-3-3914

COSTA & GONÇALVES, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 8 de Outubro corrente, lavrada no Cartório Notarial de Mondim de Basto, de fl. 21 v.º a fl. 24 do livro de notas para escrituras diversas n.º 16-B, Luís Gonzaga Ribeiro da Costa, casado, e José Gonçalves Tapado, solteiro, maior, ambos residentes no lugar de Viando, freguesia e concelho de Mondim de Basto, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regula nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Costa & Gonçalves, L.^{da}, fica com a sua sede no lugar do Alto da Corda, freguesia e concelho de Mondim de Basto, e durará por tempo indeterminado, a partir do dia de hoje.

2.º

O objecto da sociedade é a assistência mecânica a automóveis ligeiros e pesados e máquinas agrícolas e consequente comércio de peças e acessórios, podendo ainda dedicar-se a outras actividades comerciais ou industriais em que os sócios acordem e não sejam vedadas por lei.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 300 000\$, e foi subscrito por ambos os sócios com uma quota cada um de 150 000\$.

4.º

Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade quando esta deles careça, mediante condições a fixar em assembleia geral.

5.º

A cessão, total ou parcial, de quotas entre os sócios é livremente consentida, assim como a divisão de quotas pelos herdeiros do respectivo titular; a cessão a estranhos depende do consen-

timento da sociedade, à qual em primeiro lugar, e aos sócios em segundo, fica conferido o direito de preferência.

6.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer sócio, cabendo aos herdeiros do falecido ou representantes do interdito indicar um que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

7.º

A gerência, dispensada de caução, bem como a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, será exercida por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos é necessária a assinatura de dois gerentes; os actos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer deles.

8.º

É expressamente vedado aos gerentes obrigar a sociedade em letras de favor, fianças, avales ou quaisquer actos ou contratos alheios aos interesses da sociedade.

9.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas com aviso de recepção, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, salvo os casos para que a lei prescreva formalidades especiais de convocação.

10.º

No caso de dissolução da sociedade, por acordo, serão liquidatários os sócios que votarem a dissolução.

Está conforme.

Cartório Notarial de Mondim de Basto, 16 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Joaquim Manuel Pereira de Oliveira*.

1-3-3916

HABITAPORTO — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.^{da}

Certifico que, por escritura exarada a fl. 105 v.º do livro n.º 22-F do 8.º Cartório Notarial do Porto, a cargo da notária licenciada Isabel Carmália Ferreira, foi constituída entre José da Silva Freitas, Jorge de Araújo Vieira, Diamantino Dias da Silva e Fernando dos Reis Barbedo uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que há-de reger-se pelos seguintes

ESTATUTOS

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Habitaporto — Sociedade de Construções e Empreendimentos Imobiliários, L.^{da}, durará por tempo indeterminado, a contar desta data e tem a sua sede na Rua de Santa Catarina, 858, 1.º, freguesia de Santo Ildefonso, desta cidade.

§ único. Por simples deliberação da assembleia geral poderá a sociedade transferir para qualquer outro local a sua sede e criar filiais, sucursais e outras formas de representação.

ARTIGO 2.º

À Sociedade tem por objectivo a indústria e comércio de construção civil e a compra e venda de imóveis, podendo, todavia, dedicar-se a qualquer outra actividade em que os sócios acedam e seja permitida por lei.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 2 000 000\$, sendo de 500 000\$ a quota de cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

A cessão e divisão de quotas a estranhos depende do acordo unânime dos sócios, prestado em assembleia geral; é livre, porém, entre os sócios, ficando desde já reservado à Sociedade o direito de preferência.

ARTIGO 5.º

A gerência da Sociedade, dispensada de caução e remuneração ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de todos os sócios, que desde já são nomeados gerentes, podendo qualquer deles assinar os documentos de mero expediente;

porém, para obrigar e representar a Sociedade em todos os actos e contratos que envolvam responsabilidade são necessárias as assinaturas de dois sócios gerentes.

ARTIGO 6.º

Os gerentes não poderão obrigar a Sociedade em fianças, letras, abonações ou quaisquer outros actos ou documentos estranhos aos negócios sociais.

ARTIGO 7.º

Qualquer sócio poderá delegar todas ou parte das suas atribuições, mesmo as de gerência, em quem entender, passando para isso os competentes mandatos, desde que para isso tenha o consentimento de todos os sócios gerentes.

ARTIGO 8.º

Por falecimento ou interdição de qualquer sócio a Sociedade continuará com os capazes e sobreviventes e herdeiros do falecido, devendo estes escolher um de entre si que a todos represente na Sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º

A Sociedade poderá amortizar a quota desde que:

- a) Precedendo acordo com o titular;
- b) Em caso de penhora, arresto, arrolamento ou arrematação por quem não seja sócio ou de qualquer procedimento contencioso, desde que o titular não deduza oposição à penhora, arresto, arrolamento, arrematação ou procedimento contencioso, ou, havendo-a deduzido, seja a mesma a final julgada improcedente;
- c) O preço da amortização computar-se-á:
- c) No caso da alínea a), no valor acertado entre as partes;
- d) No caso da alínea b), no valor nominal da quota acrescido da importância que proporcionalmente lhe couber nas reservas da Sociedade, se as houver, em conformidade com o último balanço aprovado.

A amortização considera-se efectivamente realizada, cessando todos os direitos sociais correspondentes, a partir da deliberação que a decidiu. O preço pedido pela amortização, calculado nos termos das alíneas c) e d), deverá, na falta de acordo, ser pago ou depositado em conta especial aberta na Sociedade dentro do prazo que a Sociedade determinar, até ao máximo de três anos, ou, tratando-se de quotas afectas a procedimento judicial, à ordem do juízo competente.

ARTIGO 10.º

A gerência fica desde já autorizada a comprar, vender ou trocar veículos motorizados em nome da Sociedade, tomar de arrendamento quaisquer locais para a Sociedade, assim como alterar contratos de arrendamento, bem como confessar, desistir, ou transigir em juízo.

ARTIGO 11.º

As assembleias gerais da Sociedade, salvo quando a lei exigir quaisquer outras formalidades, serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de quinze dias.

Está conforme.

8.º Cartório Notarial do Porto, 18 de Setembro de 1979. — A Ajudante, *Ilma Isaura Gonçalves Lopes*. 1-3-3908

IGREJA METODISTA WESLEYANA

Certifico que, por escritura de 26 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 47 v.º a fl. 50 v.º do livro de escrituras diversas n.º 54-C do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Aveiro, foi constituída uma associação religiosa denominada Igreja Metodista Wesleyana, com sede provisória na Rua do Carmo, 37-A, freguesia de Vera Cruz, desta cidade de Aveiro, de duração por tempo indeterminado.

Os objectivos da associação são: prestar culto a Deus, segundo os ensinamentos da Sagrada Escritura; intrinsecamente seus membros na religião cristã evangélica; difundir o Evangelho de Cristo, e estabelecer em qualquer parte do País congregações cristãs evangélicas, através da Casa da Bênção de Deus.

Fazem parte da associação as pessoas singulares que tiverem sido admitidas como membros pela junta administrativa, de acordo com a disciplina da Igreja, sendo da competência da assembleia geral a exclusão dos associados. Os associados poderão pedir a sua exoneração por escrito dirigido à junta administrativa.

Serão excluídos da Igreja, depois de aconselhados e exortados, os membros que:

- 1 — Praticarem coisas contrárias à prática da Igreja, conforme as suas doutrinas;

- 2 — Divulguem doutrinas que contrariem os padrões da Igreja;
- 3 — Praticarem actos de imoralidade;
- 4 — Abusem dos cargos que ocupam, desobedecendo às determinações superiores;

- 5 — Abandonem sem justificação os cargos para os quais foram eleitos;

- 6 — Revelarem indisposição para pagar suas dívidas, manchando deste modo o bom nome da Igreja.

Quando um membro da Igreja cometer o pecado referido no n.º 3, será excluído sumariamente.

Está conforme o original, nada havendo na parte omitida além ou em contrário ao que se narra.

Secretaria Notarial de Aveiro, 10 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *José Fernandes Campos*. 1-3-3906

MALHEIRO & MACHADO, L.ª

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 15 de Outubro de 1979, lavrada a fls. 150 e 150 v.º e a fls. 1 e 1 v.º dos livros de notas para escrituras diversas n.ºs 78-B e 79-B, respectivamente, do Cartório Notarial de Caminha, a cargo do notário licenciado João de Matos Torres Garrido, foi constituída entre Jaime Pedro Martins Malheiro, casado com Maria de Fátima Azevedo Carvalho Malheiro no regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Seixas, do concelho de Caminha, onde também habitualmente reside, e Aníbal Domingos Ferreira Machado, casado com Maria Inocência Portela da Costa Machado no regime da comunhão geral, também natural da referida freguesia de Seixas, onde reside habitualmente, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada sob a firma Malheiro & Machado, L.ª, a qual se regerá pelas cláusulas constantes dos seguintes artigos:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Malheiro & Machado, L.ª, tem a sua sede e estabelecimento no lugar da Cabreira, da freguesia de Seixas, do concelho de Caminha, e durará por tempo indeterminado, a contar de hoje.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste na indústria e comércio de aviação e de qualquer outro comércio ou indústria que a sociedade delibere explorar.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 500 000\$, está integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma de duas quotas iguais, de 250 000\$ cada uma, pertencendo uma a cada sócio.

ARTIGO 4.º

Dependem do consentimento do outro sócio as cessões de quotas a estranhos.

ARTIGO 5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, pertence a ambos os sócios, que dividirão entre si os respectivos serviços; para que a sociedade fique obrigada basta a assinatura de qualquer dos sócios.

ARTIGO 6.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral são convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com dez dias de antecedência.

Está conforme.

Cartório Notarial de Caminha, 16 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Augusta de Abreu Pereira da Costa*. 1-3-3911

SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA DA CASA DA QUINTA, L.ª

Certifico que, por escritura de 1 de Outubro corrente, lavrada no Cartório Notarial de Mondim de Basto e exarada de fl. 8 v.º a fl. 13 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 16-A, João Carlos Pinto Coelho Afonso e Marina Rodrigues Machado, casados, residentes no lugar da Casa da Quinta, freguesia de Atei, concelho de Mondim de Basto, e Fernando Gabriel Pinto Coelho Afonso e Maria Helena Cabral Guimarães Afonso, casados, residentes na Rua do Alferes Barrilero Ruas, 1.º, 8.º, esquerdo, em Lisboa, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regula nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Sociedade Agro-Pecuária da Casa da Quinta, L.ª, fica com a sua sede na Casa da Quinta,

freguesia de Atei, concelho de Mondim de Basto, e durará por tempo indeterminado, a partir do dia de hoje.

§ único. A Sociedade pode estabelecer delegações ou filiais onde e quando a gerência o entender, bem como poderá mudar a sua sede social por simples deliberação da assembleia geral.

2.º

O objecto da Sociedade é a exploração agro-pecuária, podendo ainda dedicar-se a outras actividades comerciais ou industriais em que os sócios acordem e não sejam vedadas por lei.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 800 000\$, e foi subscrito por todos os sócios com uma quota, cada um, de 200 000\$.

4.º

Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à Sociedade quando esta deles careça, mediante condições a fixar em assembleia geral. Quando os suprimentos tenham sido feitos por mais do que um sócio, os reembolsos serão efectuados proporcionalmente a todos.

5.º

A cessão, total ou parcial, de quotas entre sócios é livremente consentida, assim como a divisão de quotas pelos herdeiros do respectivo titular.

§ 1.º A cessão a estranhos depende do consentimento da Sociedade, à qual, em primeiro lugar, e aos sócios, em segundo, fica conferido o direito de preferência.

§ 2.º Se mais de um sócio desejar adquirir a quota, será ela dividida por todos os pretendentes na proporção das suas quotas, se por outra forma entre si não for acordado.

6.º

Para efeitos do artigo antecedente e seus parágrafos, o sócio que pretender ceder a quota notificará a Sociedade e os sócios por carta registada da mesma data.

§ 1.º A Sociedade reunirá no prazo de quinze dias após o recebimento da carta e deliberará exercer ou não o direito de preferência. No último caso deverão os sócios declarar na mesma assembleia se desejam ou não exercer o seu direito de preferência, sob pena de perderem esse direito.

§ 2.º A falta de cumprimento do estipulado neste artigo entender-se-á como desistência do direito de preferência, ficando o sócio cedente livre para o fazer a quem entender.

7.º

A Sociedade poderá amortizar as quotas dos seus sócios:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando forem julgados falidos ou insolventes;
- c) Quando a quota for arrestada ou penhorada e o sócio, por meio de caução, não requerer o levantamento daquelas providências logo que a Sociedade o exija ou dentro do prazo máximo de um mês;
- d) Se o sócio prejudicar dolosamente ou desacreditar de forma notória a Sociedade e, ainda, se ceder a quota a estranhos sem observância do disposto nos artigos 5.º e 6.º

8.º

Excepto no caso da alínea a) do artigo anterior, o valor da quota para efeito de amortização será o que resultar da média dos balanços aprovados nos últimos três exercícios sociais.

9.º

Nos casos previstos nas alíneas b) e c) do artigo 7.º, a amortização, a deliberar em assembleia geral, ficará consumada pelo depósito, na Caixa Geral de Depósitos, do valor da quota à ordem da autoridade judicial que houver proferido a decisão ou ordenado a diligência que a determinar; nos casos previstos nas alíneas a), d) e e) do mesmo artigo, a amortização tornar-se-á perfeita pela comunicação ao sócio excluído, através de carta registada, de que o preço da sua quota se encontra à sua disposição durante oito dias, findos os quais será depositado à sua ordem na mesma Caixa.

10.º

A Sociedade não se dissolverá por morte, interdição ou dissolução de qualquer sócio, cabendo aos herdeiros do falecido ou representantes do inteiro indicar um que a todos represente na Sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

11.º

A gerência, dispensada de caução, bem como a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, será exercida

por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

12.º

Os documentos referentes à compra, venda ou permuta de veículos automóveis poderão ser assinados por um sócio gerente, sem necessidade de prévia autorização da assembleia geral.

13.º

Compete à gerência, além da definição da política geral da Sociedade, exercer os mais amplos poderes de gerência, praticando todos os actos tendentes à realização do objecto social.

14.º

Para obrigar a Sociedade são necessárias as assinaturas de dois gerentes.

15.º

É expressamente proibido aos gerentes obrigar a Sociedade em letras de favor, fianças, avales ou quaisquer actos ou documentos alheios aos interesses sociais.

16.º

Os lucros líquidos apurados em cada balanço destinar-se-ão:

Para o fundo de reserva legal, 5 %, pelo menos, enquanto não estiver realizado e sempre que careça de reintegração;

Para formação ou reintegração de reservas especiais, ou quaisquer outros destinos aprovados por deliberação dos sócios, as quantias para tanto especificamente fixadas;

Para dividendos, na proporção das quotas, o saldo restante.

Está conforme.

Cartório Notarial de Mondim de Basto, 17 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Joaquim Manuel Pereira de Oliveira*.

1-3-3917

RIBEIRO & VIEGAS, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 20 de Setembro de 1979, exarada a fl. 143 v.º do livro n.º 57-C do 8.º Cartório Notarial do Porto, a cargo da notária licenciada Isabel Carmália Ferreira, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que há-de reger-se pelos seguintes estatutos:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma de Ribeiro & Viegas, L.^{da}, durará por tempo indeterminado, e tem a sua sede na Avenida da República, 612, 9.º, esquerdo, do concelho de Matosinhos.

§ único. Por simples deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá transferir a sua sede social e criar ou suprimir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação, onde e quando lhe convier.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade é o comércio por grosso de brinquedos, jogos, utilidades e novidades, podendo, no entanto, vir a dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria deliberado em assembleia geral e permitido por lei.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 80 000\$, e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma de 20 000\$, pertencente ao sócio António Albuquerque Martins Ribeiro, e outra de 60 000\$, pertencente ao sócio Alberto do Rosário Viegas Rodrigues Costa.

ARTIGO 4.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas poderão os sócios facultar à caixa social os suprimentos de que venha a carecer, nos termos e condições que forem acordados em assembleia geral.

ARTIGO 5.º

São livres entre sócios as cessões de quotas, totais ou parciais, bem como as necessárias divisões, dependendo estes actos, quando a favor de estranhos, do consentimento da sociedade, à qual em primeiro lugar, e aos consócios em segundo, fica reconhecido o direito de preferência.

ARTIGO 6.º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, competem ao sócio Alberto do Rosário Viegas Rodrigues Costa, o qual fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, consoante o que vier a ser deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para obrigar validamente a sociedade em todos os actos e contratos que envolvam responsabilidade são necessárias as assinaturas do sócio Alberto do Rosário Viegas Rodrigues Costa e de outro gerente, a nomear em assembleia geral, bem como para os documentos de mero expediente.

§ 2.º É vedado ao gerente comprometer a sociedade em actos ou documentos estranhos aos negócios sociais, o qual pode fazer-se representar por um procurador mandatado em forma legal.

ARTIGO 7.º

No caso de interdição ou morte de qualquer sócio, a sociedade continuará com os capazes e os sobreviventes e herdeiros do falecido, devendo estes escolher um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 8.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme.

8.º Cartório Notarial do Porto, 21 de Setembro de 1979. — A Ajudante, *Ilma Isaura Gonçalves Lopes*. 1-3-3918

VICENTE & MARQUES, L.ª

Certifico que, por escritura de 10 de Outubro de 1979, exarada de fl. 57 v.º a fl. 59 do livro de notas para escrituras diversas n.º 57-A do Cartório Notarial de Peso da Régua, Manuel Joaquim Silva Marques, casado, natural da freguesia e concelho de Peso da Régua e com residência habitual na freguesia de Alvações do Corgo, do concelho de Santa Marta de Penaguião, e António Vicente, casado, natural da freguesia de Godim, do concelho de Peso da Régua e com residência habitual nesta vila de Peso da Régua, à Rua da Ferreirinha, 121, declararam que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, a qual será regida pelo pacto social constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Vicente & Marques, L.ª, tem a sua sede e estabelecimento nesta vila de Peso da Régua, na Rua da Ferreirinha, 110, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje.

§ único. A sociedade poderá deslocar a sua sede dentro da mesma localidade, criar e suprimir filiais, sucursais e agências onde entenda conveniente, tudo mediante simples deliberação da assembleia geral.

2.º

A sociedade tem por objecto o comércio de materiais de construção e decoração, móveis, estruturas metálicas e electro-domésticos, podendo mais dedicar-se a qualquer outra actividade de comércio ou indústria permitida por lei.

3.º

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, é de 800 000\$, já entrado na caixa social e está dividido em duas quotas, assim distribuídas: uma de 400 000\$, do sócio Manuel José Silva Marques, e outra de 400 000\$, do sócio António Vicente.

4.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas qualquer dos sócios poderá fazer à caixa social os suprimentos de que a sociedade carecer, nas condições fixadas em assembleia geral.

5.º

É permitida a divisão e a cessão de quotas entre sócios, bem como a favor dos seus descendentes.

§ único. A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento do sócio não cedente.

6.º

Por morte ou interdição de qualquer sócio a sociedade continuará com o sócio sobrevivente ou capaz e os herdeiros ou representante legal do falecido ou interdito, devendo aqueles nomear de entre si um que a todos represente na sociedade enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

7.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, compete a ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes, devendo

todos os actos e contratos que obriguem a sociedade ser assinados pelos dois gerentes em conjunto, bastando a assinatura de um deles para assuntos de mero expediente.

§ único. É expressamente proibido aos gerentes usar a firma social em letras de favor, fianças, abonações e mais actos e contratos alheios à sociedade.

8.º

Dos lucros líquidos apurados anualmente retirar-se-ão 5 % para o fundo de reserva legal; retirar-se-ão mais as quantias que forem votadas em assembleia geral para fundos especiais; o sobranse será dividido entre os sócios na proporção das suas quotas.

9.º

Salvo os casos em que a lei exigir imperativamente outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por meio de carta registada com aviso de recepção, enviada aos sócios com a antecedência de, pelo menos, oito dias.

Está conforme.

Cartório Notarial de Peso da Régua, 12 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Sílvia Maria Pinto Marinho*. 1-3-3953

RANCHO FOLCLÓRICO E RECREATIVO DE GODIM

Certifico que, por escritura de 17 de Outubro de 1979, exarada de fl. 75 a fl. 78 do livro de notas para escrituras diversas n.º 51-B do Cartório Notarial de Peso da Régua, Gregório António Vasconcelos Almeida Carvalhais, casado, natural da freguesia de Godim, do concelho de Peso da Régua, Maria Isabel Gonçalves Pinto Carvalhais, casada, natural da freguesia e concelho de Peso da Régua, Ângelo José Pinto Monteiro, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Peso da Régua, Maria Antónia de Nazaré Bernardo Azevedo Narciso, casada, natural da freguesia dita de Godim, José Lacerda de Azevedo Narciso, casado, natural da freguesia de Ervedosa do Douro, do concelho de S. João da Pesqueira, Henrique Resende da Silva Pinto, casado, natural da freguesia dita de Godim, João Teixeira, viúvo, natural da freguesia de S. Nicolau, do concelho de Marco de Canaveses, António Germano Cardoso, casado, natural da freguesia de Loureiro, deste concelho de Peso da Régua, Joaquim Macedo Dias, casado, natural da freguesia referida de Godim, Elisabete Maria Ferreira da Silva Pinto, solteira, maior, natural da freguesia de Godim, já mencionada, Elísio Mendes, casado, natural da freguesia de Fontelas, do concelho de Peso da Régua, e Manuel Cardoso, casado, natural da dita freguesia de Godim, onde todos têm a sua residência habitual, declararam que pela presente escritura constituem entre si uma associação desportiva, cultural e recreativa, que adopta a denominação Rancho Folclórico e Recreativo de Godim, nos termos seguintes:

ARTIGO 1.º

Com os presentes estatutos visa-se institucionalizar juridicamente o Rancho Folclórico e Recreativo de Godim.

ARTIGO 2.º

A associação agora constituída adopta e mantém a designação Rancho Folclórico e Recreativo de Godim e tem por fim a promoção cultural, recreativa e oportunamente desportiva dos seus associados, assim como da restante população. Tem a sua sede em Godim, concelho de Peso da Régua, distrito de Vila Real, e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 3.º

O Rancho Folclórico de Godim poderá ter três categorias de sócios:

a) Artísticos — Todos os componentes do grupo folclórico ou artístico e os que habitualmente colaboram em manifestações artísticas;

b) Honorários — Os que como tal sejam proclamados pela assembleia geral, maioritariamente, em recompensa de serviços relevantes prestados ao Rancho, desde a sua fundação;

c) Efectivos — Os indivíduos ou entidades que contribuem com uma jóia inicial e uma quota mensal, ambas a fixar em assembleia geral.

ARTIGO 4.º

A jóia a que se refere a alínea c) do artigo anterior, bem como a quota, poderão ser inicialmente de 50\$ e 20\$, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A inscrição de sócios é feita em proposta subscrita pelo interessado e assinada por este e por um sócio efectivo no gozo de todos os seus direitos, que figurará como proponente.

§ 1.º As propostas serão presentes à primeira reunião do conselho directivo, que sobre elas resolverá desde logo.

§ 2.º Quando a proposta for rejeitada, o conselho directivo comunicará a deliberação ao proponente, que poderá recorrer para a assembleia geral no prazo de cinco dias.

§ 3.º Os sócios exoneram-se a seu pedido, dirigido ao conselho directivo;

§ 4.º A exclusão de qualquer sócio só poderá ser decretada em assembleia geral convocada para o efeito com prévia notificação do sócio a excluir, por carta registada com aviso de recepção.

ARTIGO 6.º

São órgãos normais do Rancho Folclórico e Recreativo de Godim a mesa da assembleia geral, o conselho directivo e o conselho fiscal.

ARTIGO 7.º

A competência e forma de funcionamento da assembleia geral são as previstas nas disposições legais e aplicáveis, nomeadamente nos artigos 170.º a 179.º do Código Civil.

§ único. A mesa da assembleia geral é composta por três associados, competindo-lhe convocar e dirigir as assembleias gerais e redigir as respectivas actas de trabalho.

ARTIGO 8.º

O conselho directivo é composto por três associados e a ele compete a gerência social, administrativa, financeira e disciplinar, devendo reunir uma vez por mês, ou mais, se se julgar conveniente.

§ único. Ao conselho directivo presidirá sempre um sócio, que poderá ser honorário ou efectivo.

ARTIGO 9.º

O conselho fiscal é sempre composto por três associados; compete-lhe dar parecer sobre o relatório e contas e fiscalizar a sua aplicação, devendo reunir pelo menos uma vez por ano.

ARTIGO 10.º

Qualquer dos órgãos sociais será eleito por voto secreto e o seu mandato terá a duração de cinco anos.

ARTIGO 11.º

Até ao dia 31 de Dezembro de 1979 deverão ser eleitos os primeiros órgãos sociais, sendo o Rancho gerido até que tal aconteça por uma comissão integrada pelos que estes estatutos subscrevem como outorgantes.

ARTIGO 12.º

Os deveres, direitos e penalidades dos sócios serão objecto do regulamento interno, cuja aprovação e actuações são da competência da assembleia geral, e na insuficiência desta seguir-se-ão as disposições aplicáveis do Código Civil.

ARTIGO 13.º

Os trajes dos componentes do Rancho Folclórico e Recreativo de Godim são propriedade do Rancho e são constituídos por sapato preto, calça preta, camisa branca, colete preto com banda e botões amarelos e faixa amarela, para os homens; para as mulheres, o traje é constituído por sapatos pretos, meia branca, saia preta rodada com cinco cachos amarelos e parra verde, avental amarelo com cacho preto e parra verde, lenço amarelo com franja preta e colete preto bordado em cada lado da frente com um coração de lantejoulas.

§ único. Os órgãos directivos promoverão no mais curto prazo de tempo as diligências necessárias para o registo da patente da constituição dos trajes conforme está descrito no artigo anterior.

Está conforme.

Cartório Notarial de Peso da Régua, 18 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Sílvia Maria Pinto Marinho*. 1-3-3954

DUARTE & MATEUS, L.ª

Certifico que, por escritura de 27 de Agosto último, lavrada de fl. 29 a fl. 32 v.º do competente livro n.º 18-E do Cartório Notarial de Portimão, foi entre João Augusto Duarte, Maria Custódia Canelas Duarte, José António Norberto Mateus e Dina Maria Canelas Mateus constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Duarte & Mateus, L.ª, e fica tendo a sua sede e estabelecimento na Rua de 25 de Abril, 27-A,

rés-do-chão, na povoação da Figueira, freguesia de Mexilhoeira Grande, concelho de Portimão.

2.º

O seu objecto é o exercício do comércio de artigos de mercearia, bebidas e charcutaria ou de qualquer outro ramo de comércio ou indústria que a sociedade resolva explorar. A deliberação da assembleia geral para a mudança do ramo de comércio ou indústria carece de voto favorável do sócio João Augusto Duarte.

3.º

A sua duração é por tempo indeterminado e para todos os efeitos o seu início se contará a partir de hoje.

4.º

O capital social é de 1 000 000\$, integralmente realizado, em dinheiro, e dividido em quatro quotas iguais, de 250 000\$, cada uma delas subscrita por cada um dos sócios.

5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre e a estranhos depende do consentimento escrito do sócio João Augusto Duarte, a quem fica reservado sempre o direito de preferência na alienação.

6.º

Não depende de autorização da sociedade a cessão de parte de uma quota a favor de um associado, bem como a divisão de quotas entre os herdeiros dos sócios.

7.º

A administração dos negócios da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a todos os sócios, que desde já são nomeados gerentes, mas a transacção em acções judiciais, salvo as destinadas a cobrar créditos da sociedade sobre terceiros, depende da autorização escrita do sócio João Augusto Duarte.

§ 1.º Para obrigar a sociedade são suficientes as assinaturas de dois gerentes.

§ 2.º É, porém, apenas necessária e suficiente a assinatura do sócio João Augusto Duarte para os seguintes actos:

a) Compra, venda e troca de veículos automóveis;

b) Contratação de empregados ou auxiliares, incluindo a determinação da sua remuneração, salvo a contratação do contabilista que for encarregado da escrita da sociedade;

c) Alteração, rescisão, revogação ou resolução do arrendamento do local onde estão instalados o estabelecimento e a sede da sociedade ou quaisquer outros, bem como traspasse do mesmo estabelecimento.

§ 3.º Os sócios gerentes Maria Custódia Canelas Duarte e João Augusto Duarte poderão delegar, através de procuração, todos ou parte dos poderes que lhe são conferidos em pessoa estranha à sociedade.

§ 4.º Ao sócio gerente Dina Maria Canelas Duarte é atribuída a retribuição mensal de 3500\$ e fica com a obrigação de pessoalmente gerir o estabelecimento comercial da sociedade, instalado na sua sede social, ou qualquer outro que a sociedade venha a ter.

§ 5.º Os restantes sócios gerentes terão a retribuição que for deliberada em assembleia geral.

8.º

A sociedade não fica obrigada por fianças, letras de favor e outros actos ou documentos alheios aos negócios sociais.

§ 1.º O sócio ou sócios que infringirem o disposto no corpo deste artigo respondem pessoalmente por todos os prejuízos que causarem à sociedade.

§ 2.º Qualquer sócio, independentemente de deliberação social, poderá propor contra o sócio ou sócios infractores as acções judiciais adequadas ao ressarcimento dos prejuízos causados à sociedade, devendo ser pago pela sociedade de todas as despesas que fizer.

9.º

O sócio gerente Dina Maria Canelas Mateus fica especialmente obrigado a ter a escrita sempre devidamente arrumada, fornecendo ao contabilista todos os elementos necessários para elaboração da escrita da sociedade.

10.º

Todas as importâncias recebidas pela sociedade deverão ser depositadas semanalmente numa agência bancária da cidade de Portimão, em conta da sociedade, salvo as importâncias necessárias para o movimento comercial diário do estabelecimento ou estabelecimentos da sociedade.

11.º

O sócio gerente Dina Maria Canelas Mateus informará mensalmente e por escrito o sócio João Augusto Duarte da situação económica da sociedade.

12.º

Nenhum dos sócios, directamente ou por interposta pessoa, poderá exercer na povoação da Figueira, freguesia de Mexilhoeira Grande, comércio ou indústria semelhante ao que a sociedade exercer, enquanto for sócio ou nos dois anos seguintes ao seu apartamento da sociedade, nem ser sócio ou gerente de sociedade que explore na mesma povoação comércio ou indústria que a mesma sociedade explore.

13.º

A assembleia geral ordinária da sociedade, quando todos os sócios não concordarem por escrito nos assuntos a deliberar, será constituída e terá lugar durante os primeiros quatro meses de cada ano social, e, neste caso, a convocação será feita mediante cartas registadas, dirigidas a todos os sócios ou seus representantes com a antecedência de oito dias.

14.º

As assembleias gerais extraordinárias, quando se dê situação idêntica à referida no artigo anterior, serão convocadas pela mesma forma indicada nesse artigo.

15.º

A morte ou interdição de qualquer dos sócios não importará a dissolução da sociedade, que subsistirá com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito.

16.º

Em caso de dissolução da sociedade, será liquidatário o sócio João Augusto Duarte ou os seus herdeiros ou representantes.

Está conforme ao original.

Cartório Notarial de Portimão, 17 de Outubro de 1979. — O Primeiro-Ajudante, João José Martins Cató. 1-3-3955

ATAIDE & GAMA, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 4 de Outubro corrente, lavrada de fl. 12 v.º a fl. 14 v.º do competente livro n.º 19-E do Cartório Notarial de Portimão, foi entre José Manuel de Ataíde Pinto Mascarenhas e Ana Maria Cabral Dinis da Gama constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Ataíde & Gama, L.^{da}, tem a sua sede e escritório em Portimão, Rua do Comércio, 49, 2.º, durará por tempo indeterminado e o seu início conta-se a partir de hoje.

§ único. A sociedade poderá deslocar a sua sede e estabelecer ou suprimir filiais, sucursais, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação no território nacional, mediante deliberação da assembleia geral.

2.º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços, no âmbito da consultoria, gestão, organização e administração de empresas, podendo ainda exercer qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem em assembleia geral.

3.º

O capital social, integralmente realizado e subscrito, em dinheiro, é de 50 000\$ e corresponde à soma de duas quotas, uma de 40 000\$ do sócio José Manuel de Ataíde Pinto Mascarenhas e outra de 10 000\$ do sócio Ana Maria Cabral Dinis da Gama.

4.º

A cessão de quotas entre sócios é livre, mas em relação a estranhos fica sujeita a autorização dos sócios não cedentes.

§ único. Na cessão a estranhos tem preferência em primeiro lugar a sociedade e em segundo lugar os sócios não cedentes, pelo valor apurado em balanço efectuado para o efeito.

5.º

A gerência e a administração da sociedade ficam a cargo do sócio José Manuel Ataíde Pinto Mascarenhas, que desde já é nomeado gerente, sem caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Obriga validamente a sociedade em juízo ou fora dele, activa e passivamente, a assinatura do sócio gerente.

§ 2.º A gerência pode comprar, para a sociedade, vender, trocar e hipotecar, da sociedade, quaisquer veículos automóveis ou motorizados e, bem assim, outros bens sujeitos a registo.

§ 3.º A sociedade é estranha a quaisquer actos ou contratos que não digam respeito aos negócios sociais, tais como abonações, fianças, letras de favor ou outros semelhantes.

§ 4.º O sócio gerente José Manuel Pinto Mascarenhas pode delegar, durante o prazo que entender, total ou parcialmente, os seus poderes de gerência noutro sócio ou em pessoa estranha à sociedade.

6.º

Por falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continua com os sócios sobreviventes ou capazes e com os herdeiros do falecido ou o representante do interdito, devendo aqueles nomear de entre si um que a todos represente adentro da sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

7.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com, pelo menos, oito dias de antecedência, devendo indicar sempre o assunto a ser tratado.

Está conforme ao original.

Cartório Notarial de Portimão, 12 de Outubro de 1979. — O Primeiro-Ajudante, João José Martins Cató. 1-3-3956

GASPAR, MOTA E CASIMIRO, L.^{da}

Sede: Casal da Areia, Coz, Alcobça

Certifico narrativamente que, por escritura de 9 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 54 a fl. 57 do respectivo livro n.º 24-D do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Alcobça, a cargo do notário licenciado Vitor Manuel Mendes Morão, entre Luís Gaspar, Fernando Gaspar Costa, Jorge Manuel da Piedade Volante, José Luís das Neves Mota e Avelino Marques Casimiro foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Gaspar, Mota e Casimiro, L.^{da}, tem a sua sede e estabelecimento no lugar de Casal da Areia, freguesia de Coz, deste concelho, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

2.º

O seu objecto consiste na criação, engorda e comércio de animais, nomeadamente aves, coelhos, porcos, bovinos, caprinos e lanígeros, podendo, no entanto, dedicar-se a qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 500 000\$ e está dividido em cinco quotas de 300 000\$, uma de cada sócio.

4.º

Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital nos termos e condições a fixar em assembleia geral, desde que a respectiva deliberação obtenha a totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

5.º

Qualquer sócio poderá fazer à caixa social os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições que os sócios acordarem em assembleia geral.

6.º

A cessão, total ou parcial, de quotas entre os sócios é livremente permitida.

§ 1.º A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, que deliberará no prazo de trinta dias, podendo usar do direito de preferência em primeiro lugar, direito esse que pertencerá aos restantes sócios se aquela não desejar exercê-lo.

§ 2.º No caso de a sociedade não autorizar a cessão de quotas, fica obrigada, no prazo de sessenta dias, a adquiri-las pelo valor do último balanço aprovado.

7.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a todos os sócios, que desde já são nomeados gerentes.

§ 1.º Para que a sociedade fique validamente obrigada nos seus actos e contratos torna-se necessária a assinatura ou intervenção de dois gerentes, indistintamente. Para os actos de mero expediente basta a assinatura de qualquer dos gerentes.

§ 2.º Os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência, no todo ou em parte, mediante procuração, mesmo a pessoas estranhas à sociedade, mas, neste caso, sempre com a anuência expressa dos outros.

§ 3.º A sociedade fica com a faculdade de constituir mandatários nos termos e para os efeitos do artigo 256.º do Código Comercial.

§ 4.º É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos que não lhe digam respeito, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes, ficando o infractor pessoalmente responsável pelos prejuízos que possa causar à sociedade.

8.º

A sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer sócio, continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros do falecido ou o representante legal do interdito, devendo aqueles escolher um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

§ único. Fica desde já autorizada a divisão de quotas por herdeiros dos sócios.

9.º

Na hipótese de dissolução, todos os sócios serão liquidatários, e o activo e passivo adjudicar-se-ão ao sócio ou sócios que melhor preço e condições de pagamento oferecerem.

10.º

As assembleias gerais, quando a lei não exigir outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de quinze dias.

Está conforme. Declara-se que na parte omitida nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Secretaria Notarial de Alcobaça, 9 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Joaquim Canha Carolino da Silva*. 1-3-3923

CENTRO SOCIAL DE COIMBRÕES

Certifico que, por escritura lavrada em 6 de Agosto do ano corrente, a fl. 3 do livro n.º 157-A de notas do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Vila Nova de Gaia, foi constituída a associação em epígrafe, Centro Social de Coimbrões com sede na Rua de Domingos de Matos, 544, freguesia de Santa Marinha, deste concelho, cujos fins são: colaborar com as famílias na criação e educação dos seus filhos, coadjuvando os serviços públicos competentes e outras instituições ou entidades, num espírito de interajuda, solidariedade e colaboração, e para prosseguimento dos seus objectivos a instituição propõe-se criar e manter as seguintes actividades:

- A) Infantário;
- B) Jardim-de-infância;
- C) Actividades tempos livres;
- D) Terceira idade;
- E) Actividades culturais e recreativas;
- F) Actividades desportivas.

A sua duração é por tempo indeterminado.

Podem ser associados pessoas singulares maiores de 18 anos ou pessoas colectivas, podendo também haver duas categorias de associados:

- A) Honorários: as pessoas que tenham prestado à instituição serviços que mereçam essa distinção;
- B) Subscritores: as pessoas que se obriguem ao pagamento periódico da quota mínima estabelecida pela assembleia geral.

Perdem a qualidade de associados todos aqueles que deliberadamente tenham prejudicado materialmente a instituição ou concorrido para o seu desprestígio e os subscritores que deixarem de pagar quotas durante seis meses.

A eliminação dos associados só se fará depois da respectiva audiência.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Vila Nova de Gaia, 8 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Jorge de Almeida Freitas*. 1-6-1027

GRUPO RECREATIVO DE GAVIÃO

Certifico que, por escritura de 19 de Outubro corrente, lavrada de fl. 27 a fl. 29 v.º do livro de escrituras diversas n.º 4-D do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Vila Nova de Famalicão, a cargo do notário licenciado Ângelo César Palha de Macedo Monteiro, foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe, que durará por tempo indeterminado, tem a sua sede no

lugar do Barreiro, da freguesia de Gavião, concelho de Vila Nova de Famalicão, tem por fim a agremiação desportiva e cultural dos seus associados, e da qual qualquer pessoa pode ser associada, desde que preencha os requisitos legais exigidos para tal tipo de associação.

Está conforme e confere com o original na parte transcrita.

Secretaria Notarial de Vila Nova de Famalicão, 19 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Manuel Inácio Ferreira de Lima*. 1-3-3950

GOUVEIA & AZEVEDO, L.ª

Certifico que, por escritura desta data, lavrada no Cartório Notarial de Mesão Frio e exarada de fl. 11 v.º a fl. 14 do livro de notas para escrituras diversas n.º 370, Diamantino de Carvalho Gouveia, casado, residente no lugar do Souto, freguesia de Oliveira, deste concelho, e José Luís Carvalho Azevedo, solteiro, maior, residente no lugar da Portela, da mesma freguesia, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regula nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Gouveia & Azevedo, L.ª, tem a sua sede no lugar do Teixoado, freguesia de Oliveira, deste concelho, e durará por tempo indeterminado, a contar desta data, podendo abrir filiais em qualquer parte, desde que assim seja deliberado em assembleia geral.

2.º

O seu objecto é a indústria de carpintaria mecânica, podendo, porém, explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e não seja proibido por lei.

3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 300 000\$, dividido em duas quotas de 150 000\$, pertencendo uma a cada um dos sócios.

4.º

Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital e qualquer dos sócios poderá fazer à caixa social os suprimentos de que a sociedade necessitar, tudo nos termos fixados em assembleia geral.

5.º

A cessão total ou parcial de quotas entre sócios é livremente permitida; a favor de estranhos só é possível depois de oferecida para efeitos de preferência aos sócios não cedentes;

6.º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele ficam afectas a ambos os sócios, que entre si distribuirão os respectivos serviços.

§ 1.º Os documentos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer dos gerentes, mas os que envolvam responsabilidades para a sociedade, tais como letras, aquisições e vendas de veículos automóveis, cheques, representação em juízo e em quaisquer actos ou contratos, só terão validade quando assinados pelos dois gerentes.

§ 2.º Qualquer dos gerentes poderá delegar os poderes de gerência em qualquer outro sócio ou mesmo em pessoa que não seja sócio, mas com competência comprovada para exercer o mandato.

§ 3.º É expressamente proibido aos gerentes assinar em nome da sociedade actos e documentos que não digam respeito aos negócios sociais, respondendo o contraventor pessoalmente por tudo o que assinar e pelos prejuízos que do facto resultem para a sociedade.

7.º

É vedado aos sócios negociar individualmente ou associados com outrem em quaisquer actividades industriais que se integrem dentro do objecto da sociedade no território continental.

8.º

Anualmente será dado um balanço aos negócios sociais, e os lucros líquidos apurados, depois de retirados 5 % para o fundo de reserva legal, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas. Do mesmo modo serão suportados os prejuízos, se os houver.

9.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade não se dissolve, continuando com o sócio ou sócios so-

brevivos ou capazes e os herdeiros do falecido ou representante legal do interdito, devendo aqueles nomear um de entre si que os represente a todos, salvo se não quiserem ficar na sociedade, caso em que será dado um balanço para fixação dos seus direitos, e o que se mostrar pertencer-lhes ser-lhes-á pago em quatro prestações trimestrais e iguais, a contar do evento com pagamento de juros à taxa de desconto do Banco de Portugal.

10.º

Em caso de dissolução, serão liquidatários todos os sócios, que procederão entre si à liquidação e partilha dos bens sociais, devendo, na falta de acordo, os mesmos ser adjudicados ao sócio que, em licitação aberta entre eles, mais der e melhores condições de pagamento oferecer.

11.º

Salvo os casos em que a lei exija outros requisitos, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias e com a indicação do assunto a tratar.

Está conforme.

Cartório Notarial de Mesão Frio, 16 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Manuel Amadeu Guerra Ferreira da Fonseca*. 1-3-3936

JORGE & COELHO, L.^{da}

Certifico que, por escritura desta data, inserta a fl. 55 v.º do competente livro de notas n.º 34-D do Cartório Notarial de Arouca, foi constituída entre Manuel Jorge Soares de Almeida e José Martins de Oliveira Coelho uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual se regerá pelas cláusulas do pacto social constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Jorge & Coelho, L.^{da}, tem a sua sede no lugar de Varziela, freguesia de Macieira, concelho de Vale de Cambra, e durará por tempo indeterminado, contando o seu início a partir desta data.

2.º

O capital social é de 600 000\$, e acha-se dividido em duas quotas de 300 000\$, uma de cada sócio.

§ 1.º A quota do sócio Manuel Jorge Soares de Almeida acha-se integralmente realizada pelos bens descritos na relação neste acto apresentada, que, no valor global de 300 000\$, o mesmo transfere para a sociedade e nela põe em comum.

§ 2.º A quota do sócio José Martins de Oliveira Coelho acha-se integralmente realizada em dinheiro, já entrado na caixa social.

3.º

O objecto da sociedade consiste no exercício da indústria de serralharia mecânica para a construção civil e reparações mecânicas e fabrico de maquinaria para a pecuária e vinicultura, podendo estender a sua actividade a outro qualquer ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem.

4.º

É livre a divisão e cessão de quotas entre sócios; a favor de estranhos, porém, a sociedade, em primeiro lugar, e o sócio não cedente, em segundo, gozam do direito de preferência na sua alienação.

5.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

§ único. Os documentos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer dos gerentes; porém, todos os actos e contratos que envolvam obrigação ou responsabilidade para a sociedade só terão validade quando assinados pelos dois gerentes, em conjunto.

6.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas com aviso de recepção, com a antecedência mínima de oito dias, sempre que a lei não exija outros prazos e formalidades.

7.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará com o sócio ou sócios sobreviventes e os herdeiros do falecido ou interdito legalmente representado, devendo aqueles herdeiros nomear um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

8.º

Em caso de dissolução, todos os sócios serão liquidatários.

Conferida, está conforme.

Cartório Notarial de Arouca, 17 de Setembro de 1979. — O Ajudante, *Carlos Gounod da Costa Alves*. 1-1-3047

S. O. R. C. — SOCIEDADE ORTOPÉDICA RUI CARDOSO, L.^{da}

Certifico que, por escritura lavrada em 11 do corrente, de fl. 20 v.º a fl. 21 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 94-C do 3.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado António Manuel Rodrigues Espanha, Rui Augusto Ramalho Cardoso e Maria Teresa de Arbués Moreira Ramalho Cardoso constituíram uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com o seguinte pacto:

1.º

A sociedade adopta a denominação S. O. R. C. — Sociedade Ortopédica Rui Cardoso, L.^{da}, tem a sede provisoriamente na Avenida de António Augusto de Aguiar, 24, 2.º, direito na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, de Lisboa, e durará por tempo indeterminado, a contar de hoje.

2.º

O objecto social é o exercício de prestação de serviços médicos de ortopedia ou qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem.

3.º

O capital social é de 200 000\$, totalmente realizado em dinheiro e representado por duas quotas 100 000\$, uma de cada sócio.

4.º

Os sócios são obrigados a prestações suplementares de capital, desde que a assembleia geral o delibere pela unanimidade dos votos de todo o capital social.

5.º

Dependem do consentimento da Sociedade as cessões de quotas a estranhos.

6.º

A gerência e administração da Sociedade ficam a cargo dos dois sócios, desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, bastando a assinatura de um gerente para obrigar a sociedade.

§ 1.º Os gerentes poderão delegar em quem entenderem os seus poderes de gerência e a Sociedade poderá constituir mandatários, nos termos e para os efeitos do artigo 256.º do Código Comercial.

§ 2.º Fica proibido aos gerentes obrigar a Sociedade em actos estranhos ao seu objecto, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

7.º

Quando a lei não exigir outros prazos ou formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme.

3.º Cartório Notarial de Lisboa, 12 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Paula Vieira Azevedo*. 4-0-2581

SOPRENDI — SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 24 de Setembro de 1979, lavrada nas notas do 20.º Cartório Notarial de Lisboa, no livro n.º 224-A, de fl. 24 a fl. 28 v.º, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se rege nos termos e condições constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Soprendi — Sociedade de Empreendimentos, L.^{da}, e tem a sua sede e escritórios provisoriamente na cidade de Lisboa, na Rua de Duque de Palmela, 27, 5.º, direito, freguesia do Coração de Jesus.

2.º

O objecto da Sociedade é a urbanização do prédio rústico denominado Terras do Moinho do Guizo, sito em A da Beja, Belas, Sintra, adiante identificado, e a promoção da construção nesse prédio de habitações e sua comercialização.

3.º

A duração da Sociedade é por tempo indeterminado, contando-se desde hoje o seu começo para todos os efeitos.

4.º

O capital social é de 2 000 000\$, a que corresponde uma quota de 1 000 000\$, pertencente ao sócio Dr. Vasco Manuel de Quevedo Pereira Coutinho, uma de 500 000\$, pertencente à sócia D. Ana Joaquina Graça Costa, e outra também de 500 000\$, pertencente aos sócios José Augusto da Costa.

§ único. A quota do sócio Dr. Vasco Manuel de Quevedo Pereira Coutinho é integralmente realizada em dinheiro, e as quotas da sócia Ana Joaquina Graça Costa e do sócio José Augusto Costa são integralmente realizadas com a transmissão a favor da sociedade do prédio rústico de que estes dois sócios são proprietários denominado Terras do Moinho do Guizo, com a área de 26,5840 ha, sito em A da Beja, Belas, Sintra, descrito sob o n.º 7017 (ao qual se acham reunidos os descritos sob os n.ºs 17 845, 17 846 e 17 847) da Conservatória do Registo Predial de Sintra, 1.ª Secção, onde a respectiva aquisição se encontra registada a seu favor sob o n.º 9575, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Belas sob o artigo 22, secção B, e a que se atribui o valor de 1 000 000\$.

5.º

Poderão ser pedidas, depois de deliberação unânime dos sócios, prestações suplementares de capital, no montante e condições que essa deliberação estabelecer.

6.º

A cessão, total ou parcial, de quotas a favor de pessoas estranhas à Sociedade carece sempre de autorização social, gozando a Sociedade, em primeiro lugar, e os sócios, em segundo lugar, do direito de preferência nessa cessão.

§ 1.º O sócio que pretender ceder a sua quota a estranhos assim o comunicará por carta registada com aviso de recepção à sociedade e aos outros sócios, indicando-lhes o nome do cessionário e o preço que lhe é oferecido.

§ 2.º Se no prazo de quinze dias a contar da recepção da comunicação nem a Sociedade nem os outros sócios declararem que pretendem optar na aquisição da quota, poderá esta ser livremente cedida.

7.º

A sociedade poderá amortizar quotas:

a) Pelo valor resultante do balanço especial, as quotas que forem arroladas, penhoradas, arrestadas ou sujeitas a qualquer outra providência judicial;

b) Pelo valor do último balanço, as quotas pertencentes aos sócios falecidos ou interditos, dentro do prazo de seis meses a contar do falecimento ou da interdição.

8.º

No caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, se a Sociedade não proceder à amortização da respectiva quota, é esta dividida em partes iguais pelos herdeiros ou representantes.

9.º

São gerentes da Sociedade, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, os sócios Vasco Manuel de Quevedo Pereira Coutinho e José Augusto da Costa. É nomeado gerente executivo, ficando a ele subordinada toda a gerência, o sócio Vasco Manuel de Quevedo Pereira Coutinho.

§ 1.º Em todos os casos de alienação ou oneração de imóveis é necessário que dois gerentes, sendo um deles obrigatoriamente executivo, assinem em representação da Sociedade.

§ 2.º Em todos os actos e contratos, com excepção dos designados no parágrafo anterior, para que a sociedade fique obrigada é necessário que em nome dela assine o gerente executivo, sendo bastante a sua assinatura.

§ 3.º Os gerentes não podem obrigar a Sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, nomeadamente abonações, fianças e letras de favor.

§ 4.º A Sociedade e os seus gerentes ficam com a faculdade de constituírem mandatários nos termos e para os efeitos do artigo 256.º do Código Comercial.

10.º

A fiscalização dos actos da gerência será exercida por um conselho fiscal composto por um presidente e dois vogais eleitos em assembleia geral por períodos de um ano, sendo permitida a reeleição uma ou mais vezes.

11.º

A Sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei, sendo desde já nomeados liquidatários os sócios gerentes. A liquidação e partilha efectuar-se-ão nos termos seguintes:

a) A liquidação não deverá exceder o prazo de seis meses;

b) Se a Sociedade tiver preenchido algum dos seus fins, nomeadamente se tiver elaborado um plano de urbanização para o prédio rústico atrás identificado, que tenha obtido aprovação por parte das entidades competentes, se tiver promovido a construção de infra-estruturas no mesmo prédio, ou se tiver nele promovido a construção de habitações, a partilha do activo da Sociedade será feita, depois de satisfeitas as dívidas, na proporção das quotas de cada sócio;

c) Se a Sociedade não tiver preenchido alguns dos fins previstos na alínea anterior, mas a sua actividade tiver determinado uma valorização do dito prédio rústico, a partilha do activo da Sociedade será feita de modo que a mais-valia obtida pela actividade social seja distribuída na proporção das quotas de cada sócio, e que, depois de satisfeitas as dívidas, reverta, na medida do possível, para os sócios o capital com que entraram para a Sociedade, destinando-se aos sócios Ana Joaquina Graça Costa e José Augusto Costa, ou, no caso da sua morte ou interdição, aos seus representantes, o referido prédio rústico;

d) Se a Sociedade não tiver preenchido nenhum dos seus fins, nem tenha obtido, por força da sua actividade, valorização do referido prédio rústico, a partilha dos bens sociais será feita de modo que reverta para os sócios Ana Joaquina Graça Costa e José Augusto Costa, ou, no caso da sua morte para os respectivos herdeiros, o dito prédio rústico no todo ou em parte, sem prejuízo da satisfação do deficit da Sociedade que será suportado pelas quotas dos sócios na respectiva proporção.

12.º

Quando a lei não exigir outras formalidades e prazos, as reuniões de assembleia geral serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência, pelo menos.

Para constar se passou a presente certidão de narrativa parcial e de teor parcial que vai conforme o original, no qual nada há em contrário ou além do que se certifica.

20.º Cartório Notarial de Lisboa, 3 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria da Ressurreição Pereira Felício Patrício*.

4-0-2580

MEG — CONFECÇÕES, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 9 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 100 do livro n.º 65-C a fl. 2 v.º do livro n.º 66-C das notas do 7.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Olívia da Conceição Nunes Pinto Capelo Ramos, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Meg — Confeccções, L.^{da}, tem a sua sede em Lisboa, na Rua do Actor Epifânio, lote 1, 2.º, esquerdo, freguesia do Lumiar, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

2.º

A sociedade tem por objecto a confecção, comércio e revenda de vestuário e pronto-a-vestir para homens, senhoras e crianças, bem como a importação e exportação dos citados artigos, e ainda a exploração de qualquer ramo de comércio ou indústria em que os seus sócios acordem e a lei permita.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 200 000\$ e corresponde à soma das quotas dos sócios, da seguinte forma: Maria Margarida Teixeira Ferreira, uma quota de 50 000\$; Mário Henrique Fernandes Simões, uma quota de 50 000\$; Eulália Carolina Teresa Chainho, uma quota de 50 000\$, e Mário Brandão Nobre, uma quota de 50 000\$.

4.º

Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital desde que a respectiva deliberação obtenha a totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por

todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes. Para obrigar a sociedade são necessárias as assinaturas de dois gerentes, excepto para os casos de mero expediente, em que será bastante a assinatura de um deles. (Ver «Em tempo».)

§ 1.º Qualquer dos sócios poderá delegar os seus poderes de gerência, por meio de procuração, em qualquer dos outros sócios, mas a favor de estranhos depende do consentimento de quem mais for sócio.

§ 2.º É proibido aos sócios obrigar a sociedade em letras de favor, fianças, abonações e de uma maneira geral em quaisquer actos, contratos e documentos que sejam estranhos aos objectos e fins da sociedade.

§ 3.º A sociedade pode constituir mandatários nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 256.º do Código Comercial.

6.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios; porém, quando feita a estranhos fica dependente da autorização dos restantes sócios, que terão sempre o direito de opção.

7.º

No caso de falecimento, interdição ou inabilitação de qualquer sócio, a sociedade continuará com os sobreviventes e capazes e os herdeiros ou representantes seus, que escolherão de entre si um que a todos represente e que tenha para o efeito a concordância de todos os restantes sócios.

8.º

No caso de dissolução todos os sócios serão liquidatários, e não havendo acordo quanto à liquidação e partilha dos bens sociais serão os mesmos adjudicados àquele dos sócios que em licitação verbal melhor preço e condições de pagamento oferecer.

Em tempo. — Ao artigo 5.º é aditado o § 4.º, que fica com a seguinte redacção:

§ 4.º Para obrigar a sociedade serão necessárias as assinaturas conjuntas dos gerentes Maria Margarida Teixeira Ferreira e Mário Henrique Fernandes Simões ou dos gerentes Eulália Carolina Teresa Chainho e Mário Brandão Nobre.

Vai conforme ao original, a que me reporto.

7.º Cartório Notarial de Lisboa, 12 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Manuela Rodrigues do Amaral*. 4-0-2582

JOSÉ BASÍLIO & COUTINHO, L.ª

Certifico que, por escritura de 15 do corrente mês, lavrada de fl. 41 v.º a fl. 43 v.º do livro n.º 91-A do Cartório Notarial da Batalha, José Basílio Poin Henriques Coutinho e Maria de Lurdes Alves da Silva Coutinho constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma José Basílio & Coutinho, L.ª, tem a sua sede no lugar e freguesia de S. Martinho do Porto, concelho de Alcobaca, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

2.º

O objecto social consiste em actividades agro-pecuárias, importação e exportação, compra e venda de veículos automóveis e exploração de restaurantes e actividades similares, podendo ainda dedicar-se a outras actividades comerciais ou industriais dentro dos limites legais.

3.º

O capital social, integralmente já realizado em dinheiro, é de 50 000\$ e representa-se por duas quotas iguais, de 25 000\$, uma de cada sócio.

4.º

1 — A gerência da sociedade pertence a ambos os sócios, desde já nomeados gerentes, sem caução e com ou sem remuneração, conforme deliberação da assembleia geral.

2 — Para obrigar validamente a sociedade é necessária e suficiente a assinatura do sócio José Basílio Poin Henriques Coutinho.

3 — Pode a sociedade conferir a estranho poderes de gerência e pode qualquer sócio gerente delegar em outro sócio ou em estranho poderes de gerência e de representação social, mas, neste último caso, deve obter o prévio consentimento da sociedade.

4 — Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livremente permitida, mas na cessão a estranhos terão direito de preferência, em primeiro lugar, a sociedade e, em segundo lugar, os restantes sócios.

6.º

As assembleias gerais, salvo nos casos em que a lei exija outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de cinco dias.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Batalha, 17 de Outubro de 1979. — O Notário, *Ramiro Ferreira das Neves*. 1-0-9791

NUNES, OLIVEIRA & CARVALHOS, L.ª

Certifico que, por escritura de 26 de Julho de 1979, lavrada de fl. 97 a fl. 100 do livro de notas para escrituras diversas n.º 283 do Cartório Notarial de Pedrógão Grande, a cargo do notário licenciado José António Risques Correia da Silva, foi constituída entre António de Jesus Nunes, João de Oliveira Roupico, Manuel Augusto Jesus Nunes, Armando Maria Henriques de Carvalho e David Manuel Silva Carvalho uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada com a firma em epígrafe, que ficou a reger-se pelo pacto social constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Nunes, Oliveira & Carvalhos, L.ª, fica com a sua sede e armazém ou estabelecimento na vila, freguesia e concelho de Pedrógão Grande e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje.

2.º

O seu objecto é a indústria de construção civil, projectos e cálculos e comércio de materiais para o mesmo fim, podendo explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja legal.

3.º

O capital social é de 1 500 000\$, está totalmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das quotas dos sócios, de 300 000\$ cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios.

§ único. Os sócios poderão fazer prestações suplementares de capital quando a sociedade delas necessite e for deliberado em assembleia geral.

4.º

A cessão de quotas, total ou parcial, a favor de estranhos fica dependente do consentimento, por escrito, dos sócios não cedentes, mas entre os sócios é livremente permitida.

5.º

A gerência social, dispensada de caução, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

6.º

Para obrigar a sociedade, designadamente por aceite, saque, endosso e aval de letras, saque de cheques e livranças, é necessária a assinatura de dois dos gerentes, aos quais é proibido usar a firma social em fianças, abonações, letras de favor e em todos os actos e contratos estranhos aos negócios sociais; os documentos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer dos gerentes.

7.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, salvo nos casos em que a lei exige forma especial.

8.º

A sociedade não se dissolve por falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, pois continuará com os herdeiros do falecido ou com o representante legal do interdito, devendo aqueles nomear um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

Vai conforme o original.

Cartório Notarial de Pedrógão Grande, 8 de Agosto de 1979. — A Ajudante, *Maria Helena Ribeiro dos Santos*. 1-1-3052

SOLAR MIMOSO — SNACK-BAR, CERVEJARIA E CAFÉ, DE SILVA & PAIS, L.^{DA}

Certifico que, por escrituras de 12 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 66 v.º a fl. 68 do livro de notas n.º 630-D do Cartório Notarial de Oeiras, Ângelo José da Silva e Virgínia Simões Pais constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Solar Mimoso — Snack-Bar, Cervejaria e Café, de Silva & Pais, L.^{da}, tem a sua sede e estabelecimento na Rua de João Luís Ricardo, lote B, loja C, na Vila Gouveia, na localidade e freguesia da Parede, concelho de Cascais, conta de hoje o seu início e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

O objectivo social é o exercício da actividade de hotelaria, podendo no entanto a sociedade exercer qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja legal.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 100 000\$, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são de 50 000\$ cada uma.

ARTIGO 4.º

Por deliberação da assembleia geral, tomada por votos correspondentes à totalidade do capital social, poderão ser exigíveis prestações suplementares de capital, na proporção das quotas dos sócios, podendo estes fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições a fixar também em assembleia geral.

ARTIGO 5.º

As cessões de quotas, no todo ou em parte, são livremente permitidas entre sócios, mas carecem do consentimento da sociedade quando feitas a estranhos.

ARTIGO 6.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a todos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, sendo obrigatória a intervenção de dois gerentes para representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, e para a obrigar em todos os seus actos e contratos, bastando a intervenção de um só para assuntos de mero expediente.

§ 1.º Qualquer dos gerentes poderá delegar, mesmo em pessoa estranha à sociedade e por meio de procuração, os seus poderes de gerência e de representação social, no todo ou em parte, podendo a própria sociedade constituir também mandatários para os fins previstos no artigo 256.º do Código Comercial e para quaisquer outros fins.

§ 2.º Os gerentes e seus procuradores jamais poderão obrigar a sociedade em actos ou contratos alheios aos negócios sociais, tais como fianças, subfianças, letras de favor e outros semelhantes.

ARTIGO 7.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com oito dias pelo menos de antecedência.

Está conforme com o original, no qual nada há além do que se narra ou transcreve.

Cartório Notarial de Oeiras, 12 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Eulália Pontes Caetano Gonçalves Caçdo*.

4-0-2589

SANTOS & COUTO, L.^{DA}

Certifico que, por escritura desta data, lavrada de fl. 24 a fl. 25 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 110-B do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Vila do Conde, Manuel Ferreira dos Santos, casado, residente no lugar do Outeirinho, da freguesia de Gual, do concelho de Barcelos, e Inácio Alberto Figueiredo Couto, casado, residente no lugar do Couto, 15, rés-do-chão, da freguesia de Lomar, do concelho de Braga, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Santos & Couto, L.^{da}, tem a sua sede no lugar do Outeirinho, da freguesia de Gual, do concelho

de Barcelos, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje.

2.º

O objecto social é o exercício da actividade comercial de produtos alimentares e congelados, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 600 000\$, representado por duas quotas de 300 000\$ cada uma, pertencendo uma a cada sócio.

4.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica confiada aos dois sócios, que desde já são nomeados gerentes, sendo obrigatória a assinatura conjunta dos dois sócios gerentes para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

5.º

1 — A cessão de quotas entre sócios e seus descendentes é livremente permitida.

2 — A cessão de quotas a estranhos só poderá fazer-se com autorização da sociedade, que, em todo o caso, terá sempre direito de preferência.

3 — Qualquer sócio terá também direito de preferência, de que poderá fazer uso, no caso de a sociedade não exercer esse mesmo direito.

6.º

Os sócios gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência noutro sócios ou, com o consentimento da sociedade, em pessoa estranha à sociedade.

7.º

Poderão ser exigíveis dos sócios prestações suplementares de capital, nos termos e condições que forem aprovados na reunião da assembleia geral; os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, também nos termos que forem fixados na reunião da assembleia geral.

8.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, salvo nos casos em que a lei exija outros prazos ou formalidades.

Vai conforme.

Secretaria Notarial de Vila do Conde, 12 de Outubro de 1979. — O Segundo-Ajudante, *Jodo Evangelino Gomes de Freitas*.

1-0-9764

RUI DE PAIVA E PONA, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 24 de Abril de 1979, lavrada de fl. 93 a fl. 94 v.º do livro de notas n.º 52-B para escrituras diversas do 11.º Cartório Notarial de Lisboa, foi constituída entre os Drs. Rui Beirão de Paiva e Pona e Rui Manuel Firmino de Paiva e Pona uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada sob a firma em epigrafe, a qual se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Rui de Paiva e Pona, L.^{da}, tem a sua sede em Lisboa, provisoriamente na Rua da Palma, 165-A, freguesia de Santa Justa, e a sua duração é por tempo indeterminado, a contar de hoje.

2.º

O seu objecto consiste no exercício da actividade de consultores de engenharia e de gestão de empresas, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e não dependa de autorização especial.

3.º

O capital social é de 50 000\$, integralmente realizado em dinheiro, já entrado na caixa social, e corresponde à soma das quotas dos sócios, assim distribuídas: Dr. Rui Beirão de Paiva e Pona 30 000\$ e Dr. Rui Manuel Firmino de Paiva e Pona 20 000\$.

4.º

É livre a cessão total ou parcial de quotas entre sócios e herdeiros de sócios, ficando, para esta última hipótese, desde já au-

torizada a respectiva divisão; porém, a cessão a favor de estranhos só poderá efectuar-se com prévio e expresso consentimento da sociedade.

§ único. Ficam, porém, os sócios autorizados desde já a ceder metade das respectivas quotas aos engenheiros Afonso Beirão de Paiva e Pona e Afonso Manuel Firmino de Paiva e Pona.

5.º

A administração e gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de qualquer dos gerentes.

§ 2.º Os gerentes podem delegar os seus poderes uns nos outros ou até mesmo em pessoa estranha à sociedade, mas neste caso sempre com a anuência dos demais sócios, podendo também a própria sociedade, para a prática de certos e determinados actos, constituir mandatários nos termos do artigo 256.º do Código Comercial.

§ 3.º Nunca os gerentes ou seus representantes poderão obrigar a sociedade em fianças, abonações, avals e em actos e documentos estranhos aos negócios sociais.

6.º

Por morte, interdição ou inabilitação de qualquer sócio exercem os direitos inerentes à respectiva quota os herdeiros dos falecidos e os representantes dos interditos ou inabilitados.

§ único. No caso de falecimento de um sócio, os seus herdeiros ou representantes deverão escolher entre si um que a todos os represente enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

7.º

As reuniões da assembleia geral, quando a lei não estabelecer outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência de oito dias pelo menos.

Vai conforme ao original na parte transcrita, nada havendo na dita escritura que amplie, restrinja ou condicione quanto se transcreve ou narra.

11.º Cartório Notarial de Lisboa, 27 de Abril de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Justino Estêvão da Silva*. 1-0-9781

PEREIRA & RIBEIRO, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 3 de Outubro de 1979, exarada de fl. 71 v.º a fl. 73 do livro para escrituras diversas n.º 60-E do 6.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Manuel da Costa e Melo, foi constituída entre José Pereira da Silva e Francisco Ribeiro Alves uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Pereira & Ribeiro, L.^{da}, tem a sua sede na Rua de Luís de Camões, 30, no lugar do Cacém, freguesia de Aqualva-Cacém, concelho de Sintra, e durará por tempo indeterminado, a contar de hoje.

2.º

O objecto social consiste na compra e venda de prédios rústicos e urbanos e, em geral, na indústria da construção civil em qualquer das suas modalidades ou em qualquer outra actividade comercial ou industrial que os sócios resolvam explorar e não dependa de autorização especial.

3.º

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, é de 500 000\$, dividido em duas quotas iguais, de 250 000\$ cada uma, pertencentes uma a cada sócio.

4.º

A cessão de quotas, no todo ou em parte, depende do consentimento da sociedade.

5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios, todavia, a sociedade obriga-se com a intervenção dos dois sócios gerentes, podendo os actos de mero expediente ser assinados só por um.

§ único. Pode a sociedade conferir a estranhos poderes de gerência, e pode também qualquer sócio gerente delegar em outro sócio ou em estranho os seus poderes de gerência e de representação social.

6.º

Fica vedado aos gerentes intervir em nome da sociedade em actos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, abonações e fianças.

7.º

As assembleias gerais, quando a lei não exija outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência, pelo menos.

8.º

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os seus herdeiros ou representantes, devendo aqueles nomear um que a todos represente na sociedade.

É certidão de teor parcial que vai conforme ao original.

Lisboa, 11 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Fernanda J. Marques Damas*. 1-0-9782

SALGADO & SALGADO, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 8 do corrente mês de Outubro, lavrada no Cartório Notarial de Rio Maior, no livro n.º 442-A, a fl. 1 v.º, foi constituída entre Fernando Manuel Mercúrio Salgado, Graciete da Silva Barreira Salgado, Silvino Alberto Mercúrio Salgado e Ana Maria Martins Correia Lança Salgado, todos residentes nesta vila de Rio Maior, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma de Salgado & Salgado, L.^{da}, tem a sua sede na Rua de D. Afonso Henriques, 77, em Rio Maior, e durará por tempo indeterminado, a contar de hoje.

§ único. A sede social poderá ser transferida para qualquer outro local por simples deliberação da assembleia geral e a sociedade poderá estabelecer sucursais ou quaisquer outras formas de representação fora da sede e de acordo com as suas necessidades.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio e indústria hoteleira, casas de pasto, restaurante e ainda exploração da indústria de construção civil e compra e venda de propriedade, podendo ainda explorar qualquer outro ramo de indústria ou comércio que a sociedade delibere.

ARTIGO 3.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, é de 500 000\$, correspondente à soma de quatro quotas, uma de 150 000\$ do sócio Fernando Manuel Mercúrio Salgado, outra de 100 000\$ da sócia Graciete da Silva Barreira Salgado, outra de 150 000\$ do sócio Silvino Alberto Mercúrio Salgado e outra de 100 000\$ da sócia Ana Maria Martins Correia Lança Salgado.

ARTIGO 4.º

A administração da sociedade será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução.

ARTIGO 5.º

Para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, é bastante a assinatura dos sócios Silvino Alberto Mercúrio Salgado ou Fernando Manuel Mercúrio Salgado.

ARTIGO 6.º

Os sócios gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência, por via de mandato, apenas em familiares seus ou na pessoa de outros sócios.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá nomear quaisquer mandatários ou representantes nos termos e para os fins do artigo 256.º do Código Comercial.

ARTIGO 8.º

Aos gerentes ou seus mandatários é vedado usar da firma social em assuntos estranhos aos negócios da sociedade, e bem assim prestar fianças, abonações, assinar letras de favor ou tomar responsabilidade sobre qualquer forma e se o fizer, além de tais actos não terem validade em relação à sociedade, incorrerá o faltoso em quantia igual ao dobro do compromisso assumido, que reverterá em proveito da sociedade.

ARTIGO 9.º

Na cessão e divisão de quotas observar-se-á o seguinte:

§ 1.º Na cessão entre sócios e a estranhos, o direito de preferência cabe em primeiro lugar à sociedade e em segundo lugar aos sócios.

§ 2.º Havendo mais de um sócio a preferir, será a quota a ceder dividida em partes iguais pelos pretendentes.

§ 3.º Não querendo nem a sociedade nem os sócios preferir, poderá a quota ser transaccionada livremente.

ARTIGO 10.º

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, os seus herdeiros ou representantes designarão um de entre eles que a todos represente junto da sociedade enquanto a herança se encontrar indivisa.

§ único. Se no prazo de sessenta dias a contar do facto que lhe dá origem os herdeiros ou representantes não exercerem esse direito, a sociedade poderá proceder à amortização da respectiva quota pelo valor real.

ARTIGO 11.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, expedidas com oito dias de antecedência, excepto nos casos em que a lei determine outras formalidades de convocação.

ARTIGO 12.º

No caso de arresto ou penhora de quota ou quotas, ou quando por qualquer motivo tenha de proceder-se à venda ou arrematação judicial, a sociedade tem o direito de adquiri-la, amortizando-a.

§ único. Se a sociedade não pretender exercer esse direito, poderá qualquer sócio fazê-lo.

ARTIGO 13.º

A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei, mas em qualquer caso de dissolução serão liquidatários os sócios, e na falta de acordo quanto à liquidação e partilha será o estabelecimento social, com todos os seus elementos, adjudicado àquele que melhor proposta apresentar em licitação verbal entre eles.

Está conforme.

Cartório Notarial de Rio Maior, 12 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Manuela dos Santos Vieira Pereira Sequeira*.
1-0-9797

PISCO & OLIVEIRA, L.ª

Certifico, narrativamente, que, por escritura hoje lavrada no Cartório Notarial de Elvas, a fl. 96 do livro de notas n.º 48-A, António Miguel Ramalho Pisco e João Venceslau Ferreira de Oliveira constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas, que ficou a reger-se pelo pacto constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Pisco & Oliveira, L.ª, tem a sua sede e estabelecimento na Avenida de António Sardinha, torre I, corpo 12, rés-do-chão, em Elvas, e durará por tempo indeterminado, a contar de hoje.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sociedade pode abrir filiais ou agências em qualquer parte.

ARTIGO 2.º

O objecto social é o comércio de pronto-a-vestir, podendo vir a dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e não dependa de autorização especial.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 500 000\$, dividido em duas quotas iguais, uma de cada sócio.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas a estranhos depende de autorização da sociedade. Neste caso, a sociedade, em primeiro lugar, e os sócios, em segundo, gozam do direito de preferência.

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados, sem caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º À excepção dos actos de mero expediente, para todos os restantes são necessárias as assinaturas de ambos os gerentes ou seus representantes.

§ 2.º Os gerentes podem delegar os seus poderes de gerência em procurador e a sociedade pode constituir mandatários ao abrigo do disposto no artigo 256.º do Código Comercial.

§ 3.º Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos estranhos aos negócios sociais, nomeadamente avales, fianças, abonações, letras de favor e similares.

ARTIGO 6.º

As assembleias gerais para as quais a lei não exija formalidades especiais serão convocadas por cartas registadas, expedidas com, pelo menos, dez dias de antecedência.

Está conforme.

Cartório Notarial de Elvas, 4 de Outubro de 1979. — O Notário, *Celso dos Santos*.
1-0-9793

JUNIORES — CONFECÇÕES, L.ª

Certifico que, por escritura de 12 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 52 v.º a fl. 54 v.º do livro n.º 8-H de escrituras diversas do 10.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Moisés dos Santos Martins, foi entre José Fernandes Baptista de Oliveira, Francisco Delgado Brás, José António Carmona Dias e Manuel Delgado Brás constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual se passará a reger pelo pacto constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Juniores — Confeccções, L.ª, tem a sua sede e estabelecimento na Rua de Olivença, 7-A, freguesia e concelho de Almada, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

§ único. A gerência poderá instalar delegações, filiais ou qualquer outra forma de representação, quando e onde julgar conveniente.

2.º

O seu objecto é o comércio de pronto-a-vestir, modas e confeccções, podendo também dedicar-se a qualquer outra actividade, o que ficará a constar de acta.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 600 000\$ e corresponde à soma das seguintes quotas dos sócios: uma de 180 000\$, pertencente ao sócio Manuel Delgado Brás; uma de 180 000\$, pertencente ao sócio José António Carmona Dias; uma de 120 000\$, pertencente ao sócio Francisco Delgado Brás; e outra de 120 000\$, pertencente ao sócio José Fernandes Baptista de Oliveira.

4.º

A cessão de quotas entre sócios é livremente permitida, mas a favor de estranhos depende do consentimento de quem mais for sócio.

5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme a assembleia geral decidir, fica a cargo dos sócios Manuel Delgado Brás, José António Carmona Dias e Francisco Delgado Brás, que ficam desde já nomeados gerentes.

§ 1.º Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura de um dos gerentes.

§ 2.º Os gerentes não podem obrigar a sociedade em actos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, avales, letras de favor e outros semelhantes.

6.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios e expedidas com a antecedência de oito dias, pelo menos, delas constando os assuntos a tratar.

Está conforme o original na parte extractada, nada havendo em contrário ou além do que nesta se narra e transcreve.

10.º Cartório Notarial de Lisboa, 16 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Manuela Vilhena Azevedo Correia*.
1-0-9796

MOITA & GASPAR, L.ª

Certifico que, por escritura de 10 de Agosto de 1979, exarada de fl. 90 a fl. 92 do livro de notas para escrituras diversas n.º 411-B do Cartório Notarial de Alpiarça, a cargo do notário licen-

ciado Vítor Craveiro Correia de Castro, entre José João Pereira Moita, Noémia Coutinho Varanda Pereira Moita, Alberto Jacinto Brás Gaspar e Maria Luísa Ferreira Santiago Brás Gaspar, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regulará nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Moita & Gaspar, L.ª, tem a sua sede em Alpiarça na Rua de António Granjo, n.º 4 de polícia.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje.

3.º

O objecto da sociedade é o comércio e indústria de artigos eléctricos, instalações eléctricas e instalações industriais de alta e baixa tensão, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria que os sócios resolvam explorar e que não seja proibido.

4.º

O capital social é de 400 000\$, integralmente realizado em dinheiro, e corresponde a quatro quotas de 100 000\$ cada uma e pertencentes a cada um dos sócios.

5.º

Poderão ser exigíveis prestações suplementares de capital, desde que a respectiva deliberação obtenha a totalidade dos votos correspondentes ao capital da sociedade.

6.º

A gerência, dispensada de caução, será exercida por todos os sócios que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º A sociedade fica obrigada com a assinatura de dois gerentes, bastando uma em actos de mero expediente.

§ 2.º Qualquer dos sócios não poderá obrigar a sociedade em conjunto com o respectivo cônjuge.

§ 3.º É proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações e letras de favor, avals e outros semelhantes, sob pena de o infractor ser responsável para com ele pelos prejuízos que lhe causar.

7.º

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade.

8.º

A sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer dos sócios, devendo os seus herdeiros ou representantes nomear um que a todos represente na sociedade.

9.º

As assembleias gerais, salvo casos para que a lei exija outra forma, serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

10.º

Em todo o omissio regularão as disposições legais aplicáveis.

Para constar se passou a presente certidão narrativa parcial e de teor parcial, que vai conforme o original.

Cartório Notarial de Alpiarça, 27 de Agosto de 1979. — A Ajudante, *Umbelina Rosa Rabino*. 1-0-9767

C. I. F. — CENTRO INDUSTRIAL FIGUEIRENSE, L.ª

Certifico que, por escritura de 12 de Outubro corrente, lavrada de fl. 30 a fl. 32 do livro n.º 101-A das notas do 1.º Cartório da Secretaria Notarial da Figueira da Foz, a cargo do notário licenciado José Domingues do Serrado, foi constituída entre Álvaro Dias, António Gravato Paiva, António Manuel Ferreira Rodrigues, casados, António Manuel Marques da Cunha e Moura, José António Flor Lemus, solteiros, maiores, e Sebastião Gondisalvo Pascoal Estrócio, casado, todos residentes nesta cidade da Figueira da Foz, com excepção do antepenúltimo, que reside no lugar e freguesia de Buarcos, deste concelho, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de C. I. F. — Centro Industrial Figueirense, L.ª, e tem a sua sede provisória na Rua da

República, 108, 1.º, na freguesia de S. Julião, do concelho da Figueira da Foz.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje.

3.º

A sociedade tem por objecto o comércio de máquinas e ferramentas industriais, podendo explorar qualquer outro ramo em que os sócios acordem.

4.º

O capital social é de 300 000\$, encontrando-se integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes: uma de 50 000\$, do sócio Álvaro Dias; outra de 50 000\$, pertencente ao sócio António Gravato Paiva; outra de 50 000\$, pertencente ao sócio António Manuel Marques da Cunha e Moura; outra de 50 000\$, pertencente ao sócio António Manuel Ferreira Rodrigues; outra de 50 000\$, pertencente ao sócio José António Flor de Lemus, e outra de 50 000\$, pertencente ao sócio Sebastião Gondisalvo Pascoal Estrócio.

5.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com remuneração ou não, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para obrigar a sociedade são indispensáveis as assinaturas de dois gerentes, a eleger para o efeito anualmente.

§ 2.º Os gerentes que forem nomeados nos termos do parágrafo anterior poderão delegar os seus poderes em mandatário.

§ 3.º Para actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer dos dois gerentes referidos nos parágrafos anteriores.

6.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com o sócio ou sócios sobreviventes e os herdeiros ou representantes legais dos sócios falecidos ou interditos, devendo aqueles nomear um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a quota se conservar indivisa.

7.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios e a favor de ascendentes e herdeiros legítimos.

Na cessão a estranhos a sociedade prefere em primeiro lugar e os sócios em segundo.

8.º

As assembleias gerais, quando a lei não determine formalidades especiais, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

É certidão que fiz extrair, conferi e está conforme.

Secretaria Notarial da Figueira da Foz, 19 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Joaquim da Silva Viana*. 1-0-9798

CUNICULTURA SOUSA, L.ª

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 5 de Setembro de 1979, exarada de fl. 74 a fl. 75 do livro de notas para escrituras diversas n.º 637-A do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Sintra, Humberto João de Sousa, Olga Maria de Carvalho de Sousa e Ana Maria de Carvalho Cupertino de Andrade Trancoso Vaz constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Cunicultura Sousa, L.ª, tem a sua sede e principal estabelecimento na Várzea de Bicesse, freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais, o seu início na data de hoje e durará por tempo indeterminado.

2.º

O seu objecto é a exploração da indústria da cunicultura e a comercialização da respectiva produção, podendo, todavia, dedicar-se a qualquer outra actividade industrial ou comercial lícita em que os sócios acordem.

3.º

O capital social, já inteiramente realizado em dinheiro, é de 500 000\$ e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes: uma de 250 000\$, do sócio Humberto João de Sousa, e duas de 125 000\$ cada uma, uma da sócia Olga Maria de Carvalho de Sousa e outra da sócia Ana Maria de Carvalho Cupertino de Andrade Trancoso Vaz.

4.º

representação e administração da sociedade cabem ao sócio João de Sousa, que é gerente, dispensado de caução e com remuneração que vier a ser fixada em assembleia geral, bastando a sua assinatura para obrigar a sociedade.

5.º

O gerente pode delegar, por procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência noutro sócio ou em pessoa estranha à sociedade.

6.º

A firma social não poderá ser usada em fianças, avales, abonações, letras de favor ou quaisquer outros actos ou contratos estranhos aos negócios sociais.

7.º

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, deferido aos outros sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

8.º

As assembleias gerais, quando a lei não obrigar a outras formalidades, são convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios e expedidas com, pelo menos, oito dias de antecedência.

Está conforme com o original.

Secretaria Notarial de Sintra, 1.º Cartório, 18 de Setembro de 1979. — O Notário, *José Maria Martins Soares*. 1-0-9794

JESUS SILVA & OLIVEIRA, L.^{DA}

A presente é cópia da escritura exarada de fl. 1 a fl. 2 do livro n.º 1398-C de escrituras diversas do 5.º Cartório Notarial do Porto.

No dia 26 de Junho de 1979, na cidade do Porto e no 5.º Cartório Notarial, a meu cargo, perante mim, licenciada em Direito Lídia Crispiniano Fontes, notária do respectivo concelho, compareceram como outorgantes:

1.º José Manuel de Jesus Silva, casado com D. Zulmira Branco Gomes Vieira da Silva sob o regime da comunhão de adquiridos, morador na Rua de Santa Luzia, 72, desta cidade, e natural da freguesia de Miragaia, também desta cidade;

2.º Jaime Alberto Mendes de Oliveira, casado com D. Maria Manuela Andrade Queirós de Oliveira sob o regime de comunhão de adquiridos, morador na Rua do Padre Rebelo da Costa, 54, rés-do-chão, desta cidade, e natural da freguesia de Cedofeita, também desta cidade.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus bilhetes de identidade, respectivamente n.ºs 1 920 013, datado de 24 de Agosto de 1976, e 2 984 212, datado de 18 de Abril de 1977, passados pelo Arquivo de Identificação do Porto.

E por eles foi dito:

Que pela presente escritura constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, a qual será regulada nos termos e sob as cláusulas ou condições constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Jesus Silva & Oliveira, L.^{da}, tem a sua sede na Rua de S. Gens, 3227, da freguesia da Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, e a sua duração é por tempo indeterminado, com início na data de hoje.

2.º

O seu objecto consiste no exercício da actividade comercial de venda de electro-domésticos, móveis e decorações, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem.

3.º

O capital social, inteiramente realizado, em dinheiro, é de 200 000\$, dele pertencendo a cada um dos sócios uma quota de 100 000\$.

4.º

A gerência social, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a ambos os sócios, que entre si e de comum acordo distribuirão os respectivos serviços.

5.º

A sociedade é validamente obrigada com a assinatura conjunta dos dois sócios, podendo os documentos de mero expediente ser assinados apenas por um.

6.º

É livre a cessão de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios, ficando a cessão a estranhos dependente do consentimento da sociedade, que usará do direito de preferência.

7.º

As deliberações sociais constarão das respectivas actas e outros documentos assinados pelos sócios, podendo as reuniões para as deliberações ter lugar seja qual for a forma por que tenham sido feitas as convocações.

Assim o disseram e outorgaram.

Preveni os outorgantes do disposto no n.º 4 do artigo 23.º do Código do Registo Predial.

Arquivo, para os efeitos legais, uma certidão passada pela Conservatória do Registo Comercial do Porto em 23 de Maio último, pela qual se verifica que ali não se encontra registada nenhuma sociedade sob a firma Jesus Silva & Oliveira, L.^{da}, ou qualquer outra que, por tal forma semelhante, possa confundir ou induzir em erro.

Esta escritura foi redigida sob minuta, foi lida aos outorgantes e feita a explicação do seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea deles.

José Manuel de Jesus Silva — Jaime Alberto Mendes de Oliveira. — A Notária, *Lídia Crispiniano Fontes*.

5.º Cartório Notarial do Porto, 5 de Setembro de 1979. — O Ajudante, *Joaquim Augusto Martins*. 1-3-3959

ALMEIDA & PARENTE, L.^{DA}

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 25 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 98 v.º a fl. 100 v.º do livro de escrituras diversas n.º 16-C do Cartório Notarial de Esposende, a cargo do notário Vítor Manuel Leite da Mota, Maria Emília Coutinho de Almeida, residente no lugar da Igreja, e Rosa Maria Gonçalves Parente Araújo, residente no lugar de Monte Branco, ambas casadas, naturais da freguesia de Forjães, deste concelho, e nela residentes, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual será regulada pelas disposições constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Almeida & Parente, L.^{da}, tem a sua sede no lugar de Monte Branco, na freguesia de Forjães, do concelho de Esposende, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir desta data.

§ único. Por simples deliberação dos sócios, a sede social pode ser transferida para qualquer outro local.

2.º

O objecto da sociedade consiste no exercício da indústria de confecções e sua comercialização, podendo, no entanto, dedicar-se a qualquer outro ramo de indústria ou comércio, se assim o deliberar e a lei o consentir.

3.º

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, é de 200 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais, cada uma no valor de 100 000\$, e pertencendo cada uma delas a cada um dos sócios.

§ único. A sociedade poderá adquirir, amortizar, unificar e dividir quotas nos precisos termos fixados em assembleia geral.

4.º

São livres entre os sócios, total ou parcialmente, as cessões de quotas, mas a cessão a estranhos depende do consentimento dos sócios não cedentes.

5.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a ambas as sócias, que desde já ficam nomeadas gerentes, podendo qualquer delas assinar os documentos de simples e mero expediente, nomeadamente recibos e endossos de cheques para depósito bancário; mas para obrigar a sociedade é necessária a intervenção conjunta de ambas as gerentes.

§ único. Qualquer gerente pode delegar, através de procuração e mesmo em pessoa estranha à sociedade, total ou parcialmente, os seus poderes de gerência.

6.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará com os sobreviventes e capazes e os herdeiros do falecido ou o interdito legalmente representado, devendo aqueles

herdeiros nomear um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

7.º

Quando a lei não exigir outros prazos e formalidades especiais, as reuniões das assembleias gerais serão convocadas por qualquer dos sócios por meio de carta registada com aviso de recepção, expedida com a antecedência mínima de oito dias.

8.º

Em caso de dissolução, todos os sócios serão liquidatários.

É certidão narrativa que extrai e vai conforme ao original, no qual nada há em contrário ou além do que se narra e transcreve.

Cartório Notarial de Esposende, 27 de Setembro de 1979. — O Notário, *Vitor Manuel Leite da Mota*. 1-1-3064

CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DE DOMINGOS DA VINHA

Certifico que, por escritura lavrada hoje, dia 9 de Outubro de 1979, e exarada de fl. 74 v.º a fl. 76 do livro de escrituras diversas n.º 426 do Cartório Notarial de Gavião, foi constituída uma associação, a qual se regerá pelos seguintes estatutos:

1.º

A associação adopta a denominação Centro Cultural e Recreativo de Domingos da Vinha e tem a sua sede no lugar de Domingos da Vinha, freguesia de Belver, concelho de Gavião.

2.º

A associação é constituída por tempo indeterminado e tem por fim:

1) A defesa dos interesses dos associados e a sua representação face aos órgãos do poder político, em geral, e aos órgãos do poder local, em particular;

2) A promoção do espírito de cooperação entre os associados, na prossecução de interesses comuns e colectivos, nomeadamente de carácter social, através da construção de um centro de convívio, de carácter cultural e desportivo, pela instalação de uma biblioteca, organização de exposições, concursos e jogos florais, desportos vários, festas, jogos autorizados por lei, sessões de cinema e teatro, exploração de bar, etc.

3) A prossecução de quaisquer objectivos não proibidos pela legislação em vigor.

§ único. A associação é por princípio apartidária e arreligiosa.

3.º

Podem ser sócios todos os naturais de Domingos da Vinha maiores de 18 anos e residentes no mesmo lugar, bem como todos os indivíduos ligados por quaisquer laços àquela localidade.

§ único. É da competência da direcção a admissão de todos e quaisquer sócios, reservando-se o direito para a sua aprovação.

4.º

Os associados obrigam-se ao pagamento de jóia inicial e de uma quota mensal.

§ único. Os quantitativos destas ou a sua isenção são da competência da direcção, mas com maioria desta, quando em votação.

5.º

São órgãos da associação a mesa da assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

6.º

A competência e a forma de funcionamento da assembleia geral são as prescritas nas disposições legais.

7.º

A mesa da assembleia geral é composta por três associados, um presidente e dois vogais, competindo ao presidente a convocação e a direcção das assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias.

8.º

A direcção é composta por três associados, competindo-lhe a gestão social, administrativa e financeira. As decisões são tomadas por maioria.

9.º

O conselho fiscal é composto por três associados e compete-lhe fiscalizar os actos da direcção que envolvam responsabilidade financeira, verificar as contas e dar parecer sobre o relatório e contas anuais.

10.º

A perda da qualidade de sócio pode ser obtida através de carta dirigida à direcção da associação.

11.º

A perda da qualidade de sócio por exclusão é da competência da assembleia geral e apenas pode atingir sócios que pratiquem actos contrários aos estatutos ou ao regulamento interno.

12.º

Anualmente será convocada uma assembleia geral, convocação essa sempre com um mínimo de trinta dias de antecedência.

13.º

No que estes estatutos ficam omissos rege o regulamento interno, cuja aprovação e alteração são da competência da assembleia geral.

Está conforme o original, nada havendo na parte omitida em contrário do que neste extracto se narra e transcreve.

Cartório Notarial de Gavião, 9 de Outubro de 1979. — A Notária, *Maria Isabel Regalo Gracias*. 1-1-3063

FERNANDO, SERRA & VIOLANTE, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de hoje, lavrada de fl. 149 a fl. 150 do respectivo livro de notas para escrituras diversas n.º 153-A do Cartório Notarial de Ansião, a cargo do notário licenciado Armando Duarte, entre Alberto de Almeida Marques Violante, Alfredo Mendes Serra e Fernando José foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma de Fernando, Serra & Violante, L.^{da}, tem a sua sede no lugar da Pena (Fráguas de S. Simão), freguesia da Aguda, concelho de Figueiró dos Vinhos, durará por tempo indeterminado e conta de hoje o seu início.

2.º

O objecto social consiste num conjunto turístico, podendo dedicar-se a outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem.

3.º

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, é de 150 000\$ e correspondente à soma das quotas dos sócios, cada uma no valor de 50 000\$, uma de cada sócio.

4.º

A gerência e administração dos negócios sociais serão de competência de todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ único. Os documentos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer dos gerentes, mas os que envolvam obrigação ou responsabilidade para a sociedade, nomeadamente letras, cheques e contratos, só terão validade quando assinados por dois sócios.

5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dela não quiser fazer uso.

6.º

As assembleias gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência, pelo menos.

Conferida, está conforme.

Cartório Notarial de Ansião, 7 de Setembro de 1979. — O Segundo-Ajudante, *João José de Oliveira Coelho*. 1-1-3074

O GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE CIDADELHE DE AGUIAR

Certifico que, por escritura de 10 de Agosto último, lavrada de fl. 66 a fl. 68 v.º do livro de escrituras diversas n.º 162-B do Cartório Notarial de Vila Pouca de Aguiar, a cargo do notário licenciado Manuel Joaquim Leal da Costa, foi constituída entre

Manuel Acácio Saraiva de Sousa, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Vila Pouca de Aguiar, residente no lugar de Cidadelhe de Aguiar, freguesia de Vila Pouca de Aguiar já referida; Augusto Gil Chaves Lopes, casado, natural da dita freguesia de Vila Pouca de Aguiar e residente na vila e concelho de Vila Pouca de Aguiar; Augusto de Sousa, casado, natural da mesma freguesia de Vila Pouca de Aguiar e residente no dito lugar de Cidadelhe de Aguiar; Manuel Agostinho Magalhães Rodrigues, casado, natural e residente na vila e concelho de Vila Pouca de Aguiar; Albertino Saraiva de Sousa, solteiro, maior, natural da referida freguesia de Vila Pouca de Aguiar, onde reside no lugar de Cidadelhe de Aguiar; Maximiano Saraiva de Sousa, solteiro, maior, natural da mencionada freguesia de Vila Pouca de Aguiar e residente no referido lugar de Cidadelhe de Aguiar; Fernando Saraiva de Sousa, casado, natural da dita freguesia de Vila Pouca de Aguiar, residente no mencionado lugar de Cidadelhe de Aguiar; Alcídio Alves Barreiro, casado, natural da dita freguesia de Vila Pouca de Aguiar, onde reside no lugar de Cidadelhe de Aguiar; Acácio de Sousa Barreiro, solteiro, maior, natural da dita freguesia de Vila Pouca de Aguiar, onde reside no lugar de Cidadelhe de Aguiar, e Orlando de Sousa Barreiro, casado, natural da referida freguesia de Vila Pouca de Aguiar, residente no mencionado lugar de Cidadelhe de Aguiar, uma associação desportiva e cultural, nos termos dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

O Grupo Desportivo e Cultural de Cidadelhe de Aguiar é uma associação que se destina a promover actividades de carácter cultural, desportivo, recreativo e social, não só para os seus sócios, mas para a população em geral.

ARTIGO 2.º

O Grupo Desportivo e Cultural de Cidadelhe de Aguiar é uma entidade que visa a participação colectiva e consciente de toda a população nas actividades a desenvolver.

ARTIGO 3.º

Fazem parte do Grupo Desportivo e Cultural de Cidadelhe de Aguiar todas as pessoas que aceitem estes estatutos e que se não desviem das orientações dimanadas dos corpos gerentes livremente eleitos.

ARTIGO 4.º

O Grupo Desportivo e Cultural de Cidadelhe de Aguiar é uma estrutura democrática, cuja sede funciona em Cidadelhe de Aguiar, competindo-lhe:

- 1.º Associar todos os cidadãos que o desejem, independentemente de idade, sexo, filiação partidária ou religião;
- 2.º Apoiar, fomentar e promover actividades que contribuam para o esclarecimento dos problemas sócio-culturais do meio em que se insere;
- 3.º Apoiar, fomentar e promover actividades culturais, desportivas e recreativas.

ARTIGO 5.º

O Grupo Desportivo e Cultural de Cidadelhe de Aguiar tem duração indeterminada, acabando apenas por decisão da assembleia geral.

ARTIGO 6.º

A admissão de qualquer sócio faz-se através da direcção, mas a sua eliminação provisória só poderá tornar-se efectiva por acto da assembleia geral, ordinária ou extraordinária, e desde que a proposta dessa eliminação conste de ordem de trabalhos, constituindo motivos suficientes para essa eliminação os seguintes:

- 1.º Condenação judicial;
- 2.º Acção que prejudique os interesses da colectividade;
- 3.º Não cumprimento dos presentes estatutos.

ARTIGO 7.º

São órgãos gerentes a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

ARTIGO 8.º

A assembleia geral reúne todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, constituindo o órgão supremo da colectividade, à qual competem as decisões finais sobre qualquer assunto, mormente alteração dos estatutos.

ARTIGO 9.º

Compete à assembleia geral:

- 1.º Apreciar o relatório e contas do exercício findo e o respectivo parecer do conselho fiscal;
- 2.º Votar a lista dos directivos;
- 3.º Deliberar sobre quaisquer assuntos indicados no respectivo aviso convocatório.

ARTIGO 10.º

A assembleia geral funciona extraordinariamente em qualquer data, sempre que tenha sido solicitada a sua convocação pela mesa da assembleia geral, pela direcção, pelo conselho fiscal ou por um grupo de sócios constituído no mínimo por 10 % do número total dos associados.

ARTIGO 11.º

A direcção é constituída por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, dois vogais e dois suplentes.

ARTIGO 12.º

Compete à direcção:

- 1.º Administrar e gerir os interesses da colectividade, bem como representá-la;
- 2.º Programar e efectivar acções no campo cultural, desportivo, recreativo e social;
- 3.º Fazer executar as decisões da assembleia geral.

ARTIGO 13.º

O conselho fiscal é composto por um presidente, um secretário e relator.

ARTIGO 14.º

Ao conselho fiscal compete:

- 1.º Fiscalizar com regularidade as contas e apreciar os actos da direcção, assistindo, quando julgar conveniente, às reuniões da mesma;
- 2.º Apresentar à assembleia geral ordinária o seu parecer sobre o relatório, contas e demais actos de direcção;
- 3.º Dar parecer sobre as propostas que lhe sejam apresentadas pela direcção no prazo máximo de oito dias.

ARTIGO 15.º

No que estes estatutos sejam omissos rege o regulamento geral interno, cuja aprovação e alteração são da competência da assembleia geral.

Mais certifico que na parte não transcrita nada há que altere, restrinja ou modifique o que vai certificado.

Cartório Notarial de Vila Pouca de Aguiar, 7 de Setembro de 1979. — O Ajudante, *Júlio Teixeira Cardoso*. 1-1-3062

INTRAL — IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 14 de Setembro de 1979, exarada de fl. 61 a fl. 63 do livro de notas para escrituras diversas n.º 180-A do Cartório Notarial de Tondela, a cargo da notária licenciada Maria Carlota de Sousa Ribeiro de Castro, foi constituída entre José Rui de Figueiredo Vasco, casado, segundo o regime de comunhão de bens, com Maria Elisa Mota Horta e Vale, natural de Cabo Verde, e Maria Elisa Mota Horta e Vale, casada com o primeiro outorgante, natural da freguesia e concelho de Tondela, e residentes habitualmente nesta vila, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada nos termos e sob as cláusulas constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação Intral — Importação, Exportação e Representações, L.^{da}, tem a sua sede nesta vila e durará por tempo indeterminado, a partir do dia 15 de Outubro do ano corrente.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto todo o ramo de comércio de importações, exportações e representações, por grosso e a retalho, podendo vir a introduzir no futuro qualquer ramo de indústria, desde que tal venha a ser decidido pela gerência da sociedade.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 500 000\$, totalmente realizado pelos sócios em dinheiro e materiais, assim distribuídos: uma quota de 400 000\$, pertencente ao sócio José Rui de Figueiredo Vasco, e uma quota de 100 000\$, pertencente à sócia Maria Elisa Horta e Vale.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade pertence ao sócio José, que obrigará a sociedade com a sua assinatura, podendo delegar no outro sócio a referida gerência por meio de procuração. De qualquer modo, fica rigorosamente vedada a utilização, por qualquer dos sócios, do nome da sociedade em actos estranhos à mesma, tais como letras de favor, empréstimos, fianças e hipotecas.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá abrir sucursais, agências ou delegações em qualquer ponto do País, desde que a gerência assim o determine.

ARTIGO 6.º

Anualmente será fechado o balanço dentro dos prazos legais respectivos e, depois do apuramento geral das contas, os lucros e prejuízos serão assim distribuídos:

- a) Lucros — divididos conforme o quantitativo de cada quota, depois de deduzidos os fundos de reserva legal que a lei autoriza;
- b) Prejuízos — divididos conforme o quantitativo de cada quota.

ARTIGO 7.º

Não são exigidos suprimentos, mas estes poderão vir a ser feitos por qualquer dos sócios com o pagamento de um juro a combinar, que não ultrapasse 75 % da taxa de desconto do Banco de Portugal.

ARTIGO 8.º

Não será permitida a cedência de quotas a estranhos à sociedade sem, previamente, e por meio de carta registada com aviso de recepção, serem notificados os sócios e a sociedade para usarem do seu direito de preferência na aquisição.

ARTIGO 9.º

Em caso de morte ou interdição, os herdeiros ou sócios interditos nomearão um elemento da sua família para os representar e tomar o seu lugar dentro da sociedade.

ARTIGO 10.º

Para os pleitos emergentes deste contrato institui-se o foro da comarca de Tondela.

Está conforme.

Cartório Notarial de Tondela, 17 de Setembro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Maria José de Sousa Marques de Matos Ferreira*. 1-3-3937

ROMACAR — COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, L.ª

Certifico que, por escritura de 15 de Outubro de 1979, exarada de fl. 3 v.º a fl. 4 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 74-A do Cartório Notarial de Albergaria-a-Velha, foi constituída entre Manuel Martins Rosa e mulher, Fernanda Adélia Marques Arede, residentes no lugar de Fundo do Pinheiro, freguesia de Pinheiro da Bemposta, concelho de Oliveira de Azeiteiros, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Romacar — Comércio de Automóveis, L.ª, tem a sua sede e estabelecimento no lugar de Feira Nova, da freguesia e concelho de Albergaria-a-Velha, sem nome de rua nem número de polícia, e durará por tempo indeterminado a contar de hoje.

2.º

O objecto da sociedade é o exercício do comércio de veículos automóveis e respectivos acessórios e o da indústria de reparação dos mesmos veículos, podendo, entretanto, dedicar-se ao exercício de qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

3.º

O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, já entrado na caixa social, é de 500 000\$ e acha-se representado por duas quotas iguais, de valor nominal de 250 000\$, pertencendo uma a cada sócio.

4.º

É livremente permitida a divisão e a cessão de quotas entre os sócios; porém, a cessão a estranhos fica dependente do consentimento de quem mais for sócio.

5.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, consoante vier a ser resolvido em assembleia geral, pertence a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, e para que ela se considere validamente obrigada em quaisquer actos e contratos, activa ou passivamente, é suficiente a assinatura de qualquer dos seus gerentes.

§ único. Pode a sociedade conferir a estranhos poderes de gerência e pode também qualquer gerente delegar em outro sócio ou em pessoa estranha os seus poderes de gerência e de representação social, mediante instrumento de procuração.

6.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, os seus herdeiros ou representantes nomearão de entre si um que a todos represente na sociedade.

7.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, vinte dias de antecedência.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Albergaria-a-Velha, 18 de Outubro de 1979. — O Segundo-Ajudante, *Daniel Gomes Coutinho*. 1-1-3082

JOÃO DE FREITAS & C.ª, L.ª

Certifico que, por escritura de 13 de Setembro de 1979, exarada de fl. 78 a fl. 79 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 510-B do Cartório Notarial de Amares, a cargo da notária licenciada Maria Helena dos Santos Mota da Silva, entre João Manuel Ferreira Marques de Freitas, Maria Amélia da Cunha Osório de Araújo Marques de Freitas e Maria Antónia da Costa Rebelo foi constituída uma escritura de sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que vai regular-se pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma João de Freitas & C.ª, L.ª, tem a sua sede na Rua do Raio, 356, 3.º, sala 4, da cidade de Braga, e durará por tempo indeterminado, considerando-se o seu início no dia 1 de Março de 1979.

2.º

O seu objectivo é a prestação de serviços clínicos em geral e serviços de enfermagem e aplicações em especial.

3.º

O capital social é de 1 000 000\$, sendo uma quota de 750 000\$ do sócio Dr. João Manuel Ferreira Marques de Freitas, outra quota de 240 000\$ da sócia Maria Amélia da Cunha Osório de Araújo Marques de Freitas, e ainda outra quota de 10 000\$ da sócia Maria Antónia da Costa Rebelo.

4.º

O capital social já se encontra proporcionalmente realizado, através das existências em caixa e ainda do valor do consultório e sala de espera, com a sua aparelhagem e recheio, que se encontra situado na já referida Rua do Raio, 356, 3.º, e ainda pelos automóveis *Toyota Corolla 1200*, MS-16-66, e *Ford Mustang*, II-98-82, e ainda pelos telefones 2 79 37 e 2 58 40, postos ao serviço da sociedade.

5.º

O primeiro outorgante prestará a sua colaboração como médico e a segunda e a terceira outorgantes como recepcionistas e colaboradoras do referido consultório.

6.º

A sociedade poder-se-á dedicar a outras actividades desde que para tal haja acordo do primeiro outorgante maioritário e a actividade em causa seja permitida por lei.

Nada mais consta.

Está conforme e confere com o original, o que certifico.

Cartório Notarial de Amares, 17 de Setembro de 1979. — O Ajudante, *Jaime de Abreu Dias*. 1-1-3077

CICLOMOTORES CONÍMBRIGA, L.ª

Certifico que, por escritura de 28 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 38 v.º a fl. 41 do livro de notas para escrituras diversas n.º 100-B do Cartório Notarial de Condeixa-a-Nova, a cargo do notário licenciado Avelino Augusto da Silva, foi entre António Fernando Marques Coelho e esposa, D. Maria Alice Anselmo Brás, residentes nesta vila e freguesia de Condeixa-a-Nova, constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual ficou a reger-se pelo pacto social constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Ciclomotores Conimbriga, L.ª, tem a sua sede e estabelecimento principal na vila, fre-

guesia e concelho de Condeixa-a-Nova, na Rua de D. Elsa Sotomaior, e durará por tempo indeterminado, a partir desta data.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade é a exploração do comércio de motocicletas, ciclomotores e velocípedes e seus acessórios e de oficina de reparações dos mesmos veículos, podendo dedicar-se à exploração de qualquer outro ramo comercial ou industrial em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, que já deu entrada na caixa social, é da quantia de 1 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma de 750 000\$ subscrita pelo sócio António Fernando Marques Coelho e outra de 250 000\$ subscrita pelo sócio Maria Alice Anselmo Brás.

ARTIGO 4.º

A gerência e administração da sociedade, bem como a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, serão exercidas por ambos os sócios, os quais desde já ficam nomeados gerentes, dispensados de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ único. Para que a sociedade se considere validamente obrigada nos seus actos e contratos é necessária e suficiente a assinatura do sócio António Fernando Marques Coelho. Para os actos de mero expediente, porém, basta a assinatura de qualquer dos gerentes.

ARTIGO 5.º

É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos, contratos e documentos estranhos aos negócios sociais, designadamente em fianças, abonações e letras de favor.

ARTIGO 6.º

A divisão e cessão de quotas, no todo ou em parte, é livre entre os sócios, mas a cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade, a qual terá sempre o direito de preferência, em primeiro lugar, pertencendo igual direito, em segundo lugar, aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

Salvo quando a lei prescrever outras formalidades e prazos, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com uma antecedência não inferior a oito dias.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

Cartório Notarial de Condeixa-a-Nova, 3 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Ilda da Conceição Tereso*. 1-1-3080

PANIFICADORA ROSA DO MONDEGO, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 26 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 49 v.º a fl. 53 do livro de notas para escrituras diversas n.º 10-C do Cartório Notarial de Condeixa-a-Nova, a cargo do notário licenciado Avelino Augusto da Silva, foi entre Joaquim Carvalho Fonseca, casado, residente na Avenida do Capitão João de Almeida Meleças, 82, 1.º, direito, em Alverca do Ribatejo, do concelho de Vila Franca de Xira, João Fernando Borges Gonçalves, casado, residente no Feijó, Rua de Garcia de Resende, 7, 2.º, frente, freguesia da Cova da Piedade, concelho de Almada, e António de Carvalho Marques, casado, residente na Rua da Marquesa de Alorna, 32, 2.º, esquerdo, em Lisboa, constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual ficou a reger-se pelo pacto social constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Panificadora Rosa do Mondego, L.^{da}, tem a sua sede e estabelecimento principal no lugar das Carvalhosas, da freguesia de Torres do Mondego, do concelho de Coimbra, e durará por tempo indeterminado a partir desta data.

§ único. Por deliberação da assembleia geral, a sociedade pode transferir a sua sede para qualquer outro local do País e pode abrir filiais, sucursais ou agências onde e quando entender.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade é a exploração da indústria e comércio de padaria e pastelaria, podendo dedicar-se à exploração de qualquer outro ramo comercial ou industrial relacionado ou não com estes que seja permitido por lei e em que os sócios acordem.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, que já deu entrada na caixa social, é de 450 000\$ e corresponde à soma de três quotas iguais, de 150 000\$, subscritas uma por cada sócio.

ARTIGO 4.º

A gerência e a administração da sociedade, bem como a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, serão exercidas por todos os sócios, os quais desde já ficam nomeados gerentes, dispensados de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ único. Para a sociedade se considerar validamente obrigada nos seus actos e contratos é necessário que em nome dela assinem dois gerentes; porém, para actos de mero expediente basta a assinatura de um dos gerentes.

ARTIGO 5.º

É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos, contratos e documentos estranhos aos negócios sociais, nomeadamente fianças, abonações e letras de favor, sob pena de responderem pessoalmente pelas obrigações assumidas e indemnizarem a sociedade pelos danos que lhe causarem.

ARTIGO 6.º

A divisão e cessão de quotas, no todo ou em parte, é livre entre os sócios.

§ 1.º A cessão a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, dado por escrito, a qual terá sempre o direito de preferência em primeiro lugar, pertencendo igual direito em segundo lugar aos sócios individualmente considerados.

§ 2.º Se a sociedade não quiser usar deste direito e mais do que um sócio quiser preferir, a quota será dividida e cedida na proporção das dos sócios que a pretenderem.

ARTIGO 7.º

Em caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os sócios sobreviventes ou capazes e com os herdeiros do falecido ou com o representante legal do interdito, devendo, porém, aqueles no prazo de sessenta dias nomear um de entre todos que os represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

§ 1.º Se os herdeiros não forem o cônjuge ou descendentes directos, a sociedade poderá deliberar, dentro do prazo de sessenta dias, a amortização da quota e o seu pagamento em seis prestações iguais, a efectuar no prazo de um ano, sendo a primeira dessas prestações paga nos trinta dias seguintes à data da deliberação da amortização.

§ 2.º O preço da amortização é o que resultar do último balanço aprovado, acrescido do lucro presumido com base em tal balanço, para o período decorrido até à transacção.

ARTIGO 8.º

Salvo nos casos em que a lei prescrever outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios para as suas residências com a antecedência mínima de dez dias.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

Cartório Notarial de Condeixa-a-Nova, 3 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Ilda da Conceição Tereso*. 1-1-3081

MENDES & NEVES, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 4 de Outubro do ano corrente, exarada de fl. 3 a fl. 5 do livro de notas para escrituras diversas n.º 181-A do Cartório Notarial de Tondela, a cargo da notária licenciada Maria Carlota de Sousa Ribeiro de Castro, foi constituída entre António dos Santos Neves e José Manuel Pereira Mendes, residentes, respectivamente, no Carvalhal (Tondela) e em Tondela, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos e sob as cláusulas constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Mendes & Neves, L.^{da}, tem a sua sede em Tondela, podendo, no entanto, criar e extinguir filiais, quando e onde entender, por simples deliberação de todos os sócios.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos, a partir de hoje.

ARTIGO 3.º

O seu objecto é a comercialização de mercearias e afins, mas poderá dedicar-se a qualquer outro ramo de indústria ou comércio, desde que os sócios acordem, dentro dos limites da lei.

§ único. É vedado a qualquer dos sócios o exercício de actividades para que é criada a sociedade, por si ou por interposta pessoa, neste distrito.

ARTIGO 4.º

O capital social é de 400 000\$ e corresponde a duas quotas: uma de 200 000\$ pertence ao sócio António dos Santos Neves e outra também de 200 000\$ pertencente ao sócio José Manuel Pereira Mendes.

ARTIGO 5.º

A gerência de todos os negócios sociais compete aos sócios, que entre si distribuirão os vários campos de actividade.

§ único. A sociedade só ficará obrigada em todos os actos, contratos e documentos pela intervenção, em conjunto, das assinaturas dos sócios António dos Santos Neves e José Manuel Pereira Mendes. O mero expediente poderá ser subscrito por qualquer dos sócios.

ARTIGO 6.º

Não haverá prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela possa carecer, nas condições de juro e de reembolso que previamente sejam fixadas, para melhor desenvolvimento da sua actividade.

ARTIGO 7.º

Os sócios, em caso de incapacidade accidental ou ausência forçada, podem fazer-se substituir, delegando por procuração os seus poderes no outro.

ARTIGO 8.º

Depende do prévio consentimento da sociedade, em primeiro lugar, e, depois, dos sócios não cedentes, a cessão de qualquer quota ou parte de quota a favor de estranhos, reservando-se a uma e outros o direito de preferência, que poderão exercer no prazo de sessenta dias após lhe ter sido comunicado por escrito.

ARTIGO 9.º

Fica absolutamente proibido aos sócios a intervenção e a assinatura, em nome da sociedade, em quaisquer documentos, actos e contratos estranhos aos negócios sociais, nomeadamente em fianças, letras de favor e outros semelhantes.

ARTIGO 10.º

No caso de falecimento de um dos sócios, os seus herdeiros far-se-ão representar na sociedade por um só deles enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 11.º

A sociedade dissolver-se-á tão-somente nos casos previstos pela lei e, em qualquer caso de dissolução, todos os sócios serão liquidatários e procederão entre si à liquidação e partilha, conforme ajustarem e for de direito.

ARTIGO 12.º

Anualmente, e em referência a 31 de Dezembro, dar-se-á um balanço geral de todos os negócios da sociedade.

ARTIGO 13.º

Em todo o omissio regularão as disposições legais aplicáveis.

Cartório Notarial de Tondela, 11 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Maria José de Sousa Marques de Matos Ferreira*. 1-3-3938

PLASGET — METAL E PLÁSTICOS INDUSTRIAIS, L.ª

Certifico que, por escritura lavrada no Cartório Notarial de Loures, em 25 de Junho de 1979, de fl. 39 v.º a fl. 41 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 501-A, foi constituída entre Orlando Alberto Marques Galhego, Octávio Bernardo Pereira, Orlando Alves Mota e João António dos Santos Soares uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, com sede na Rua de Vasco da Gama, Casal de Golides, Casal de Cambra, Caneças, Loures, que ficou a reger-se pelo pacto social constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Plasget — Metal e Plásticos Industriais, L.ª, vai ter a sua sede na Rua de Vasco da Gama, Casal de Golides, Casal de Cambra, freguesia de Caneças,

concelho de Loures, conta o seu início a partir da data desta escritura e durará por tempo indeterminado.

2.º

A sociedade tem por objecto a indústria e o comércio de metal e plásticos industriais, podendo também exercer qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, já entrando na caixa social, é de 200 000\$ e corresponde à soma de quatro quotas iguais, de 50 000\$, pertencentes uma a cada sócio.

4.º

Não são exigíveis prestações suplementares, mas qualquer dos sócios poderá fazer suprimentos à sociedade, quando ela deles carecer, com ou sem juros, conforme for deliberado em assembleia geral.

5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, sendo sempre necessárias as assinaturas de dois gerentes, em conjunto, para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos.

Porém, para actos de mero expediente bastará a assinatura de um gerente.

§ 1.º Os gerentes não podem obrigar a sociedade em fianças, avales, abonações, letras de favor e outros actos e contratos semelhantes que não respeitem directamente aos negócios sociais.

§ 2.º Qualquer dos gerentes poderá delegar, por procuração, todas ou parte das suas atribuições de gerência em qualquer outro sócio ou em pessoa estranha à sociedade, mas, neste último caso, sempre com a anuência desta; e a própria sociedade poderá constituir mandatários nos termos e para os efeitos e fins do artigo 256.º do Código Comercial.

6.º

Por simples deliberação da gerência, a sua sede social poderá ser transferida para qualquer outro local,

7.º

A sociedade poderá, mediante simples deliberação da gerência, criar sucursais, agências, filiais ou delegações em qualquer ponto do território nacional.

8.º

Na cessão de quotas a sociedade em primeiro lugar e os sócios não cedentes em segundo lugar gozam sempre do direito de preferência.

§ único. No caso de a sociedade não pretender a quota a ceder e se houver mais de um sócio interessado na sua aquisição, será a quota a ceder rateada pelos restantes sócios interessados.

9.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas com aviso de recepção, dirigidas aos sócios com o mínimo de oito dias de antecedência.

Vai conforme ao original na parte transcrita.

Cartório Notarial de Loures, 26 de Junho de 1979. — O Ajudante, *Manuel Francisco Cachucho*. 1-0-9892

ESTÊVÃO & FIGUEIREDO, L.ª

Certifico que, por escritura de 4 do corrente mês, lavrada de fl. 83 a fl. 85 do livro de notas n.º 98-E do Cartório Notarial de Águeda, foi constituída entre Zulmira Gomes Estêvão, casada, José Manuel de Figueiredo, solteiro, maior, e António Camilo Pereira Dias de Magalhães, casado, este residente em Coimbra, na Rua dos Combatentes, 100, 3.º, esquerdo, e aqueles na vila de Águeda, uma sociedade comercial por quotas a reger-se pelo disposto nos artigos seguintes:

1.º

A sociedade, com início hoje, durará por tempo indeterminado, terá a sede e principal estabelecimento na vila, freguesia e concelho de Águeda e girará sob a firma Estêvão & Figueiredo, L.ª

2.º

O seu objecto é o comércio de tintas e vernizes e materiais para a construção civil, sem prejuízo de qualquer outra actividade comercial que venha a ser deliberado explorar.

3.º

O capital social, inteiramente realizado já, em dinheiro, é de 200 000\$ e é formado pelas quotas seguintes: uma de 100 000\$, pertencente à sócia Zulmira Gomes Estêvão, e duas de 50 000\$ cada uma, de que pertence uma a cada um dos restantes sócios.

4.º

A gerência, dispensada de caução e com direito à remuneração que for fixada em assembleia geral, fica a cargo de todos os sócios, pelo que qualquer deles pode assinar os documentos de mero expediente; para representar e obrigar a sociedade, porém, é necessária a intervenção conjunta de dois gerentes, podendo qualquer deles fazer-se substituir por um procurador da sua escolha, uma vez obtida a concordância dos outros sócios.

5.º

Fica expressamente proibido aos gerentes intervirem em nome da sociedade em fianças, abonações, letras de favor, avales ou em quaisquer outros documentos estranhos aos negócios sociais.

6.º

Nas cessões de quotas é atribuído à sociedade o direito de preferir e, se o cessionário for um estranho e a sociedade não usar daquele direito, pode preferir qualquer dos sócios, pelo que o cedente é obrigado a comunicar à sociedade e aos sócios, por escrito, a identidade do cessionário, o preço e os demais termos da cessão, para que, nos sessenta dias imediatos, aqueles possam deliberar ou decidir se preferem ou não.

7.º

No caso de falecimento ou interdição de um sócio, a sociedade mantém-se com os seus herdeiros ou representantes, que entre si escolherão um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

8.º

As quotas poderão ser amortizadas quando forem penhoradas, oneradas ou fiquem de qualquer modo sujeitas a processo judicial, que não o de inventário, sendo o preço da amortização determinado por balanço especial a realizar para esse fim.

9.º

Sempre que a lei não estabeleça outras formalidades e prazos, as assembleias gerais serão convocadas por carta registada, enviada com a antecedência mínima de dez dias.

Está conforme, não havendo na parte omitida nada em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Cartório Notarial de Águeda, 9 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Fernando José de Carvalho Oliveira*. 1-3-3962

AGUIAR & PEIXOTO, L.ª

Certifico que, por escritura de 16 do mês corrente, outorgada no 2.º Cartório Notarial de Braga, a cargo do notário licenciado António Magro Borges de Araújo, e exarada de fl. 94 v.º a fl. 96 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 22-E, foi constituída entre José Aguiar da Silva e José de Sousa Dias Peixoto uma sociedade comercial por quotas sob a firma em epígrafe, a qual fica a reger-se pelos seguintes artigos:

1.º

A sociedade adopta a firma Aguiar & Peixoto, L.ª, tem a sua sede na Rua dos Biscainhos, 65 e 67, freguesia da Sé, desta cidade, e durará por tempo indeterminado, a contar de hoje.

2.º

O seu objecto é a indústria de pichelaria e de comércio de artigos relacionados com a mesma indústria, podendo explorar qualquer outra actividade comercial ou industrial que a assembleia geral delibere e seja permitida por lei.

3.º

O capital social é de 400 000\$, integralmente realizado, em dinheiro, e dividido em duas quotas: uma de 300 000\$, pertencente ao sócio José Aguiar da Silva, e outra de 100 000\$, pertencente ao sócio José de Sousa Dias Peixoto.

4.º

A administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, ficam a cargo de ambos os só-

cios, que desde já são nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º É necessária e suficiente a assinatura do gerente José Aguiar da Silva para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos; os actos de mero expediente podem ser assinados por qualquer dos gerentes.

§ 2.º É expressamente proibido a qualquer gerente envolver a sociedade em actos e contratos estranhos ao objecto social, tais como letras de favor, fianças, abonações e outros semelhantes, sob pena de responderem perante a sociedade por perdas e danos que daí advierem.

5.º

É livre entre os sócios a cessão de quotas, total ou parcial; porém, a cessão a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade.

§ único. Fica dispensada a autorização especial da sociedade para a cessão de parte de uma quota a favor de um associado, bem como para a divisão de quotas por herdeiros dos sócios.

6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos casos seguintes:

a) Por acordo com o respectivo titular;

b) No caso de falência ou insolvência do sócio titular;

c) Se a quota for cedida a estranhos sem consentimento da sociedade, arrolada, penhorada ou arrestada judicialmente.

§ único. Em qualquer caso de amortização o montante a pagar será sempre o valor nominal da quota, acrescido da parte correspondente nos fundos de reserva, e o pagamento será feito em seis prestações trimestrais, vencendo o juro à taxa de 8 % ao ano.

7.º

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada com aviso de recepção, expedida com a antecedência mínima de oito dias, salvo os casos para que a lei exija outra forma de convocação.

8.º

No caso de falecimento de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os sobreviventes e os herdeiros do falecido, que nomearão um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

§ único. Se por falecimento de qualquer sócio os respectivos herdeiros não quiserem continuar na sociedade, receberão desta o que se apurar pertencer-lhes por um balanço, então a realizar, e que lhes será pago nas condições prescritas no § único do artigo 6.º

9.º

Os lucros líquidos apurados em balanço referido a 31 de Dezembro de cada ano, depois de deduzidas a percentagem devida para o fundo de reserva legal e as quantias consideradas em assembleia geral necessárias à constituição ou reforço de outros fundos ou provisões, serão distribuídos pelos sócios proporcionalmente às suas quotas.

Está conforme ao original.

2.º Cartório Notarial de Braga, 17 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Helena Russo Dias*. 1-3-3960

ELÍDIO & RODRIGUES, L.ª

Certifico que, por escritura hoje exarada, de fl. 135 a fl. 136 do livro n.º 126-A de notas para escrituras diversas do Cartório Notarial de Olhão, a cargo da notária licenciada Maria do Carmo Vilhena Sequeira e Serpa Leal Cabrita, foi constituída entre Joaquim Emídio de Sousa, solteiro, maior, residente no sítio da Azinhaga da Patinha, Peares, Quelfes, Olhão, e João Domingos Claro Rodrigues, casado, residente no sítio de Quatrim, freguesia de Quelfes, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que adoptou a firma de Emídio & Rodrigues, L.ª, com sede no sítio de Peares, freguesia de Quelfes, deste concelho, a qual se rege pelo pacto constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma de Emídio & Rodrigues, L.ª, tem a sua sede no sítio de Peares, freguesia de Quelfes, deste concelho, durará por tempo indeterminado e o seu início contar-se-á a partir desta data.

2.º

O seu objecto consiste no comércio de materiais da construção civil e tudo quanto se relacionar com esta actividade ou ainda

qualquer outro ramo de comércio ou indústria que a sociedade resolva explorar e a lei permita.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 200 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais, de 100 000\$, uma de cada sócio.

4.º

A cessão de quotas, no todo ou em parte, é livremente permitida entre sócios e seus herdeiros; porém, a estranhos depende do consentimento da sociedade.

5.º

A administração e gerência da sociedade pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ único. A sociedade obriga-se em todos os seus actos e contratos com as assinaturas de dois gerentes; porém, nos assuntos de mero expediente é suficiente a assinatura de um gerente.

6.º

As reuniões das assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, salvo se a lei prescrever outra forma de convocação.

7.º

Qualquer gerente poderá delegar em quem entender, mediante procuração ou outra forma de mandato, os seus poderes de gerência.

Está conforme ao original.

Cartório Notarial de Olhão, 19 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *António Gomes Relógio Júnior*. 1-3-3961

M. FERNANDES, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 27 de Setembro do corrente ano, lavrada de fl. 77 v.º a fl. 79 do livro de notas n.º 98-B do Cartório Notarial de Águeda, foi constituída entre Manuel Pereira dos Santos e José Augusto da Graça Fernandes, casados, residentes na freguesia de Barrô, do concelho de Águeda, aquele no lugar do Carqueijo e este na sede da freguesia, uma sociedade comercial por quotas a reger-se pelo disposto nos artigos seguintes:

1.º

A sociedade, com início hoje, durará por tempo indeterminado, terá a sede e principal estabelecimento no lugar e freguesia de Barrô, deste concelho de Águeda, e girará sob a firma M. Fernandes, L.^{da}

2.º

O seu objecto é o comércio de materiais para a construção civil, sem prejuízo de qualquer outra actividade comercial que venha a ser deliberado explorar.

3.º

O capital social, integralmente realizado já, em dinheiro, é de 300 000\$ e é formado por duas quotas iguais, de que pertence uma a cada sócio.

§ único. Poderão os sócios fazer prestações suplementares de capital, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo o reembolso feito pela forma e nos prazos fixados na assembleia geral que delibere a restituição.

4.º

A gerência, dispensada de caução e com direito à remuneração que for fixada em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios, pelo que qualquer deles pode assinar os documentos de mero expediente; para representar e obrigar a sociedade, porém, é necessária a intervenção conjunta de dois gerentes, os quais se poderão fazer substituir por um procurador da sua escolha, uma vez obtida a concordância do outro.

5.º

No caso de falecimento ou interdição de um sócio, a sociedade mantém-se com os seus herdeiros ou representantes, que entre si escolherão um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

6.º

O sócio que pretender ceder a sua quota a um estranho comunicará à sociedade e ao outro sócio a identidade do cessionário, o preço e as demais condições da cessão para que esta, em pri-

meiro lugar, e o sócio não cedente, depois, possam exercer o direito de preferência que lhes é atribuído, para o que é estabelecido o prazo de sessenta dias.

7.º

Sempre que a lei não estabeleça outras formalidades e prazos, as assembleias gerais serão convocadas por carta registada, enviada com a antecedência mínima de dez dias.

Está conforme, não havendo na parte omitida nada em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Cartório Notarial de Águeda, 9 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Fernando José de Carvalho Oliveira*. 1-3-3964

TRIOMBRA — EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS, L.^{da}

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 3 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 44 a fl. 45 v.º do livro n.º 341-B das notas do 9.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Maria Alice Ribeiro Fernandes, foi entre Reinaldo de Almeida Pinto Resende e Fernando Pereira Gil constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se ficou a reger pelo pacto constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Triobra — Empreiteiros de Obras Públicas, L.^{da}, tem a sua sede em Lisboa, na Rua do Carrião, 13, 4.º, frente, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início desde hoje.

2.º

O seu objecto é o exercício da actividade de construção civil, podendo, contudo, vir a exercer outros ramos de comércio ou indústria que os sócios acordem explorar.

3.º

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, é de 150 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais, de 75 000\$ cada uma, pertencendo uma a cada sócio.

§ único. Não são exigíveis prestações suplementares de capital, mas qualquer dos sócios poderá fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, mediante as condições a fixar em acta.

4.º

A gerência e administração dos negócios sociais ficam a cargo dos dois sócios, os quais ficam desde já nomeados gerentes com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral. Para a sociedade se considerar obrigada será necessária a intervenção e ou assinatura de dois sócios gerentes. Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer dos gerentes.

5.º

Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos, contratos e documentos alheios aos negócios sociais, tais como fianças, abonações e letras de favor.

6.º

Qualquer dos sócios gerentes poderá delegar, no todo ou em parte, os seus poderes de gerência. A sociedade poderá constituir mandatários nos termos do artigo 256.º do Código Comercial para a prática de certos e determinados actos.

7.º

A cessão de quotas, no todo ou em parte, é livre entre os sócios, usando a sociedade em primeiro lugar e qualquer dos sócios em segundo do direito de preferência, quando se pretenda ceder a um estranho.

8.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros do falecido ou representante legal do interdito, devendo aqueles nomear de entre si um que a todos represente na sociedade.

9.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme.

9.º Cartório Notarial de Lisboa, 12 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Teresa Maria Adida d'Assunção Xavier*. 4-0-2674

MALHAVES — SOCIEDADE AVÍCOLA DO MALHOU, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 3 do corrente, lavrada de fl. 55 a fl. 57 v.º do livro de notas n.º 5-B do Cartório Notarial de Alcanena, a cargo da notária licenciada Fernanda da Fonseca Maurício Ferreira da Silva, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada entre Albertino Alfredo Alcântara Gonçalves, Manuel Baptista e José Luís Frazão Peneda, a qual se ficou a reger pelos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adota a denominação Malhaves — Sociedade Avícola do Malhou, L.^{da}, fica com sede no lugar e freguesia do Malhou, deste concelho, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

2.º

O objecto social é a produção e comércio avícolas ou qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

3.º

O capital social é de 600 000\$, inteiramente realizado em dinheiro, e dividido em três quotas iguais, de 200 000\$, uma de cada sócio.

4.º

A gerência da Sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para que a Sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de dois gerentes, excepto nos actos de mero expediente, em que é suficiente a assinatura de um só.

§ 2.º Aos gerentes é expressamente proibido obrigar a Sociedade em actos ou documentos estranhos aos interesses directos da mesma, designadamente em fianças, letras de favor, avales, abonações ou similares.

5.º

É livre a cessão, total ou parcial, de quotas entre sócios; nas cessões de quotas a estranhos é sempre necessário o consentimento da Sociedade, prestado em assembleia geral.

6.º

Os herdeiros de um sócio falecido far-se-ão representar na Sociedade por um só deles enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

7.º

A Sociedade poderá nomear mandatários nos termos e para os efeitos do artigo 256.º do Código Comercial.

8.º

As assembleias gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, são convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios e expedidas com, pelo menos, oito dias de antecedência.

Está conforme, nada havendo na dita escritura que altere, restrinja ou condicione quanto aqui se narra.

Cartório Notarial de Alcanena, 28 de Setembro de 1979 — O Ajudante, *José Martins Clemente*. 1-3-3878

JOSÉ JORGE TRIGO & MARIA DO CÉU AFONSO TRIGO, L.^{da}

Certifico que de fl. 35 v.º a fl. 39 do livro de notas n.º 393-C do 3.º Cartório Notarial do Porto, a cargo do notário José Cabral de Matos, se encontra exarada, com data de 3 de Outubro corrente, uma escritura de constituição de sociedade, a qual será regulada nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma José Jorge Trigo & Maria do Céu Afonso Trigo, L.^{da}, e tem a sua sede na Praça de Carlos Alberto, 123, piso 3, sala 37, da freguesia da Vitória, desta cidade do Porto, e durará por tempo indeterminado, com início a partir de 1 de Agosto do ano corrente.

2 — Por simples deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá mudar a sua sede para qualquer outro local.

2.º

O objecto social é o exercício da actividade de cirurgia plástica e reconstrutiva e análises clínicas, podendo ser exercido qualquer

outro ramo de actividade comercial ou industrial que a lei não proíba e podendo ser instalados consultórios, laboratórios ou delegações em local diferente do da sede.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 300 000\$, sendo de 150 000\$ a quota de cada um dos sócios, Dr. José Jorge Neves e Cunha Trigo e Dr.ª Maria do Céu Sanches Afonso e Cunha Trigo.

4.º

Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital e os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos, condições e limites que forem fixados em assembleia geral.

5.º

1 — A gerência é exercida por ambos os sócios, dispensada de caução e remunerada conforme vier a ser decidido em assembleia geral, competindo-lhe os mais amplos poderes de administração dos negócios sociais e a representação da sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, incluindo poderes especiais para transigir, desistir ou confessar relativamente ao objecto de quaisquer demandas em que a sociedade seja parte e para constituir mandatários.

2 — A responsabilidade profissional pela actividade de cirurgia plástica e reconstrutiva compete ao sócio Dr. José Jorge Neves e Cunha Trigo e a de análises clínicas à sócia Dr.ª Maria do Céu Sanches Afonso e Cunha Trigo, os quais poderão, todavia, delegá-la, juntamente ou não com outros poderes de gerência, em pessoa qualificada de sua livre escolha e confiança.

3 — Para obrigar a sociedade é necessária e suficiente a assinatura de qualquer dos gerentes.

6.º

É livre a divisão e cessão de quotas entre sócios, mas, quanto a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade.

7.º

1 — No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio a sociedade não se dissolve, continuando com os herdeiros do falecido ou representante do interdito, devendo aqueles designar um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

2 — No caso de os herdeiros pretenderem afastar-se da sociedade, proceder-se-á a balanço e o valor que se apurar pertencer-lhes ser-lhes-á pago em seis prestações semestrais e iguais, as quais vencerão juro à taxa do Banco de Portugal.

8.º

As assembleias gerais, quando a lei não imponha outras formalidades, serão convocadas por carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme e certifico que na parte omitida da referida escritura nada há em contrário ou além do que aqui se narra ou transcreve.

3.º Cartório Notarial do Porto, 4 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Carlos Oswaldo da Cunha Fernandes*. 1-3-3888

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA JUVENTUDE

Certifico que de fl. 41 a fl. 46 v.º do livro de notas n.º 382-A do 3.º Cartório Notarial do Porto, a cargo do notário José Cabral de Matos, se encontra exarada, com data de 20 de Setembro corrente, uma escritura pela qual foi constituída a Associação Cultural da Juventude;

Que esta Associação constitui uma instituição sem fins lucrativos, com duração indeterminada e sede social na Rua de 5 de Outubro, 121, da cidade do Porto, e rege-se pelos estatutos que constam daquela escritura.

A admissão dos associados não depende da sua raça, sexo, nacionalidade, religião ou residência, dividindo-se aqueles nas seguintes categorias:

a) São associados efectivos as pessoas ou entidades que, de acordo com as normas estatutárias, como tal possam inscrever-se e se achem inscritos;

b) São associados beneméritos as pessoas ou entidades que por compreensão para com os fins da Associação paguem uma quota mensal fixada pela direcção que os constitua em tal categoria;

c) São associados honorários as pessoas ou entidades que, tendo prestado serviço de excepcional relevo à Associação, sejam consideradas pela assembleia geral e mediante proposta da direcção dignos dessa distinção;

d) São associados correspondentes as pessoas e entidades que da direcção recebam a atribuição daquela qualidade em razão de se entregarem a actividades afins noutras localidades.

A Associação da Juventude tem como objectivo primeiro a promoção e a divulgação da cultura e actividades de carácter recreativo ou desportivo que contribuam para o esclarecimento e dignificação das pessoas.

Facilitará a organização, dentro da Associação, de secções que se dediquem às seguintes actividades: ecologia, arqueologia, acção cultural, desporto, cinema, fotografia, teatro, música ou outras de reconhecida utilidade social e cultural.

Está conforme e certifico que na parte omitida da referida escritura nada há em contrário ou além do que aqui se narra ou transcreve.

3.º Cartório Notarial do Porto, 21 de Setembro de 1979. — O Ajudante, *Albino Cardoso*. 1-3-3886

JOSÉ OLIVEIRA & IRMÃ, L.^{DA}

Certifico que no dia 21 de Agosto de 1979, de fl. 6 v.º a fl. 8 v.º do livro n.º 1282-B das notas do 5.º Cartório Notarial do Porto, a cargo da notária licenciada Lídia Crispiniano Fontes, foi lavrada uma escritura de constituição de sociedade por quotas de responsabilidade limitada entre José Augusto de Oliveira e Maria Emília Oliveira Pinto, a qual será regulada nos termos e sob as cláusulas ou condições constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma José Oliveira & Irmã, L.^{da}, tem a sua sede na Avenida da Boavista, 267, freguesia de Cedofeita, da cidade do Porto, e a sua duração é por tempo indeterminado, a contar de 1 de Julho próximo passado.

2.º

Por simples deliberação da assembleia geral a sociedade poderá estabelecer ou encerrar filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação social e transferir a sua sede para qualquer outro local dentro da cidade do Porto.

3.º

O seu objecto consiste no comércio de modas e confecções de homens e senhoras, podendo, no entanto, explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem.

4.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, é de 400 000\$, dele pertencendo ao sócio José Augusto de Oliveira uma quota de 350 000\$ e à sócia Maria Emília Oliveira Pinto uma quota de 50 000\$.

5.º

A sociedade poderá exigir dos sócios prestações suplementares de capital, nos termos e condições que a assembleia geral deliberar.

6.º

A gerência social, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a ambos os sócios, que entre si e de comum acordo distribuirão os respectivos serviços.

7.º

Os documentos de simples e mero expediente poderão ser assinados por qualquer dos sócios; porém, aqueles que envolvam obrigações ou responsabilidades para a sociedade, tais como actos, contratos, letras, livranças, cheques e semelhantes, só terão validade quando assinados única e exclusivamente pelo sócio José Augusto Oliveira.

8.º

O sócio José Augusto Oliveira fica desde já autorizado a delegar os seus poderes de gerência em pessoa da sua escolha.

9.º

O sócio José Augusto Oliveira poderá livremente ceder, no todo ou em parte, a sua quota a quem entender; porém, a sócia Maria Emília Oliveira Pinto só o poderá fazer com o consentimento, por escrito, do sócio José Augusto Oliveira.

10.º

Anualmente será dado um balanço com data de 31 de Dezembro, devendo os lucros líquidos nele apurados, depois de deduzida a percentagem de 5 % para fundo de reserva legal, ser dividi-

dos pelos sócios na proporção das suas quotas, termos em que por eles serão suportados os prejuízos, quando os houver, até ao limite das suas responsabilidades legais.

11.º

Por falecimento ou interdição de qualquer dos sócios a sociedade continuará com o sócio sobrevivente ou capaz e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, nomeando aqueles um de entre eles que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

12.º

As assembleias gerais para as quais a lei não exija prazos ou formalidades especiais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, salvo qualquer outro preceito legal.

13.º

Dissolvendo-se a sociedade ambos os sócios serão liquidatários, ficando desde já determinado que, se algum quiser ficar com o estabelecimento social, será este licitado, verbalmente, entre eles e adjudicado àquele que maiores vantagens oferecer em preço e forma de pagamento.

Está conforme.

5.º Cartório Notarial do Porto, 15 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Tito da Silva Evangelista*. 1-6-1032

CORREIA & GUEDES, L.^{DA}

Certifico que, por escritura lavrada em 29 do mês findo, de fl. 63 v.º a fl. 65 do livro de escrituras diversas n.º 107-B do 6.º Cartório Notarial do Porto, a cargo da notária licenciada Judite das Neves Rodrigues, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada nos termos dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Correia & Guedes, L.^{da}, tem a sua sede no Porto, na Avenida da Boavista, 276, 5.º piso, loja 506, e durará por tempo indeterminado.

§ único. A sociedade poderá transferir a sede, dentro desta cidade, bem como criar e extinguir filiais, sucursais ou agências onde entender conveniente, por simples deliberação da assembleia geral.

2.º

A sociedade tem por objecto a exploração de estabelecimentos comerciais de modas, podendo vir a dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade comercial ou industrial que a assembleia geral delibere explorar.

3.º

O capital social é de 400 000\$, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma de 360 000\$ pertencente ao sócio Jorge João Ferreira de Meneses Correia e uma de 40 000\$ pertencente à sócia Olinda da Conceição da Silva Guedes.

4.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas qualquer dos sócios poderá facultar à caixa social os suprimentos de que venha a carecer, nas condições que forem fixadas em assembleia geral.

5.º

As cessões de quotas, no todo ou em parte, são livres entre os sócios, ficando desde já dispensado o consentimento da sociedade para as necessárias divisões, dependendo a cessão a favor de estranhos do consentimento da sociedade.

6.º

A gerência da sociedade fica atribuída a todos os sócios, com dispensa de caução e com a remuneração que for fixada em assembleia geral.

§ 1.º Os actos que envolvam obrigação ou responsabilidade para a sociedade só terão validade quando assinados por dois gerentes.

§ 2.º Os gerentes poderão delegar nos consócios ou mesmo em pessoa estranha, por meio de procuração, no todo ou em parte, os respectivos poderes, carecendo, porém, quando em pessoa estranha, do prévio consentimento da assembleia geral.

§ 3.º É vedado aos gerentes comprometer a sociedade em actos ou documentos estranhos aos negócios sociais, respondendo pessoalmente os contraventores pelas obrigações assumidas e pelos prejuízos que venham a ocasionar.

7.º

Dos lucros líquidos apurados anualmente retirar-se-ão 10 % para o fundo de reserva legal e outras percentagens para outros fundos que a assembleia geral delibere criar, sendo o remanescente dividido pelos sócios na proporção das suas quotas.

8.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas com aviso de recepção, enviadas aos sócios com a antecedência mínima de dez dias.

Está em conformidade com o original.

6.º Cartório Notarial do Porto, 5 de Fevereiro de 1979. — A Ajudante, *Virginia da Conceição Piloto*. 1-6-1036

JOAQUIM VICENTE DOS SANTOS & ANTÓNIO PEDRO, L.^{DA}

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 27 de Setembro de 1979, exarada de fl. 4 v.º a fl. 5 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 317-A, do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Sintra, a cargo da notária licenciada Amélia Josefina de Queirós Lopes, Joaquim Vicente dos Santos e António Pedro constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual fica a ser regida pelos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Joaquim Vicente dos Santos & António Pedro, L.^{da}, com sede no lugar de Morelena, freguesia de Montelavar, concelho de Sintra, e durará por tempo indeterminado, a contar de 1 de Janeiro de 1980.

2.º

O objecto da sociedade é o exercício da indústria de trituração de calcários em granulados e pó de mármore ou qualquer outra actividade comercial ou industrial que a sociedade delibere explorar.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 100 000\$, correspondente à soma de duas quotas iguais, de 50 000\$, uma de cada sócio.

4.º

Os sócios ou entidades estranhas poderão fazer à sociedade os suprimentos e empréstimos de que ela carecer, nas condições que forem deliberadas em assembleia geral.

5.º

É livre a cessão de quotas ou parte de quotas entre os sócios; porém, para estranhos depende do consentimento de quem mais for sócio.

6.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a ambos os sócios, os quais ficam desde já nomeados gerentes, sendo necessária a assinatura de ambos para obrigar a sociedade.

7.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas com aviso de recepção, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias pelo menos.

8.º

A sociedade dissolve-se por acordo e nos casos legais, e a sua partilha e liquidação far-se-á conforme os sócios acordarem. Para todas as questões emergentes da mesma só serão permitidos os foros das comarcas de Sintra e de Mafra.

Na parte omitida desta escritura nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

É certidão de narrativa e de teor parcial que fiz extrair e vai conforme ao original.

Secretaria Notarial de Sintra, 15 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Manuel João Videira Moraes*. 1-0-9687

FERREIRA, AMPARO & SALDANHA, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 1 de Outubro corrente, exarada de fl. 6 v.º a fl. 9 v.º do livro de notas n.º 98-A do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Torres Vedras, a cargo do licenciado Armando José Lourenço de Almeida, foi constituída entre João

Arlindo Cunha Ferreira, casado, residente em Gondruzeira, Ponte do Rol, deste concelho, António Luís do Amparo, solteiro, maior, residente no lugar e freguesia de Ponte Redondo, deste concelho, e Vítor Manuel Saldanha, casado, residente nesta cidade, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Ferreira, Amparo & Saldanha, L.^{da}, tem a sua sede no lugar e freguesia de Monte Redondo, deste concelho, e durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

2.º

O seu objecto é a actividade própria de oficina de serralharia e construções metálicas, podendo exercer qualquer outra actividade em que os sócios acordem e seja legal.

3.º

O capital social é de 60 000\$, integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma de três quotas iguais do valor nominal de 20 000\$ cada uma, pertencendo uma a cada sócio.

4.º

A gerência e representação da sociedade, em juízo e fora dele, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ único. Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos são suficientes as assinaturas de dois sócios gerentes; os actos de mero expediente podem ser praticados e assinados por um só deles.

5.º

Pode qualquer sócio delegar noutro sócio ou em estranhos, por meio de procuração, os seus poderes de gerência, de representação social e para obrigar a sociedade, dependendo do consentimento dos outros sócios quando os referidos poderes forem conferidos a um estranho.

6.º

É livremente permitida entre os sócios a cessão de quotas no todo ou em parte; a cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade, que terá direito de preferência em primeiro lugar, e do consentimento dos sócios não cedentes, que terão direito de preferência em segundo lugar.

7.º

Quando a lei não exigir formalidades especiais, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, podendo estes avisos ser supridos pela declaração dos sócios, expressa na respectiva acta, de que prescindiram deles.

Está conforme. Na parte omitida nada há além ou em contrário que altere, prejudique, condicione ou modifique a parte transcrita.

Secretaria Notarial de Torres Vedras, 2 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Geraldes Sobreiro Trindade Manco*. 4-0-2590

ÁLVARO & PENIM, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 9 do corrente mês, lavrada no 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Évora e exarada de fl. 88 v.º a fl. 91 do livro n.º 14-D de notas para escrituras diversas daquele Cartório, a cargo do notário licenciado Germano Nunes de Gouveia, Mário Guerreiro Álvaro, casado, e D. Felismina Rosa Penim, solteira, maior, residentes nesta cidade de Évora, respectivamente na Travessa das Nunes, 1-A, e Rua de 5 de Outubro, 49, constituíram uma sociedade comercial por quotas que se regulará pelas disposições constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Álvaro & Penim, L.^{da}, tem a sua sede na Rua de 5 de Outubro, 47 e 49, freguesia da Sé, desta cidade de Évora, durará por tempo indeterminado e o seu início conta-se a partir de hoje.

2.º

O seu objecto é a indústria de hotelaria, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria que a sociedade delibere explorar e não dependa de autorização especial.

3.º

O capital social é de 1 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas de valor nominal de 500 000\$, pertencentes uma a cada sócio.

§ 1.º A quota do sócio Mário Guerreiro Álvaro foi realizada em dinheiro.

§ 2.º A quota da sócia Felismina Rosa Penim é representada pelos valores que constituem o activo, livre do passivo, do estabelecimento comercial denominado «Residencial Riviera», sito na Rua de 5 de Outubro, 47 e 49, 1.º e 2.º, freguesia da Sé, desta cidade, que tem explorado em nome individual.

4.º

Nos termos que resultam do artigo anterior, a sócia Felismina Rosa Penim traz para a sociedade e nela põe em comum todo o equipamento e demais valores do activo do referido estabelecimento, com a obrigação do pagamento do correspondente passivo, tudo de harmonia com o balanço que ambos declaram aceitar.

5.º

Mediante deliberação, poderão ser exigidas prestações suplementares de capital, na proporção das quotas, assim como também os sócios poderão fazer facultativamente os suprimentos necessários, nos termos em que acordarem.

6.º

A cessão de quotas, no todo ou em parte, é livre entre os sócios; todavia, se for feita a favor de estranhos, depende do consentimento da sociedade e do sócio não cedente, os quais gozam do direito de preferência segundo a ordem indicada.

7.º

A gerência, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado, pertence a ambos os sócios, desde já nomeados gerentes, bastando a assinatura de qualquer deles para obrigar a sociedade.

8.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, salvo se a lei exigir outras formalidades.

9.º

No caso de falecimento ou interdição de um sócio, a sociedade continuará com os sócios capazes e os herdeiros do falecido ou representante legal do interdito, devendo aqueles nomear de entre si um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Évora, 10 de Agosto de 1979. — O Aju-
dante, *Manuel Indício Rodrigues Almeida*. 1-1-3049

MONTEIRO & RIBEIRO, L.ª

Certifico que, por escritura de 17 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 41 v.º a fl. 43 v.º do livro de escrituras diversas n.º 200-A do Cartório Notarial de Felgueiras, Fernando da Silva Monteiro, residente no lugar do Outeiro, freguesia de Regilde, deste concelho de Felgueiras, e Joaquim Armando Pacheco Ribeiro, residente no lugar de Casais, freguesia de Tagilde, do concelho de Guimaraes, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual na especialidade será regida pelo seguinte pacto social:

1.º

A sociedade adopta a firma Monteiro & Ribeiro, L.ª, e tem a sua sede e estabelecimento no lugar do Outeiro, freguesia de Regilde, deste concelho de Felgueiras.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado e as operações e vida social têm início no dia de hoje.

3.º

O seu objecto é a indústria de confecções de camisas de criança e outro vestuário, podendo vir a exercer outra indústria ou qualquer comércio em que os sócios acordem.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, que já deu entrada na caixa social, é de 200 000\$, dividido em duas

quotas de 100 000\$ cada uma, uma do sócio Fernando da Silva Monteiro e outra do sócio Joaquim Armando Pacheco Ribeiro.

§ único. São permitidas as chamadas e reembolsos de prestações suplementares de capital, nos termos e condições que vierem a ser deliberados em assembleia geral.

5.º

A gerência social, dispensada de caução, será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para obrigar a sociedade em juízo ou fora dele, incluindo a sua vinculação em documentos, actos e contratos que envolvam responsabilidade, é necessária a intervenção ou assinatura dos dois sócios em conjunto.

§ 2.º Qualquer dos gerentes poderá delegar em pessoa da sua escolha todos ou parte dos respectivos poderes de gerência, mas só por meio de procuração, na qual especificará os poderes delegados.

6.º

É livre a cessão total ou parcial de quotas entre os sócios. A cessão total ou parcial de quotas a estranhos também é permitida, sem prejuízo da legal autorização da sociedade para divisão de quotas, mas os sócios, individualmente e em primeiro lugar, e a sociedade, em segundo lugar, terão sempre o direito de preferência.

§ 1.º Para o exercício daquele direito, o sócio cedente comunicará aos outros sócios e à sociedade, em carta registada com aviso de recepção, a sua intenção de alienar a quota e respectivas condições; os outros sócios deverão informar, no prazo de quinze dias a contar da data da recepção do aviso, se pretendem ou não exercer o direito, sob pena de o cedente poder livremente alienar.

§ 2.º Quando um sócio, possuidor de uma única quota na sociedade, a ceder totalmente a um único cessionário, e só neste caso, o cedente perde e o cessionário adquire, conjuntamente com a quota e independentemente de qualquer outra formalidade, o direito e respectivos poderes de gerência que pertenciam ao transmittente.

7.º

As assembleias gerais, sempre que a lei não exija outras formalidades, serão convocadas por carta registada, expedida para os sócios com a antecedência mínima de oito dias.

8.º

Os anos sociais serão os civis, pelo que anualmente será dado um balanço com referência a 31 de Dezembro, cuja discussão e votação deverão fazer-se até 31 de Março seguinte.

9.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará com os sobreviventes ou capazes e com os herdeiros do falecido ou com o próprio interdito, devidamente representado, conforme o caso, mas terão os herdeiros de escolher um que a todos represente na sociedade, e enquanto não for escolhido serão representados pelo cabeça-de-casal.

10.º

A sociedade dissolve-se nos casos legais e, dissolvida, serão liquidatários todos os sócios, que entre si acordarão quanto aos termos da liquidação e partilha.

Na falta de acordo, poderá qualquer deles exigir a liquidação por via de licitação, em globo, do estabelecimento industrial.

11.º

Nos casos omissos, regularão as disposições legais aplicáveis às sociedades por quotas, especialmente a Lei de 11 de Abril de 1901.

Assim o declararam e outorgaram, tendo ainda declarado os outorgantes que o dinheiro com que entram para a sociedade é provento do trabalho de cada um e que do mesmo têm a administração, assim podendo dispor como dispõem.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Felgueiras, 18 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Maria Isabel Miranda Trindade Mota Sequeira*. 1-0-9763

MENESES, L.ª

Certifico que, por escritura de 23 de Abril de 1959, lavrada no 15.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Aurélio Assis Ferreira, a fl. 37 do livro n.º 876-A, foi constituída entre Vítor Manuel Lopes de Meneses, que também usa comer-

cialmente Vítor Meneses, e António Fernando Mendes da Silva Nunes, que também usa Fernando Nunes, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Meneses, L.^{da}, fica com a sua sede nesta cidade e domicílio provisório na Avenida de 5 de Outubro, 259, 1.º, direito.

2.º

O seu objecto é o comércio de tabacaria ou qualquer outro que os sócios resolvam explorar e que não dependa de autorização especial.

3.º

A sua duração é por tempo indeterminado e o seu início conta-se desde hoje.

4.º

O capital social é de 5000\$, integralmente realizado em dinheiro, e dividido em duas quotas: uma de 4900\$, do sócio Vítor Manuel Lopes de Meneses, e uma de 100\$, do sócio António Fernando Mendes da Silva Nunes.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas qualquer dos sócios poderá fazer à caixa social os suprimentos de que ela carecer, mediante as condições a fixar previamente em acta.

6.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência. Se a sociedade não quiser usar deste direito, pertencerá ele aos sócios.

A sociedade fica, porém, com o direito de amortizar, em qualquer altura, a quota do sócio António Fernando Mendes da Silva Nunes, pagando-a pelo seu valor nominal. A amortização considerar-se-á perfeita logo que a respectiva importância for depositada na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

§ único. O sócio Vítor Manuel Lopes de Meneses fica autorizado desde já a ceder livremente a quem quiser toda ou parte da sua quota.

7.º

A administração e a gerência da sociedade pertencerão a ambos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, sem caução e sem retribuição, sendo indispensável e bastante a assinatura do sócio Vítor Manuel Lopes de Meneses para a sociedade ficar obrigada, podendo até tomar de traspasse ou traspassar quaisquer estabelecimentos da sociedade.

§ único. É proibido aos gerentes usarem a firma em fianças, abonações, letras de favor e em quaisquer actos e documentos de interesse alheio.

8.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, enviadas com a antecedência mínima de oito dias, salvo os casos em que a lei exija forma especial.

9.º

Os balanços serão anuais e encerrados em 31 de Dezembro. Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidos os 5 % para o fundo de reserva legal, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas e na mesma proporção serão suportados os prejuízos.

10.º

Em caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, os seus herdeiros ou representantes escolherão uma pessoa que a todos represente enquanto a quota estiver indivisa.

11.º

No omissio regularão as disposições da Lei de 11 de Abril de 1901 e demais aplicáveis.

É certidão de narrativa e de teor parcial, que está conforme o original, nada havendo em contrário ou além dele.

15.º Cartório Notarial de Lisboa. — A Ajudante, *Artemisia da Conceição Milheiro*. 4-0-2585

CEREGRA EDITORA, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 11 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 3 v.º a fl. 6 do livro de notas n.º 38-G do 19.º Cartório Notarial de Lisboa, foi constituída entre Almerindo Joaquim Neves e Cabo — Comércio e Indústria de Equipamentos Eléctri-

cos e Mecânicos, L.^{da}, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada denominada Ceregra Editora, L.^{da}, com sede nesta cidade, a qual se rege pelos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Ceregra Editora, L.^{da}, tem a sua sede em Lisboa, na Rua de Ferreira Lapa, 4, 2.º, A, freguesia do Coração de Jesus, e durará por tempo indeterminado a contar de hoje.

§ único. A sociedade poderá, porém, por simples deliberação da gerência, abrir e fechar quaisquer sucursais, agências ou outra forma de representação, onde e quando convier.

2.º

O objecto social é a indústria gráfica e editorial, podendo dedicar-se a qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e não seja proibida por lei.

3.º

O capital social é de 100 000\$, integralmente realizado em dinheiro e dividido em duas quotas iguais, de 50 000\$ cada uma pertencendo uma a cada um dos sócios, Almerindo Joaquim Neves e Cabo — Comércio e Indústria de Equipamentos Eléctricos e Mecânicos, L.^{da}

4.º

É livremente permitida a cessão de quotas, ficando, contudo, a sociedade em primeiro lugar e os sócios em segundo, com direito de preferência, pelo preço que elas tiverem em balanço realizado para o efeito, acrescido da respectiva parte do fundo de reserva.

5.º

A amortização de quotas é permitida:

a) Por acordo entre a sociedade, mediante deliberação dos sócios, e o respectivo titular;

b) Se a quota for objecto de arresto, arrolamento, penhora ou de qualquer modo apreendida judicialmente;

c) Por morte ou interdição do sócio titular.

§ único. O preço da amortização será igual ao valor nominal da quota amortizada, acrescido da correspondente parte no fundo de reserva, considerando-se a amortização operada desde que a respectiva importância seja posta à disposição do alienante, sendo para isso depositada na Caixa Geral de Depósitos.

6.º

A gerência e administração da sociedade fica a cargo de ambos os sócios, desde já nomeados gerentes, sem caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para a sociedade ficar obrigada é necessária a assinatura de dois gerentes, bastando a de um gerente para o mero expediente.

§ 2.º Os gerentes poderão delegar, por procuração, em outra pessoa que mereça a aprovação em assembleia geral, os seus poderes de gerência.

§ 3.º Fica expressamente proibido aos gerentes ou seus procuradores obrigarem a sociedade em fianças, abonações, letras de favor ou em quaisquer outros actos estranhos aos negócios sociais.

7.º

Anualmente reunirá a assembleia geral ordinária para aprovação das contas do exercício anterior nos prazos legais, podendo reunir extraordinariamente desde que para tal sejam os sócios convocados com, pelo menos, oito dias de antecedência, por carta registada, dirigida a cada um deles.

8.º

Nenhum sócio poderá explorar em nome individual ou associado a outrem qualquer ramo de actividade dentro do campo específico da actuação da sociedade sem prévia autorização da assembleia geral.

Assim o outorgaram.

Está conforme ao original.

19.º Cartório Notarial de Lisboa, 17 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Rui Jorge Pires Carrondo*. 1-0-9759

ASAF — FABRICANTE DE APARELHAGEM SONORA ANTIFURTO, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 8 do corrente mês, lavrada no 15.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Aurélio Assis Ferreira, a fl. 2 do livro n.º 277-C, foi constituída

entre José Carlos Paiva de Barros e Miguel Pedro de Paiva uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação ASAF — Fabricante de Aparelhagem Sonora Antifurto, L.ª, tem a sua sede na Rua do General Leman, 3-A e 3-B, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, desta cidade, e durará por tempo indeterminado, a contar de hoje.

2.º

O objecto social é o fabrico e a importação, exportação e comercialização de aparelhagem sonora antifurto e de outros dispositivos de segurança, podendo contudo explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem.

3.º

O capital social é de 100 000\$, está integralmente realizado em dinheiro e dividido em duas quotas iguais, pertencentes uma a cada um dos sócios, José Carlos Paiva de Barros e Miguel Pedro de Paiva.

4.º

Poderão ser exigidos aos sócios suprimentos ou prestações suplementares de capital, mediante deliberação da assembleia geral.

5.º

A cessão de quotas, total ou parcial, é livremente permitida entre os sócios, dependendo a cessão a estranhos do prévio consentimento da sociedade.

6.º

A gerência da sociedade compete a ambos os sócios, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

7.º

Os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência e representação social, mediante procuração, em pessoa estranha à sociedade, desde que para isso sejam autorizados pela assembleia geral.

8.º

A sociedade fica obrigada pela assinatura de qualquer dos gerentes, aos quais é vedado responsabilizá-la em fianças, abonações, avales, letras de favor e outros actos ou contratos estranhos aos negócios sociais.

9.º

Sempre que a lei não exigir outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

É certidão de narrativa e de teor parcial, que está conforme o original, nada havendo em contrário ou além dele.

15.º Cartório Notarial de Lisboa, 10 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Helena Marques Gomes*. 4-0-2584

SOCIEDADE DE MÁRMORES CENTRAL TRANSMONTANA, L.ª

Cópia extraída da escritura exarada de fl. 103 a fl. 105 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 50-B do Cartório Notarial de Peso da Régua.

No dia 24 de Julho de 1979, no Cartório Notarial de Peso da Régua, perante mim, licenciado Manuel Mousinho de Albuquerque de Mascarenhas Gaivão, notário deste concelho, compareceram como outorgantes:

1.º Joaquim Torres Alípio, casado, segundo o regime da comunhão geral de bens, com Maria Joaquina Saraiva, natural da freguesia de Vila Nova do Ceira, concelho de Góis, residente habitualmente na freguesia de Godim, deste concelho;

2.º Artur Pereira, casado, segundo o regime da comunhão geral de bens, com Natércia Rodrigues Malta Pereira, natural da freguesia de Valdanta, concelho de Chaves, residente habitualmente naquela freguesia, no lugar da Abobeira.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por declaração dos abonadores adiante indicados.

Os outorgantes declararam:

Que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Sociedade de Mármore Central Transmontana, L.ª, tem a sua sede e estabelecimento

fabril na cidade de Chaves, podendo criar filiais ou delegações em qualquer ponto do território nacional, e durará por tempo indeterminado, a contar desta data.

§ único. A Sociedade poderá transferir a sua sede para qualquer outro local do mesmo concelho, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação social;

2.º

O objecto da Sociedade é a exploração, transformação e comercialização de mármore e granitos, podendo explorar qualquer outro ramo de indústria ou comércio em que os sócios acordem e seja legal.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, entrado na caixa social, é de 500 000\$ e encontra-se dividido em duas quotas de 250 000\$, pertencendo uma ao sócio Joaquim Torres Alípio e outra ao sócio Artur Pereira.

§ único. Os sócios poderão efectuar prestações suplementares de capital e, sempre que os sócios o deliberem, serão obrigatórias e proporcionais às respectivas quotas.

4.º

A administração da Sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertencem a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para obrigar a Sociedade nos seus actos e contratos é necessária a assinatura dos dois gerentes, bastando apenas a assinatura de um deles nos actos de mero expediente.

§ 2.º Os gerentes poderão delegar, no todo ou em parte, o exercício das suas funções noutro gerente ou em pessoa estranha.

§ 3.º É proibido aos gerentes obrigar a Sociedade em actos e contratos a ele estranhos, designadamente em letras de favor, fianças, abonações e actos semelhantes.

5.º

É livremente permitida a cessão de quotas entre os sócios; na cessão a estranhos têm preferência em primeiro lugar a sociedade e em segundo lugar os restantes sócios.

§ 1.º O direito de preferência é exercido pelo valor que à respectiva quota corresponder segundo o último balanço aprovado.

§ 2.º O sócio que pretender ceder a sua quota a pessoa estranha à sociedade assim o comunicará a esta, indicando a pessoa do adquirente e as condições da cessão. No prazo de sessenta dias após a recepção dessa comunicação reunirá a assembleia geral para deliberar sobre o exercício do direito de preferência, devendo ficar consignado na respectiva acta se a Sociedade prefere ou não e, na hipótese negativa, se os sócios usam ou não do seu direito de preferência. Nos quinze dias imediatos à reunião será comunicado ao sócio, se este não tiver assistido à mesma, a decisão tomada.

§ 3.º Decorridos os prazos previstos no parágrafo anterior, poderá a quota ser cedida livremente.

6.º

A Sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer dos sócios e continuará com os restantes e com os representantes ou herdeiros do sócio interdito ou falecido, salvo se estes preferirem apartar-se da Sociedade. Neste caso, proceder-se-á a balanço e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito receberão o que se apurar pertencer-lhes, o que lhes será pago em quatro prestações trimestrais, iguais e sucessivas, as quais vencerão o juro legal.

7.º

Em caso de dissolução serão liquidatários os sócios, que procederão à liquidação e partilha conforme acordarem e for de direito.

8.º

As quotas possuídas em comum na Sociedade ou na situação de indivisão hereditária serão representadas apenas por um dos comproprietários ou herdeiros por eles indicado à Sociedade.

9.º

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada, dirigida aos sócios com uma antecedência mínima de quinze dias sobre a data designada, salvo nos casos em que a lei estabeleça outras formalidades e prazos.

10.º

Anualmente será dado balanço, com referência a 31 de Dezembro, e dos lucros obtidos será retirada a percentagem necessá-

ria para o fundo de reserva legal, podendo a assembleia geral constituir outras reservas e as provisões que entender convenientes; o restante será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas.

Assim o disseram e outorgaram.

Preveni os outorgantes de que o presente acto está sujeito a registo obrigatório, o qual deverá ser requerido no prazo de três meses a contar de hoje.

Fica arquivada uma certidão passada pela Repartição do Comércio, datada de 13 de Julho do corrente ano, da qual consta não se encontrar ali matriculada qualquer sociedade com denominação igual à adoptada ou alguma por tal forma semelhante que possa induzir em erro.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo em voz alta e na presença simultânea de todos e dos abonadores Dr. José Luís Viana Quinas Guerra, casado, residente habitualmente nesta vila, e Dr. Henrique Augusto de Almeida Cordeiro, casado, residente também nesta vila.

Joaquim Torres Alípio — Artur Pereira — José Luís Viana Quinas Guerra — Henrique Augusto de Almeida Cordeiro. — O Notário, *Manuel Mousinho de Albuquerque de Mascarenhas Gaivão.*

Vai conforme ao original.

Cartório Notarial de Peso da Régua, 26 de Julho de 1979. — O Notário, *Manuel Mouzinho de Albuquerque de Mascarenhas Gaivão.* 1-3-3924

TÁXIS COVELO, L.^{DA}

Certifico que no Cartório Notarial de Tábua, a cargo do notário licenciado em Direito António da Fonseca Cortês, foi hoje lavrada uma escritura, a fls. 67 v.º e seguintes do competente livro de notas n.º 10-D, pela qual Abílio Alves dos Santos e Palmira Maria Afonso Domingos Alves dos Santos, já na qualidade de únicos sócios da sociedade em epígrafe, elevaram o respectivo capital social de 50 000\$ para 100 000\$, sendo tal reforço por ambos subscrito em dinheiro e partes iguais, alterando ainda, na sua totalidade, o concernente pacto social, que passou a ter a redacção constante dos seguintes artigos:

1.º

A sociedade continua a denominar-se Táxis Covelo, L.^{da}, tem a sede e principal estabelecimento na Rua de Campo de Ourique, 75, porta 17, em Lisboa, o que poderá ser alterado por simples decisão da assembleia geral, durando por tempo indeterminado, cujo início se reporta a 12 de Setembro de 1968.

2.º

Mantém como objecto a indústria de transportes em automóveis de aluguer, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade que lhe convenha explorar.

3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 100 000\$, dividido em duas quotas de 50 000\$, pertencendo uma a cada sócio.

4.º

Ambos os sócios ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessária a sua intervenção conjunta para obrigar a sociedade, mas bastando a assinatura de um só nos actos de mero expediente.

5.º

Qualquer cessão de quota a estranho depende do consentimento do não cedente.

6.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, expedidas com a antecedência mínima de dez dias.

Está conforme, nada havendo na parte omitida que vá além ou em contrário de quanto se narra.

Cartório Notarial de Tábua, 10 de Setembro de 1979. — O Segundo-Ajudante, *Maria de Lurdes da Silva Cortês.* 4-0-2586

CASTEL — FABRIL COMERCIAL, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 2 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 92 a fl. 93 v.º do livro n.º 65-D das notas do 7.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Olívia da Con-

ceição Nunes Pinto Capelo Ramos, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada nos termos dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Castel — Fabril Comercial, L.^{da}, tem a sua sede em Lisboa, na Rua do Marquês de Fronteira, 82, rés-do-chão, direito, freguesia de Campolide, e durará por tempo indeterminado a começar na data de hoje.

2.º

O objecto social é o comércio de importação e exportação, representação e distribuição de artigos manufacturados e *in natura* ou qualquer outra actividade permitida por lei incluindo a industrial.

3.º

O capital social é de 1 000 000\$, está integralmente realizado e subscrito em dinheiro, e corresponde à soma das seguintes quotas: António João Ramos Pamplona, uma quota de 800 000\$; Maria Teresa Troina Pamplona, uma quota de 100 000\$, e Maria Paula Troina Pamplona, uma quota de 100 000\$.

§ único. Os sócios poderão fazer prestações suplementares de capital, quando a sociedade delas necessitar, nos termos e limites a estabelecer em assembleia geral.

4.º

Só poderão efectuar-se cessões de quotas a estranhos se a sociedade em primeiro lugar e os sócios em segundo não quiserem preferir.

§ único. No caso de cessão de quotas, se a sociedade ou qualquer outro sócio usar do direito de preferência, a cedência será obrigatoriamente feita pelo seu valor nominal.

5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a todos os sócios, os quais são, desde já, nomeados gerentes, podendo os seus poderes ser livremente revogados em assembleia geral.

§ 1.º Para a sociedade ficar validamente obrigada bastará a assinatura do sócio António João Ramos Pamplona ou as assinaturas em conjunto das restantes sócias.

§ 2.º Qualquer dos gerentes poderá delegar, por procuração, todas ou parte das suas atribuições de gerência noutro sócio ou em pessoa estranha à sociedade mas, neste último caso, apenas depois da anuência desta.

6.º

É proibido aos gerentes obrigar a sociedade em letras de favor, abonações e quaisquer outros actos estranhos ao seu objecto social.

7.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de quinze dias, indicando-se sempre o assunto a deliberar.

Vai conforme ao original a que me reporto.

7.º Cartório Notarial de Lisboa, 15 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Manuela Rodrigues do Amaral.* 4-0-2591

ATLÉTICO CLUBE DOS ANJOS

Faço público que, por escritura de 4 de Outubro corrente, exarada de fl. 3 a fl. 4 do livro n.º 167-E das notas do 16.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Fernando Lopes Correia Semedo, foi constituída a associação em epígrafe, com sede em Lisboa, provisoriamente no Largo de Santa Bárbara, 9, A.

A sua duração é por tempo indeterminado.

O seu objecto é a promoção cultural, desportiva e recreativa dos seus associados.

Podem associar-se todos os indivíduos maiores de dezoito anos que se inscrevam e aceitem os estatutos e regulamentos.

Os sócios podem exonerar-se a qualquer momento, desde que liquidem as suas dívidas para com a associação até à data da exoneração e só podem ser excluídos por falta grave, apreciada pela direcção.

São órgãos da associação a mesa da assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme, nada havendo que modifique, condicione ou restrinja a parte transcrita.

16.º Cartório Notarial de Lisboa, 10 de Outubro de 1979. — O Segundo-Ajudante, *José Manuel de Sousa.* 1-0-9757

NEVES & MARIANO, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 27 de Agosto do corrente ano, exarada de fl. 69 v.º a fl. 71 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 104-B do Cartório Notarial do Entroncamento, a cargo do notário licenciado Manuel José Marques Montargil, foi constituída entre Amândio Esteves das Neves e Celso Lopes Mariano uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Neves & Mariano, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Almirante Reis, lote A, nesta vila, freguesia e concelho do Entroncamento.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado e o seu início conta-se a partir de hoje.

ARTIGO 3.º

O objecto social é o comércio de mercadorias, peixaria, talho ou qualquer outro permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 500 000\$, representado por duas quotas iguais, de 750 000\$, uma de cada sócio.

ARTIGO 5.º

Poderão ser exigidas prestações suplementares quando assim vier a ser deliberado em assembleia geral e poderão também ser feitos suprimentos nas condições a constar da acta.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade.

§ 1.º Não são havidos como estranhos, para efeitos do número anterior, os descendentes em 1.º grau.

§ 2.º É dispensada a autorização da sociedade para a divisão de quotas pelos herdeiros dos sócios.

ARTIGO 7.º

Ambos os sócios são gerentes, sem caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, e para obrigar a sociedade é necessária a assinatura de ambos os sócios.

§ 1.º É vedado aos sócios obrigar a sociedade em negócios que lhe sejam estranhos, nomeadamente letras de favor, abonações, fianças e similares.

ARTIGO 8.º

Os gerentes poderão delegar todos ou parte dos seus poderes, mediante procuração, em pessoa de confiança.

ARTIGO 9.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, com oito dias de antecedência, salvo se a lei determinar de outra forma.

Está conforme.

Cartório Notarial do Entroncamento, 6 de Setembro de 1979. — O Ajudante, *Fernando Horácio Henriques Bernardo*.

1-1-3065

HENRIQUE & FIGUEIREDO, L.^{DA}

Certifico que, por escritura lavrada em 28 de Setembro de 1979, a fl. 8 do livro n.º 133-C de notas do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Vila Nova de Gaia, foi constituída uma sociedade que se rege nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta Henrique & Figueiredo, L.^{da}, com sede na Rua de D. Dinis, 154, freguesia de Mafamude, desta vila, e durará por tempo indeterminado.

2.º

O seu objecto é a actividade de armazenista de produtos dietéticos, podendo dedicar-se a outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem.

3.º

O capital social, já realizado, é de 300 000\$, sendo de 150 000\$ a quota de cada um dos sócios, Henrique Ferreira Nunes e Noé Figueiredo dos Santos.

4.º

1 — Ambos os sócios são gerentes, sem caução, e para obrigar a sociedade em actos e contratos é sempre necessária a assinatura de ambos os sócios em conjunto.

2 — Os gerentes nunca obrigarão a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios e interesses sociais, nomeadamente em letras de favor, abonações, avales, cheques, fianças e semelhantes.

5.º

A divisão e cessão de quotas a favor de estranhos depende de autorização escrita dos sócios não cedentes.

6.º

Por falecimento ou interdição de qualquer sócio, os seus herdeiros ou representantes exercerão em comum os direitos inerentes à respectiva quota, fazendo-se representar por um deles enquanto se mantiver indivisa.

7.º

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada, com a antecedência mínima de oito dias, salvo se a lei prescrever outras formalidades.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Vila Nova de Gaia, 9 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Jorge de Almeida Freitas*. 1-0-9831

MAISLUZ — MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E LUZ, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 11 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 84 v.º a fl. 86 do livro de notas n.º 98-C para escrituras diversas do Cartório Notarial de Águeda, foi constituída entre Manuel de Almeida Ferreira, casado, Alberto Jorge de Almeida Ferreira, solteiro, maior, e António Manuel Pereira Martins, também solteiro, maior, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que fica a reger-se pelo disposto nos artigos seguintes:

1.º

A sociedade, com início hoje, durará por tempo indeterminado, terá a sede e principal estabelecimento no lugar de Bolfiar, da freguesia e concelho de Águeda, e adopta a denominação Maisluz — Materiais de Construção, Instalações Sanitárias e Luz, L.^{da}

2.º

O seu objecto é o comércio de materiais para a construção civil, instalações sanitárias e eléctricas, podendo vir a dedicar-se a qualquer outra actividade comercial ou industrial, se os sócios assim o deliberarem.

3.º

O capital social, integralmente realizado já, em dinheiro, é de 2 400 000\$ e é formado pelas quotas seguintes: duas de 1 000 000\$ e de que pertence uma ao sócio Manuel de Almeida Ferreira e outra ao sócio Alberto Jorge de Almeida Ferreira, e uma de 400 000\$, que pertence ao sócio António Manuel Pereira Martins.

§ único. Poderão os sócios fazer prestações suplementares de capital, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo o reembolso feito pela forma e nas datas fixadas na assembleia geral que delibere a restituição.

4.º

A gerência, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, fica a cargo de todos os sócios e qualquer deles pode praticar e assinar os actos e documentos de mero expediente. Para representar e obrigar a sociedade, porém, é necessária a intervenção do sócio Manuel de Almeida Ferreira e a de outro dos demais sócios.

§ único. Qualquer dos gerentes poderá fazer-se substituir por um procurador da sua escolha, uma vez obtida a anuência dos demais.

5.º

O sócio que pretenda ceder a sua quota a um estranho comunicará à sociedade e aos demais sócios, por carta registada, a identidade do cessionário, o preço e os demais termos da cessão. Nos trinta dias imediatos, a sociedade, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, depois, poderão usar do direito de preferência que lhes é atribuído.

6.º

No caso de morte ou interdição de um sócio, a sociedade mantém-se com os seus herdeiros ou representantes, que, também no

prazo de trinta dias, nomearão um entre eles que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

7.º

Sempre que a lei não estabeleça outras formalidades e prazos, as assembleias gerais serão convocadas por carta registada, enviada com a antecedência mínima de dez dias.

Está conforme e na parte omitida nada há além ou em contrário ao que narrativamente se certifica.

Cartório Notarial de Águeda, 16 de Outubro de 1979. — O Segundo-Ajudante, *Amadeu Rodrigues Borges*. 1-0-9832

MACROVIDA — DEFESA ORGÂNICA, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 4 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 76 a fl. 77 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 134-D do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Lidia Rodrigues Maia Devesa, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada com a denominação em epígrafe e sede na Amadora, a qual ficou a reger-se pelo pacto social constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Macrovida — Defesa Orgânica, L.^{da}, fica com sede e domicílio na Amadora, Rua de 7 de Junho, 33, freguesia da Amadora.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, com início nesta data.

3.º

A sociedade tem por objecto o comércio por grosso e ao público de produtos de dietética, botânica e nutrição, podendo dedicar-se a outros ramos de comércio ou à indústria mediante deliberação da assembleia geral.

4.º

O capital social é de 200 000\$, integralmente realizado em numérico e dividido em duas quotas iguais, de 100 000\$, pertencentes uma a cada sócio.

5.º

Os sócios não poderão ceder as suas quotas sem autorização prévia da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência em primeiro lugar e seguidamente aos restantes sócios.

6.º

1 — A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme decisão da assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes.

2 — Os gerentes poderão delegar em quem entenderem todos os parte dos seus poderes de gerência.

3 — Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos são necessárias as assinaturas de dois gerentes, bastando, porém, uma só para actos de mero expediente.

7.º

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada, dirigida aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, salvo se a lei impuser outros prazos ou formalidades.

8.º

Em caso de morte ou incapacidade de qualquer sócio, os seus herdeiros ou representantes far-se-ão representar por um só entre eles escolhido.

Vai conforme o original.

12.º Cartório Notarial de Lisboa, 8 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Ilda Meireles Lopes de Carvalho Esteves*. 1-0-9843

A. H. TRINDADE — ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 2 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 31 v.º a fl. 33 do livro n.º 202-F do 17.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado António Manuel Gonçalves Saldanha, foi constituída a sociedade em epígrafe que adoptou o pacto constante dos seguintes artigos:

1.º

A sociedade adopta a denominação A. H. Trindade — Engenharia e Construção, L.^{da}, tem a sua sede em Lisboa na Rua de

Joaquim Bonifácio, 8, 5.º, esquerdo, sala E, e durará por prazo indeterminado, contando-se de hoje o seu início.

2.º

O seu objecto social é a exploração do ramo de execução de projectos de engenharia, arquitectura, direcção, fiscalização, consultadoria, assessoria, orçamentos e direcção de obras, incluindo a construção de edifícios por empreitada ou administração, bem como a compra e venda de imóveis e ou sua administração, podendo a sociedade decidir explorar qualquer outra actividade.

3.º

1 — O capital social, integralmente realizado a dinheiro, é de 100 000\$, e corresponde à soma das seguintes quotas dos sócios: uma quota de 50 000\$, pertencente ao sócio engenheiro Américo Ambrósio Henriques da Trindade, uma quota de 40 000\$, pertencente à sócia Maria Teresa Lopes Ferreira Henriques da Trindade, e uma quota de 10 000\$, pertencente à sócia Maria Assunção Lopes Ferreira.

2 — Por votos favoráveis correspondentes à totalidade do capital social, pode a sociedade exigir dos sócios prestações suplementares de capital nos termos da lei.

3 — Em acta ficarão determinadas as condições e forma de pagamento de suprimentos que os sócios venham a fazer à sociedade quando esta deles carecer.

4 — Na cessão de quotas a estranhos, a sociedade e os sócios não cedentes têm direito de opção. É livre a divisão e cessão de quotas entre sócios e no caso de partilha.

4.º

1 — A gerência, sem caução e com ou sem remuneração, conforme a assembleia geral decidir, pertence aos sócios engenheiro Américo Ambrósio Henriques da Trindade e Maria Teresa Lopes Ferreira Henriques da Trindade.

2 — A sociedade obriga-se com a intervenção de qualquer dos dois gerentes, com a maior amplitude de representação, activa e passivamente, ainda que em alienação ou oneração de bens sociais.

3 — A sociedade pode conferir procurações nos termos e para os efeitos do artigo 256.º, § único, do Código Comercial e em acta devem constar a designação e exoneração de outros gerentes, eventualmente necessárias.

5.º

Sempre que a lei não determinar forma diferente, as assembleias gerais serão convocadas por qualquer dos gerentes por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com o mínimo de oito dias de antecedência, constando das mesmas os assuntos a tratar.

Vai conforme ao original, assim como a parte certificada, e nada contém em contrário do que fica certificado.

17.º Cartório Notarial de Lisboa, 11 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *José Martins da Conceição*. 1-3-3935

SOCIEDADE AGRÍCOLA DA SOBREIRA, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 2 do corrente mês, lavrada de fl. 3 v.º a fl. 6 do livro n.º 106-D do 15.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Aurélio Assis Ferreira, foi transformada a sociedade anónima de responsabilidade limitada denominada Sociedade Agrícola da Sobreira, S. A. R. L., com sede na Herdade da Sobreira, freguesia de Santa Maria, concelho de Serpa, em sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual passa a reger-se pelos seguintes estatutos:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação Sociedade Agrícola da Sobreira, L.^{da}, tem a sua sede na Quinta dos Pesos, Caparide, S. Pedro do Estoril, concelho de Cascais, contando-se o seu início desde a data da constituição da sociedade transformada, e durará por tempo indeterminado.

2 — A gerência poderá transferir a sede e o domicílio para qualquer outro local e abrir delegações, escritórios ou outra forma de representação em qualquer parte do País ou do estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A Sociedade tem por objecto a pomicultura e industrialização dos respectivos frutos, bem como a exploração pecuária, piscícola e agro-silvícola em geral, podendo ainda exercer qualquer outro ramo de comércio ou indústria que lhe convenha, mediante deliberação da assembleia geral.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de 5 000 000\$, em dinheiro, sendo de 4 500 000\$ a quota do sócio Francisco Manuel de Pina Lopes Boullosa, de 250 000\$ a quota do sócio Manuel Cordo Boullosa e de 250 000\$ a quota da sócia Peregrina Cordo Barreiro Alves Caetano.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas é livremente permitida.

ARTIGO 5.º

Por falecimento de qualquer dos sócios, serão a sua quota e lucros, quando existam, adquiridos de harmonia com o balanço anterior e pagos ao respectivo herdeiro ou herdeiros, dentro do prazo de seis meses, e quando esses herdeiros não sejam conhecidos, as importâncias referidas serão depositadas na Caixa Geral de Depósitos, à ordem de quem de direito, podendo o sócio ou sócios sobreviventes praticar os actos legais necessários à modificação do pacto social.

ARTIGO 6.º

A Sociedade é representada por dois ou mais gerentes, com dispensa de caução, que serão eleitos bianualmente em assembleia geral.

ARTIGO 7.º

1 — A Sociedade obriga-se pela assinatura de qualquer dos gerentes.

2 — A Sociedade poderá constituir mandatários nos termos e para os efeitos do artigo 256.º do Código Comercial e conferir para determinados assuntos os mandatos que julgar convenientes.

ARTIGO 8.º

A Sociedade não poderá ser obrigada em fianças, avales, abonações, letras de favor e mais actos ou documentos estranhos aos negócios sociais.

ARTIGO 9.º

1 — A assembleia geral ordinária reunirá, para os fins previstos na lei, dentro dos primeiros três meses de cada ano.

2 — A assembleia geral extraordinária será convocada a pedido de qualquer sócio ou gerente, por meio de carta registada, com oito dias de antecedência, pelo menos.

3 — Sempre que a lei não dispuser diversamente, as deliberações devem obter metade dos votos correspondentes ao capital da Sociedade.

4 — A assembleia reunirá na sede social, mas o presidente da mesa pode convocá-la para outro local, quando assim se justificar.

ARTIGO 10.º

Nos termos da lei e por deliberação da assembleia geral, são exigíveis, sem qualquer restrição quantitativa, prestações suplementares de capital.

É certidão de narrativa e cópia de teor parcial, que vai conforme ao original, nada havendo em contrário ou além dele.

15.º Cartório Notarial de Lisboa, 9 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Augusta da Silva Simões*. 1-0-9823

ACERTO — SERIGRAFIA E ESTAMPARIA, L.ª

Certifico que, por escritura de 27 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 40 a fl. 42 v.º do livro n.º 76-E das notas do 9.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Maria Alice Ribeiro Fernandes, foi entre Alfredo Rosa, Armando Rosa, João Rosa e Eduardo Domingues Esteves constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se ficou a reger pelo pacto constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Acerto — Serigrafia e Estamparia, L.ª, tem a sua sede em Lisboa, na Calçada da Estrela, 84-A, e durará sem determinação de tempo, contando-se o seu início a partir de hoje.

2.º

O seu objecto é o fabrico e comercialização no mercado interno e externo de artigos de serigrafia e estamparia, podendo, contudo, vir a exercer outros ramos de comércio ou indústria que os sócios acordem explorar.

3.º

O capital social é de 200 000\$, em dinheiro, que já deu entrada na caixa social, e corresponde à soma de quatro quotas iguais, de 50 000\$, uma de cada sócio.

4.º

É livre a cessão, total ou parcial, de quotas entre os sócios. Na cessão a favor de estranhos os sócios não cedentes têm sempre direito de preferência na respectiva aquisição.

5.º

A administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a todos os sócios, os quais ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme em assembleia geral for deliberado.

§ 1.º Para que a sociedade se considere obrigada é indispensável que os respectivos actos, contratos e mais documentos se mostrem em seu nome praticados e ou assinados por dois gerentes.

§ 2.º Em actos de mero expediente será suficiente a intervenção e ou assinatura de um só e qualquer dos gerentes.

§ 3.º A sociedade poderá constituir mandatários nos termos do artigo 256.º do Código Comercial ou para a prática de certos e determinados actos.

§ 4.º Em caso algum os gerentes ou mandatários poderão obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras de favor e outros actos ou documentos que não respeitem directamente aos negócios da sociedade, ficando o infractor responsável por perdas e danos para com a mesma sociedade.

6.º

As assembleias gerais, quando houverem de ser convocadas, serão por cartas registadas, aos sócios dirigidas com a antecedência de oito dias, pelo menos, do dia marcado para a reunião, salvo os casos para que a lei exija formalidades especiais.

7.º

No caso de morte ou interdição de um sócio a sociedade continuará entre os herdeiros ou representantes do falecido ou interdito e quem mais for sócio, devendo aqueles escolher de entre si um só que os represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

Por verdade e me ser pedido fiz escrever o presente, que assino.

9.º Cartório Notarial de Lisboa, 2 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Teresa Maria Adida d'Assunção Xavier*. 1-0-9815

FLECHA AZUL — MÓVEIS E DECORAÇÕES, L.ª

Certifico que, por escritura de 21 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 89 v.º a fl. 92 do livro de notas para escrituras diversas n.º 258-B do Cartório Notarial de Palmela, a cargo do notário bacharel João Lourenço, foi constituída entre Fernando da Silva Bizarro, Manuel Joaquim Mendão Barrocas, Carlos Alberto Garcia Teodoro, Fernando Sobral Saiágo e Armandino Velhinho Simão uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Flecha Azul — Móveis e Decorações, L.ª, tem a sua sede em Setúbal, na Avenida da República Guiné-Bissau, 15-C, freguesia de Santa Maria, e durará por tempo indeterminado, a contar da data de hoje.

2.º

O objecto da sociedade é o exercício do comércio e indústria de móveis, estofos, decorações e todos os seus correlativos, podendo ainda exercer qualquer outro ramo de actividade comercial ou industrial para que não seja precisa autorização especial.

3.º

O capital social é de 300 000\$, integralmente realizado, em dinheiro, e corresponde à soma de cinco quotas, pertencendo uma a cada sócio, no valor nominal de 60 000\$.

§ único. Os sócios poderão fazer prestações suplementares de capital quando a sociedade delas necessitar e for deliberado por maioria.

4.º

Só poderão efectuar-se cessões de quotas a estranhos se a sociedade, em primeiro lugar, e os sócios, em segundo, não quiserem preferir pelo valor apurado no balanço especial a que então se procederá.

§ 1.º A cessão, total ou parcial, de quotas entre os sócios é livremente permitida.

§ 2.º Se vários sócios pretenderem usar simultaneamente do direito de preferência, será a quota ou parte da quota rateada entre os interessados, na proporção das respectivas participações no capital da sociedade.

§ 3.º A sociedade poderá amortizar, pelo valor que resultar do último balanço aprovado, a quota que for penhorada, arrestada ou sujeita a qualquer procedimento judicial.

5.º

A gerência, dispensada de caução, compete a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para a sociedade ficar validamente obrigada é indispensável a assinatura de dois gerentes, mas para os casos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer dos gerentes.

§ 2.º Qualquer dos gerentes poderá delegar, por procuração, todas ou parte das suas atribuições de gerência noutro gerente ou sócio ou em pessoa estranha à sociedade, mas, neste último caso, sempre com a anuência desta, e a própria sociedade poderá constituir mandatários nos termos e para os fins do artigo 256.º do Código Comercial.

§ 3.º Nunca a denominação social deverá ser empregada em actos estranhos ao objecto da sociedade, nomeadamente fianças, abonações e letras de favor.

6.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, a convocação das assembleias gerais far-se-á por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com oito dias, pelo menos, de antecedência.

§ único. Independentemente do modo de convocação indicado no corpo deste artigo ou de quaisquer formalismos, as deliberações das assembleias gerais serão válidas desde que nela intervenha a maioria dos sócios e as respectivas deliberações constem de acta assinada por eles.

7.º

No caso de falecimento, interdição ou inabilitação de qualquer sócio, a sociedade continuará com os herdeiros ou representantes do falecido, interdito ou inabilitado, por intermédio de um só que os represente.

§ 1.º Esta representação, no caso de falecimento, compete àquele dos interessados que, por escolha dos demais, for indicado à sociedade; nos outros casos ao tutor ou curador designado pelo juiz.

§ 2.º A indicação do representante a que se refere o parágrafo anterior deverá ser comunicada à sociedade no prazo de trinta dias, contado da morte ou do trânsito em julgado da sentença que decretar a incapacidade ou inabilidade do sócio.

8.º

Os balanços anuais serão encerrados em 31 de Dezembro de cada ano, e os lucros líquidos apurados, depois de deduzidos 5 % para o fundo de reserva legal, terão o destino que for resolvido em assembleia geral, que pode deliberar a criação dos fundos de reserva que achar convenientes. A distribuição dos lucros será proporcional às quotas de cada sócio.

§ único. Em igual proporção serão suportados os prejuízos, quando os houver.

9.º

A sociedade dissolve-se nos casos legais, e em qualquer caso de dissolução serão liquidatários os sócios, que procederão à liquidação e partilha conforme acordarem e for de direito.

Está conforme.

Cartório Notarial de Palmela, 2 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Albertina Vieira Ferro Santos Dias*. 1-0-9827

RIBERPEL — SOCIEDADE DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, L.ª

Certifico que, por escritura de 15 do corrente, lavrada de fl. 85 v.º a fl. 87 do livro de notas n.º 11-A do Cartório Notarial de Alcanena, a cargo da notária licenciada Fernanda da Fonseca Mauricio Ferreira da Silva, foi levada a efeito entre Adelino Rosa Ferreira, Joaquim José Moreira Rosa e Carlos Raposo Rosa Ferreira uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se ficou a reger pelos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação **Riberpel — Sociedade de Importações e Exportações, L.ª**, tem a sua sede no lugar e freguesia de Vila Moreira, concelho de Alcanena, podendo, por deli-

beração da gerência, criar agências, filiais ou outra forma de representação social onde e pelo tempo que entenda conveniente.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje,

3.º

O seu objecto é o exercício do comércio, importação e exportação de todas e quaisquer mercadorias e representações, podendo, no entanto, dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria que a assembleia geral delibere e seja permitido por lei.

4.º

O capital social é de 300 000\$, está integralmente realizado, em dinheiro, já entrado na caixa social, e corresponde à soma de três quotas de 100 000\$ cada uma e subscritas cada uma por cada um deles sócios.

5.º

Não são exigíveis prestações suplementares de capital, mas qualquer sócio poderá fazer supimentos à Sociedade, nos termos e condições que forem acordados em assembleia geral.

6.º

Em caso de falecimento de qualquer sócio, a Sociedade goza do direito de preferência na aquisição da quota do sócio falecido.

§ único. Quando a Sociedade não exercer a preferência, podem fazê-lo os sócios, e sendo vários a concorrer dividir-se-á a quota proporcionalmente à participação que cada um deles detiver no capital social.

7.º

A gerência da Sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por todos os sócios, podendo qualquer deles assinar para obrigar a Sociedade.

8.º

É expressamente vedado aos gerentes assinar em nome da Sociedade actos ou contratos que não digam respeito aos negócios sociais, tais como abonações, letras de favor, fianças e semelhantes.

9.º

As assembleias gerais; salvo os casos para que a lei exija formalidades especiais, serão convocadas por meio de cartas registadas com aviso de recepção, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

10.º

A dissolução da Sociedade verificar-se-á nos termos da lei.

Está conforme, nada havendo na dita escritura que amplie, restrinja ou condicione quanto aqui se narra.

Cartório Notarial de Alcanena, 18 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *José Martins Clemente*. 1-3-3957

GONÇALVES & CASTRO, L.ª

Certifico que, por escritura de 24 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 52 v.º a fl. 54 do livro n.º 100-A de escrituras diversas do 2.º Cartório da Secretaria Notarial da Póvoa de Varzim, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada entre Manuel Moreno de Moraes Castro, casado, residente na Praça de Luís de Camões, bloco 2, da cidade da Póvoa de Varzim, e Manuel Eduardo Gonçalves, casado, residente na freguesia de Torre de D. Chama, do concelho de Mirandela, a qual será regulada pelas disposições constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma **Gonçalves & Castro, L.ª**, tem a sua sede na Praça de Luís de Camões, bloco 2, 4.º, lado poente, da cidade da Póvoa de Varzim, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir do dia 24 de Setembro de 1979.

2.º

O objecto da sociedade consiste no exercício do comércio de importação e exportação de quaisquer bens comerciais, podendo, no entanto, dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou qualquer indústria, desde que os sócios assim o deliberem.

3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 50 000\$, e corresponde à soma de duas quotas, cada uma com o

valor nominal de 25 000\$, pertencendo uma a cada um dos sócios.

2 — Mediante deliberação unânime poderão ser exigidas dos sócios prestações suplementares de capital. Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições fixados em assembleia geral.

4.º

1 — A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em reunião da assembleia geral, será exercida pelos dois sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Cada um dos gerentes poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência no outro sócio ou em pessoa estranha à sociedade, devendo, neste caso, ter o consentimento expresso do outro sócio.

3 — Para obrigar a sociedade em juízo e fora dele, activa ou passivamente, é necessária e suficiente a intervenção de um dos gerentes ou dos respectivos procuradores nos diversos actos e documentos.

5.º

As cessões de quotas entre os sócios são livremente permitidas; e para estranhos dependem do consentimento da sociedade.

6.º

Quando a lei não exigir outros prazos e formalidades especiais, as reuniões das assembleias gerais serão convocadas por qualquer dos sócios por carta registada com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme o original na parte transcrita e certificada.

Secretaria Notarial da Póvoa de Varzim, 27 de Setembro de 1979. — O Ajudante, *Geraldo de Jesus*. 1-3-3932

JOSÉ DIAS DA SILVA, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 3 de Agosto do corrente ano, exarada de fl. 60 a fl. 63 v.º do livro n.º 115-E de escrituras diversas do 1.º Cartório Notarial de Lisboa, Maria Luisa Coelho Areias Restani Pinto, Sociedade de Parafusos Florescente, S. A. R. L., e Casimiro Pereira, como únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada sob a firma José Dias da Silva, L.^{da}, com sede em Lisboa, deliberaram aumentar o capital social com 3 510 000\$, ficando assim elevado a 3 600 000\$;

Que o reforço foi subscrito pela sócia Maria Luisa Coelho Areias Restani Pinto com 1 913 000\$, pela sócia Sociedade de Parafusos Florescente, S. A. R. L., com 1 579 500\$, e pelo sócio Casimiro Pereira com 17 500\$, cujas importâncias, em dinheiro, já deram entrada na caixa social;

Que, ainda pela presente escritura, deliberaram remodelar totalmente o pacto social, o qual se passará a reger nos termos dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade continua a usar a firma José Dias da Silva, L.^{da}, a ter a sua sede em Lisboa e estabelecimento na Rua da Alfândega, 96, 98 e 116, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início desde 27 de Novembro de 1919.

ARTIGO 2.º

O seu objecto é o comércio de ferragens, quinquilharias e congêneres, podendo explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria quando, por unanimidade de votos, assim se resolver.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 3 600 000\$, totalmente realizado e representado por três quotas, sendo de 1 962 000\$ a quota da sócia D. Maria Luisa Coelho Areias Restani Pinto, de 1 620 000\$ a quota da sócia Sociedade de Parafusos Florescente, S. A. R. L., e de 18 000\$ a quota do sócio Casimiro Pereira.

ARTIGO 4.º

A administração e gerência de todos os negócios da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele serão exercidas pelos três sócios, que, desde já, ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução. A sociedade pode constituir mandatários para quaisquer fins.

ARTIGO 5.º

Para a sociedade se considerar obrigada será, todavia, necessário que nos respectivos actos e documentos intervenha a Sociedade de Parafusos Florescente, S. A. R. L., representada nos ter-

mos do seu pacto social, a qual pode delegar os seus poderes por meio de procuração.

ARTIGO 6.º

Aos gerentes é expressamente proibido fazer uso da firma em assuntos estranhos aos negócios sociais, tais como abonações, fianças, letras de favor e outros semelhantes, sob pena de aquele que infringir o disposto neste artigo perder a favor dos outros sócios metade dos lucros que lhe competirem no ano em que comete a infracção, sendo, além disso, responsável pelos prejuízos que à sociedade causar com esse uso.

ARTIGO 7.º

Não são exigíveis prestações suplementares, mas qualquer dos sócios poderá fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, mediante juro e condições que em assembleia geral se determinarem.

ARTIGO 8.º

Anualmente será dado um balanço com data de 31 de Dezembro, o qual deverá estar concluído e submetido à aprovação dos sócios dentro dos noventa dias subsequentes.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos, depois de deduzidos 5% para fundo de reserva legal e quaisquer outras percentagens para outros fundos que a sociedade entenda criar, devem ser repartidos pelos sócios proporcionalmente às suas quotas, sendo os prejuízos suportados na mesma proporção.

ARTIGO 10.º

Ocorrendo o falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade poderá amortizar a quota do sócio falecido ou interdito, pelo valor que lhe haja sido atribuído no último balanço geral aprovado, acrescido da respectiva parte dos fundos de reserva e dos lucros decorridos desde o último balanço até à data do falecimento ou da sentença declaratória da interdição, calculados por uma percentagem proporcionalmente igual aos que tiverem competido ao falecido ou interdito por aquele balanço e correspondente ao referido lapso de tempo.

§ único. O pagamento das importâncias liquidadas nos termos deste artigo será efectuado no prazo de cinco anos, em prestações mensais, acrescidas do juro de 5% ao ano.

ARTIGO 11.º

Na cessão ou transmissão, por qualquer modo ou título, de quotas sociais terão sempre preferência, primeiro, a sociedade e, depois, os sócios, sendo a quota adquirida pelo valor que for apurado no último balanço geral aprovado.

§ único. Se a sociedade, em primeiro lugar, e os sócios, depois, declararem, por escrito, não pretenderem a quota a alienar, ou não responderem também à carta registada com aviso de recepção, dentro do prazo de quinze dias a contar da recepção do oferecimento, poderá a quota ser cedida a estranhos por qualquer preço ou valor.

ARTIGO 12.º

Em caso de dissolução, serão liquidatários todos os sócios e será obrigatória a licitação em globo do estabelecimento social, a fim de este ser adjudicado àquele que mais oferecer.

ARTIGO 13.º

A assembleia geral, quando deva reunir-se, será convocada por meio de cartas registadas com aviso de recepção, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, sempre que a lei não exija outras formalidades.

ARTIGO 14.º

Para todas as questões emergentes deste contrato entre sócios, seus herdeiros e representantes ou entre a sociedade e qualquer destas entidades fica estipulado o foro da comarca de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Vai conforme ao original na parte transcrita.

1.º Cartório Notarial de Lisboa, 25 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Maria Fernanda Igreja Simões*. 1-0-9936

FONSECA & SAUDADES, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 15 de Outubro em curso, lavrada de fl. 57 a fl. 58 v.º do livro n.º 106-D, do 15.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Aurélio Assis Ferreira, foi constituída entre Maria Madalena Tavares Saudade e Silva, José Campos Fonseca de Oliveira e José Manuel de Faria

Saudade e Silva uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Fonseca & Saudades, L.^{da}, tem a sua sede na Rua de Elias Garcia, lote H, loja, freguesia e concelho do Barreiro, e durará por tempo indeterminado, a começar nesta data.

2.º

A gerência pode transferir a sede social para outro local, da mesma forma que poderá abrir filiais, escritórios ou qualquer outra forma de representação no território nacional.

3.º

O objecto da sociedade é o comércio de géneros alimentícios, charcutaria, pastelaria ou qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 150 000\$ e corresponde à soma de três quotas iguais, de 50 000\$, cada uma, pertencendo uma a cada um dos sócios, Maria Madalena Tavares Saudade e Silva, José Campos Fonseca de Oliveira e José Manuel de Faria Saudade e Silva.

5.º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas por todos os sócios, que ficam nomeados gerentes, dispensados de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para obrigar validamente a sociedade nos seus actos e contratos são sempre necessárias as assinaturas, em conjunto, de dois dos gerentes, bastando, no entanto, a assinatura de um deles para os actos de mero expediente.

§ 2.º Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em documentos e actos estranhos aos negócios sociais, designadamente em letras de favor, fianças, abonações, avales ou actos semelhantes.

6.º

É livre a cessão de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios. A cessão a estranhos depende do prévio consentimento da sociedade, a quem em primeiro lugar e aos sócios não cedentes em segundo é conferido o direito de preferência.

7.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, enviadas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, salvo os casos em que a lei dispuser por forma diferente.

§ único. O sócio impedido de comparecer poderá fazer-se representar por outro sócio, mediante simples carta por ele assinada dirigida à sociedade.

8.º

Anualmente será dado um balanço com referência a 31 de Dezembro, e aos lucros apurados será dado o destino que a assembleia geral decidir, com observância, porém, da lei aplicável.

É certidão de narrativa e de teor parcial, que vai conforme ao original, nada havendo em contrário ou além dele.

15.º Cartório Notarial de Lisboa, 17 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Augusta da Silva Simões*. 1-3-3974

RETIRO DO DIABO — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 12 de Junho corrente, exarada de fl. 35 a fl. 36 do livro n.º 23-C de escrituras diversas do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Cascais, a cargo da notária Dr.ª Maria das Dores Canudo Cabaça, foi constituída entre Carlos Alberto Monteiro da Silva, Armando José Leocádio Simões e Maria de Lurdes dos Santos Mota uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação Retiro do Diabo — Actividades Hoteleiras, L.^{da}, que se regula pelas condições dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Retiro do Diabo — Actividades Hoteleiras, L.^{da}, com sede na Estrada do Guincho, Retiro do Diabo, na freguesia e concelho de Cascais, podendo abrir filiais e sucursais e durando por tempo indeterminado a contar de hoje.

2.º

O objecto social é a exploração de um estabelecimento de casa de pasto, podendo explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que a sociedade acorde e seja permitido por lei.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 375 000\$, e corresponde à soma de três quotas iguais, de 125 000\$ cada uma, uma de cada sócio.

§ único. A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital nos termos e condições a estabelecer em assembleia geral.

4.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios, mas para estranhos depende do consentimento de quem mais for sócio.

5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, sendo necessárias as assinaturas de todos para obrigar a sociedade.

§ 1.º Qualquer gerente poderá delegar, total ou parcialmente, os seus poderes de gerência em pessoa da sua confiança, mediante procuração.

§ 2.º A sociedade fica com a faculdade de constituir mandatários nos termos e para os efeitos do artigo 256.º do Código Comercial.

§ 3.º Aos gerentes é expressamente proibido obrigar a sociedade em actos e contratos que não digam respeito aos negócios da mesma, tais como abonações, fianças e letras de favor.

6.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência, pelo menos.

Está conforme o original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique, altere ou condicione a parte transcrita.

Secretaria Notarial de Cascais, 12 de Junho de 1979. — A Ajudante, *Lídia Maria de Brito Lopes Monho* 4-0-2629

JOSÉ CARVALHO BARROSO & C.^a, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 12 de Julho de 1979, lavrada no livro n.º 4-C de escrituras diversas do 2.º Cartório da Secretaria Notarial da Póvoa de Varzim de fl. 42 v.º a fl. 43 v.º, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada entre José Carvalho Barroso e mulher, Maria Fernanda de Sousa Fernandes Barroso, residente no lugar de Fontes Novas, da freguesia de A Ver-o-Mar, deste concelho.

Mais certifico que a referida sociedade será regulada pelas disposições constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma José Carvalho Barroso & C.^a, L.^{da}, tem a sua sede no lugar de Fontes Novas, da freguesia de A Ver-o-Mar, do concelho da Póvoa de Varzim, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir do dia 12 de Julho de 1979.

2.º

O objecto social consiste no exercício do comércio e indústria de restaurante.

3.º

A sociedade poderá exercer qualquer outro ramo de comércio ou qualquer indústria.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 100 000\$, dividido em duas quotas, cada uma com o valor nominal de 50 000\$, pertencendo uma a cada um dos sócios.

5.º

Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital, mediante deliberação que reúna a totalidade dos votos correspondentes ao capital.

6.º

As cessões de quotas a estranhos dependem do consentimento da sociedade.

7.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a ambos os sócios que desde já ficam nomeados gerentes. Para obrigar a sociedade e a representar em juízo e fora dele, activa ou passivamente, é necessária a intervenção de um dos gerentes nos respectivos actos e documentos.

8.º

Quando a lei não exigir outros prazos e formalidades especiais, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por qualquer dos sócios, por carta registada, expedida com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme o original, na parte transcrita e certificada, na havendo na parte omitida em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Secretaria Notarial da Póvoa de Varzim, 18 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Geraldo de Jesus*. 1-3-3931

JOSÉ BRANDÃO RIBEIRO, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 24 de Agosto de 1979, exarada de fl. 16 v.º a fl. 17 v.º do livro de notas n.º 627-B do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Oliveira de Azeméis, a cargo do notário licenciado Ernesto da Cruz Fernandes, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada entre José Brandão Ribeiro e Maria Leontina Fernandes de Pinho, nos termos dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma de José Brandão Ribeiro, L.^{da}, vai ter a sua sede e estabelecimento no lugar de Samil, da freguesia de S. Roque, do concelho de Oliveira de Azeméis, tem o seu início nesta data, e durará por tempo indeterminado.

2.º

O seu objecto social é o exercício da indústria de calçado, ou qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja legal.

3.º

O capital social é de 300 000\$, integralmente realizado em dinheiro, já entrado na caixa social, e corresponde à soma de duas quotas, sendo de 200 000\$ a quota do sócio José Brandão Ribeiro e de 100 000\$ a quota da sócia Maria Leontina Fernandes de Pinho.

§ único. Os sócios poderão fazer prestações suplementares de capital quando a sociedade delas necessite e for deliberado em assembleia geral.

4.º

A cessão, total ou parcial, das quotas a favor de estranhos depende do consentimento do outro sócio, dado por escrito.

5.º

A gerência fica a pertencer a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, podendo a gerência ser exercida com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

6.º

A sociedade obriga-se pela assinatura de qualquer dos sócios, podendo igualmente qualquer deles assinar assuntos de mero expediente.

§ único. Nunca a firma poderá ser empregue em actos estranhos ao objecto da sociedade.

7.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme e declaro que na parte omitida nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Secretaria Notarial de Oliveira de Azeméis, 18 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Mariana Coelho Ferreira Ventura*. 1-0-9810

MÓVEIS E CARPINTARIA AC DE ALVES & CRUZ, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 28 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 47 v.º a fl. 49 do livro de notas para escrituras diversas n.º 2-J do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Lúcia Rodrigues Maia Devesa, foi constituída uma so-

cidade comercial por quotas de responsabilidade limitada com a denominação em epígrafe e sede em Vialonga, concelho de Vila Franca de Xira, a qual ficou a reger-se pelo pacto social constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Móveis e Carpintaria AC de Alves & Cruz, L.^{da}, tem a sua sede na Rua A, lote 1-A, no Forte da Casa, à Quinta dos Caniços, freguesia de Vialonga, concelho de Vila Franca de Xira, e durará por tempo indeterminado, a partir da presente data.

2.º

O objecto social é a indústria de carpintaria de móveis e qualquer outro ramo em que os sócios acordem e a lei permita.

3.º

O capital social é de 200 000\$, está integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são: uma de 100 000\$, pertencente ao sócio António Vítor Boira da Cruz, e uma de 100 000\$, pertencente à sócia Gracinda Rosa Veiga.

4.º

A cessão de quotas a estranhos só pode efectuar-se com a autorização expressa da sociedade e dos sócios não cedentes, que têm o direito de preferência, sendo, no entanto, livre a cessão entre sócios.

5.º

A gerência e administração da sociedade, bem como a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo do sócio António Vítor Boira da Cruz, que fica desde já nomeado gerente, dispensado de caução, sendo suficiente a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos.

§ 1.º O sócio gerente pode delegar os seus poderes noutra pessoa por meio de procuração, e a sociedade fica com a faculdade de constituir procuradores nos termos e para os fins do disposto no artigo 256.º do Código Comercial ou para quaisquer outros fins.

§ 2.º A sociedade não poderá em caso algum ser obrigada em actos e contratos estranhos ao seu objecto.

6.º

A sociedade poderá exigir dos sócios prestações suplementares de capital, nos termos e condições previamente deliberados em assembleia geral, por acordo unânime dos sócios.

7.º

As assembleias gerais, quando a lei não exija outros prazos e formalidades de convocação, serão convocadas com oito dias de antecedência.

8.º

A sociedade não se dissolve pela morte ou interdição de qualquer sócio.

Assim o outorgaram.

Vai conforme o original.

12.º Cartório Notarial de Lisboa, 17 de Outubro de 1979. — O Segundo-Ajudante, *Ezequiel Gonçalves dos Santos*. 1-0-9816

A. FERREIRA DA COSTA, FILHO & C.^ª, L.^{DA}

Certifico, narrativamente, que, por escritura lavrada no Cartório Notarial da Maia, a cargo do notário licenciado Domingos José Fernandes Canela Lopes, no dia 28 de Maio do ano corrente, de fl. 55 v.º a fl. 60 do livro de escrituras diversas n.º 1-D, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma A. Ferreira da Costa, Filho & C.^ª, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de D. Afonso Henriques, 1760, da freguesia de Rio Tinto, do concelho de Gondomar, onde tem o estabelecimento no rés-do-chão do referido prédio.

2.º

O seu objecto é o exercício da indústria de tipografia, litografia e seus derivados, bem como qualquer outro ramo de comércio ou indústria que a sociedade resolva explorar e não seja proibido por lei.

3.º

A sua duração é por tempo indeterminado, e o seu início conta-se a partir do dia 1 de Junho próximo futuro.

4.º

O capital social é de 1 100 000\$, integralmente realizado e representado pelas quotas dos sócios, constituídas nos termos seguintes:

a) António Ferreira da Costa, uma quota de 620 000\$;

b) Cada um dos sócios António Carlos Marques da Costa, Raul Adalberto da Cunha, Adão Gonçalves Pires, Manuel Domingos Fernandes Tomé Marques, Jorge Augusto de Jesus Castro, Manuel Fernando da Silva Mota, Delfim Fernando de Almeida e José António Tinoco dos Santos, uma quota de 60 000\$.

As quotas dos sócios indicados na alínea b) foram subscritas em dinheiro, que já deu entrada na caixa social, e a do sócio António Ferreira da Costa é representada pelo estabelecimento industrial, que transfere para a sociedade, de tipografia, litografia e seus derivados, a que atribui o valor de 620 000\$, com todas as suas licenças, alvarás e demais documentos que o licenciam, instalado no rés-do-chão do prédio da Rua de D. Afonso Henriques, 1758 a 1760, da freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar, com arrendamento titulado por escritura de 4 de Maio de 1967, lavrada a fl. 42 v.º do livro de escrituras diversas n.º 36-B do Cartório Notarial de Gondomar.

5.º

A assembleia geral da sociedade pode determinar a obrigatoriedade para os sócios de prestações suplementares de capital, nos termos do artigo 17.º, § 1.º, da lei das sociedades por quotas, mas apenas quando for resolvido por unanimidade.

6.º

Qualquer dos sócios pode fazer à caixa social os suprimentos de que ela carecer, mediante as condições e juro a fixar em acta da assembleia geral.

7.º

A cessão, total ou parcial, e divisão de quotas é livremente consentida entre os sócios, e a favor de estranhos depende do consentimento da sociedade, que terá direito de opção em primeiro lugar e em segundo lugar qualquer dos sócios.

§ 1.º Do disposto na segunda parte deste artigo exceptua-se o sócio António Ferreira da Costa, que poderá ceder livremente a estranhos a sua quota, no todo ou em parte, fazendo para tal as necessárias divisões.

§ 2.º Para efeito de cessão a estranhos deverá o sócio que pretender ceder a sua quota fazer a respectiva notificação à sociedade e aos outros sócios, em carta registada, com a antecedência de dois meses, pelo menos.

8.º

É permitida a amortização da quota que for objecto de penhora, apreensão ou de qualquer forma envolvida em procedimento judicial.

§ 1.º O preço da amortização será o do valor nominal da quota acrescido da correspondente parte nos fundos indicados no último balanço aprovado, e é pagável em quatro prestações trimestrais e iguais, salvo o direito de antecipação.

§ 2.º Considera-se feita a amortização logo que se mostre estar pago o seu preço ou efectuado o depósito, à ordem de quem de direito, na Caixa Geral de Depósitos.

9.º

A administração e gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas pelos sócios António Ferreira da Costa e António Carlos Marques da Costa, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para obrigar a sociedade para todo e qualquer efeito é sempre necessária a assinatura de dois sócios gerentes.

§ 2.º Aos gerentes é expressamente proibido obrigar a sociedade em quaisquer actos e contratos que sejam estranhos aos negócios sociais, tais como abonações, fianças, letras de favor e outros semelhantes, sob pena de o infractor perder a qualidade de gerente e ser responsável para com a sociedade pelos prejuízos que lhe causar com esse uso.

10.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência, pelo menos, indicando sempre nelas o assunto a tratar.

11.º

A sociedade só se dissolve por qualquer dos motivos previstos na lei, sendo liquidatários todos os sócios.

§ único. Por falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade subsiste com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou cônjuges do falecido ou representante legal do interdito, devendo aqueles escolher um de entre eles que os represente a todos na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

Vai conforme o original, assim como a parte certificada e copiada, e nada contém em contrário do que fica transcrito.

Cartório Notarial da Maia, 28 de Maio de 1976. — O Ajudante, *Virgílio Ferreira Martins*.
1-6-1044

ULTRA-SONIC — APARELHOS DE SOM, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 28 de Setembro de 1979, exarada de fl. 92 a fl. 94 v.º do livro n.º 2619-D de escrituras diversas do 1.º Cartório Notarial de Lisboa, foi constituída entre Mário André Tang Sing Lopes dos Santos, Armando Fung e Dr. João Manuel Montalvão Martins uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação em epígrafe, a qual se regerá nos termos dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação Ultra-Sonic — Aparelhos de Som, L.^{da}, e durará por tempo indeterminado a partir da presente data.

ARTIGO 2.º

O seu objecto é o fabrico, montagem e comercialização de aparelhos de rádio e de televisão e outros aparelhos de som e electro-domésticos e, bem assim, qualquer outro ramo de comércio ou indústria que a sociedade resolva explorar e para o qual não seja necessária autorização especial.

ARTIGO 3.º

A sede social é, provisoriamente, na Rua dos Anjos, 10, 1.º, esquerdo, em Lisboa, freguesia dos Anjos, podendo a gerência transferi-la para qualquer local dentro do território nacional, abrir delegações e sucursais.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 000 000\$ e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são: uma de 700 000\$, de Mário André Tang Sing Lopes dos Santos; uma de 200 000\$, de Armando Fung, e uma de 100 000\$, do Dr. João Manuel Montalvão Martins.

ARTIGO 5.º

Os sócios não são obrigados a contribuir com prestações suplementares de capital, mas podem fazer suprimentos à sociedade mediante juros e demais condições a estabelecer em assembleia geral.

ARTIGO 6.º

A administração da sociedade será exercida por um conselho de gerência, constituído pelo número de gerentes que a assembleia fixar, em número não inferior a dois gerentes.

§ 1.º Para obrigar a sociedade em actos que não sejam de mero expediente são necessárias as assinaturas de dois gerentes.

§ 2.º Porém, qualquer dos gerentes representa a sociedade em juízo e fora dele, activa ou passivamente.

§ 3.º É vedado aos gerentes obrigar a sociedade em letras de favor, fianças, abonações e, em geral, em quaisquer actos e contratos estranhos ao seu objecto e fim.

§ 4.º A sociedade pode constituir mandatários e procuradores, nos termos e para os efeitos do artigo 256.º do Código Comercial e para quaisquer outros fins.

ARTIGO 7.º

São livres as cessões de quotas, mesmo parciais, entre sócios, e carecem do consentimento da sociedade as cessões de quotas a favor de terceiros.

§ 1.º Fica desde já autorizado o sócio Mário André Tang Sing Lopes dos Santos, não obstante o disposto no corpo do artigo, a dividir a sua quota em quatro, sendo três de 200 000\$ cada uma e uma de 100 000\$, e a ceder duas de 200 000\$ e outra de 100 000\$ a terceiros da sua exclusiva confiança.

ARTIGO 8.º

É permitida a amortização de quotas por acordo, quando haja penhora ou arresto sobre uma quota ou quando, por qualquer motivo, deva proceder-se à sua arrematação ou adjudicação judicial.

§ 1.º A amortização da quota considerar-se-á efectuada pela outorga da respectiva escritura pelo gerente da sociedade nomeado para o efeito em assembleia geral ou pelo pagamento do valor que determinar as medidas judiciais acima referidas.

§ 2.º O preço da amortização será o que corresponder ao valor da quota apurado pelo último balanço aprovado. Se o crédito excedendo este valor, a sociedade ficará credora pela diferença sobre o proprietário da quota amortizada.

ARTIGO 9.º

A assembleia geral, salvo nos casos em que a lei exija imperativamente forma diversa, será convocada por meio de carta registada, enviada aos sócios com a antecedência mínima de oito dias a contar da sua expedição.

ARTIGO 10.º

A sociedade dissolver-se-á por deliberação dos sócios reunidos em assembleia geral ou nos casos previstos na lei, devendo também os seus liquidatários ser nomeados nessa assembleia geral.

ARTIGO 11.º

Nos casos omissos reger-se-á pela lei geral.

Vai conforme o original na parte reproduzida.

1.º Cartório Notarial de Lisboa, 2 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Maria Fernanda Igreja Simões*. 1-0-9771

PATE — SOCIEDADE TÊXTIL DE VILA NOVA DE GAIA, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 11 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 40 v.º a fl. 42 v.º do livro de escrituras diversas n.º 41-C do 1.º Cartório da Secretaria Notarial da Feira, a cargo do notário licenciado Alfredo Bosch da Graça, entre Joaquim de Sousa Dias e Carlos Alberto Baptista de Castro Correia foi constituída uma sociedade comercial por quotas, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação Pate — Sociedade Têxtil de Vila Nova de Gaia, L.^{da}, e tem a sua sede e estabelecimento no lugar de Lebre, da freguesia de Olival, concelho de Vila Nova de Gaia.

2.º

A Sociedade tem por objecto a indústria de tecidos e acabamento dos mesmos, branqueação, tinturaria e confecção, podendo dedicar a sua actividade a qualquer outro ramo de indústria ou comércio, se assim for deliberado pelos sócios, reunidos em assembleia geral, e se a lei o consentir.

3.º

A duração da Sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje.

4.º

O capital social, já inteiramente realizado em dinheiro, é de 2 000 000\$ e divide-se em duas quotas, sendo uma de 1 200 000\$, do sócio Joaquim de Sousa Dias, e outra de 800 000\$, do sócio Carlos Alberto Baptista de Castro Correia.

5.º

A representação da sociedade em juízo e fora dele será feita pelos sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

§ 1.º Os documentos de simples expediente poderão ser assinados por qualquer dos sócios, mas os que envolvam obrigações ou responsabilidades para a Sociedade, tais como contratos, letras, livranças e cheques, e bem assim a representação da Sociedade em juízo, só terão validade quando assinados por ambos os gerentes.

§ 2.º A Sociedade será estranha a quaisquer actos ou contratos firmados pelos gerentes em letras de favor, fianças, abonações ou outros semelhantes.

§ 3.º Os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência, no todo ou em parte, em pessoas estranhas à Sociedade.

§ 4.º Os gerentes são dispensados de prestação de caução e terão a remuneração que for fixada em assembleia geral.

6.º

São livres entre os sócios as cessões e correspectivas divisões de quotas.

§ único. Na cessão de quota a título oneroso feita a estranho observar-se-ão as seguintes condições:

a) O sócio que pretender ceder a sua quota terá de pedir consentimento à Sociedade, através de carta registada, na qual indicará o nome do pretendente, preço e demais condições do ajuste;

b) A Sociedade, em primeiro lugar, e, depois, os sócios reservam-se o direito de preferência na aquisição da referida quota;

c) No caso de a Sociedade pretender adquirir a quota, pagá-la-á pelo valor apurado no último balanço dado;

d) A Sociedade terá o prazo de quinze dias para se pronunciar sobre a pretensão do sócio cedente.

7.º

A Sociedade poderá amortizar qualquer quota nos casos seguintes:

a) Insolvência ou falência do sócio titular;

b) Arresto, arrolamento ou penhora da quota;

c) Venda ou adjudicação judiciais.

§ 1.º A amortização será realizada pelo valor da quota, determinado pelo último balanço aprovado, o qual será pago em oito prestações trimestrais e iguais, sem juros.

§ 2.º Considera-se realizada a amortização com o depósito, efectuado na Caixa Geral de Depósitos, à ordem de quem de direito, da primeira prestação, correspondente ao valor da quota, apurado nos termos declarados no parágrafo anterior.

8.º

Por morte, inabilitação ou interdição de qualquer sócio, a Sociedade não se dissolve, mas continuará com os sócios sobreviventes ou capazes e o representante legal do interdito ou inabilitado.

§ único. Quanto aos herdeiros do sócio falecido, a Sociedade reserva-se o direito de:

a) Se lhe interessar a continuação deles na Sociedade, estes nomearão um de entre si que a todos nela os represente;

b) Se não lhe interessar a continuação deles na Sociedade, esta procederá à respectiva amortização da quota, pelo valor dela, apurado num balanço dado expressamente para o efeito, em oito prestações trimestrais e iguais, sem juros.

9.º

Dissolvendo-se a Sociedade nos casos previstos na lei, ambos os sócios serão liquidatários, podendo abrir-se entre eles licitação, ficando o estabelecimento social, com todo o seu activo e passivo, adjudicado ao sócio que melhor proposta faça, em preço e forma de pagamento.

10.º

A assembleia geral decidirá sobre o destino dos lucros anualmente apurados, podendo deliberar não os distribuir, no todo ou em parte, e, antes, constituir com eles, por simples deliberação maioritária, quaisquer reservas.

11.º

As convocações para as assembleias gerais, não exigindo a lei outras formalidades, serão feitas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência não inferior a oito dias.

12.º

Para quaisquer questões emergentes deste contrato, entre os sócios, seus herdeiros e representantes, ou entre a Sociedade e qualquer destas entidades, fica convencionado o foro da comarca do Porto.

Está conforme ao original.

Secretaria Notarial da Feira, 12 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *José Soares de Amorim*. 1-6-1042

J. MARTINS DE OLIVEIRA & FILHOS, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 10 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 48 a fl. 51 do livro de notas n.º 10-C do Cartório Notarial de Gondomar, a cargo do notário licenciado Francisco José Romão, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada entre José Martins de Oliveira, Rui Pereira de Oliveira e Fernando José Pereira de Oliveira, nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

(Identificação e duração)

A sociedade J. Martins de Oliveira & Filhos, L.^{da}, é uma sociedade por quotas que se regula pelo presente estatuto, pela Lei de 11 de Abril de 1901 e legislação comercial complementar em vigor à presente data, tem a sua sede e estabelecimento principal em Valbom, Gondomar, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

§ único. Por simples deliberação da assembleia geral poderá a sede da sociedade ser transferida para qualquer localidade do País, bem como estabelecer filiais ou qualquer outra forma de representação.

ARTIGO 2.º

(Objecto social)

O objecto social principal é a actividade de construtor civil, empreiteiro de obras públicas, compra e venda de imóveis e comércio de materiais de construção, podendo, porém, desenvolver qualquer outro ramo de comércio ou indústria autorizado em assembleia geral de sócios.

ARTIGO 3.º

(Capital social)

O capital social, inteiramente subscrito e do qual nesta data foram já realizados em dinheiro 50 %, é de 1 000 000\$ e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 400 000\$, pertencente a José Martins de Oliveira, e duas de 300 000\$ cada uma, pertencendo uma a Rui Pereira de Oliveira e outra a Fernando José Pereira de Oliveira.

ARTIGO 4.º

(Prestações suplementares e suprimentos)

1.º São exigíveis prestações suplementares somente por decisão tomada por unanimidade em assembleia geral em que esteja representado o total do capital social e somente no valor e nos termos considerados em tal decisão.

2.º Podem os sócios fazer à sociedade os suprimentos que acordarem, nos termos e condições a estabelecer para cada um e cada caso, ficando entretanto qualquer contrato relativo a suprimentos sujeito à ratificação por parte da sociedade em assembleia geral de sócios.

ARTIGO 5.º

(Cessão e divisão de quotas)

A cessão total ou parcial de quotas a sócios ou seus ascendentes e descendentes é livremente permitida; a favor de estranhos, fica dependente do prévio consentimento da sociedade, à qual fica reservado o direito de preferência. A divisão de quotas por sócios ou ascendentes e descendentes em virtude de cessão parcial livremente permitida nos termos do número anterior fica dispensada da autorização da sociedade.

ARTIGO 6.º

(Aquisição ou amortização de quotas pela sociedade)

É permitido à sociedade deliberar a aquisição ou amortização das quotas sociais pelo pagamento, de pronto ou em prestações, do respectivo valor nominal, acrescido da parte correspondente das reservas e dos ganhos relativos ao tempo decorrido desde o último balanço, estimados com base nos do ano a que tal balanço respeite, nos casos seguintes:

- a) Por acordo dos sócios;
- b) Quando exerça o direito de preferência referido no artigo 5.º;
- c) Quando, por doação, herança ou partilha dos bens do casal, a quota seja transferida para pessoa que não seja ascendente ou descendente dos sócios fundadores;
- d) Quando essas quotas sejam penhoradas, arrestadas, arroladas ou, de qualquer outro modo, sujeitas a arrematação, partilha por separação ou divórcio ou a adjudicação judicial;
- e) Quando o respectivo sócio haja infringido qualquer das cláusulas do pacto social ou usado poderes de gerência para fins não concordantes com o objecto social.

§ único. No caso das alíneas b), c), d) e e) deste artigo, o preço de amortização será pago de pronto e a amortização considerará-se operada mediante o pagamento ou a consignação em depósito do respectivo preço.

ARTIGO 7.º

(Gerência social)

1.º A gerência social e a representação da sociedade em juízo e fora dele, activa ou passivamente, competem aos gerentes designados em assembleia geral, que fixarão as respectivas remunerações e funções e são dispensados de caução, salvo se a assembleia geral expressamente resolver diferentemente.

2.º Para obrigar a sociedade é necessária a assinatura individual de dois gerentes ou a assinatura de um com a firma social.

§ único. A designação dos gerentes deverá indicar expressamente se ficam ou não autorizados a assinar com a firma social.

ARTIGO 8.º

(Convocação de reuniões sociais)

1.º Qualquer dos gerentes pode convocar a assembleia geral, devendo fazê-lo sempre que a reunião seja requerida por escrito e indicando o objecto por qualquer sócio.

2.º As reuniões da sociedade serão convocadas por meio de cartas registadas, indicando claramente os assuntos a tratar e dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de cinco dias, salvo disposição legal imperativa fixando outra forma de convocação ou maior prazo.

ARTIGO 9.º

(Prestação de contas e partilha de resultados)

1.º A gerência prestará contas, pelo menos, anualmente, apresentando o balanço da situação e o de resultados acompanhados de relatório esclarecedor, referidos ao dia 31 de Dezembro.

2.º Dos resultados apurados, após constituição de provisões para impostos e contribuições, serão sempre destinados a reserva legal 25 %, ficando o restante à disposição da assembleia.

3.º Os sócios participam nos resultados retidos ou distribuídos.

§ único. Nas contas de cada exercício devem ser consideradas como passivo as provisões para impostos e contribuições liquidáveis com base na actividade desenvolvida ou resultados obtidos até à data de referência; em todos os outros aspectos de definição de normas contabilísticas atender-se-á aos seus princípios de contabilidade e gestão divulgados e aceites, designadamente para efeitos fiscais.

ARTIGO 10.º

(Dissolução e liquidação)

Dissolvida a sociedade, serão liquidatários todos os sócios, os quais procederão à sua liquidação e partilha como unanimemente acordarem, devendo, na falta de acordo, o acervo social ser adjudicado ao sócio que em licitação verbal aberta entre todos maior preço e melhores condições de pagamento oferecer.

ARTIGO 11.º

(Lacunas estatutárias e legais)

Nos casos omissos para as relações entre sócios ou entre estes e a sociedade regularão os contratos definidos em actas de assembleia geral representativa e legalmente convocada, as decisões sociais devidamente tomadas e as disposições estatutárias e legais aplicáveis por analogia.

ARTIGO 12.º

(Disposição transitória)

Até expressa revogação do mandato por deliberação da assembleia geral, ficam designados como gerentes e autorizados a assinarem com a firma social, sendo dispensados de caução, e a distribuírem entre si as funções como melhor entenderem, devendo-lhes ser fixada remuneração pela primeira assembleia geral, os sócios José Martins de Oliveira, Rui Pereira de Oliveira e Fernando José Pereira de Oliveira.

Está conforme.

Cartório Notarial de Gondomar, 12 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Manuel Nogueira*. 1-6-1040

NÚCLEO DE ATLETISMO DA ESPERANÇA

Sede: Largo de S. João Novo, 15 e 17 — Porto

Certifico que, por escritura de 3 do corrente mês de Outubro, lavrada de fl. 104 v.º a fl. 106 v.º do livro de escrituras diversas n.º 1282-B do 5.º Cartório Notarial do Porto, a cargo da notária licenciada Lúcia Crispiniano Fontes, foi constituída uma associação com denominação Núcleo de Atletismo da Esperança, com sede provisória no Largo de S. João Novo, 15 e 17, da freguesia de S. Nicolau, desta cidade, associação que tem por fim a cultura e o desporto juvenil e de velhas-guardas, tendo os sócios os mesmos direitos e estando sujeitos aos mesmos deveres, que constam do regulamento interno, sendo os corpos gerentes constituídos por: mesa da assembleia geral, direcção e conselho fiscal.

Se em qualquer altura vier a verificar-se a sua extinção, todo o património desportivo ficará de posse do Governo Civil até que um grupo de associados assumam a responsabilidade do clube.

Declara-se que na parte omitida nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

5.º Cartório Notarial do Porto, Outubro de 1979. — O Ajudante, *Joaquim Augusto Martins*. 1-6-1038

CORREIA & GUEDES, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 11 do corrente mês, lavrada de fl. 23 v.º a fl. 25 v.º do livro de escrituras diversas n.º 37-E do 6.º Cartório Notarial do Porto, a cargo da notária licenciada Judite das Neves Rodrigues, foi elevado o capital da sociedade em epígrafe, que tem sede nesta cidade, para 1 000 000\$, pelo reforço de 600 000\$, e alterados os artigos 2.º e 3.º do pacto da referida sociedade, que passaram a ter a seguinte redacção:

2.º

A sociedade passa a ter por objecto a exploração da indústria hoteleira e ou seus similares, podendo vir a dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade comercial ou industrial que a assembleia geral delibere explorar.

3.º

O capital social é de 1 000 000\$, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de quatro quotas, sendo uma de 510 000\$ pertencente ao sócio Jorge João Ferreira de Meneses Correia, uma de 240 000\$ pertencente ao sócio Carlos Góis Pinto, uma de 200 000\$ pertencente ao sócio Jorge Celestino de Melo Diogo e uma de 50 000\$ pertencente à sócia Olinda da Conceição da Silva Guedes.

Está em conformidade com o original.

6.º Cartório Notarial do Porto, 15 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria José da Mota Ribeiro*. 1-6-1035

A CAVE — NOVIDADES DE PAPELARIAS, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 16 de Agosto de 1979, exarada de fl. 60 a fl. 61 do livro para escrituras diversas n.º 59-E do 6.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Manuel da Costa e Melo, foi aumentado de 100 000\$ para 400 000\$ o capital social da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação A Cave — Novidades de Papelarias, L.^{da}, com sede em Lisboa, na Estrada de Benfica, 401-A, freguesia de Benfica, tendo o reforço de 300 000\$ sido integralmente realizado a dinheiro, já entrado na caixa social e subscrito pela maneira seguinte: pelo sócio Jorge Carvalho Freitas Reis, 150 000\$, e pela sócia Maria Adelina Pereira Antunes, 150 000\$.

Foi alterado parcialmente o pacto social da sociedade, dando ao artigo 3.º a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$, dividido em duas quotas iguais, de 200 000\$, pertencendo uma a cada sócio.

§ único. Poderão os sócios fazer prestações suplementares de capital, reembolsáveis quando julgadas desnecessárias, sendo o reembolso feito pela forma e nas datas fixadas na assembleia geral que delibere a restituição.

É certidão de teor parcial que vai conforme ao original.

6.º Cartório Notarial de Lisboa, 5 de Setembro de 1979. — A Ajudante, *Maria Fernanda J. Marques Damas*. 4-0-2592

TÁXIS ANTÃO, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 23 de Agosto do corrente ano, lavrada de fl. 80 a fl. 82 v.º do livro de notas n.º 758-B do 14.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do licenciado Domingos Rodrigues Gomes, Joaquim Silvestre, Ramiro Augusto Coelho Martins e Emílio da Conceição Gonçalves Carreira, como únicos sócios que ficaram sendo da aludida sociedade em epígrafe, alteraram os artigos 3.º e 5.º pelos seguintes:

3.º

O capital social é de 1 500 000\$, está todo realizado em dinheiro e nos diversos valores da sociedade e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são de 500 000\$ cada uma.

5.º

A administração e a gerência de todos os negócios da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for fixado em acta.

§ 1.º Para a sociedade se considerar validamente obrigada em assuntos de responsabilidade é necessário que em seu nome assinem sempre dois gerentes, bastando a assinatura de um qualquer nos casos de mero expediente.

§ 2.º Os gerentes poderão delegar os seus poderes e a sociedade poderá constituir mandatários, mediante as respectivas procurações.

Está conforme ao original, nada havendo na sua parte omitida em contrário ou além do que neste extracto se narra e transcreve.

14.º Cartório Notarial de Lisboa, 28 de Agosto de 1979. — O Primeiro-Ajudante, *João Vardo Botelho*. 1-0-9775

ALMEIDA & C.^A, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 28 do mês findo, lavrada no Cartório Notarial de Paços de Ferreira e exarada de fl. 88 a fl. 89 do livro de notas para escrituras diversas n.º 127-B, foi alterado o artigo 2.º do pacto social que rege a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada Almeida & C.^a, L.^{da}, com sede na Rua do Capitão Fonseca, 207, da vila e concelho de Vila do Conde, ao qual foi dada a seguinte nova redacção:

ARTIGO 2.º

Tem a sua sede na Rua Particular Alberto Mesquita, 15, da freguesia do Mindelo, do concelho de Vila do Conde, mas poderá ser transferida para outro local, mediante deliberação da assembleia geral.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Paços de Ferreira, 2 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Herminio Pinto Gomes da Silva*. 1-0-9777

A. MUGE & RODRIGUES, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 11 de Outubro de 1979, lavrada a fls. 26 e 26 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 30-D do Cartório Notarial de Espinho, a cargo da notária licenciada Maria Fernanda de Vasconcelos de Aguiar da Fonseca e Castro, foi dissolvida a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada A. Muge & Rodrigues, L.^{da}, com sede na Rua de Júlio Dinis, 99, da vila, freguesia e concelho de Ovar, com o capital social, integralmente realizado em dinheiro, de 400 000\$, não tendo a mesma sociedade activo nem passivo e tendo as contas sido aprovadas no dia 31 de Agosto deste ano.

Está conforme ao original.

Cartório Notarial de Espinho, 12 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *José dos Santos Sil*. 1-0-9730

PINA & DIAS — PRODUTOS ALIMENTARES, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 28 de Agosto de 1979, lavrada na Cartório Notarial de Loures, a cargo da notária licenciada Aldina Ester Ribeiro da Silva Graça, de fl. 12 a fl. 13 do livro de notas para escrituras diversas n.º 502-F, foi dissolvida, para todos os efeitos legais, a partir de 31 de Dezembro de 1978, a sociedade em epígrafe, com sede na Rua da Calheta, 16, 3.º, direito, Mealhada, deste concelho de Loures, sem necessidade de qualquer liquidação, visto não haver qualquer activo ou passivo.

Está conforme ao original, nada havendo em contrário ou além do que na presente fica a constar.

Cartório Notarial de Loures, 31 de Agosto de 1979. — A Ajudante, *Maria Teresa Chasso Guerreiro Casaleiro dos Santos*. 1-0-9735

AUTO ELÉCTRICA CENTRAL ODIVELENSE, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 4 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 93 a fl. 95 do livro n.º 20-G de notas para escrituras diversas do 4.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário Henrique Vaz Lacerda, Mário Rui Lopes Martinho e Maria da Conceição Silva Martinho, como únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada denominada Auto Eléctrica Central Odivelense, L.^{da}, com sede na Rua de Carlos José Barreiros, 6-A, em Odivelas, do concelho de Loures, elevaram o seu capital para 1 500 000\$, e assim reforçado com a importância de 1 450 000\$, que já deu entrada na caixa social, por ambos os sócios, sendo 870 000\$ subscritos pelo sócio Mário Rui

Lopes Martinho e 580 000\$ subscritos pelo sócio Maria da Conceição Silva Martinho;

Que, em consequência, alteram o artigo 3.º, depois de unificadas as respectivas quotas, o qual passou a ter a seguinte nova redacção:

3.º

O capital social é de 1 500 000\$, está inteiramente realizado em dinheiro e nos diversos bens e valores da sociedade, conforme a escrituração, e corresponde à soma de duas quotas dos sócios, sendo uma de 600 000\$, de Maria da Conceição Silva Martinho, e outra de 900 000\$, de Mário Rui Lopes Martinho.

§ único. Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital e os sócios poderão fazer à caixa social os suprimentos de que esta carecer, nos termos e condições que forem deliberados em assembleia geral.

Está de conformidade com o original, e na parte omitida nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

4.º Cartório Notarial de Lisboa, 10 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Cremilde do Patrocínio Anacleto*. 1-0-9740

E. A. C. L. ENSINO AUTOMOBILÍSTICO DE CONDUÇÃO, L.ª

Certifico que, por escritura de 7 de Agosto do corrente ano, lavrada de fl. 48 v.º a fl. 50 v.º do livro de notas n.º 651-E do Cartório Notarial de Oeiras, foram efectuados os seguintes actos relativos à sociedade E. A. C. L. Ensino Automobilístico de Condução, L.ª, com sede na Estrada da Torre, lote B-13, freguesia de Carcavelos, concelho de Cascais.

a) O sócio António Isidoro dividiu a sua quota de 400 000\$ em quatro novas quotas, sendo uma que para si reservou e cedendo cada uma das outras a cada um dos sócios Diamantino da Costa Almeida, João Rebelo da Costa e António de Almeida Andrade;

b) Foram alterados os artigos 3.º e 6.º dos estatutos, os quais ficam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 450 750\$, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 100 000\$, pertencente a cada um dos sócios António Isidoro, Diamantino da Costa Almeida, João Rebelo da Costa e António de Almeida Andrade; uma de 33 250\$, pertencente à sócia Maria Amélia Antunes, e uma de 17 500\$, pertencente ao sócio Amadeu Custódio.

ARTIGO 6.º

A gerência pertence aos sócios que foram designados em assembleia geral, sendo necessária e suficiente a intervenção de dois gerentes para obrigar a sociedade, incluindo nos contratos de compra e venda de veículos automóveis.

§ único. Os gerentes nomeados poderão delegar por meio de procuração, mesmo em pessoa estranha à sociedade, os seus poderes de gerência e de representação social, no todo ou em parte, podendo a própria sociedade constituir também mandatários para os fins que vierem a constar dos respectivos instrumentos de mandato.

Está conforme o original, no qual nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Cartório Notarial de Oeiras, 3 de Setembro de 1979. — A Ajudante, *Eulália Pontes Caetano Gonçalves Cação*. 1-0-9746

FRITEJO — EQUIPAMENTOS DE FRIO, L.ª

Certifico que no Cartório Notarial de Almeirim, a cargo do notário licenciado Germano Alberto de Oliveira Fraga, e no livro de notas de escrituras diversas n.º 378-B, de fl. 16 v.º a fl. 17 v.º, se encontra exarada uma escritura de aumento de capital e alteração parcial do pacto social, outorgada, em 8 de Outubro de 1979, por Manuel Sebastião Duarte Lopes e mulher, Maria Isabel Henriques Gonçalves Lopes, residentes nesta vila de Almeirim, outorgando esta na qualidade de sócia gerente da Socicon — Sociedade de Serviços de Contabilidade, L.ª, com sede na Rua de Nuno Velho Pereira, 9, 2.º, esquerdo, em Santarém;

Que por esta escritura a sociedade Fritejo — Equipamentos de Frio, L.ª, com sede em Almeirim, na Rua da Condessa da Junqueira, 62, da qual são seus únicos sócios os referidos Manuel Sebastião Duarte Lopes e a sociedade Socicon — Sociedade de Serviços e Contabilidade, L.ª, resolveu aumentar o seu capital

social, para 5 000 000\$, sendo o aumento de 2 500 000\$ totalmente subscrito em dinheiro, já entrado na caixa social, pelo sócio Manuel Sebastião Duarte Lopes e em acréscimo da respectiva quota;

Que em consequência foi alterado o artigo 3.º do pacto social e adicionado um novo artigo, que fica sendo o 9.º, os quais ficaram a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5 000 000\$, dividido em duas quotas, uma de 200 000\$, do sócio Socicon — Sociedade de Serviços de Contabilidade, L.ª, e outra de 4 800 000\$, do sócio Manuel Sebastião Duarte Lopes.

ARTIGO 9.º

Os sócios poderão efectuar prestações suplementares de capital e suprimentos, nas condições aprovadas em assembleia geral.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Almeirim, 12 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *António Felício Pombas*. 4-0-2583

SOFEEQUIP FERRAGENS E EQUIPAMENTOS DO NORDESTE, L.ª

Certifico que, por escritura de 20 de Setembro do corrente ano, lavrada de fl. 82 v.º a fl. 83 v.º do livro de escrituras diversas n.º 163-B do Cartório Notarial de Vila Pouca de Aguiar, a cargo do notário licenciado Manuel Joaquim Leal da Costa, o sócio João Ramos Bravo, casado com Maria Edite Marreiros Rodrigues Bravo, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Valezim, concelho de Seia, e residente no Largo do Pelourinho, 30, freguesia de S. João Baptista, concelho de Tomar, cedeu a sua quota, pelo seu valor nominal de 500 000\$, a Graça Maria Ferreira Leite Pinheiro Rodrigues, casada com José Carlos Afonso Rodrigues, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia da Sé Nova, concelho de Coimbra, e residente no Beco de S. Cristóvão, 5, 2.º, freguesia de Almedina, concelho de Coimbra, na sociedade com a denominação de Sofeequip Ferragens e Equipamentos do Nordeste, L.ª, com sede e estabelecimento na Avenida Marginal, freguesia de S. Pedro, cidade de Vila Real.

Mais certifico que na parte transcrita nada há que altere, restrinja ou modifique o que vai certificado.

Cartório Notarial de Vila Pouca de Aguiar, 27 de Setembro de 1979. — O Ajudante, *Júlio Teixeira Cardoso*. 1-1-3046

MAGCOP — MÁQUINAS E ARTIGOS GRÁFICOS, L.ª

Certifico que, por escritura de 2 de Outubro corrente, lavrada de fl. 72 v.º a fl. 74 do livro de notas para escrituras diversas n.º 134-D do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Lídia Rodrigues Maia Devesa, foi rectificada a escritura outorgada em 10 de Agosto do corrente ano e lavrada a fl. 14 v.º do livro n.º 44-H de notas para escrituras diversas deste Cartório, quanto à redacção dada ao n.º 5 do artigo 9.º do pacto social da sociedade Magcop — Máquinas e Artigos Gráficos, L.ª, com sede em Lisboa, a qual, depois de rectificada, ficou sendo a seguinte:

ARTIGO 9.º

5 — Sem prejuízo do que for deliberado pela assembleia geral no âmbito do disposto no n.º 3 deste artigo, a sociedade será representada judicial ou extrajudicialmente e ficará obrigada pela assinatura conjunta de dois gerentes ou de um gerente e de um procurador instituído por outro gerente. Na representação e vinculação da sociedade terão de ser sempre observados os limites fixados aos poderes de cada gerente pela assembleia geral.

Está conforme.

12.º Cartório Notarial de Lisboa, 10 de Outubro de 1979. — O Segundo-Ajudante, *José Fernando Pereira Pires*. 1-0-9726

PILLAR PORTUGUESA (ALUMÍNIO) PORTALEX, S. A. R. L.

Certifico que, por escritura de 20 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 54 a fl. 57 do livro n.º 155-A de escrituras diversas do 10.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário

Moisés dos Santos Martins, foi reforçado em 34 000 000\$ o capital social da sociedade anónima de responsabilidade limitada denominada Pillar Portuguesa (Alumínio) Portalex, S. A. R. L., com sede em S. Marcos, freguesia de Agualva-Cacém, concelho de Sintra, que era de 16 000 000\$, para 50 000 000\$, tendo sido modificados parcialmente os estatutos da mencionada sociedade no tocante aos seus artigos 5.º, 8.º, n.º 2, e 21.º, que passaram a ter, respectivamente, a redacção seguinte:

ARTIGO 5.º

O capital social é de 50 000 000\$, totalmente subscrito e realizado, e representado, na sua totalidade, por 200 000 acções de 250\$.

ARTIGO 8.º

2 — Poderá haver títulos de 1, 4, 10, 20, 40, 100 e 200 acções.

ARTIGO 21.º

1 — Só podem intervir nas assembleias gerais e exercer o direito de voto os accionistas possuidores de, pelo menos, acções no valor nominal total de 10 000\$, sendo de admitir, nos termos legais, o agrupamento de accionistas que isoladamente não possuam esse valor.

2 — A cada grupo de acções no valor nominal total de 100 000\$ corresponde um voto.

3 — Os accionistas sem voto e os obrigacionistas não podem assistir às assembleias gerais.

Está conforme o original na parte extractada, nada havendo em contrário ou além do que nesta se narra e transcreve.

10.º Cartório Notarial de Lisboa, 1 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Lúcia Galveias Andrade*. 1-0-9728

RAÚL SILVA & PEREIRA, L.ª

Certifico que, por escritura de 9 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 3 a fl. 4 do livro n.º 79-D para escrituras diversas do 18.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da licenciada em Direito Maria da Glória Sampaio Filipe de Sousa, Manuel Gilão Caldeira e Maria Adelaide Pinto de Oliveira, ou Maria Adelaide Pinto de Oliveira Caldeira, como únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada Raúl Silva & Pereira, L.ª, com sede em Lisboa, dissolveram de mútuo acordo a referida sociedade;

Que, em liquidação e partilha, todo o activo social foi adjudicado aos sócios, na proporção das respectivas quotas.

É certidão narrativa que fiz extrair, a qual vai conforme o original quanto à parte transcrita e certifico que na parte omitida da referida escritura nada há em contrário ou além do que fiz transcrever.

18.º Cartório Notarial de Lisboa, 17 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Júlia Soeiro Coelho*. 1-0-9729

PATRIMART — MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, L.ª

Certifico que, por escritura de 21 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 51 a fl. 55 do livro de notas para escrituras diversas n.º 266-A do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Castelo Branco, os sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada Patrimart — Materiais de Construção, L.ª, com sede no lugar de Estradinha, freguesia de Benquerenças, concelho de Castelo Branco, António da Costa Martins dividiu a sua quota de 252 000\$ em duas quotas: uma de 168 000\$, que cedeu ao sócio Albano Patrício Tavares, e outra de 84 000\$, que cedeu ao sócio José Maria Tavares Patrício, e renunciou aos poderes de gerência em que estava investido na sociedade; António Sequeira da Fonseca dividiu a sua quota de 126 000\$ em duas novas quotas: uma de 84 000\$, que cedeu ao sócio referido José Maria Tavares Patrício, e outra de 42 000\$, que cedeu ao sócio António Tavares Patrício, e renunciou aos poderes de gerência em que estava investido na sociedade; e João da Costa Mendes Martins cedeu a sua quota de 126 000\$ ao sócio referido António Tavares Patrício e renunciou aos poderes de gerência em que estava investido na sociedade.

Mais certifico que, pela mesma escritura, Manuel Patrício e os referidos Albano Patrício Tavares, José Maria Tavares Patrício e António Tavares Patrício, únicos sócios que são da dita sociedade, resolveram aumentar o capital da referida sociedade com a importância de 1 792 000\$, elevando-o de 1 008 000\$ para

2 800 000\$, aumento subscrito em partes iguais na importância de 448 000\$ cada um.

E mais resolveram ainda unificar as quotas dos sócios, regular as prestações suplementares de capital e alterar a gerência e representação da sociedade, pelo que, em consequência de tudo, alteram a redacção dos artigos 3.º e 4.º do pacto social, aditando um § único ao artigo 3.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, inteiramente realizado, em dinheiro e nos demais bens constantes da escrita social, é de 2 800 000\$ e corresponde à soma de quatro quotas iguais, de 700 000\$, uma de cada um dos sócios.

§ único. Os sócios poderão fazer prestações suplementares de capital quando a sociedade delas necessitar, nos termos a estabelecer em assembleia geral.

ARTIGO 4.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por todos os sócios, desde já nomeados gerentes. Para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura do sócio gerente Manuel Patrício, ou então duas assinaturas de quaisquer outros dois sócios gerentes.

Está conforme com o original, nada havendo em contrário ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Castelo Branco, 25 de Setembro de 1979. — O Segundo-Ajudante, *João Moreira Naré*. 1-0-9741

AMÂNDIO O. PINTO, L.ª

Certifico que, por escritura de 12 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 50 v.º a fl. 51 v.º do livro de escrituras diversas n.º 41-C do 1.º Cartório da Secretaria Notarial da Feira, a cargo do notário licenciado Alfredo Bosch da Graça, ao pacto social de Amândio O. Pinto, L.ª, sociedade comercial por quotas, com sede na freguesia de Santa Maria de Lamas, deste concelho da Feira, foram introduzidas as seguintes alterações:

- Foi substituída a redacção do artigo 2.º;
- Ao artigo 5.º foram aditados dois parágrafos, os quais passaram a ser o 1.º e o 2.º;
- Ao pacto foi aditado um novo artigo, o qual passou a ser o 17.º do mesmo pacto, tudo nos termos seguintes:

2.º

Constitui seu objecto, exclusivamente, a mediação de seguros.

5.º

§ 1.º Qualquer dos gerentes poderá delegar os poderes de gerência, no todo ou em parte, em quem melhor entender.

§ 2.º A sociedade poderá constituir mandatários nos termos e para os efeitos do artigo 256.º do Código Comercial.

17.º

Embora sejam proibidas as cessões e divisões de quotas, conforme preceitua o artigo 10.º do pacto, ao sócio Amândio fica conferido o direito de doar a sua quota, no todo ou em parte, ficando desde já autorizada a co-respectiva divisão.

Está conforme ao original.

Secretaria Notarial da Feira, 12 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *José Soares de Amorim*. 1-0-9755

A TRANSPORTADORA ALCACERENSE, L.ª

Cópia do documento que me foi apresentado e restitui, o qual tem aposto o respectivo selo branco:

N.º 4212/191. — Escritura de aditamento a um artigo do pacto social da firma A Transportadora Alcacereense, L.ª, que fazem José Fialho e Luis Mendes Fernandes Lopes.

Esta é lavrada em prosseguimento da cessação de direitos hereditários feita por Valdomiro Bastos Correia a favor de Waldemira Bastos Correia Monteiro, em data de ontem.

Saibam quantos esta pública escritura de aditamento a um artigo do pacto social da firma A Transportadora Alcacereense, L.ª,

virem que, aos 11 dias do mês de Julho do ano de 1979, nesta cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, neste 3.º Tabelionato, compareceram como outorgantes, e reciprocamente outorgados, José Fialho, portador da carteira de identidade para estrangeiros n.º RG 8 006 447 951 e RE/RS/25 251, casado, segundo o regime de comunhão de adquiridos, com Josefina Aurélia Machadinho Fialho, e Luís Mendes Fernandes Lopes, portador da carteira de identidade para estrangeiros n.º 5 003 868 031 e RE/RS/24 204, casado, com separação parcial de adquiridos, com Maria Fernanda Machadinho Fialho Lopes; os comparecentes portugueses, com permanência legal no País, residentes nesta cidade, reconhecidos por mim, tabelião, e pelas testemunhas no fim nomeadas e assinadas, pessoas idóneas, do que dou fé.

E, ante as testemunhas, pelos comparecentes José Fialho e Luís Mendes Fernandes Lopes, na qualidade de únicos sócios gerentes da firma A Transportadora Alcacereense, L.ª, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Alcácer do Sal, Portugal, constituída por escritura de 25 de Abril de 1947, lavrada a fl. 72 v.º do livro n.º 176 de actos e contratos entre vivos do Cartório Notarial de Alcácer do Sal, distrito de Setúbal, Portugal, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Alcácer do Sal sob o n.º 31, a fl. 13 v.º do livro C-1, com o capital social de 1 600 000\$, foi dito que resolveram aditar àquele pacto social, como efectivamente aditam, um parágrafo ao artigo 8.º, passando, em consequência, a ter a seguinte redacção o mencionado artigo:

ARTIGO 8.º

A sociedade será representada em juízo e fora dele, activa e passivamente, por qualquer dos actuais sócios, que são ambos nomeados gerentes, com dispensa de caução, com ou sem remuneração, conforme for decidido em assembleia geral. Porém, para obrigar a sociedade serão necessárias as assinaturas conjuntas dos gerentes José Fialho e Luís Mendes Fernandes Lopes, podendo, no entanto, um deles ser substituído, na sua ausência, por procurador devidamente habilitado.

§ 1.º Os actos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer dos gerentes.

§ 2.º É expressamente vedado aos gerentes usar a firma social em actos alheios aos negócios sociais.

§ 3.º Os sócios gerentes ficam autorizados a constituir mandatários dos poderes que lhes estão confiados, mesmo a terceiras pessoas estranhas à sociedade, inclusive para a alienação de imóveis pertencentes à sociedade.

Que, desta forma, o presente aditamento entra em vigor a partir desta data. Então, pelos outorgantes e reciprocamente outorgados acima declarados foi dito, ainda na presença das mesmas testemunhas, que aceitavam esta escritura, nos seus expressos termos, por estarem de inteiro e pleno acordo com o convencionado.

Assim, acordes, me pediram que lhes lavrasse este instrumento, o que fiz e tudo dou fé.

E sendo lido este instrumento aos contratantes e às testemunhas Lygia Bandeira Villanova e Armando de Paola, brasileiros, solteiros, maiores, comerciantes, residentes nesta cidade, aqueles o acharem conforme, aceitaram, outorgaram e assinaram perante mim, *Oscar Araújo*, tabelião, que o subscrevo e assino.

Em testemunho da verdade.

Pelotas, 11 de Julho de 1979. — O Tabelião, *Oscar Araújo*.

José Fialho — Luís Mendes Fernandes Lopes — Armando de Paola — Lygia Bandeira Villanova.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Alcácer do Sal, 13 de Setembro de 1979. — O Notário, *José Antunes Ribeiro*. 1-1-3048

FRIVERCA — SOCIEDADE DE REFRIGERAÇÃO, L.ª

Cópia da escritura exarada de fl. 52 v.º a fl. 54 do livro n.º 19-D de escrituras diversas do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Vila Franca de Xira, a cargo do notário Carlos Henrique Ribeiro Melon.

Aos 4 de Outubro de 1979, na Secretaria Notarial de Vila Franca de Xira, perante mim, Carlos Henrique Ribeiro Melon, notário do 2.º Cartório, compareceram como outorgantes:

1.º António Duarte Fernandes, natural da freguesia de Pedrógão Pequeno, concelho da Sertã, e mulher, Laurinda Isabel Rosa Bento Fernandes, natural da freguesia de Manique do Intendente, concelho da Azambuja, residentes na Vivenda Lila, Bom Sucesso, freguesia de Alverca do Ribatejo, deste concelho;

2.º João Luciano dos Santos de Oliveira, natural da freguesia de Vialonga, deste concelho, e mulher, Ana Maria Gonçalves Nunes dos Santos de Oliveira, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa, residentes na Rua do 1.º de Maio, 111, 2.º, esquerdo, na dita freguesia de Vialonga.

E pelos outorgantes varões foi dito:

Que são os únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada denominada Friverca — Sociedade de Refrigeração, L.ª, com sede na Casa do Vigário, porta 5, Ponte da Silveira, mencionada freguesia de Alverca do Ribatejo, constituída por escritura de 6 de Dezembro de 1976, lavrada a fl. 46 do respectivo livro de notas n.º 62-A, deste Cartório, com o capital social de 200 000\$, integralmente realizado em dinheiro, no qual possui cada um uma quota de 100 000\$, qualidade e poderes que eu, notário, verifiquei pela já citada escritura;

Que pela presente escritura o primeiro outorgante, António Duarte Fernandes, divide a sua referida quota em duas, sendo uma de 95 000\$, que cede ao segundo outorgante, João Luciano dos Santos de Oliveira, e outra de 5000\$, que cede à segunda outorgante, Ana Maria Gonçalves Nunes dos Santos de Oliveira, ambas com todos os correspondentes direitos e obrigações;

Que renuncia aos seus poderes de gerência;

Que estas cessões são feitas pelos preços de 570 000\$ e 30 000\$, respectivamente, quantias que já recebeu dos respectivos cessionários.

Pelos segundos outorgantes foi dito que aceitam as correspondentes cessões nos termos exarados.

Pela primeira outorgante, Laurinda Isabel Rosa Bento Fernandes foi dito que autoriza seu marido, o outorgante António Duarte Fernandes, a fazer as presentes cessões.

Pelos segundos outorgantes foi ainda dito que, como actuais e únicos sócios da sobredita sociedade Friverca — Sociedade de Refrigeração, L.ª, vêm pela presente escritura alterar o artigo 4.º do seu pacto social, o qual passará a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução, será exercida por ambos os sócios, Ana Maria Gonçalves Nunes dos Santos de Oliveira e João Luciano dos Santos de Oliveira, que desde já ficam nomeados gerentes, sendo necessária e suficiente a assinatura de um deles para obrigar a sociedade.

Por todos os outorgantes foi dito que a referida sociedade não é possuidora de quaisquer bens imóveis.

Adverti os outorgantes de que devem requerer o registo deste acto na respectiva Conservatória do Registo Comercial dentro do prazo de três meses, a contar desta data.

Pelo primeiro outorgante foi mais dito que dá quitação de quaisquer quantias que a sociedade lhe deva como sócio e como gerente, nada tendo a haver presentemente da dita sociedade.

Verifiquei a identidade dos segundos outorgantes pela exibição dos seus bilhetes, respectivamente, n.º 4 962 785, datado de 4 de Fevereiro de 1975, e 4 988 486, datado de 9 de Março de 1978, ambos passados pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e a dos primeiros outorgantes por declaração dos abonadores, Franklin Joaquim da Costa e Joaquim Mil-Homens Filipe de Miranda, ambos casados e residentes nesta vila.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo em voz alta e na presença simultânea de todos.

António Duarte Fernandes — Laurinda Isabel Bento Fernandes — João Luciano dos Santos de Oliveira — Ana Maria Gonçalves Nunes dos Santos de Oliveira — Franklin Joaquim da Costa — Joaquim Mil-Homens Filipe de Miranda. — O Notário, *Carlos Henrique Ribeiro Melon*.

Está conforme o original.

Secretaria Notarial de Vila Franca de Xira, 11 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Teresa de Jesus Valente Baptista Ferreira*. 1-0-9780

JAIME GONÇALVES, L.ª

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 26 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 24 v.º a fl. 27 do livro n.º 440-A das notas do 9.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Maria Alice Ribeiro Fernandes, Aquiles Guilherme Gonçalves e Idalina da Silva Loureiro Gonçalves, como únicos sócios que ficaram sendo da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, na Rua do Garcia, letras EMF, porta 19, ao Arco do Carvalhão, sob a firma Jaime Gonçalves, L.ª, unificadas as quotas do sócio Aquiles Guilherme Gonçalves, alteraram parcialmente o pacto por que a dita socie-

dade se rege, tendo sido dada aos artigos 3.º e 5.º e aos §§ 1.º e 3.º do artigo 6.º a seguinte redacção:

3.º

O capital social é de 500 000\$, encontra-se inteiramente realizado e representado pelos diversos bens e valores do activo, conforme escrituração, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são: uma de 490 000\$, pertencente ao sócio Aquiles Guilherme Gonçalves, e outra de 10 000\$, pertencente à sócia Idalina da Silva Loureiro Gonçalves.

5.º

A cessão de quotas é livre para o sócio Aquiles Guilherme Gonçalves, podendo, assim, cedê-la a pessoas estranhas à sociedade, pelo preço que entender, sem que o outro sócio tenha qualquer direito de opção; o sócio Idalina da Silva Loureiro Gonçalves não poderá ceder a sua quota a estranhos, a não ser que o outro sócio a não queira adquirir pelo valor atribuído no último balanço.

6.º

§ 1.º Só o gerente Aquiles Guilherme Gonçalves poderá delegar os seus poderes de gerência, no todo ou em parte, em quem entender, por meio de procuração.

§ 2.º

§ 3.º Para obrigar e responsabilizar a sociedade é necessária e suficiente a assinatura do sócio gerente Aquiles Guilherme Gonçalves.

Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer dos gerentes.

Está conforme ao original.

9.º Cartório Notarial de Lisboa, 8 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Teresa Maria Adida de Assunção Xavier*. 1-0-9787

CARNEIRO, COSTA & C.ª, L.ª

Certifico que, por escritura de ontem, lavrada de fl. 76 v.º a fl. 78 do livro de escrituras diversas n.º 95-B do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Vila Nova de Famalicão, a cargo da notária licenciada Maria Guiomar Ferreira de Abreu e Lima, foi aumentado o capital da sociedade em epígrafe, que tem a sua sede no lugar de Penavila, da freguesia de Delães, concelho de Vila Nova de Famalicão, de 300 000\$ para 1 800 000\$, sendo o aumento, de 1 500 000\$, realizado em dinheiro, e, em consequência, foi alterado o artigo 3.º do pacto social da dita sociedade, o qual passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na caixa social, é de 1 800 000\$, dividido em duas quotas iguais, de 900 000\$, pertencendo uma a cada um dos sócios, Maria da Conceição Gaspar da Costa e Manuel Augusto Cruz Carneiro da Silva.

Está conforme e confere com o original na parte transcrita.

Secretaria Notarial de Vila Nova de Famalicão, 16 de Outubro de 1979. — O Primeiro-Ajudante, *Júlio Pereira Leite Mendes*. 1-0-9788

FRAL — MODAS, CONFECÇÕES E LAVANDARIAS, L.ª

Certifico que a presente é cópia da escritura lavrada de fl. 20 v.º a fl. 22 do livro de notas n.º 25-F do 14.º Cartório Notarial de Lisboa.

No dia 2 de Outubro de 1979, no 14.º Cartório Notarial de Lisboa, perante mim, licenciado Domingos Rodrigues Gomes, notário do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

1.º Maria de Lurdes da Veiga Pinto Correia de Lima Capitão, natural da freguesia da Madalena, desta cidade de Lisboa, e seu marido, Jorge Pereira Capitão, natural da freguesia de S. José, desta mesma cidade de Lisboa, casados sob o regime da comunhão geral de bens e com residência habitual nesta cidade de Lisboa, na Rua de Coelho da Rocha, 117, 3.º, direito;

2.º Maria Fernanda de Sousa Carvalho Aragão Guedes Ramos Sebastião, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, desta cidade de Lisboa, e seu marido, Mário Ramos Sebastião, natural da freguesia de Alvoco da Serra, concelho de Seia, casados sob o regime da comunhão geral de bens e com residência habitual em

Carcavelos, concelho de Cascais, no Largo do Dr. Manuel Rebelo de Andrade, 5, 2.º, esquerdo;

3.º Manuel Baptista Rodrigues, solteiro, maior, natural da freguesia da Ajuda, desta cidade de Lisboa, com residência habitual em Cascais, no Bairro do Rosário, Rua de João Afonso Taveiro, 12, que outorga na qualidade de procurador e em representação de Maria Emília de Pinho Dias Vilas, viúva, natural da freguesia de Santos-o-Velho, desta cidade de Lisboa, e com residência habitual também em Carcavelos, na Rua da Beira, 15.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus bilhetes de identidade, respectivamente n.ºs 4 888 133, emitido em 25 de Outubro de 1977, 1 363 827, emitido em 4 de Dezembro de 1976, 330 625, emitido em 18 de Junho de 1970, 540 622, emitido em 15 de Novembro de 1978, e 135 637, emitido em 20 de Fevereiro de 1979, todos pelo Arquivo de Lisboa, e a qualidade em que outorga o terceiro, e seus poderes para este acto, por uma procuração, que arquivo.

E por eles foi dito:

Que as primeira e segunda outorgantes, mulheres, e a representada do terceiro outorgante são as actuais e únicas sócias da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada com a denominação Fral — Modas, Confeções e Lavandarias, L.ª, com sede na freguesia de Carcavelos, concelho de Cascais, constituída por escritura de 8 de Janeiro de 1969, lavrada de fl. 60 v.º a fl. 63 v.º do livro n.º 28-A de escrituras diversas do 7.º Cartório Notarial de Lisboa, sendo o seu capital social, integralmente reslizado, de 300 000\$ e tendo por objecto o exercício das actividades de lavandaria, modas, confeções, enxovais, novidades e utilidades;

Que, tendo a mencionada sociedade deixado já de exercer as suas actividades desde 31 de Outubro do ano findo, não havendo activo nem passivo a partilhar e tendo as referidas sócias resolvido dissolver a mesma sociedade, pela presente escritura e nas qualidades em que respectivamente outorgam a dissolvem e dão por liquidada;

Que os livros, documentos e demais papéis da escrituração social ficam confiados à primeira outorgante, mulher, que poderá praticar os necessários actos de publicações e registos.

Assim o disseram e outorgaram.

Foi feita aos outorgantes, em voz alta e na sua presença simultânea, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência relativa ao registo comercial obrigatório, que deverá ser requerido no prazo de três meses a contar de hoje.

Maria de Lurdes da Veiga Pinto Correia de Lima Capitão — Jorge Pereira Capitão — Maria Fernanda de Sousa Carvalho Aragão Guedes Ramos Sebastião — Mário Ramos Sebastião — Manuel Pereira Rodrigues. — O Notário, *Domingos Rodrigues Gomes*.

Vai conforme o original.

14.º Cartório Notarial de Lisboa, 10 de Outubro de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Maria de Lurdes de Sousa*. 1-0-9795

J. J. MARTINHO REIS, L.ª

Certifico que, por escritura de 17 do corrente mês de Outubro, lavrada de fl. 98 v.º a fl. 100 do livro de notas para escrituras diversas n.º 148-X do Cartório Notarial de Ponde Lima, foi dissolvida a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada J. J. Martinho Reis, L.ª, que tinha a sua sede no lugar do Monte, freguesia de Friastelas, deste concelho de Ponte de Lima.

Na liquidação e partilha operadas na mesma escritura todo o activo e passivo foi adjudicado ao ex-sócio José Martinho Pereira Reis, casado, residente no lugar do Monte, da dita freguesia de Friastelas.

Está conforme.

Cartório Notarial de Ponte de Lima, 19 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Manuel José Pereira*. 1-0-9789

TINSPO — TINTAS E ARTIGOS DESPORTIVOS, L.ª

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 10 a fl. 12 do livro n.º 100-A de escrituras diversas do 2.º Cartório da Secretaria Notarial da Póvoa de Varzim, Honório Domingos Mestre, casado, residente na Avenida de Vasco da Gama, desta cidade da Póvoa de Varzim, dividiu a sua quota com o valor nominal de 200 000\$, que possuía na sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada Tinspor — Tintas e Artigos Desportivos, L.ª, com sede na Rua da Junqueira, 38, da cidade da Póvoa de Varzim, em duas novas quotas, sendo uma de

160 000\$, que cedeu ao sócio Urbano Teixeira, e outra de 40 000\$, que cedeu a Maria Donatila Ferreira Duque.

Mais certifico que, em virtude das referidas cessões, a fim de se proceder à unificação da primitiva quota do sócio Urbano Teixeira com a quota adquirida nesta escritura e ainda a fim de dar nova orientação à gerência da sociedade foram alterados não só o artigo 3.º do pacto social mas também os n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º

E que essas disposições passaram a ter a seguinte redacção:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$ e é representado por duas quotas, uma com o valor nominal de 360 000\$, pertencente ao sócio Urbano Teixeira, e outra com o valor nominal de 40 000\$, pertencente à sócia Maria Donatila Ferreira Duque.

5.º

1 — A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em reunião da assembleia geral, fica a pertencer ao sócio Urbano Teixeira.

2 — Para obrigar a sociedade e a representar em juízo e fora dele, activa ou passivamente, é necessária a intervenção do sócio gerente Urbano Teixeira ou do seu procurador, ficando desde já autorizado a delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência no outro sócio ou em pessoa estranha à sociedade.

Está conforme o original na parte transcrita e certificada.

Secretaria Notarial da Póvoa de Varzim, 10 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Geraldo de Jesus*. 1-3-3933

CARLOS PEREIRA, L.ª

Certifico que, por escritura de 1 do corrente mês, lavrada no Cartório Notarial de Mira, a cargo do notário licenciado em Direito João Marques de Pinho Terrível, de fl. 67 a fl. 69 do livro de notas para escrituras diversas n.º 96-A, foi declarada a dissolução da sociedade em epígrafe pelo único sócio e gerente da sociedade referida, Carlos Alberto Fernandes Pereira, em virtude de não se ter feito a reconstituição no prazo de seis meses da aludida sociedade e ter sido extinta a pluralidade dos sócios — dissolução prevista na alínea d) do artigo 1007.º do Código Civil —, tendo as respectivas contas sido aprovadas em 19 de Junho último e não sendo a sociedade referida dona de quaisquer bens.

Está em conformidade com o original na parte respeitante.

Cartório Notarial de Mira, 3 de Outubro de 1979. — O Notário, *João Marques de Pinho Terrível*. 1-0-9766

ANTÓNIO CARLOS GOMES & IRMÃO

Certifico que, por escritura de 7 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 1 v.º a fl. 2 v.º do livro de notas n.º 614-A do 8.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado em Direito Eduardo António Correia de Azevedo, foi considerada completamente liquidada a sociedade em nome colectivo António Carlos Gomes & Irmão, com sede em Lisboa, na Rua de S. João da Mata, 41 a 43, freguesia de Santos-o-Velho, dissolvida por escritura de 31 de Maio de 1979, lavrada a fl. 79 do livro de notas n.º 612-A, não havendo lugar a partilha em virtude de a dissolvida sociedade não ter activo nem passivo.

É certidão, sob a forma de extracto, e vai conforme com o original.

8.º Cartório Notarial de Lisboa, 15 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria de Fátima Cordes Arantes*. 1-0-9778

VIÚVA & FILHOS DE ABEL PEREIRA, L.ª

Certifico que, por escritura de 25 de Setembro findo, lavrada no Cartório Notarial da Guarda, a cargo da notária licenciada Lídia dos Santos, e exarada de fl. 65 a fl. 67 do livro de escrituras diversas n.º 35-C, foi elevado o capital da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada com a firma Viúva & Filhos de Abel Pereira, L.ª, e sede nesta cidade, de 80 000\$ para 240 000\$, sendo a importância do aumento, de 160 000\$, subscrita e realizada do seguinte modo: 80 000\$ subscrita em dinheiro por Adelino dos Santos dos Santos, casado, residente nes-

ta cidade, e 80 000\$ subscrita em dinheiro por José Pepe Clara, casado, residente nesta cidade, que assim entraram para a sociedade como novos sócios;

Que, ainda pela mesma escritura e, em parte, em consequência do referido aumento, os actuais sócios substituíram a redacção dos artigos 4.º e 7.º do pacto social da mencionada sociedade, os quais ficaram com a seguinte redacção:

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 240 000\$ e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

Uma de 20 000\$, do sócio Maria Brites Fonseca Sobral Sequeira;

Uma de 60 000\$, do sócio Adelaide da Conceição Pereira Sequeira Pinto Eduardo;

Uma de 80 000\$, do sócio Adelino dos Santos dos Santos, e

Uma de 80 000\$, do sócio José Pepe Clara.

7.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a todos os sócios, que dividirão entre si os respectivos serviços; todavia, a sociedade só se obriga com a intervenção de dois sócios gerentes, podendo os actos de mero expediente ser assinados só por um.

Está conforme.

Cartório Notarial da Guarda, 2 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Augusto Alberto do Nascimento Lopes*. 1-1-3053

PAIS MATIAS, L.ª

Certifico que, por escritura de 2 de Outubro corrente, lavrada de fl. 50 v.º a fl. 51 v.º do livro n.º 77-D das notas do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Santarém, a cargo do notário Francisco Alves Ferreira, Alfredo Pais Matias e mulher, D. Maria do Rosário Dias Farinha Matias, únicos sócios da sociedade comercial Pais Matias, L.ª, com sede na vila, freguesia e concelho de Almeirim, na Rua de Miguel Bonbarda, 21, aumentaram o capital da dita sociedade para 3 000 000\$, sendo o aumento, no montante de 2 900 000\$, subscrito pelos dois sócios em aumento das respectivas quotas e pela forma seguinte: o sócio Alfredo Pais Matias, e a sócia D. Maria do Rosário 580 000\$. Estas importâncias encontram-se já realizadas em dinheiro entrado na caixa social.

Alteraram o artigo 4.º do pacto social, que passou a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de 3 000 000\$, inteiramente realizado em dinheiro e nos diversos valores da escrita, e corresponde à soma de duas quotas, uma de 2 400 000\$, do sócio Alfredo Pais Matias, e outra de 600 000\$, da sócia D. Maria do Rosário Dias Farinha Matias.

Está conforme e certifico que na parte omitida nada há em contrário do que nesta se narra ou transcreve.

Secretaria Notarial de Santarém, 3 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *José Guilherme da Paz Gomes*. 1-1-3034

NUPROCAL — NÚCLEO DE PRODUTORES DE CARNE DO ALENTEJO, L.ª

Certifico que, por escritura lavrada em 28 de Setembro de 1979, de fl. 35 v.º a fl. 37 do livro de notas para escrituras diversas n.º 159-B do Cartório Notarial de Redondo, a cargo do notário António André Dinis Porto, foi admitido Luis Fernando Baraona Mira da Silva como novo sócio da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada Nuprocal — Núcleo de Produtores de Carne do Alentejo, L.ª, com sede na vila, freguesia e concelho de Redondo, e reforçado o capital social com a quantia de 1 000 000\$, montante da quota do novo sócio; e pela mesma escritura foram alterados os artigos 3.º e 4.º do pacto social, que passaram a ter a seguinte redacção:

3.º

O capital social é de 5 000 000\$, dividido em oito quotas, sendo quatro delas no valor de 1 000 000\$ cada uma, subscritas uma por cada um dos sócios José Manuel Baraona

Mira da Silva, José Paulo Baraona da Cruz e Silva, Estêvão Carlos Padilha e Luís Fernando Baraona Mira da Silva, uma no valor de 400 000\$, subscrita pelo sócio José Afonso Freire de Carvalho, e três no valor de 200 000\$ cada uma, subscritas uma por cada um dos sócios José Manuel Tavares Cabral, António Manuel Santos Murteira e Martins da Silva, L.^{da}

4.º

O capital social encontra-se integralmente realizado em dinheiro, com excepção do correspondente à quota do sócio Luís Fernando Baraona Mira da Silva, que foi realizada em dinheiro na fracção de metade do seu valor, devendo a restante metade estar realizada também em dinheiro no prazo de um ano, que termina em 28 de Setembro de 1980.

Está conforme.

Cartório Notarial de Redondo, 22 de Outubro de 1979. — O Notário, *António André Diniz Porto*. 1-0-9837

SEABRAS & FERNANDES, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 9 de Outubro corrente, lavrada a fl. 24 v.º do livro n.º 106-D do 15.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Aurélio Assis Ferreira, Aires Alves Seabra e Arlindo de Sousa Seabra apartaram-se de Seabras & Fernandes, L.^{da}, sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada com sede em Lisboa, na Rua do Mirante, 38 e 40, e autorizaram que a firma social continue sem alteração. Pela mesma escritura, Ataíde Alves Seabra e Isabel Maria Neves Seabra, únicos e actuais sócios daquela sociedade, acordaram em mudar a sede social para a Rua do Conde de Redondo, 56, 4.º, direito, freguesia de Camões, desta cidade, ficando assim alterado parcialmente o artigo 1.º do pacto social, somente na parte em que à situação da sede da sociedade se refere, e acordaram ainda em alterar o artigo 4.º e, bem assim, em alterar também o artigo 7.º dos estatutos, substituindo-os pelos seguintes:

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores que constituem o activo da sociedade, é de 50 000\$ e está representado e dividido por três quotas, pertencendo uma de 25 500\$ ao sócio Ataíde Alves Seabra, uma de 8500\$ à sócia Isabel Maria Neves Seabra e uma de 16 000\$ à própria sociedade.

7.º

A gerência, dispensada de caução, compete aos sócios, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral. Para a sociedade ficar validamente obrigada é indispensável e bastante a assinatura do gerente Ataíde Alves Seabra.

É certidão de narrativa e teor parcial, que vai conforme ao original, nada havendo em contrário ou além dele.

15.º Cartório Notarial de Lisboa, 12 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Augusta da Silva Simões*. 1-0-9838

ILDA MARIA & GEORGINA, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 31 de Agosto de 1979, lavrada de fl. 76 a fl. 77 v.º do livro n.º 65-C das notas do 7.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Olívia da Conceição Nunes Pinto Capelo Ramos, Maria Helena da Costa Lopes e Maria Beatriz de Jesus Lopes, como únicas sócias que ficaram sendo da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada Ilda Maria & Georgina, L.^{da}, com sede em Lisboa, na Travessa da Glória, 30, 1.º, esquerdo, com o capital de 50 000\$, alteraram o artigo 4.º do respectivo pacto social, o qual passou a ter a seguinte redacção:

4.º

A gerência e administração da sociedade e a sua representação ficam a pertencer exclusivamente à sócia Maria Helena da Costa Lopes, que desde já fica nomeada gerente, bastando, consequentemente, a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos.

Está conforme.

7.º Cartório Notarial de Lisboa, 3 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Manuela Rodrigues do Amaral*. 1-0-9783

TRANSPORTES CENTRAL PINHALNOVENSE, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 1 de Outubro em curso, lavrada de fl. 117 v.º a fl. 120 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 355-B do Cartório Notarial da Moita, o sócio Elvino Agostinho da Silva cedeu a quota do valor nominal de 12 500\$ que possuía na sociedade Transportes Central Pinhalnovense, L.^{da}, com sede em Pinhal Novo, concelho de Palmela, a Maria Inácia Gazela das Mercês Ventura e o sócio Manuel Baltasar da Silva cedeu a quota do valor nominal de 37 500\$ que também possuía na referida sociedade a José Neves Figueira Ventura, tendo ambos os cedentes renunciado expressamente à gerência.

Por esta mesma escritura foi alterado o artigo 4.º e seu § único, cuja nova redacção passou a ser a seguinte:

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ único. Para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os seus actos e contratos é bastante a assinatura de qualquer deles.

Está conforme com o original.

Cartório Notarial da Moita, 12 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Manuel Flávio da Silva Flores*. 1-0-9785

SANTOS & JORGE, C.^a, L.^{da}

Certifico que por escritura de hoje, lavrada de fl. 49 a fl. 50 v.º do livro n.º 91-A do Cartório Notarial da Batalha, relativamente à sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada Santos & Jorge, C.^a, L.^{da}, com sede no lugar da Faniqueira, freguesia e concelho da Batalha, operaram-se as seguintes alterações:

a) Francisco Manuel Palma e mulher cederam a quota de 40 000\$ a Maria Júlia Almeida de Oliveira, renunciando ele à gerência;

b) Foi dada ao § único do artigo 5.º do respectivo pacto social a seguinte redacção:

5.º

§ único. A sociedade obriga-se validamente pela assinatura do sócio gerente José Carreira Gomes.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Batalha, 18 de Outubro de 1979. — O Notário, *Ramiro Ferreira das Neves*. 1-0-9790

FABRIREFE — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 2 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 122 a fl. 123 do livro de notas n.º 622-B do Cartório Notarial de Oeiras, foram efectuados os seguintes actos relativamente à sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada denominada Fabrifefe — Actividades Hoteleiras, L.^{da}, com sede em Oeiras, no Bairro do Dr. Augusto de Castro, lote 53, loja B:

a) O sócio José Luís Andrade de Almeida cede a José Manuel de Macedo Velês Carço a quota do valor nominal de 50 000\$, que possui na referida sociedade, renunciando à gerência que nela tem exercido;

b) Os sócios José Manuel de Macedo Velês Carço e Noémia Baptista Borges Velês Carço, como únicos sócios que ficam sendo da sobredita sociedade, dão nova redacção ao corpo do artigo 5.º do respectivo pacto social, que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence exclusivamente ao sócio José Manuel de Macedo Velês Carço, sendo, por isso, necessária e suficiente a sua intervenção para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos e para a representar em juízo e fora dele, activa e passivamente.

Está conforme.

Cartório Notarial de Oeiras, 3 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Alcina de Lurdes Ferreira Gomes Monteiro Coelho*. 1-0-9806

TIBÉRIO & SANTOS, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 26 do corrente mês, lavrada de fl. 23 a fl. 24 do livro n.º 56-F para escrituras diversas do 11.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do licenciado Manuel Gonçalves Amaro, Guilherme de Jesus Tibério e D. Maria Adélia dos Santos Pinheiro Tibério, em virtude das cessões que fizeram das suas quotas, deixaram de fazer parte da sociedade Tibério & Santos, L.^{da}, com sede na Rua de Bento de Jesus Caraça, 11-A, em Moscavide, concelho de Loures, e autorizaram que os seus respectivos apelidos «Tibério» e «Santos» continuassem a figurar na firma social.

Está conforme.

11.º Cartório Notarial de Lisboa, 28 de Setembro de 1979. — O Segundo-Ajudante, *Natalino dos Santos Correia*.

1-0-9700

TRANSPORTES DO RÓDÃO, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 24 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 86 v.º a fl. 88 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 502-D do Cartório Notarial de Loures, Virgílio Afonso Félix e Aida Gomes Afonso Félix cederam respectivamente a António Dinis Duarte e a Alice Gertrudes dos Santos Duarte as suas quotas do valor de 175 000\$ cada uma, que ambos possuíam na sociedade em epígrafe, com sede na Calçada de D. Gastão, 33, 1.º, direito, em Lisboa, tendo os cedentes renunciado à gerência que nela exerciam.

Ainda por esta mesma escritura, os sócios que ficam sendo da dita sociedade, António Dinis Duarte e Alice Gertrudes dos Santos Duarte, alteraram parcialmente o pacto social quanto ao artigo 1.º e corpo do artigo 5.º, que passaram a ter a seguinte redacção:

1.º

A sociedade continua a adoptar a denominação de Transportes do Ródão, L.^{da}, passa a ter a sua sede na Travessa de Santo André, 10-A, em Guerreiros, freguesia e concelho de Loures, durará por tempo indeterminado e conta o seu início desde 18 de Outubro de 1968, data da sua constituição.

5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

Está conforme ao original, nada havendo em contrário ou além do que na presente fica a constar.

Cartório Notarial de Loures, 26 de Setembro de 1979. — A Ajudante, *Maria Teresa Chasso Guerreiro Casaleiro dos Santos*.

1-0-9701

ÁLVARO & SOARES, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 3 de Outubro corrente, exarada a fls. 40 e 40 v.º do livro n.º 651-B do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Viseu, foi dissolvida a sociedade comercial por quotas com a firma Álvaro & Soares, L.^{da}, com sede no lugar de Vil de Moinhos, freguesia de S. Salvador, deste concelho, da qual eram únicos sócios Álvaro Cândido Lopes, casado, residente no mencionado lugar de Vil de Moinhos, e José de Almeida Soares, casado, também residente no dito lugar de Vil de Moinhos;

Que a dita sociedade foi dissolvida por mútuo acordo e nela não havia bens a partilhar em virtude de o activo ter sido absorvido pelo passivo.

Está conforme o original.

Secretaria Notarial de Viseu, 3 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Fernando Emílio Marques*.

1-3-3881

RIBEIRO & CAMPOS, L.^{DA}

Certifico que, por escritura exarada no dia 4 de Outubro corrente, de fl. 40 v.º a fl. 41 v.º do livro n.º 651-C do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Viseu, foi aumentado em 125 000\$ o capital da sociedade comercial por quotas com a firma Ribeiro & Gomes, L.^{da}, com sede em Viseu, na Rua Direita, 146, e tal aumento foi subscrito, encontrando-se já realizado em dinheiro, pelos sócios Henrique Ribeiro, com 62 500\$, e Manuel da Conceição Campos, também com 62 500\$, ambos residentes em Viseu, na Rua de João Mendes, 58, e casados;

Que os sócios unificaram as suas quotas e foram alterados os artigos 1.º, 4.º e 5.º do pacto social, os quais passaram a ter a seguinte redacção:

1.º

A sociedade adopta a firma Ribeiro & Campos, L.^{da}, tem a sua sede na Rua Direita, 146, freguesia de Santa Maria, desta cidade de Viseu.

4.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro e nos diversos valores do activo, conforme escrita da sociedade, é de 200 000\$, dividido em duas quotas iguais de 100 000\$, cada uma pertencente a seu sócio, Henrique Ribeiro e Manuel da Conceição Campos.

5.º

Ambos os sócios são gerentes, mas para a representação da sociedade, judicial e extrajudicialmente, e para que a mesma fique obrigada, é necessária a assinatura de ambos os sócios gerentes, podendo os actos de mero expediente ser assinados por um só. A gerência, dispensada de caução, será remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

Secretaria Notarial de Viseu, 8 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Fernando Emílio Marques*.

1-3-3882

GONÇALVES, MARTINS & ESTEVES, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de hoje, lavrada de fl. 41 v.º a fl. 45, do livro n.º 141-C de escrituras diversas do 2.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado António Lopes Fernandes Costa, os sócios que ficaram sendo da sociedade Gonçalves, Martins & Esteves, L.^{da}, com sede em Lisboa, Salvador Barbeitos Ribeiro, António Júlio Pereira da Cunha, Cesaltino Fernandes de Almeida e Pedro dos Santos Geraldês, admitiram na sociedade um novo sócio, que é Oscar Manuel Robalo, elevaram o capital social, que era de 400 000\$, para 500 000\$ e alteraram parcialmente o respectivo pacto social, substituindo os corpos dos artigos 3.º e 5.º, respectivamente pelos seguintes:

3.º

O capital social é de 500 000\$, acha-se integralmente realizado em dinheiro e nos diversos valores do activo constantes da escrita, e corresponde à soma de cinco quotas de 100 000\$ cada uma, pertencendo uma a cada sócio.

5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme deliberação social, fica a cargo de todos os sócios, que entre si distribuirão os respectivos serviços, sendo necessárias, para obrigar validamente a sociedade, as assinaturas de três gerentes em conjunto.

Vai conforme.

2.º Cartório Notarial de Lisboa, 21 de Setembro de 1979. — O Ajudante, *João da Silva*.

1-0-9682

FAPRACOMI — FÁBRICA PARA A CONSTRUÇÃO DE MOBILIÁRIO, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 28 de Setembro findo, lavrada de fl. 3 v.º a fl. 5 v.º, do livro de escrituras diversas n.º 71-A, do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Cascais, foi pelos únicos sócios da sociedade em epígrafe, Carlos Alberto Alves da Silva e Maria da Conceição Alves, alterado o artigo 1.º, o corpo do artigo 4.º, o corpo do artigo 5.º e o seu § 2.º do pacto social, os quais passaram a ter a seguinte redacção:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Fapracomi — Fábrica para a Construção de Mobiliário, L.^{da}, com sede e estabelecimento no sítio dos Cortiços, no lugar da Torre, freguesia e concelho de Cascais, e durará por tempo indeterminado, a contar da data da sua constituição.

4.º

O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, é de 500 000\$, e corresponde à soma de duas quotas iguais, de 250 000\$, uma de cada sócio.

(O § único mantém-se.)

5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado, pertence a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, bastando a assinatura de qualquer deles para obrigar a sociedade.

§ 2.º Os gerentes poderão delegar, total ou parcialmente, os seus poderes em pessoa da sua confiança, mediante procuração.

(Mantêm-se os restantes parágrafos deste artigo.)

É certidão parcial que fiz extrair e vai conforme à parte transcrita, e declaro que nada há em contrário ou além do que nela se narra e transcreve.

Secretaria Notarial de Cascais, 3 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Luisa Dionísia Costa de Campos Alves Pires*. 1-0-9686

DOMINGUEZ & HENRIQUE PENAS, L.ª

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 27 do mês de Setembro findo, lavrada de fl. 3 a fl. 4 v.º do livro de notas respectivo n.º 25-C do Cartório Notarial de Albufeira, a cargo do notário licenciado Adolfo Armando Jorge Batalha, foi dissolvida a sociedade por quotas de responsabilidade limitada com a firma Dominguez & Henrique Penas, L.ª, com sede no Vale de Santa Maria, da freguesia e concelho de Albufeira.

Vai conforme ao original.

Cartório Notarial de Albufeira, 2 de Outubro de 1979. — O Notário, *Adolfo Armando Jorge Batalha*. 4-0-2560

FÁBRICA DE CONFECÇÕES ÁGUIA, L.ª

Certifico que, por escritura de 4 de Outubro de 1979, lavrada de fl. 70 v.º a fl. 72 v.º do livro de notas n.º 23-H do 19.º Cartório Notarial de Lisboa, Mahomed Hussien e Dilcha Abib, únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada denominada Fábrica de Confeções Águia, L.ª, com sede em Lisboa, alteraram parcialmente o pacto da dita sociedade, substituindo a redacção do artigo 3.º e do corpo do artigo 5.º, que ficou a ser a seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado nos bens e valores constantes da escritura social, é de 300 000\$ e corresponde à soma das duas seguintes quotas: uma do valor nominal de 250 000\$, pertencente ao sócio Mahomed Hussien, e outra do valor nominal de 50 000\$, pertencente à sócia Dilcha Abib.

5.º

A gerência, dispensada de caução, será exercida por ambos os sócios, Mahomed Hussien e Dilcha Abib, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, sendo necessária e suficiente a assinatura de um gerente para obrigar a sociedade.

19.º Cartório Notarial de Lisboa, 11 de Outubro de 1979. — O Ajudante, *Rui Jorge Pires Carrondo*. 4-0-2566

NUNES & HORTA, L.ª

Faz-se público que, por escritura de 12 de Abril último, exarada de fl. 19 a fl. 21 v.º do livro n.º 74-H das notas do 16.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Fernando Lopes Correia Semedo, Ana Maria Pina Nunes dos Santos Horta cedeu a Vera de Jesus Guerra Matos a quota do valor nominal de 100 000\$ que possuía na sociedade epigrafada e José Mário Barbosa Horta cedeu a Maria José dos Santos Neves a quota do valor nominal que possuía na sobredita sociedade;

Que os cedentes renunciaram à gerência e autorizaram que os seus apelidos continuassem a figurar na firma social;

Que pela mesma escritura foram alterados o artigo 7.º e seus §§ 1.º e 2.º, que passaram a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 7.º

A gerência, dispensada de caução, será exercida por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para obrigar validamente a sociedade serão sempre necessárias as assinaturas de dois gerentes.

§ 2.º Os sócios poderão delegar os seus poderes de gerência ainda que em estranhos à sociedade e a sociedade poderá constituir mandatários mediante as respectivas procurações.

Está conforme.

16.º Cartório Notarial de Lisboa, 22 de Junho de 1979. — O Terceiro-Ajudante, *Lidia Gonçalves Pereira*. 1-0-9627

SILVA & MIGUEL, L.ª

Certifico que, por escritura de 18 de Julho de 1979, lavrada de fl. 65 a fl. 67 do livro de notas para escrituras diversas n.º 283-A do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Almada, a cargo do notário licenciado José Manuel Cabral de Matos Oliveira, rectificada por escritura de 26 de Setembro de 1979, lavrada de fl. 82 v.º a fl. 83 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 40-A do 2.º Cartório da mesma Secretaria, a cargo da notária licenciada Maria Luisa Vieira Elvas da Silva Borges Soeiro, foi dissolvida a sociedade com a denominação em epígrafe, de comum acordo entre os sócios, a partir de 10 de Janeiro corrente, data do fecho das respectivas contas. A sociedade não tem passivo, tendo-se procedido à liquidação e partilha do seu activo, constituído por um estabelecimento de leitaria, ao qual foi atribuído o valor de 150 000\$, instalado na cave-E, fracção autónoma-B, com acesso pelo n.º 25-A, que faz parte do prédio urbano sito na Rua Vinte, 25 a 25-B, no Feijó, freguesia da Cova da Piedade, concelho de Almada, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 4865, o qual foi adjudicado aos dois únicos sócios, João António de Moraes Antas e Maria da Conceição Carvalho Miguel Antas, em partes iguais, pelo que cada um recebeu bens no valor de 75 000\$, que preencheram as respectivas quotas.

É certidão que fiz extrair e está conforme. Declaro que na parte omitida nada há em contrário ou além do que se narra e transcreve.

Secretaria Notarial de Almada, 28 de Setembro de 1979. — A Ajudante, *Maria Teresa dos Santos Bernardo*. 1-0-9628

SAREN — CANDEEIRO, LUSTRES DE VENTURA & SILVA, L.ª

Certifico que, por escritura de ontem, lavrada no Cartório Notarial de Penalva do Castelo e exarada de fl. 47 v.º a fl. 49 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 33-A, foram alterados os artigos 3.º e 4.º do pacto social que rege a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada Saren — Candeeiros, Lustres de Ventura & Silva, L.ª, com sede em Mangualde, aos quais foi dada a seguinte nova redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, é de 500 000\$ e representado pelas seguintes quotas: uma do valor de 250 000\$, pertencente ao sócio António José Domingos de Almeida; uma do valor de 150 000\$, pertencente à sócia Maria Helena Martins Dias de Almeida; uma de 25 000\$, pertencente ao sócio Ventura Santos Domingos; uma do valor de 25 000\$, pertencente ao sócio César Vaz de Almeida Barros; uma de 25 000\$, pertencente ao sócio Fernando Manuel da Costa, e outra de 25 000\$, pertencente ao sócio Manuel Queiriga do Coito.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica exclusivamente a cargo dos sócios António José Domingos de Almeida e Maria Helena Martins Dias de Almeida, sendo necessária e suficiente a assinatura de qualquer destes para obrigar a sociedade, podendo os mesmos delegar os seus poderes de gerência, no todo ou em parte, em quem entenderem, por meio de procuração.

Está conforme.

Cartório Notarial de Penalva do Castelo, 27 de Setembro de 1979. — O Ajudante, *João Evangelista Albuquerque Antunes*. 1-0-9653

SOCIEDADE DE PESCA LELÉ, L.ª

Certifico que, por escritura de 13 de Agosto de 1979, lavrada de fl. 17 a fl. 19 do respectivo livro n.º 122-B do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Setúbal, a cargo da notária licenciada Maria Helena Alves Montalvão da Cunha, Francisco Maria Rebelo

cedeu a João Américo Kaisele Gonçalves a quota social do valor nominal de 100 000\$ que possuía no capital da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada Sociedade de Pesca Lele, L.^{da}, constituída por escritura de 27 de Outubro de 1972, lavrada a fl. 95 do respectivo livro n.º 5-D do 1.º Cartório desta Secretaria Notarial, tendo o cedente renunciado à gerência da aludida sociedade;

Que, pela mesma escritura, foram alterados os artigos 1.º e 5.º, que passam a ter a seguinte redacção:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Sociedade de Pesca Lele, L.^{da}, vai ter a sua sede e estabelecimento principal em Setúbal, na Rua de S. Jorge, 11, 1.º, freguesia de Nossa Senhora de Anunciada, e durará por tempo indeterminado.

5.º

Ambos os sócios são gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral. Para obrigar a Sociedade em todos os seus actos e contratos, activa e passivamente, é necessária a assinatura dos dois sócios.

É certidão que fiz extrair e vai conforme.

Secretaria Notarial de Setúbal, 16 de Agosto de 1979. — A Ajudante, *Maria de Jesus Martins Lopes Claro*. 1-0-9664

ATLAS — AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 8 de Outubro do ano corrente, exarada de fl. 94 v.º a fl. 96 do livro de notas para escrituras diversas n.º 1719-C do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Braga, a cargo do notário licenciado Arnaldo António Caldas Pereira, foram alterados os artigos 3.º e 7.º e substituído o § único do artigo 4.º por dois novos parágrafos da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada Atlas — Agência de Viagens e Turismo, L.^{da}, com sede no Campo da Feira, freguesia e concelho de Vila Verde, os quais passaram a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, já entrado na caixa social, é de 2 000 000\$, dividido em três quotas: uma de 1 990 000\$, pertencente ao sócio António da Cunha Rodrigues Guimarães; uma de 5000\$, pertencente à sócia Elsa Maria Fortunato Viegas, e outra de 5000\$, pertencente ao sócio José da Cunha Rodrigues Guimarães.

ARTIGO 4.º

§ 1.º Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária e suficiente a assinatura do sócio gerente António da Cunha Rodrigues Guimarães, ficando desde já este sócio gerente autorizado a delegar os poderes de gerência em quem entender, por meio de procuração.

§ 2.º Consideram-se incluídos nos poderes de gerência a locação ou arrendamento de quaisquer prédios ou lojas e a aquisição ou alienação de estabelecimentos comerciais.

ARTIGO 7.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios, podendo o sócio António da Cunha Rodrigues ceder também livremente a sua quota a pessoas estranhas à sociedade. A cessão a estranhos por parte dos restantes sócios carece do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, direito este que caberá aos sócios não cedentes, individualmente, se a sociedade dele não quiser usar.

Está conforme o original.

Secretaria Notarial de Braga, 12 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Araldina Araújo Braga Tinoco*. 1-3-3891

GUP — ALMADA, EDITORA, L.^{da}

Certifico que, por escritura de 3 de Agosto de 1979, lavrada de fl. 81 a fl. 85 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 283-A do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Almada, a cargo do notário licenciado José Manuel Cabral de Matos Oliveira, Álvaro Fernandes Aleixo Peres do Carmo Vaz e mulher, Maria Cristina Cabral Pessoa de Salinas Calado do Carmo Vaz, cederam a quota de 150 000\$ que ele, varão, possuía no capital da

sociedade em epígrafe, com sede na Rua de Bernardo Francisco da Costa, 68, 1.º, direito, freguesia e concelho de Almada, a Belarmina Maria Sousa Vieira Cortês dos Santos; António César Dias e mulher, Arminda Contente Pinto, cederam a Fernando António Soeiro Marques Franco a quota de 100 000\$ que ele, varão, possuía no capital da mesma sociedade, e Fernando Samora Baptista dividiu a sua quota de 100 000\$ em duas novas quotas, uma de 25 000\$, que cedeu à referida Belarmina Maria Sousa Vieira Cortês dos Santos, e outra de 75 000\$, que cedeu ao referido Fernando António Soeiro Marques Franco;

Que, pela mesma escritura, os cedentes renunciaram à respectiva gerência da dita sociedade, a cessionária, referida Belarmina Maria Sousa Vieira Cortês dos Santos, unificou as suas duas quotas adquiridas, uma do valor de 150 000\$ e outra do valor de 25 000\$, numa única de 175 000\$ e o cessionário, referido Fernando António Soeiro Marques Franco, unificou também as suas duas quotas adquiridas, uma de 100 000\$ e outra de 75 000\$, numa única de 175 000\$, e, como únicos sócios que ficaram sendo da dita sociedade, deliberaram nomear-se gerentes da mesma e alterar os artigos 1.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º, que passaram a ter as seguintes redacções:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Gup — Almada, Editora, L.^{da}, e tem a sua sede provisória na Praceta de D. José de Mascarenhas, loja 4, esquerdo, freguesia e concelho de Almada, podendo estabelecer qualquer espécie de representação fora de Almada, onde e quando for julgado mais conveniente aos negócios sociais.

5.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, sendo necessária a assinatura dos dois, em conjunto, para a sociedade ficar validamente obrigada.

§ 1.º Os gerentes dividirão entre si os respectivos cargos de gerência.

§ 2.º É expressamente vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos ou documentos estranhos aos seus negócios, respondendo pessoalmente o contraventor pelas obrigações assumidas e pelos prejuízos que venha a causar.

6.º

A sociedade poderá constituir mandatários nos termos e para os efeitos do artigo 256.º do Código Comercial e para quaisquer outros fins.

7.º

Nenhum sócio poderá exercer, por si ou por interposta pessoa ou associado a outrem, directa ou indirectamente, qualquer ramo de comércio ou indústria igual ou semelhante aos que a sociedade explore, sem o prévio consentimento desta.

8.º

Entre sócios é livremente permitida a cessão de quotas; porém, na cessão a estranhos, quer de qualquer quota, quer de parte dela, a sociedade em primeiro lugar e os sócios, na proporção das suas quotas, em segundo, terão o direito de preferência pelo valor atribuído no último balanço aprovado ou, na falta de tal atribuição, pelo valor nominal respectivo.

9.º

A sociedade pode amortizar quotas nos seguintes casos:

a) Quando qualquer quota for arrestada, penhorada ou por qualquer forma possa vir a ficar sujeita a arrematação judicial;

b) Quando qualquer sócio se conduza na sociedade ou para com ela por forma a poder causar-lhe prejuízos;

c) No caso de qualquer sócio abandonar a gerência da sociedade.

§ único. O preço da amortização será o valor atribuído no último balanço, acrescido da parte que à quota amortizada couber nos fundos de reserva constituídos, preço que será pago dentro de cento e oitenta dias, salvo o direito de antecipação, a contar da data da realização da assembleia em que se delibera a amortização.

10.º

A sociedade não se extinguirá pela vontade nem pela morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando nestes casos com os herdeiros ou representantes, tendo aqueles de nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa, salvo se por acordo entre a sociedade e os ditos herdeiros combinarem a amortização da quota.

§ 1.º A amortização será feita pelo valor nominal, acrescido do valor que constar do último balanço aprovado, da correspondente parte do fundo de reserva e do saldo de suprimientos, se os houver.

§ 2.º O pagamento da quota e do mais que venha a apurar-se a favor do sócio falecido ou interdito será feito, salvo o direito de antecipação, em doze prestações iguais, mensais e sucessivas, após a realização da assembleia em que tal se deliberar.

11.º

As assembleias gerais, quando a lei não exigir outras formalidades, serão convocadas por carta registada, dirigida aos sócios com a antecedência de quinze dias, pelo menos.

É certidão que fiz extrair e está conforme, e declaro que na parte omitida nada há em contrário ou além do que se narra e transcreve.

Secretaria Notarial de Almada, 1.º Cartório, 13 de Agosto de 1979. — O Notário, *José Manuel Cabral de Matos Oliveira*.

4-0-2559

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA

Certifico que, por escritura de 27 de Julho de 1979, lavrada de fl. 48 v.º a fl. 61 v.º do livro n.º 54-F de notas do 8.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado em Direito Eduardo António Correia de Azevedo, foram substituídos os estatutos da Associação Industrial Portuguesa (associação de classe), com sede em Lisboa, na Praça das Indústrias, os quais passaram a ter, entre outras, as seguintes disposições:

A Associação Industrial Portuguesa, inicialmente fundada sob a denominação de Associação Promotora da Indústria Fabril tem por fim promover o desenvolvimento da indústria portuguesa e, em especial, dos seus associados, no domínio económico, técnico, comercial e cultural.

São objectivos da Associação, designadamente:

- 1.º Estudar os problemas que interessam ao desenvolvimento industrial português;
- 2.º Estudar e defender interesses comuns ou de sector dos seus associados;
- 3.º Intensificar a colaboração entre as empresas e associações filiadas e outras cuja actividade interesse ao desenvolvimento industrial;
- 4.º Contribuir para a divulgação da indústria nacional, desenvolvendo a colocação dos seus produtos nos mercados nacionais e internacionais e estimulando o comércio externo adequado ao saudável desenvolvimento da economia;
- 5.º Desenvolver uma acção continuada, destinada a incrementar o progresso técnico, económico e cultural do País e a protecção ao meio ambiente;
- 6.º Desenvolver relações com entidades nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, que se revelem com interesse para a realização dos objectivos da Associação;
- 7.º Colaborar atentamente com a Administração Pública em todos os casos em que a sua colaboração for solicitada;
- 8.º Contribuir para o bom entendimento e solidariedade entre os seus associados;
- 9.º Contribuir para a promoção e estruturação dos diversos sectores a que pertencem os seus associados, em conformidade com os interesses dos associados e da economia nacional;
- 10.º Facilitar aos associados a utilização dos serviços e instalações da Associação, para fins relacionados com os respectivos objectivos sociais;
- 11.º Cuidar zelosamente da sua representação em todos os organismos oficiais que por lei ou convite dos poderes públicos lhe seja atribuída.

Na possecução dos seus fins deverá a Associação:

- 1.º Promover feiras, certames, salões, conferências, colóquios e quaisquer manifestações que contribuam para a realização dos objectivos da Associação;
- 2.º Organizar e desenvolver um centro de documentação e uma biblioteca que correspondam às necessidades dos associados e da realização dos objectivos da Associação;
- 3.º Publicar um boletim ou revista denominada «Indústria Portuguesa»;
- 4.º Estruturar serviços executivos e serviços de apoio com capacidade de assessoria e de dinamização de assuntos de natureza económica, tecnológica, jurídica e de formação;
- 5.º Federar-se em associações, federações, uniões, confederações e organismos congêneres, nacionais e estrangeiros, de

acordo com as necessidades de realização dos objectivos da Associação.

A Associação tem sede em Lisboa e poderá estabelecer delegações em qualquer ponto do território nacional por simples deliberação da direcção.

A Associação tem três categorias de sócios:

- 1.º Efectivos;
- 2.º Auxiliares;
- 3.º Honorários.

Podem ser sócios efectivos as pessoas singulares ou colectivas que exerçam ou representem no território nacional qualquer actividade de natureza industrial ou conexas, bem como a título individual as entidades que façam parte dos corpos gerentes das referidas pessoas colectivas.

Podem ser sócios auxiliares todas as demais pessoas singulares ou colectivas que, não estando especificamente incluídas na primeira categoria, tenham interesses ligados à indústria ou devam por esta ser solicitadas como elementos de cooperação.

Podem ser sócios honorários todas as pessoas que tenham prestado relevantes serviços à indústria ou à Associação, bem como as pessoas que, em nome individual ou em representação de uma pessoa colectiva, tenham exercido o cargo de presidente da direcção por tempo não inferior a seis anos.

Aos sócios honorários que tenham sido presidentes ou membros da direcção podem ainda ser atribuídos pela assembleia geral, mediante proposta da direcção, os títulos de presidente honorário e director honorário.

A admissão de sócios efectivos e auxiliares é da competência da direcção da Associação e obedecerá às seguintes formalidades:

- 1.º O interessado apresentará por escrito a sua pretensão;
 - 2.º A direcção tomará conhecimento da proposta na sua primeira reunião e patenteá-la-á aos sócios que, durante oito dias, dela quiserem tomar conhecimento, a fim de que qualquer associado possa apresentar as observações que julgar convenientes acerca da admissão;
 - 3.º Passado este prazo, a direcção deverá votar a proposta na sua primeira reunião;
 - 4.º Aprovada a proposta, será tal facto comunicado por escrito ao candidato.
- O sócio que desejar sair da Associação deverá comunicar a sua decisão com, pelo menos, noventa dias de antecedência.

São motivo de exclusão da qualidade de sócios:

- 1.º A prática de actos em detrimento da indústria nacional ou da Associação, ou que possa desonrar ou prejudicar o sector profissional a que pertençam;
- 2.º A violação intencional dos estatutos e regulamentos da Associação e o não cumprimento das obrigações sociais que eles impõem;
- 3.º A cessação de actividades ou declaração do estado de falência ou insolvência;
- 4.º O não pagamento de quotas por mais de três meses consecutivos, quando não as satisfaçam até oito dias depois de receberem aviso da direcção, ficando no entanto sem efeito esta pena caso o sócio pague imediatamente as quotas atrasadas.

Compete à assembleia geral deliberar sobre a exclusão de sócio, sob proposta da direcção, acompanhada de defesa do arguido, que será oferecida dentro do prazo de trinta dias, depois de convidado a produzi-la; mas se o acto for praticado em assembleia geral, esta deverá pronunciar-se noutra reunião, para a qual o arguido será convocado a fim de deduzir, querendo, a sua defesa.

Deliberada a exclusão, só a assembleia geral poderá readmitir o sócio excluído.

Nos restantes casos, a direcção poderá readmitir o sócio excluído.

Nos restantes casos, a direcção poderá readmitir o sócio excluído logo que tenham desaparecido os motivos que determinaram a exclusão.

O sócio excluído não retém quaisquer direitos sobre o património social e é obrigado ao pagamento da sua quotização respeitante ao ano em curso à data da exclusão.

É certidão de narrativa sob a forma de extracto e vai conforme com o original, do qual não consta a duração da Associação.

8.º Cartório Notarial de Lisboa, 20 de Agosto de 1979. — O Primeiro-Ajudante, *Noémia da Conceição Alcobia de Oliveira*.

1-1-3035

**J. F. DE AZEVEDO E SILVA,
COMÉRCIO E INDÚSTRIA, S. A. R. L.**

Travessa da Fábrica dos Pentes, 8 - Lisboa

Exercício de 1978

Relatório da administração

O ano de 1978, conforme prevíamos, foi para o País um ano de acalmia das relações entre as diversas forças interferindo no mundo do trabalho e da produção. Os Portugueses, mais alerta, deixaram de correr a foguetes. E assim foi possível, na empresa, um espírito de unidade e cooperação que era desconhecido desde o triste ano de 1975.

Ao espírito recuperado correspondeu um bem-estar e uma satisfação no trabalho que tiveram evidentes reflexos na produtividade e nos resultados. Estes, pela primeira vez desde 1974, apresentaram-se positivos.

A melhoria da estabilidade interna tornou possíveis medidas de que resultaram, em particular:

- A regularização das relações com fornecedores, tanto nacionais como estrangeiros, que começaram a conceder-nos crédito;
- A estabilização da produção, que aumentou de forma muito satisfatória;
- A reconstituição dos *stocks*, que voltaram aos níveis anteriores a 1975;
- A reconquista dos mercados e da confiança dos nossos clientes, que nos viram reaparecer com confessada e lisonjeira alegria.

Para melhor ilustrar as nossas afirmações talvez seja interessante realçar que:

- A produção industrial *per capita* passou de 360 contos em 1977 para 650 contos em 1978, o que, se considerarmos que a inflação rondou os 30%, corresponde a um aumento de 80% a preços correntes e de aproximadamente 40% a preços constantes;
- A facturação *per capita* passou de 212 contos em 1977 para 368 contos em 1978, ou seja, aumentou de 75% e de cerca de 30%, respectivamente a preços correntes e a preços constantes.

Relativamente aos números do balanço verifica-se que:

- O activo passou de 101 para 153 mil contos, ou seja, aumentou de 33% a preços correntes e cerca de 3% a preços constantes;
- O passivo passou de 178 para 208 mil contos, o que corresponde a um aumento de 17% a preços correntes e a uma redução de cerca de 10% a preços constantes.

Analisando ainda a evolução do activo verifica-se que, de 1977 para 1978:

- O activo fixo passou de 26 000 para 26 600 contos;
- O activo circulante passou de 75 400 para 108 700 contos, ou seja, o aumento verificou-se apenas no activo circulante.

O contrato de viabilização que entretanto fora proposto foi recusado, em virtude de o prazo constante da proposta exceder os sete anos previstos na lei. Tal se ficou devendo à excessiva prudência com que avaliámos as possibilidades da empresa. Os resultados do exercício de 1978, ultrapassando largamente as nossas previsões, levaram a que fosse aceite a apresentação de nova proposta, reformulada em termos mais aproximados da realidade.

Efectivamente, na proposta inicial admitia-se que o exercício de 1978 levaria ainda a um prejuízo de cerca de 12 000 contos, e isto considerando juros bonificados em cerca de 8000 contos. A realidade apresentou-se, porém, bem diferente. O resultado do exercício, embora modesto, apresenta um lucro de cerca de 2000 contos, o que é bom, se tivermos em mente que os encargos financeiros se aproximaram dos 18 000 contos. Se tivesse havido bonificação de juros, o lucro apresentado teria sido de cerca de 10 000 contos.

Destes números se deduz o potencial da empresa e os resultados das medidas tomadas — a que todo o pessoal aderiu abertamente — levam-nos a encarar o futuro com moderado optimismo e a admitir que o lucro de 1979 será idêntico ao de 1978. Entrar-se-á assim num ano de consolidação, que permitirá bases seguras para o arranque da necessária fase de expansão.

Satisfaz-nos, pois, apresentar um panorama em que se vê claramente que, se nenhuma força exterior à empresa a destruir, as três centenas de trabalhadores que, em média, estão ao serviço dela terão os seus postos de trabalho assegurados e, dentro em breve, será possível remunerá-los em condições mais favoráveis que os níveis mínimos exigidos pelos contratos colectivos. Voltaremos, assim, àquilo que foi usual na empresa, da sua fundação ao início das convulsões político-sociais que sacudiram o País.

Encorajamos, pois, todos os que conosco trabalham a persistir, certos que estamos que só serão vencidos os que deixarem cair os braços ou que lutarem por soluções *contra natura*.

Somos levados ainda a reconhecer, agradecidamente, a ajuda que nos foi dada:

- Pelos últimos Governos, nomeadamente pelos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas e Habitação;
- Pelas caixas de previdência da indústria e do comércio;
- Pela banca nacionalizada e, muito em particular, pela União de Bancos Portugueses;
- Pelos nossos fornecedores e pelos nossos clientes, que tanto nos têm estimulado;
- Pelos quadros da empresa, que cumpriram corajosa e dedicadamente;
- Pelos trabalhadores, que em nós confiaram;
- Por aqueles que nos atacaram e que temperaram a nossa vontade de resistir.

Para os membros do conselho fiscal e para aqueles amigos que, desinteressadamente, nos trouxeram o seu judicioso conselho — cujo valor, nestes tempos difíceis, é incalculável — fica aqui expresso o nosso profundo reconhecimento.

Quanto ao resultado do exercício, propõe-se, evidentemente, que transite em conta para o ano imediato.

Pelo Conselho de Administração, José Francisco de Carvalho Azevedo e Silva.

Balanço analítico

ACTIVO

Código das contas		Activo bruto	Provisões, amortizações e reintegrações	Activo líquido
Disponibilidades:				
11	Caixa	508 196\$00		508 196\$00
12	Depósitos à ordem	1 686 398\$77		1 686 398\$77
		<u>2 194 594\$77</u>		<u>2 194 594\$77</u>
Créditos a curto prazo:				
15	Depósitos cativos	105 500\$00	-\$	105 500\$00
211 + 216	Clientes, c/ gerais	41 704 857\$40	1 819 526\$80	39 885 330\$60
213	Clientes, c/ letras	4 704 088\$80	-\$	4 704 088\$80
229	Adiantamentos a fornecedores	832 102\$00	-\$	832 102\$00
233	Empréstimos, c/ adiantamento a pessoal	263 153\$80	-\$	263 153\$80
257	Accionistas, c/c	163 112\$40	-\$	163 112\$40
		<u>47 772 814\$40</u>	<u>1 819 526\$80</u>	<u>45 953 287\$60</u>

Código das contas		Activo bruto	Provisões, amortizações e reintegrações	Activo líquido
Existências:				
32	Mercadorias	49 645 915\$19		49 645 915\$19
33	Produtos acabados e semiacabados	1 878 600\$38		1 878 600\$38
35	Produtos e trabalhos em curso	10 948 375\$20		10 948 375\$20
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	12 767 954\$13		12 767 954\$13
		<u>75 240 844\$90</u>		<u>75 240 844\$90</u>
Imobilizações financeiras:				
412	Participações de capital	100 000\$00		100 000\$00
419	Outras imobilizações financeiras	309 280\$00		309 280\$00
		<u>409 280\$00</u>		<u>409 280\$00</u>
Imobilizações corpóreas:				
422	Edifícios	10 000 000\$00	1 800 000\$00	8 200 000\$00
423	Equipamento básico, maquinaria	11 109 998\$80	9 638 911\$87	1 471 086\$93
425	Material carga e transporte	2 969 569\$20	2 464 082\$90	505 486\$30
426	Equipamento administrativo	1 994 665\$20	1 446 989\$37	547 675\$83
		<u>26 074 233\$20</u>	<u>15 349 984\$14</u>	<u>10 724 249\$06</u>
Imobilizações incorpóreas:				
431	Traspases	10 000\$00	-\$-	10 000\$00
432	Produtos industriais, outros direitos	21 625\$40	10 110\$00	11 515\$40
433	Gastos de instalação	137 095\$00	137 095\$00	-\$-
		<u>168 720\$40</u>	<u>147 205\$00</u>	<u>21 515\$40</u>
	Total das provisões		<u>1 819 526\$80</u>	
	Total das amortizações		<u>15 497 189\$14</u>	
	Total do activo	<u>151 860 487\$67</u>	<u>17 316 715\$94</u>	<u>134 543 771\$73</u>

PASSIVO

Código das contas		Passivo e situação líquida
Débitos a curto prazo:		
219	Adiantamentos de clientes	5 591 019\$80
221	Fornecedores, c/ gerais	5 577 157\$53
223	Fornecedores, c/ letras	7 957 662\$60
226	Fornecedores, c/ facturas em conferência	582 864\$00
235	Empréstimos bancários	65 703 087\$10
236	Empréstimos de accionistas	4 168 152\$10
239	Outros empréstimos obtidos	9 826 534\$50
24	Sector público estatal	69 262 467\$09
263/9	Outros credores, c/ gerais	46 037 152\$80
27	Receitas antecipadas	8 263 842\$70
	Total do passivo	<u>222 969 940\$22</u>
Situação líquida		
Capital e prestações suplementares:		
52	Capital social	<u>10 000 000\$00</u>
Reservas:		
556	Reserva legal	400 000\$00
58	Reservas livres	4 800 000\$00
		<u>5 200 000\$00</u>
Resultados transitados:		
591	Exercício de 1975	(9 722 182\$20)
592	Exercício de 1976	(65 218 429\$68)
593	Exercício de 1977	(30 699 085\$66)
		<u>(105 646 697\$54)</u>
Resultados líquidos:		
88	Resultados correntes do exercício	(1 667 620\$41)
	Resultados extraordinários	2 820 674\$76
	Resultados anteriores	867 474\$70
	Resultado líquido	<u>2 020 529\$05</u>
	Total da situação líquida	<u>(88 426 168\$49)</u>
	Total do passivo e da situação líquida	<u>134 543 771\$73</u>

Demonstração de resultados

Código da conta				
	Existências iniciais:			
32	Mercadorias		31 374 535	\$22
36	Matérias-primas		10 935 860	\$55
			42 310 395	\$77
	Compras:			
611	Mercadorias		33 878 781	\$73
612	Matérias-primas		16 030 883	\$00
			49 909 664	\$73
	Existências finais:			
32	Mercadorias		49 645 915	\$19
36	Matérias-primas		12 767 954	\$13
			62 413 869	\$32
	Custo das existências vendidas e consumidas:			
611	Mercadorias	15 607 401	\$76	
612	Matérias-primas	14 198 789	\$42	29 806 191 \$18
62	Subcontratos	1 357 435	\$00	
63	Fornecimentos e serviços de terceiros	12 030 528	\$50	
641	Impostos — Indirectos	4 550 994	\$80	17 938 958 \$30
65	Despesas com o pessoal	43 978 157	\$00	47 745 149 \$48
66	Despesas financeiras	17 727 220	\$99	
67	Outras despesas	679 746	\$70	62 385 124 \$69
68	Amortizações	1 509 077	\$55	
69	Provisões	1 162 363	\$00	2 671 440 \$55
				65 056 565 \$24
	(A)			112 801 714 \$72
88	Resultados líquidos			2 020 529 \$05
				114 822 243 \$77

Código da conta	1	Dedução em vendas	3
71	Vendas de mercadorias e produtos:		
711	Mercadorias	70 875 728 \$90	2 607 356 \$80
712	Produtos acabados e semiacabados	331 143 \$00	- \$-
		71 206 871 \$90	2 607 356 \$80
72	Prestação de serviços	26 685 824 \$10	26 685 824 \$10
73	Trabalhos para a empresa		95 285 339 \$20
	Existências finais:		688 586 \$00
33	Produtos acabados e semiacabados	1 878 600 \$38	
35	Produtos trabalho em curso	10 948 375 \$20	12 826 975 \$58
	Regular existências:		
383	Produtos acabados e semiacabados	43 976 \$80	43 976 \$80
	Existências iniciais:		
33	Produtos acabados e semiacabados	357 941 \$67	
35	Produtos trabalhos em curso	- \$-	(—) 357 941 \$67
	Aumento ou redução de prod.:		
	Produtos acabados e semiacabados	(+) 1 520 658 \$71	
	Regu. existências	(+) 43 976 \$80	
	Produtos trabalho em curso	(+) 10 948 375 \$20	(+) 12 513 010 \$71
			(+) 12 513 010 \$71
			108 486 935 \$91
76	Receitas financeiras correntes	764 449 \$90	
77	Receitas aplicações financeiras	1 011 695 \$70	
78	Outras receitas	871 012 \$80	2 647 158 \$40
	(B)		111 134 094 \$31
82	Ganhos extraordinários	2 820 674 \$76	
83	Resultados exercício anterior	867 474 \$70	3 688 149 \$46
			114 822 243 \$77

**Anexo ao balanço e à demonstração de resultados
do exercício de 1978**

1 — Nada a referir.
2 — Nada a referir.
3 — Nada a referir.
4 — Valores globais das compras e das vendas feitas directamente ao estrangeiro:

Compras 15 406 889\$00
Vendas -\$.

5 — Nada a referir.
6 — Nada a referir.
7 — Nada a referir.
8 — Critérios valorimétricos das existências adoptados:

Mercadorias: custo médio ponderado com base no preço de compra.
Produção: matérias-primas + mão-de-obra + encargos sociais + despesas.

9 — Valor global em cada conta dos créditos de cobrança duvidosa:

Clientes 4 552 499\$10

10 — Valor global dos créditos sobre o pessoal e débitos a este:

Créditos 263 153\$80
Débitos 21 468 120\$60

11 — Saldo da conta «Imposto de transacções»:

Saldo na data do balanço 12 419 307\$89
Valor liquidado durante o exercício -\$.

12 — Desdobramento das despesas com pessoal:

Remunerações dos corpos gerentes 787 800\$00
Ordenados e salários 35 813 054\$00
Encargos sobre remunerações 7 377 302\$00

13 — Nada a referir.

14 — Nada a referir.

15 — Nada a referir.

16 — Nada a referir.

17 — Nada a referir.

18 — Nada a referir.

19 — Nada a referir.

20 — Nada a referir.

21 — Nada a referir.

22 — Nada a referir.

23 — Conforme mapa.

24 — Conforme mapa.

25 — Conforme mapa.

26 — Valores extrapatrimoniais contas de ordem:

Responsabilidades por garantias bancárias prestadas 31 032 944\$60
Responsabilidades por letras descontadas ... 10 016 377\$60

Contas	Saldo inicial	Movimento no exercício	Saldo final
52 — Capital social	10 000 000\$00	-\$-	10 000 000\$00
556 — Reservas legais estatutárias	400 000\$00	-\$-	400 000\$00
58 — Reservas livres	4 800 000\$00	-\$-	4 800 000\$00
59 — Resultados transitados	(74 947 611\$88)	(30 699 085\$66)	(105 646 697\$54)
88 — Resultados líquidos	-\$-	2 020 529\$00	2 020 529\$00

Pelo Conselho de Administração, *José Francisco Carvalho Azevedo e Silva*. — O Técnico de Contas, *Jaime M. B. Lopes*.

Contas	Saldo inicial	Constituição ou reforço	Utilização	Reposição ou anulação	Saldo final
28 — Provisão para impostos s/ lucros	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-
29 — Provisão p/ cobranças duvidosas e outros riscos e encargos	1 799 093\$40	1 162 363\$00	1 141 929\$00	-\$-	1 819 527\$40
39 — Provisão para depreciação de existências	2 553 000\$00	-\$-	-\$-	2 553 000\$00	-\$-
49 — Provisões para imobilizações financeiras	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-

Pelo Conselho de Administração, *José Francisco Carvalho Azevedo e Silva*. — O Técnico de Contas, *Jaime M. B. Lopes*.

Designação	Quan- tidade	Valor nominal	Preço médio de compra	Cotação na Bolsa	Valor de balanço		Valor total de aquisição	Diferenças	
					Unitário	Total		Flutuação de valores	Perdas levadas a resultados
Participações financeiras:									
Ações:									
Messa — Máquinas de Escrever, S. A. R. L.	500	100\$00	100\$00	-\$-	100\$00	50 000\$00	50 000\$00	-\$-	-\$-
Rol — Rolamentos de Portugal, S. A. R. L.	50	600\$00	1 000\$00	-\$-	1 000\$00	50 000\$00	50 000\$00	-\$-	-\$-
	550					100 000\$00	100 000\$00	-\$-	-\$-

Pelo Conselho de Administração, *José Francisco Carvalho de Azevedo e Silva*. — O Técnico de Contas, *Jaime M. B. Lopes*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Srs. Accionistas. — De harmonia com o estabelecido legal e estatutariamente, o conselho fiscal apresenta a VV. Ex.^{as} o relatório e parecer relativos às contas do exercício do ano findo.

No decorrer do exercício o conselho examinou os livros de contabilidade da empresa, verificando que os mesmos satisfaziam as disposições legais em vigor, para o que obteve sempre, da parte da administração, todos os dados e esclarecimentos que julgou oportuno solicitar.

Nesta conformidade, o conselho fiscal propõe o seguinte:

- 1.º Que sejam aprovados o relatório, balanço e contas respeitantes ao exercício de 1978;
- 2.º Que seja dado um voto de louvor ao conselho de administração pelo zelo com que geriu os assuntos da empresa.

Lisboa, 26 de Março de 1979. — *José Soares de Albergaria Sa-lazar Antunes — João Jorge da Cunha Saavedra Tenes — Maria José Cabral Vozzone.*
1-3-2081

DUNIL — CONFECÇÕES, S. A. R. L.

Rua de António Carneiro, 302 — Porto

Relatório e contas de 1978

6.º exercício

Relatório do conselho de administração

Srs. Accionistas:

1 — Vimos submeter à vossa apreciação e votação o relatório, as contas e o parecer do fiscal único referentes ao exercício de 1978, que correspondeu a um período de notável crescimento desta empresa, bem expresso nos seguintes índices:

Imobilizações em equipamento e instalações — 4730 contos.

Aumento das despesas com o pessoal — 16 %.

Crescimento do valor global das vendas — 34 %.

Aumento dos postos de trabalho — 7 %.

2 — Torna-se evidente que a política de consolidação seguida desde o início, reinvestindo sucessivamente todos os lucros obtidos, conduziu a empresa a uma saudável situação económica.

3 — Não deixaremos, todavia, de assinalar que aos nossos clientes e fornecedores devemos a possibilidade de planificar rentavelmente a nossa produção e o bom acolhimento da nossa marca.

4 — Foram efectuadas, como em exercícios anteriores, as reintegrações e provisões que a lei permite e o princípio da especialidade dos exercícios aconselha, tendo-se verificado ainda um rédito de 2 586 328\$20, que propomos seja aplicado no reforço das reservas livres.

5 — De harmonia com a legislação recentemente promulgada, procedeu-se à reavaliação do activo imobilizado corpóreo.

6 — Aos demais corpos sociais da empresa e aos nossos dedicados colaboradores dirigimos um justificado agradecimento, pois a eles se deve uma parte significativa da eficácia do nosso trabalho.

Porto, 30 de Março de 1979. — A Administração: *António Augusto Duarte da Silva*, presidente — *Leonor da Conceição Andrade* — *Bruno Augusto Pinto de Abreu*.

Balanço analítico referido a 31 de Dezembro de 1978**ACTIVO**

	Activo bruto	Provisões e reintegrações	Activo líquido
Disponibilidades:			
Caixa	15 388\$80		15 388\$80
Depósitos à ordem	1 954 499\$20		1 954 499\$20
	<u>1 969 888\$00</u>		<u>1 969 888\$00</u>
Créditos a curto prazo:			
Clientes, c/ gerais	4 821 487\$30	192 859\$50	4 628 627\$80
Clientes, c/ letras e outros títulos a receber	2 789 812\$60	111 592\$50	2 678 220\$10
Fornecedores, c/ gerais	129 940\$30	-\$	129 940\$30
Outros devedores	370 000\$00	-\$	370 000\$00
	<u>8 111 240\$20</u>	<u>304 452\$00</u>	<u>7 806 788\$20</u>
Existências:			
Produtos acabados e semiacabados	175 757\$70	17 575\$80	158 181\$90
Produtos e trabalhos em curso	112 211\$30	11 221\$10	100 990\$20
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8 072 359\$50	807 236\$00	7 265 123\$50
	<u>8 360 328\$50</u>	<u>836 032\$90</u>	<u>7 524 295\$60</u>
Imobilizações financeiras:			
Obrigações e outros títulos	<u>20 000\$00</u>		<u>20 000\$00</u>
Imobilizações corpóreas:			
Edifícios e outras construções	2 740 000\$00	109 600\$00	2 630 400\$00
Equipamentos básicos e outras máquinas e instalações	7 343 363\$30	3 169 841\$50	4 173 521\$80
Ferramentas e utensílios	26 018\$00	17 842\$00	8 176\$00
Material de carga e transporte	341 921\$20	210 671\$20	131 250\$00
Equipamento administrativo e social e mobiliário diverso	1 440 415\$30	692 825\$70	747 589\$60
	<u>11 891 717\$80</u>	<u>4 200 780\$40</u>	<u>7 690 937\$40</u>
Total das provisões		<u>1 140 484\$90</u>	
Total das reintegrações		<u>4 200 780\$40</u>	
Total do activo	<u>30 353 174\$50</u>	<u>5 341 265\$30</u>	<u>7 690 937\$40</u>

PASSIVO

	Passivo e situação líquida
Débitos a curto prazo:	
Fornecedores	6 291 729\$60
Clientes	77 676\$10
Sector público estatal	1 755 402\$40
Outros credores	1 219 212\$90
Provisões para impostos sobre os lucros	3 392 598\$00
Provisões para outros riscos e encargos	218 818\$90
	<u>12 955 437\$90</u>

		Passivo e situação líquida
Situação líquida		
Capital e prestações suplementares:		
Capital social		1 200 000\$00
Reservas:		
Reservas legais e estatutárias		1 000 000\$00
Reservas livres		5 763 640\$80
Reserva de reavaliação do imobilizado		1 506 502\$30
		8 270 143\$10
Resultados líquidos:		
Resultados correntes do exercício		4 612 468\$60
Resultados extraordinários do exercício		— 51 189\$40
	<i>Resultados antes dos impostos</i>	4 561 279\$20
Provisões para impostos sobre os lucros		— 1 974 951\$00
	<i>Resultados líquidos depois dos impostos</i>	2 586 328\$20
	<i>Total da situação líquida</i>	12 056 471\$30
	<i>Total do passivo e da situação líquida</i>	25 011 909\$20

A Administração: António Augusto Duarte da Silva, presidente — Leonor da Conceição Andrade — Bruno Augusto Pinto de Abreu. — O Técnico de Contas, Júlio Nunes Gerales.

Demonstração dos resultados líquidos referentes ao exercício de 1978

		Deduções em compras	
Existências iniciais:			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			2 740 320\$10
Compras:			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	29 878 131\$10	801 608\$10	29 076 523\$00
	29 878 131\$10	801 608\$10	31 816 843\$10
Existências finais:			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			— 8 072 359\$50
Custo das existências vendidas e consumidas:			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			23 744 483\$60
Fornecimentos e serviços de terceiros	5 018 526\$30		
Impostos	183 697\$80		5 202 224\$10
Despesas com o pessoal	10 257 758\$00		28 946 707\$70
Despesas financeiras	1 170 387\$50		
Outras despesas e encargos	226 542\$80		11 654 688\$30
Amortizações do exercício	771 950\$80		
Provisões do exercício	606 037\$80		1 377 988\$60
			13 032 676\$90
Perdas extraordinárias do exercício			41 979 384\$60
Provisões para impostos s/ os lucros			56 189\$40
Resultados líquidos			1 974 951\$00
			2 586 328\$20
			46 596 853\$20

		Deduções em vendas	
Vendas de mercadorias e produtos:			
Produtos acabados e semiacabados	46 360 778\$90	312 892\$30	46 047 886\$60
			46 047 886\$60
Variações de produções:			
Existências:			
Produtos acabados e semiacabados	175 757\$70		
Produtos e trabalhos em curso	112 211\$30		287 969\$00

Regularização de existências:

Produtos acabados e semiacabados	70 806\$40
--	------------

Existências iniciais:

Produtos acabados e semiacabados	— 465 490\$90
Produtos e trabalhos em curso	— 54 865\$20
	— 520 356\$10

Redução dos produtos:

Produtos acabados e semiacabados	— 218 926\$80
--	---------------

Aumento dos produtos:

Produtos e trabalhos em curso	57 346\$10	— 161 580\$70
-------------------------------------	------------	---------------

Receitas financeiras	705 547\$30
----------------------------	-------------

Ganhos extraordinários do exercício	46 591 853\$20
	5 000\$00
	46 596 853\$20

A Administração: *António Augusto Duarte da Silva*, presidente — *Leonor da Conceição Andrade* — *Bruno Augusto Pinto de Abreu*. — O Técnico de Contas, *Júlio Nunes Gerales*.

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados

1 — Durante o exercício de 1978 foram adquiridas ao estrangeiro matérias primas no montante de 726 227\$70.

2 — Os critérios valorimétricos adoptados foram os seguintes:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo — Custos de aquisição.

Produtos acabados e semiacabados — Custos de produção.

Produtos e trabalhos em curso — Custos de produção.

3 — O saldo da conta de imposto de transacções na data do balanço era de 1 155 382\$ e o valor liquidado ao Estado foi de 5 397 149\$30.

4 — Todo o valor do imobilizado corpóreo evidenciado no balanço se encontra afecto à actividade da empresa e centralizado na mesma.

5 — As despesas com o pessoal foram assim distribuídas:

Remunerações aos corpos gerentes	1 290 381\$60
Ordenados e salários	4 667 921\$50
Remunerações adicionais	2 659 153\$60
Encargos sobre remunerações	1 542 835\$20
Outras despesas com o pessoal	97 466\$10

6 — Movimento das contas de situação líquida:

Contas	Saldo inicial	Movimento do exercício	Saldo final
Reservas legais e estatutárias	1 000 000\$00	—\$-	1 000 000\$00
Reservas livres	3 409 213\$60	2 354 427\$20	5 763 640\$80
Reserva de reavaliação	—\$-	1 506 502\$30	1 506 502\$30
Resultados líquidos	—\$-	—\$-	2 586 328\$20

7 — Movimento das contas de provisões:

Contas	Saldo inicial	Constituição ou reforço	Utilização	Saldo final
Prov. p/ impostos s/ os lucros	3 127 598\$00	1 974 951\$00	1 709 951\$00	3 392 598\$00
Prov. p/ contas duvidosas, outros riscos e encargos	427 198\$40	96 072\$50	—\$-	523 270\$90
Prov. p/ desv. de existências	326 067\$60	509 965\$30	—\$-	836 032\$90

8 — Inventário das participações financeiras:

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço de compra	Valor total
Obrigações do Tesouro — 1975	40	500\$00	500\$00	20 000\$00

Parecer do fiscal único

1 — Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, procedi, no decurso do ano findo, ao regular exame da documentação, dos livros e dos registos contabilísticos e à verificação dos valores da sociedade.

2 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro, procedeu-se à reavaliação do activo imobilizado corpóreo e, quanto às restantes valorizações, foram adoptados, como nos

anos anteriores, custos de aquisição para as matérias-primas e custos de produção para os produtos acabados e em curso, pelo que o balanço e as contas reflectem com exactidão a situação económica e patrimonial da sociedade.

3 — Assim, sou de parecer que aproveis o relatório e as contas referentes ao exercício de 1978, bem como um voto de louvor a todos quantos têm dedicado à empresa o seu melhor esforço.

Porto, 27 de Março de 1979. — O Fiscal Único, *César da Mota Rocha*.

2-6-61

MICAU — INDÚSTRIAS ALIMENTARES E COMÉRCIO GERAL, S. A. R. L.

Relatório e contas do exercício de 1978

Relatório do conselho de administração

Srs. Accionistas. — O conselho de administração tem a honra de submeter à vossa apreciação o relatório, balanço e contas referentes ao exercício de 1978.

Nos últimos quatro anos o total das vendas evoluiu do modo seguinte:

	Contos
1975	33 871
1976	44 959
1977	52 750
1978	53 973

Verificou-se, assim, um aumento do quantitativo das vendas em relação ao ano anterior de cerca de 2,5 %, o que a preços constantes de 1977 reflecte pela primeira vez uma diminuição no volume das vendas motivada pela retracção da procura, que já se vinha evidenciando desde o último trimestre daquele ano.

A pequena evolução no valor da facturação de 1978 e o aumento de cerca de 3 % nas despesas gerais determinaram os fracos resultados obtidos.

Através de uma maior agressividade na política das vendas, a par da introdução de alguns novos produtos a cujo estudo se tem vindo a proceder, procurar-se-á compensar a quebra da procura que continua a verificar-se.

As amortizações e provisões no exercício elevaram-se a 1585 contos.

O lucro líquido do exercício foi de 122 758\$10. Adicionado do saldo do ano anterior (2954\$09), perfaz o lucro líquido de 125 712\$19, para o qual propomos a aplicação seguinte:

Reserva legal	7 000\$00
Reserva livre (dependente de aprovação pela assembleia geral, por força do determinado no n.º 2 do artigo 20.º do pacto social)	115 000\$00
Saldo	3 712\$19
	125 712\$19

Se for aprovada a distribuição proposta, as nossas reservas serão de 1799 contos.

Desejamos manifestar os nossos agradecimentos aos estabelecimentos de crédito com que trabalhamos pela forma como têm apoiado a nossa empresa.

Ao conselho fiscal expressamos os nossos agradecimentos pela colaboração que nos prestou durante o exercício.

Desejamos também registar a boa colaboração prestada por todo o pessoal da empresa no desempenho das suas funções.

Odívelas, 20 de Fevereiro de 1979. — O Conselho de Administração: Presidente, *Helena Angela Pinto Ribeiro* — *Fernando Marques Fernandes* — *António Fernando Fonseca Brás*.

Balanço em 31 de Dezembro de 1978

ACTIVO

Disponibilidades:

Caixa	84 839\$90
Depósitos à ordem	1 475 303\$50
	1 560 143\$40

Créditos a curto prazo:

Clientes	8 380 551\$70
Provisões para cobranças duvidosas	— 335 222\$00
	8 045 329\$70

Existências:

Mercadorias	2 197 435\$90
Produtos acabados	3 050 943\$10
Matérias-primas e embalagens	9 258 492\$00
	14 506 871\$00

Provisões de depreciação de existências ...	— 1 243 244\$10	13 263 626\$90
---	-----------------	----------------

Imobilizações:

Imobilizações financeiras		1 000\$00
Imobilizações corpóreas	31 662 241\$20	
Imobilizações incorpóreas	51 173\$00	
	31 713 414\$20	
Amortizações e reintegrações acumuladas —	10 710 958\$90	21 002 455\$30
Custos plurienais	225 641\$85	
Amortizações e reintegrações acumuladas —	198 028\$55	27 613\$30
		43 900 168\$60

PASSIVO

Débitos a curto prazo:

Fornecedores	8 779 986\$80
Empréstimos obtidos	9 956 600\$00
Sector público estatal	2 612 226\$96
Accionistas	1 085 039\$85
Outros credores	1 794 649\$80
	24 228 503\$41

Débitos a médio e longo prazos:

Empréstimos obtidos	2 252 527\$10
---------------------------	---------------

Situação líquida

Capital, reservas e resultados transitados:

Capital social	5 000 000\$00
Reservas legais e estatutárias	287 000\$00
Reserva livre	1 390 000\$00
Reserva reav. imobilizações	10 616 425\$90
Resultados transitados	2 954\$09
	17 296 379\$99

Resultados apurados no exercício:

Resultados líquidos	122 758\$10
	43 900 168\$60

O Conselho de Administração: Presidente, *Helena Angela Pinto Ribeiro* — *Fernando Marques Fernandes* — *António Fernando Fonseca Brás*. — O Técnico de Contas, *António Fernando Fonseca Brás*.

Demonstração dos resultados líquidos em 31 de Dezembro de 1978

Existências iniciais:

Mercadorias	681 825\$10
Matérias-primas e embalagens	9 014 626\$60
	9 696 451\$70

Compras:

Mercadorias	7 573 231\$50
Matérias-primas e embalagens	30 095 344\$20
	37 668 575\$70

Existências finais:

Mercadorias	— 2 197 435\$90
Matérias-primas e embalagens	— 9 258 492\$00
	— 11 455 927\$90

Custo das existências vendidas:

Mercadorias	6 057 620\$70	
Matérias-primas embalagens	29 851 478\$80	35 909 099\$50
Fornecimentos e serviços a terceiros	3 502 431\$90	
Impostos — Indirectos	270 542\$30	3 772 974\$20
Despesas com o pessoal ...	9 786 161\$20	
Despesas financeiras	3 598 614\$50	
Outras despesas e encargos	56 001\$70	
Impostos — Directos	81 569\$40	13 522 346\$80
Amortizações	1 313 180\$70	
Provisões do exercício ...	271 822\$30	1 585 003\$00
		54 789 423\$50
Perdas extraordinárias do exercício	8 501\$40	
Perdas do exercício anterior	436 580\$90	445 082\$30
Resultados líquidos do exercício		122 758\$10
		55 357 263\$90
Vendas:		
Mercadorias	7 570 392\$60	
Produtos acabados	46 672 293\$00	
	54 242 685\$60	
Descontos e abatimentos em vendas	268 965\$20	53 973 720\$40
Variações de existências:		
Existências finais — Produtos acabados	3 050 943\$10	
Existências iniciais — Produtos acabados	2 492 123\$60	558 819\$50

Receitas suplementares	325 000\$00
Utilização de provisões	79 024\$60
Receitas financeiras correntes	105\$50
	54 936 670\$00
Resultados extraordinários do exercício	420 593\$90
	55 357 263\$90

O Conselho de Administração: Presidente, *Helena Angela Pinto Ribeiro* — *Fernando Marques Fernandes* — *António Fernando Fonseca Brás*. — O Técnico de Contas, *António Fernando Fonseca Brás*.

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1978

- 1 — Débitos ao estrangeiro — 1 347 980\$80.
- 2 — Compras ao estrangeiro — 11 622 616\$40.
Vendas ao estrangeiro — 1 726 934\$20.
- 3 — Critérios valorimétricos adoptados: preço de custo.
- 4 — Débitos ao pessoal — 76 655\$10.
- 5 — Imposto de transacções:

Saldo final — 1 216 276\$.

Valor liquidado durante o exercício — 7 173 172\$.

6 — Despesas com o pessoal:

Remunerações dos corpos gerentes — 918 000\$.
Ordenados — 5 529 883\$10.
Remunerações adicionais — 1 480 144\$40.
Encargos s/ remunerações — 1 670 409\$80.
Outras despesas com o pessoal — 187 723\$90.

7 — Empréstimos obtidos:

Edifício da sede — Hipoteca — 2 252 527\$10.

8 — Imobilizações brutas:

Imobilizações corpóreas — 31 662 241\$20.

9 — Movimento das contas da situação líquida:

	Saldo inicial	Movimento no exercício	Saldo final
Capital social	5 000 000\$00	—\$—	5 000 000\$00
Reservas legais e estatutárias	247 000\$00	40 000\$00	287 000\$00
Reserva de reavaliação — Decreto-Lei n.º 430/78	—\$—	+ 10 616 425\$90	10 616 425\$90
Reservas livres	720 000\$00	+ 670 000\$00	1 390 000\$00
Resultados líquidos	791 916\$00	— 788 962\$00	2 954\$00

10 — Movimento das contas de provisões:

	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Saldo final
Provisão para cobranças duvidosas e outros riscos e encargos	245 314\$20	163 810\$90	78 503\$30	335 222\$00
Provisão para depreciação de existências	1 218 857\$50	103 411\$20	79 024\$60	1 243 244\$10

Parecer do conselho fiscal

Srs. Accionistas. — Conforme estipulam os estatutos e as leis em vigor, o conselho fiscal acompanhou a vida da empresa durante o exercício de 1978, tendo encontrado, por parte dos serviços e do conselho de administração, o apoio e as informações desejadas para o desempenho das suas atribuições.

No decorrer do exercício o conselho fiscal pôde conferir registos e verificar valores, nomeadamente no que se refere aos meios monetários da empresa.

As existências constantes do balanço estão quantificadas com base em critérios valorimétricos consistentes.

Pelas análises e verificações feitas o conselho fiscal pode concluir pela razoabilidade da arrumação dos valores e pela aceitabilidade da extensão das rubricas que compõem o património da empresa.

Assim, propõe o conselho fiscal:

- 1.º Que sejam aprovados o relatório, balanço e contas relativos ao exercício de 1978;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração;
- 3.º Que sejam aprovados votos de louvor ao conselho de administração, pela forma como conduziu os negócios sociais, e aos demais colaboradores da empresa, pela contribuição dedicada que deram durante 1978.

Odivelas, 28 de Fevereiro de 1979. — O Conselho Fiscal: Presidente, *Fomento Eboense, L.ª*, representada por *Fernando Alves Martins* — *José Maria Roxo Garcia* — *Carlota Maria Fernandes Garcia de Oliveira*.
4-1-202

LISBON MOTOR, S. A. R. L.**Relatório e contas e parecer do conselho fiscal
do exercício de 1978**

(Contas aprovadas em 1 de Março de 1979)

Relatório e contas relativos ao ano de 1978

A actividade e movimento da sociedade limitou-se, tal como desde 1973, à gestão do imóvel sito na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 122, Lisboa.

No final do ano de 1977, em 9 de Dezembro, foi exarado o despacho governamental, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, de 19 de Janeiro de 1978, com o título «Despacho Normativo n.º 15/78», considerando a inoportunidade do prosseguimento da actividade da sociedade e determinando a sua dissolução.

Não foi, no entanto, possível proceder no exercício agora findo à referida dissolução, porquanto houve necessidade de serem previamente completadas várias diligências formais e burocráticas que deveriam logicamente preceder o cabal cumprimento daquela determinação governamental. Esperamos que no princípio do ano de 1979 se possa então dissolver a sociedade.

O exercício apresenta o resultado líquido negativo de 1 125 726\$60, que propomos seja transferido para conta nova.

Expressamos os nossos agradecimentos aos revisores de contas pelos muito úteis esclarecimentos que sempre nos prestaram nos aspectos financeiros e contabilísticos da sociedade, no exercício da sua actividade fiscalizadora.

Lisboa, Fevereiro de 1979. — *O Conselho de Administração.***Balanço analítico em Dezembro de 1978****ACTIVO****Créditos a curto prazo:**

Outros devedores 1 475 239\$90

Imobilizações corpóreas:

Edifícios e outras construções 34 000 000\$00

Total do activo 35 475 239\$90**PASSIVO****Débitos a curto prazo:**

Outros credores, c/ gerais 2 341 910\$30

Débitos a médio e longo prazos:

Empréstimos bancários 6 000 000\$00

Total do passivo 8 341 910\$30**Situação líquida****Capital e prestações suplementares:**

Capital social 8 000 000\$00

Reservas:

Reservas de reavaliação 20 000 000\$00

Resultados:

Exercício de 1977 259 056\$20

Resultados líquidos:

Resultados correntes do exercício 959 758\$70

Resultados extraordinários do exercício 104 113\$90

Resultados de exercícios anteriores 61 854\$00

Resultados antes dos impostos 1 125 726\$60**Total da situação líquida** 27 133 329\$60**Total do passivo e da situação líquida** 35 475 239\$90Lisboa, 31 de Dezembro de 1978. — *O Conselho de Administração. — O Técnico de Contas.***Demonstração dos resultados líquidos
do exercício de 1978**

Fornecimentos e serviços de terceiros 939 760\$60

Impostos — Indirectos 4 207\$50

Impostos — Directos 439 807\$00

Despesas financeiras 997 143\$60

Despesas c/ pessoal 102 840\$00

1 543 998\$10

2 483 758\$70

Perdas extraordinárias do exercício 100 113\$90

Perdas de exercícios anteriores 61 854\$00

2 649 726\$60

Resultados líquidos 1 125 726\$60

1 524 000\$00

Receitas suplementares 1 524 000\$00Lisboa, 31 de Dezembro de 1978. — *O Conselho de Administração. — O Técnico de Contas.***Anexo ao balanço e à demonstração de resultados**

12 — Desdobramento das despesas com o pessoal pelas seguintes rubricas:

Ordenados e salários — 84 295\$.

Encargos com remunerações — 18 545\$.

15 — Valor global para cada conta dos elementos patrimoniais que se encontram onerados:

Edifícios e outras construções oneradas com uma hipoteca de 6 000 000\$ a que se refere o empréstimo bancário.

19 — Participação do Estado no capital da empresa — 8 000 000\$.

24 — Movimento das contas da situação líquida ocorrido no exercício:

Contas	Saldo inicial	Movimento no exercício	Saldo final
59 — Resultados transitados	308 549\$90	49 493\$70	259 056\$20
88 — Resultados líquidos	49 493\$90	1 175 220\$30	(1 125 726\$60)

Lisboa, 31 de Dezembro de 1978. — *O Conselho de Administração. — O Técnico de Contas.***Parecer do conselho fiscal**

A actividade da sociedade no exercício de 1978 continuou bastante reduzida e a limitar-se à gestão do único prédio que possui, conforme verificámos directamente e o espelham o relatório e as contas respectivos, apresentados pelo conselho de administração.

Como nos competia, verificámos documentos, registos e valores, e todos os esclarecimentos e provas solicitados nos foram facultados.

A avaliação do património não sofreu alteração em relação aos exercícios anteriores, considerando-se adequada, e dado que os documentos apresentados cumprem as normas legais e estatutárias, propomos que sejam aprovados o relatório, balanço e contas de 1978, bem como a proposta quanto ao resultado líquido.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1979. — *Pelo Conselho Fiscal, Economistas Matos Gil e Nunes Cameira, Sociedade de Revizores Oficiais de Contas.*

1-3-2323

**SOCIEDADE PORTUGUESA DE RESINA-DISMUTADA,
S. A. R. L.**

Castelo do Neiva

**Relatório do conselho de administração
do exercício de 1978**

Ex.ªª Srs. Accionistas. — Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, temos a subida honra de submeter à apreciação de VV. Ex.ªª o balanço e a conta «Resultados» relativos ao exercício que findou em 31 de Dezembro de 1978.

Desejamos assinalar que as actividades da nossa Sociedade se processaram dentro do ritmo previsto, no decorrer do exercício.

Os resultados do exercício em apreço foram no montante de 8 450 633\$72.

A nossa proposta é que esses resultados sejam levados a conta nova, fazendo-se previamente as deduções determinadas pela lei.

A concluir, temos o grato prazer de fazer as seguintes referências e votos de agradecimento:

- 1.º A todo o pessoal — tanto fabril como de escritório —, pela sua competência, entusiasmo e dedicação postos ao serviço da nossa Sociedade, revelando assim, mais uma vez, o seu elevado empenho no cumprimento das tarefas a seu cargo;
- 2.º Ao conselho fiscal, pela excelente cooperação, nunca regateada.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1979. — Pelo Conselho de Administração, o Presidente, *Pierre Jacques de Larosière de Champjeu*.

Balanço analítico em 30 de Dezembro de 1978

ACTIVO

Código das contas		Activo bruto	Provisões, amortizações e reintegrações	Activo líquido
	Disponibilidades:			
11	Caixa	19 000\$00		19 000\$00
12	Depósitos à ordem	3 501 336\$50		3 501 336\$50
		3 520 336\$50		3 520 336\$50
	Créditos a curto prazo:			
211+216-218	Clientes, c/ gerais	28 005 716\$30	1 120 228\$65	26 885 487\$65
213	Clientes, c/ letras e outros títulos a receber	—\$	—\$	—\$
221	Fornecedores, c/c	—\$	—\$	—\$
229	Adiantamentos a fornecedores	17 693 258\$30	—\$	17 693 258\$30
232	Empréstimos a associadas	5 789 701\$20	231 588\$00	5 558 113\$20
231+233+234	Outros empréstimos concedidos	2 519 710\$00	—\$	2 519 710\$00
24	Sector público estatal	—\$	—\$	—\$
252+254+258	Associadas, c/ gerais	—\$	—\$	—\$
26	Outros devedores	45 725\$25	—\$	45 725\$25
		54 054 111\$05	1 351 816\$65	52 702 294\$40
	Existências:			
32	Mercadorias	727 317\$50	—\$	727 317\$50
33	Produtos acabados e semiacabados	6 659 382\$09	—\$	6 659 382\$09
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	459 711\$40	—\$	459 711\$40
35	Produtos e trabalhos em curso	—\$	—\$	—\$
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 648 337\$60	1 949 474\$00	9 698 863\$60
		19 494 748\$59	1 949 474\$00	17 545 274\$59
	Créditos a médio e longo prazo:			
	Imobilizações financeiras:			
411	Participações de capital em associadas	1 500 000\$00	—\$	1 500 000\$00
	Imobilizações corpóreas:			
421	Terrenos e recursos naturais	102 500\$00	—\$	102 500\$00
422	Edifícios e outras construções	20 109 422\$40	5 178 330\$20	14 931 092\$20
423	Equipamentos básicos e outras máquinas e instalações	25 295 330\$30	19 871 114\$05	5 424 216\$25
424	Ferramentas e utensílios	1 261\$90	631\$00	630\$90
425	Material de carga e transporte	3 529 061\$90	2 905 360\$40	623 701\$50
426	Equipamento administrativo e social e mobiliário diverso	1 159 923\$40	715 218\$30	444 705\$10
429	Outras imobilizações corpóreas	100 000\$00	100 000\$00	—\$
		50 297 499\$90	28 770 653\$95	21 526 845\$95
	Imobilizações incorpóreas:			
431	Traspasse	—\$	—\$	—\$
432	Propriedade industrial, outros direitos e contratos	—\$	—\$	—\$
433	Gastos de instalação e expansão	3 130 000\$00	1 252 000\$00	1 878 000\$00
439	Outras imobilizações incorpóreas	3 418 792\$28	3 299 213\$58	119 578\$70
		—\$	—\$	—\$
		6 548 792\$28	4 551 213\$58	1 997 578\$70

Código das contas		Activo bruto	Provisões, amortizações e reintegrações	Activo líquido
441+442 449	Imobilizações em curso: Obras em curso Imobilizações, c/ adiantamentos	-\$ -\$	-\$ -\$	-\$ -\$
27 471 472 a 479	Custos antecipados: Despesas antecipadas Conservação plurienal Outros custos plurienais	854 271\$60 389 180\$60 -\$	-\$ 389 180\$60 -\$	854 271\$60 -\$ -\$
		1 243 452\$20	389 180\$60	854 271\$60
	Total de provisões		3 301 290\$65	
	Total de amortizações e reintegrações		33 711 048\$13	
	Total do activo	136 658 940\$52	37 012 338\$78	99 646 601\$74

PASSIVO

Código das contas		Passivo e situação líquida
	Débitos a curto prazo:	
211	Clientes, c/c	-\$
219	Adiantamentos de clientes	-\$
221-228	Fornecedores, c/ gerais	18 634 381\$50
223	Fornecedores, c/ letras e outros títulos a pagar	-\$
226	Fornecedores, c/ facturas em recepção e conferência	2 922 564\$30
235	Empréstimos bancários	25 000 000\$00
237	Empréstimos de associadas	-\$
239	Outros empréstimos obtidos	-\$
24	Sector público estatal	449 902\$20
256+258	Associadas, c/ gerais	7 542 459\$49
261	Credores por fornecimentos de imobilizado, c/c	-\$
262	Credores por fornecimentos de imobilizado, c/ letras e outros títulos a pagar	-\$
263 a 269	Outros credores, c/ gerais	1 083 265\$50
28	Provisões para impostos sobre os lucros	4 389 806\$30
292	Provisões para riscos e encargos	2 814 716\$40
	Débitos a médio e a longo prazo	-\$
	Proveitos antecipados:	
27	Receitas antecipadas	-\$
	Total do passivo	62 837 095\$69
	Situação líquida	
	Capital:	
51/52/54	Capital social	9 000 000\$00
	Reservas:	
551	Reserva geral	-\$
556	Reserva legal	297 175\$30
571	Reserva de reavaliação de imobilizado	13 415 366\$45
581	Reservas livres	-\$
		13 712 541\$75
	Resultados transitados:	
591	Exercícios de 1971 a 1975	+ 2 438 732\$92
592	Exercício de 1976	+ 598 455\$73
593	Exercício de 1977	+ 2 609 141\$93
594	Exercício de 1978	-\$
		+ 5 646 330\$58
88	Resultados líquidos:	
	Resultados correntes do exercício	+ 9 368 730\$12
	Resultados extraordinários do exercício	+ 3 270 010\$80
	Resultados de exercícios anteriores	+ 137 942\$90
	Resultados antes dos impostos	+ 12 776 683\$82

Código das contas		Passivo e situação líquida
	Provisões para impostos sobre os lucros	- 4 326 050\$10
	Resultados líquidos depois dos impostos ...	+ 8 450 633\$72
89	Dividendos antecipados	- \$-
	Total da situação líquida	36 809 506\$05
	Total do passivo e da situação líquida ...	99 646 601\$74

Pelo Conselho de Administração, o Presidente, *Pierre Jacques de Larosière de Champfeu*. — O Técnico de Contas, *António Joaquim de Jesus Rodrigues*.

Demonstração dos resultados líquidos em 30 de Dezembro de 1978

Código das contas			Deduções em compras		
	Existências iniciais:				
32	Mercadorias			689 420\$50	
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			9 536 679\$50	
				10 226 100\$00	
61	Compras:				
611-617-618	Mercadorias	322 618\$70	2 682\$30	319 936\$40	
612-617-618	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	58 920 342\$70	- \$-	58 920 342\$70	
		59 242 961\$40	2 682\$30	59 240 279\$10	
38	Regularização de existências:				
382	Mercadorias			- \$-	
386	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			- \$-	
				- \$-	
	Existências finais:				
32	Mercadorias			727 317\$50	
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			11 648 337\$60	
				12 375 655\$10	
	Custos das existências, vendidas e consumidas:				
	Mercadorias	282 039\$40			
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	56 808 684\$60		57 090 724\$00	
62	Subcontratos	- \$-			
63	Fornecimentos e serviços de terceiros	16 365 211\$10			
641	Impostos — indirectos	247 214\$80		16 612 425\$90	73 703 149\$90
642	Impostos — directos	2 739\$00			
65	Despesas com o pessoal	11 139 433\$80			
66	Despesas financeiras	2 876 619\$70			
67	Outras despesas e encargos ...	134 074\$40		14 152 866\$90	
68	Amortizações e reintegrações do exercício	4 285 357\$67			
69	Provisões do exercício	898 043\$40		5 183 401\$07	19 336 267\$97
82	Perdas extraordinárias do exercício				93 039 417\$87
83	Perdas de exercícios anteriores			882 785\$70	
				568 892\$90	1 451 678\$60
	Provisões para impostos sobre os lucros				4 326 050\$10
	Resultados líquidos				8 450 633\$72
					107 267 780\$29

Código das contas			Deduções em vendas		
71	Vendas de mercadorias e produtos:				
711	Mercadorias	393 624\$50	-\$	393 624\$50	
712	Produtos acabados e semi-acabados	93 944 420\$80	-\$	93 944 420\$80	
713	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	3 074 833\$70	-\$	3 074 833\$70	
		97 412 879\$00	-\$	97 412 879\$00	
72	Prestações de serviços			-\$	97 412 879\$00
73	Trabalhos para a própria empresa				27 170\$30
	Variação de produções:				
	Existências finais:				
33	Produtos acabados e semiacabados	6 659 382\$90			
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	459 711\$40			
35	Produtos e trabalhos em curso	-\$		7 119 093\$49	
	Regularização de existências:				
383	Produtos acabados e semiacabados				
384	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
	Existências iniciais:				
33	Produtos acabados e semiacabados	2 901 817\$80			
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	310 079\$00			
35	Produtos e trabalhos em curso	-\$		3 211 896\$80	
	Aumento/redução dos produtos:				
	Produtos acabados e semiacabados	+ 3 757 564\$29			
	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	+ 149 632\$40			
	Produtos e trabalhos em curso	-\$		+ 3 907 196\$69	
75	Receitas suplementares	1 036 269\$50		1 036 269\$50	4 943 466\$19
					102 383 515\$49
76	Receitas financeiras correntes				
78	Outras receitas				24 632\$50
79	Utilização de provisões				
					102 408 147\$99
82	Ganhos extraordinários do exercício			4 152 796\$50	
83	Ganhos de exercícios anteriores			706 835\$80	4 859 632\$30
					107 267 780\$29

Pelo Conselho de Administração, o Presidente, *Pierre Jacques de Larosière de Champfeu*. — O Técnico de Contas, *António Joaquim de Jesus Rodrigues*.

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados

2 — Valor das participações estrangeiras no capital social 8 970 000\$00

3 — Valores globais dos débitos que representam relações com o estrangeiro:

Associadas, c/ gerais (International Synthetic Rubber Co., Ltd.) 7 542 459\$49

4 — Valores globais das compras e das vendas feitas directamente ao estrangeiro:

Compra de existências	4 665 158\$10
Vendas	96 379 684\$50

5 — Movimento com as associadas:

Débitos a curto prazo:

Associadas, c/ gerais (International Synthetic Rubber Co., Ltd.)	7 542 459\$49
--	---------------

Créditos a curto prazo:

Empréstimos a associadas:

Madinho — Madeiras do Minho, S. A. R. L.	5 789 701\$20
---	---------------

Imobilizações financeiras:

Madinho — Madeiras do Minho, S. A. R. L.	1 500 000\$00
---	---------------

Compras:

International Synthetic Rubber Co., Ltd.	4 665 158\$10
---	---------------

Vendas:

International Synthetic Rubber Co., Ltd.	93 631 165\$30
---	----------------

8 — Critérios valorimétricos das existências adoptados:

Para as matérias-primas, subsidiárias e de consumo — custo médio de aquisição.

Para os produtos acabados — custo real de produção.

Não houve alteração de critérios valorimétricos em relação ao ano anterior.

10 — Valor global dos débitos e créditos com o pessoal:

Débitos a curto prazo	1 083 265\$50
-----------------------------	---------------

12 — Despesas com o pessoal:

Remunerações dos corpos gerentes	1 464 046\$80
Ordenados e salários	7 152 917\$30
Encargos sobre remunerações	2 004 637\$10
Outras despesas com o pessoal	517 832\$70

11 139 433\$80

23 — Participações financeiras:

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de compra	Cotação na Bolsa	Valor de balanço		Valor total de aquisição
					Unitário	Total	
Ações:							
Madinho — Madeiras do Minho, S. A. R. L.	1446	1000\$00	1037\$34	—\$—	1037\$34	1 500 000\$00	1 500 000\$00

24 — Movimentos das contas da situação líquida ocorridos no exercício:

	Saldo inicial	Movimento no exercício	Saldo final
Capital social	9 000 000\$00	—\$—	9 000 000\$00
Reserva legal	159 852\$00	137 323\$30	297 175\$30
Reserva de reavaliação de imobilizações	—\$—	31 391 024\$54	31 391 024\$54
Resultados transitados	5 783 653\$88	137 323\$30	5 646 330\$58
Resultados líquidos	8 450 633\$72	—\$—	8 450 633\$72

25 — Movimentos das contas de provisões ocorridos no exercício:

	Saldo inicial	Constituição ou reforço	Utilização	Anulação	Saldo final
Provisão para impostos s/ lucros	212 734\$00	4 326 050\$10	148 977\$80	—\$—	4 389 806\$30
Provisão p/ cobranças duvidosas	1 059 447\$55	292 369\$10	—\$—	—\$—	1 351 816\$65
Provisão para outros riscos e encargos	1 560 449\$20	2 082 431\$00	746 446\$10	81 717\$70	2 814 716\$40
Provisão para depreciação de existências ...	1 343 799\$70	605 674\$30	—\$—	—\$—	1 949 474\$00
	4 176 430\$45	7 306 524\$50	895 423\$90	81 717\$70	10 505 813\$35

Pelo Conselho de Administração, o Presidente, *Pierre Jacques de Larosière de Champfeu*. — O Técnico de Contas, *António Joaquim de Jesus Rodrigues*.

Parecer do conselho fiscal

Srs. Accionistas. — Dando cumprimento ao que determina a legislação vigente e no desempenho do seu mandato, o conselho fiscal seguiu, atenta e regularmente, os negócios da nossa Sociedade, bem como o cumprimento das obrigações fiscais e estatutárias e os movimentos da tesouraria, conculcando pela sua exactidão e certificando-se, ao mesmo tempo, que os critérios valorimétricos aplicados foram correctos.

Do acima exposto se conclui que o balanço e contas agora submetidos, bem como o relatório que os acompanha, obedecem aos preceitos legais e traduzem a situação real da nossa Sociedade.

A concluir, propomos:

- 1.º Que aproveis o relatório, balanço e a conta «Resultados» respeitantes ao exercício de 1978;
- 2.º Que aproveis a proposta do conselho de administração quanto à aplicação dos resultados do exercício;
- 3.º Um voto de louvor ao conselho de administração pela forma como orientou os destinos da nossa Sociedade;
- 4.º Um voto de louvor a todo o pessoal ao serviço da nossa Sociedade.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1979. — Pelo Conselho Fiscal, o Presidente, *John Herbert Lloyd*.

4-3-2243

FÁBRICA DE ESTAMPARIA DE LAVADORES, S. A. R. L.

Sede: Lavadores — Vila Nova de Gaia

Relatório da administração, mapas de balanço analítico e demonstração dos resultados líquidos e parecer do conselho fiscal de 1978.

Relatório do conselho de administração

Srs. Accionistas. — Em conformidade com os imperativos legais e estatutários, submetemos à vossa apreciação o relatório, balanço e contas do exercício findo.

Como é do vosso conhecimento, no termo do 1.º semestre foi concluído e entregue à banca o estudo de viabilização da empresa, devendo o respectivo contrato ser assinado no próximo mês de Março.

É de justiça, nesta matéria, salientar e agradecer o inestimável apoio técnico e criterioso acompanhamento crítico que recebemos do Gabinete de Estudos do Banco Pinto & Sotto Mayor e, bem assim, o esforçado e competente labor da equipa de pessoal dos nossos serviços de contabilidade.

Os resultados do exercício ressentem-se fortemente do agravamento dos encargos financeiros, os quais se cifraram em mais 12 411 contos que em 1977, ou seja, mais 33,6 %.

Esse agravamento resultou fundamentalmente do aumento das taxas de juro legais verificado em 6 de Maio de 1978.

Por outro lado, não foi possível colher no exercício benefícios de viabilização e houve que enfrentar uma conjuntura de mercado pouco favorável, que só com a aproximação do fim do ano começou a evoluir positivamente.

De salientar ainda que, para além do não imediatismo, aliás natural, dos efeitos das medidas de reestruturação interna adoptadas e previstas no estudo de viabilização, houve que ajustar o ritmo de implementação destas à criação, necessariamente mais morosa, de adequadas estruturas humanas.

Finalmente, o *cash-flow*, negativo de 8642 contos em 1977, tornou-se positivo em 5239 contos.

Em vista de tudo, comparado com o dos exercícios anteriores, o presente resultado denota uma esperançosa recuperação.

Srs. Accionistas. — Propomos que o saldo de resultados líquidos seja levado a resultados transitados. Agradecemos ao conselho fiscal o auxílio que nos dispensou e manifestamos a nossa particular gratidão a todos quantos coadjuvaram o nosso trabalho.

Vila Nova de Gaia, 28 de Fevereiro de 1979. — O Conselho de Administração: *António Manuel Ferreira Braga Júnior*, presidente — *Manuel Avides Moreira* — *José Avides Moreira*.

Balanço analítico em 31 de Dezembro de 1978

ACTIVO

	Activo bruto	Provisões, amortizações e reintegrações	Activo líquido
Disponibilidades:			
Caixa	133 799\$90		133 799\$90
Depósitos à ordem	4 217 296\$80		4 217 296\$80
	4 351 096\$70		4 351 096\$70
Créditos a curto prazo:			
Clientes, c/ gerais	39 281 496\$35	1 175 514\$30	38 105 982\$05
Clientes, c/ letras e outros títulos a receber	7 073 019\$00	—\$—	7 073 019\$00
Fornecedores, c/c	1 304 929\$10	—\$—	1 304 929\$10
Adiantamentos a fornecedores	3 754 407\$50	—\$—	3 754 407\$50
Outros empréstimos concedidos	52 888\$10	—\$—	52 888\$10
Accionistas, c/ gerais	36 573 159\$60	—\$—	36 573 159\$60
Outros devedores	12 417 153\$01	—\$—	12 417 153\$01
	100 457 052\$66	1 175 514\$30	99 281 538\$36
Exstências:			
Mercadorias	1 087 886\$00	—\$—	1 087 886\$00
Produtos acabados e semiacabados	57 770 011\$54	514 637\$10	57 255 374\$44
Produtos e trabalhos em curso	61 929 603\$93	—\$—	61 929 603\$93
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	73 706 085\$14	2 045 328\$90	71 660 756\$24
	194 493 586\$61	2 559 966\$00	191 933 620\$61
Imobilizações financeiras:			
Participações de capital em associadas	6 100 000\$00	—\$—	6 100 000\$00
Outras imobilizações financeiras	25 000\$00	—\$—	25 000\$00
	6 125 000\$00	—\$—	6 125 000\$00
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	11 425 993\$70	—\$—	11 425 993\$70
Edifícios e outras construções	64 659 494\$55	10 459 353\$40	54 200 141\$15
Equipamentos básicos e outras máquinas e instalações	167 784 119\$24	59 227 039\$60	108 557 079\$64
Ferramentas e utensílios	28 051 807\$10	9 974 441\$17	18 077 365\$93
Material de carga e transporte	602 263\$90	327 783\$60	274 480\$30
Equipamento administrativo e social e mobiliário diverso	1 733 258\$94	1 151 562\$38	581 696\$56
	274 256 937\$43	81 140 180\$15	193 116 757\$28
Total das provisões		3 735 480\$30	
Total das amortizações e reintegrações		81 140 180\$15	
Total do activo	579 683 673\$40	84 875 660\$45	494 808 012\$95

PASSIVO

	Passivo e situação líquida
Débitos a curto prazo:	
Clientes, c/c	3 154 569\$10
Fornecedores, c/ gerais	36 258 981\$90
Fornecedores, c/ letras e outros títulos a pagar	74 299 991\$60
Fornecedores, c/ facturas em recepção e conferência	3 764 165\$20
Empréstimos bancários	107 525 300\$00
Sector público estatal	19 955 595\$50
Credores por fornecimentos de imobilizado, c/c	297 870\$50
Outros credores, c/ gerais	2 769 006\$30
	248 025 480\$10
Débitos a médio e longo prazo:	
Empréstimos bancários	83 000 000\$00
	15 292 088\$00
	98 292 088\$00
Total do passivo	346 317 568\$10
Situação líquida	
Capital e prestações suplementares:	
Capital social	100 000 000\$00
Reservas:	
Reserva legal	4 627 673\$07
Reservas de reavaliação de imobilizações	1 088 971\$99
Reservas livres	3 725 412\$54
	119 242 804\$60
Resultados transitados:	
Exercício de 1972	— 10 369 401\$28
Exercício de 1975	— 16 877 164\$11
Exercício de 1976	— 14 043 572\$77
Exercício de 1977	— 21 205 301\$75
	— 62 495 439\$91
Resultados líquidos:	
Resultados correntes do exercício	— 9 046 156\$35
Resultados extraordinários do exercício	671 594\$51
Resultados de exercícios anteriores	117 642\$00
Resultados antes dos impostos	— 8 256 919\$84
Provisões para impostos sobre lucros	— \$-
Resultados líquidos depois dos impostos	— 8 256 919\$84
Total da situação líquida	148 490 444\$85
Total do passivo e da situação líquida	494 808 012\$95

Lavadores, 31 de Dezembro de 1978. — O Conselho de Administração: António Manuel Ferreira Braga Júnior, presidente — Manuel Avides Moreira — José Avides Moreira. — O Técnico de Contas, Arménio Tavares Fortuna.

Demonstração dos resultados líquidos

		Deduções em compras	
Existências iniciais:			
Mercadorias			794 172\$90
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			77 182 908\$72
			77 977 081\$62
Compras:			
Mercadorias	1 255 754\$60	— \$-	1 255 754\$60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	223 028 695\$30	1 465 918\$50	221 562 776\$80
	224 284 449\$90	1 465 918\$50	222 818 531\$40

		Deduções em compras		
Regularização de existências:				
Mercadorias			-\$-	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			720 289\$11	
			720 289\$11	
Existências finais:				
Mercadorias			— 1 087 886\$00	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			— 73 706 085\$14	
			— 74 793 971\$14	
Custo das existências vendidas e consumidas:				
Mercadorias	962 041\$50			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	225 759 889\$49		226 721 930\$99	
Subcontratos	1 250 914\$10			
Fornecimentos e serviços de terceiros	39 914 370\$10			
Impostos indirectos	1 752 904\$00		42 918 188\$20	269 640 119\$19
Impostos directos	6 392\$00			
Despesas com o pessoal	78 616 241\$70			
Despesas financeiras	49 315 490\$00			
Outras despesas e encargos	391 451\$60		128 329 575\$30	
Amortizações e reintegrações do exercício	13 495 122\$07			
Provisões do exercício	-\$-		13 495 122\$07	141 824 697\$37
(A)				411 464 816\$56
Resultados líquidos				— 8 256 919\$84
				403 207 896\$72
		Deduções em vendas		
Vendas de mercadorias e produtos:				
Produtos acabados e semiacabados	391 773 581\$39	5 267 451\$50	386 506 129\$89	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	3 464 166\$10	-\$-	3 464 166\$10	
Embalagens comerciais retornáveis	2 225\$00	-\$-	2 225\$00	
	395 239 972\$49	5 267 451\$50	389 972 520\$99	
Prestações de serviços			1 753 495\$00	391 726 015\$99
Trabalhos para a própria empresa				3 901 981\$30
Variação de produções:				
Existências finais:				
Produtos acabados e semiacabados	57 770 011\$54			
Produtos e trabalhos em curso	61 929 603\$93		119 699 615\$47	
Existências iniciais:				
Produtos acabados e semiacabados	— 54 852 744\$20			
Produtos e trabalhos em curso	— 58 915 191\$70		— 113 767 935\$90	
Aumento/redução dos produtos:				
Produtos acabados e semiacabados	2 917 267\$34			
Produtos e trabalhos em curso	3 014 412\$23		5 931 679\$57	5 931 679\$57
Receitas suplementares				490 626\$00
Receitas financeiras correntes				368 357\$35
(B)				402 418 660\$21
Ganhos extraordinários do exercício			671 594\$51	
Ganhos de exercícios anteriores			117 642\$00	789 236\$51
				403 207 896\$72

Lavadores, 31 de Dezembro de 1978. — O Conselho de Administração: António Manuel Ferreira Braga Júnior, presidente — Manuel Avides Moreira — José Avides Moreira. — O Técnico de Contas, Arménio Tavares Fortuna.

VI — Anexo ao balanço e à demonstração de resultados

3:

a) Débitos ao estrangeiro 2 364 786\$69
b) Créditos s/ o estrangeiro 10 304 096\$10

4:

a) Compras ao estrangeiro 78 213 116\$90
b) Vendas ao estrangeiro 127 189 078\$20

5 — Em relação à Sociedade Químico Técnica, S. A. R. L.:

Débitos a curto prazo	327 682\$20
Imobilizações financeiras	4 100 000\$00
Compras	6 203 322\$40

7 — Accionistas por conta «Subscrição do capital»

36 573 159\$60

8 — Critérios valorimétricos das existências:

Mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo, a preços médios de aquisição;
Produtos acabados e em curso, a custos industriais.

11 — Imposto de transacções:

Saldo (credor)	67 863\$90
Valor liquidado	1 434 464\$90

23 — Participações financeiras:

12 — Desdobramento das despesas com o pessoal:

Remunerações a corpos gerentes	585 000\$00
Ordenados e salários	60 369 027\$30
Encargos sobre remunerações	13 575 968\$80
Outras despesas com o pessoal	4 086 245\$60
	<u>78 616 241\$70</u>

21 — Pessoas singulares que de'enhm, pe'o mence, 10 % do capital social:

António Manuel Ferreira Braga Júnior — 40 %;
Manuel Carlos de Viveiros Avides Moreira — 38,5 %;
Maria Luísa Hoffmann Braga — 21,43 %.

Acções	Quantidade	Valor nominal	Valor de aquisição	Valor de inventariação
Sociedade Químico Técnica, S. A. R. L.	4 030	1 000\$00	1 017\$37	4 100 000\$00
Fábrica de Fiação e Tecidos de Braga, S. A. R. L.	2 000	1 000\$00	1 000\$00	2 000 000\$00
				<u>6 100 000\$00</u>

24 — Movimento das contas da situação líquida ocorrido no exercício:

Contas	Saldo inicial	Movimento no exercício	Saldo final
52 — Capital social	100 000 000\$00	—\$—	100 000 000\$00
55 — Reservas legais e estatutárias	4 627 673\$07	—\$—	4 627 673\$07
57 — Reserva de reavaliação	33 057 661\$99	77 832 057\$00	110 889 718\$99
58 — Reservas livres	3 725 412\$54	—\$—	3 725 412\$54
59 — Resultados transitados	— 41 290 138\$16	— 21 205 301\$75	— 62 945 439\$91
88 — Resultados líquidos	— 21 205 301\$75	12 943 381\$91	— 8 256 919\$84

25 — Movimento das contas de provisões ocorrido no exercício:

Contas	Saldo inicial	Saldo final
29 — Provisões para cobranças duvidosas e outros riscos e encargos	1 175 514\$30	1 175 514\$30
39 — Provisão para depreciação de existências	2 559 966\$00	2 559 966\$00

Inventário das participações financeiras em 31 de Dezembro de 1977

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de compra	Cotação na Bolsa	Valor de balanço		Valor total de aquisição	Diferenças	
					Unitário	Total		Flutuação de valores	Perdas levadas a resultados
1 — Participações financeiras:									
1.1 — Quotas	—	—\$—	—\$—	—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—
1.2 — Acções:									
Fábrica de Fiação e Tecidos de Braga, S. A. R. L.	2 000	1 000\$00	1 000\$00	—\$—	1 000\$00	2 000 000\$00	2 000 000\$00	—\$—	—\$—
Sociedade Químico Técnica	4 030	1 000\$00	1 017\$37	—\$—	1 017\$37	4 100 000\$00	4 100 000\$00	—\$—	—\$—
1.3 — Títulos:									
Associação Industrial Portuense	5	5 000\$00	5 000\$00	—\$—	5 000\$00	25 000\$00	25 000\$00	—\$—	—\$—
1.9 — Total	6 035	—	—	—	—	6 125 000\$00	6 125 000\$00	—\$—	—\$—

Lavadores, 31 de Dezembro de 1978. — O Conselho de Administração: António Manuel Ferreira Braga Júnior, presidente — Manuel Avides Moreira — José Avides Moreira. — O Técnico de Contas, Arménio Tavares Fortuna.

Parecer do conselho fiscal

De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa deliberação o nosso parecer acerca do relatório, balanço e contas referentes ao exercício de 1978.

Durante o ano foram fiscalizados os livros de contabilidade e os documentos suporte e por diversas vezes controlado o numerário em cofre.

O balanço e contas foram elaborados de acordo com o plano oficial de contas e reflectem com clareza, fidelidade e exactidão as variações sofridas pelas diferentes rubricas do património durante o exercício, assim como o modo de formação do resultado.

O relatório da administração completa a eloquência dos números através de comentários críticos em relação aos aspectos mais salientes da gestão, nomeadamente as razões do agravamento dos encargos financeiros, a evolução favorável do *cash-flow* e as dificuldades sentidas pela empresa perante uma conjuntura desfavorável.

As reintegrações efectuadas reflectem as depreciações sofridas pelo imobilizado corpóreo.

Mantiveram-se os critérios valorimétricos utilizados em exercícios anteriores: as matérias-primas e materiais foram avaliados aos custos de aquisição e os produtos fabricados e em curso segundo os elementos fornecidos pela contabilidade industrial.

Mantiveram-se as provisões do ano anterior.

Concluindo, somos de parecer:

- 1) Que aprovei o relatório, balanço e contas do exercício de 1978;
- 2) Que aprovei a proposta de aplicação de resultados;
- 3) Que aprovei um voto de confiança à administração pela firme e eficiente orientação com que tem gerido os negócios da empresa;
- 4) Que aprovei um voto de apreço aos colaboradores que se salientaram no zelo e dedicação postos nas tarefas que lhes estão confiadas.

Lavadores, 8 de Março de 1979. — O Conselho Fiscal: *José Luis Novaes*, presidente — *Alberto Manuel Pereira França* — *Vasco Horta e Costa*. 1-3-2846

JOAQUIM PEREIRA, L.^{DA}

Certifico que, por escritura de 8 de Outubro corrente, lavrada no 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Santo Tirso, a cargo do notário licenciado José António Pereira Serra, e exarada de fl. 12 a fl. 13 do livro de notas para escrituras diversas n.º 132-A, foi dissolvida a sociedade comercial por quotas Joaquim Pereira, L.^{da}, que tinha a sua sede no lugar da Ponte Nova, freguesia e vila de Aves, deste concelho de Santo Tirso, e a deram por liquidada na mesma data, bem como a aprovação de contas, não possuindo a sociedade quaisquer bens.

Vai conforme o original.

Secretaria Notarial de Santo Tirso, 9 de Outubro de 1979. — A Ajudante, *Maria Amélia Marques de Oliveira*. 1-0-10 151

JOSÉ RIBEIRO, INDÚSTRIAS E COMÉRCIO, S. A. R. L.

Sede: Avenida de Pádua, 14 — 1899 Lisboa Codex

CONVOCAÇÃO

Nos termos da lei e dos estatutos, são convocados todos os accionistas desta sociedade para se reunirem em assembleia geral ordinária, às 21 horas do dia 26 do corrente mês de Novembro, na sede social, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciar, discutir, aprovar ou modificar o balanço, relatório e contas da administração e o parecer do conselho fiscal relativos ao exercício de 1978;
- 2) Discutir e deliberar sobre alteração do artigo 19.º do pacto social, e de outros artigos que no decorrer da assembleia venham a ser propostos à mesa;
- 3) Eleição dos corpos gerentes para o triénio de 1980 a 1982.

Não comparecendo número suficiente de accionistas que representem, pelo menos, 51 % do capital social, fica desde já feita a segunda convocação para o próximo dia 5 de Dezembro,

no mesmo local e à mesma hora, funcionando a assembleia, neste caso, com qualquer número de accionistas, representem ou não mais de 50 % do capital social.

Lisboa, 8 de Novembro de 1979. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *José Maria Nobre Santos*. 1-0-10 244

OLIVETTI PORTUGUESA, S. A. R. L.

Capital social: 19 000 000\$

Praça do Marquês de Pombal, 14, 4.º — Lisboa

É convocada a assembleia geral extraordinária da Olivetti Portuguesa, S. A. R. L., a reunir na sua sede social, em Lisboa, na Praça do Marquês de Pombal, 14, 4.º, no dia 3 de Dezembro próximo, pelas 11 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte matéria:

Alterar a composição dos corpos directivos: administração, mesa da assembleia geral e conselho fiscal.

Lisboa, 7 de Novembro de 1979. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Ernesto Pereira de Almeida*. 1-0-10 253

EMIL — EMPRESA DE MINERAÇÃO, S. A. R. L.

Assembleia geral extraordinária

CONVOCAÇÃO

Convoco os Srs. Accionistas desta sociedade para se reunirem em assembleia geral extraordinária, no próximo dia 30 de Novembro, pelas 15 horas, na sua sede, com a seguinte

Ordem do dia

- 1.º Apreciação do pedido de demissão dos corpos gerentes;
- 2.º Eleição de novos corpos gerentes, caso seja aceite a demissão dos anteriores.

Porto, 23 de Outubro de 1979. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Francisco Baptista Russo Belo*. 1-1-3196

SOLVERDE — SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS TURÍSTICOS DA COSTA VERDE, S. A. R. L.

Capital: 98 000 000\$

Dividendos do exercício de 1978

Avisam-se os Srs. Accionistas de que, a partir do dia 6 de Novembro de 1979, estão em pagamento os dividendos de 1978, de 100\$ por cada acção, cativos de impostos.

A importância líquida a receber é de:

Acções ao portador — 79\$544.
Acções nominativas — 78\$544.

Chamamos a atenção das instituições bancárias de que os dividendos em pagamento já se referem ao novo capital social, independentemente de ainda não terem sido entregues as novas acções.

Informamos os Srs. Accionistas de que, no acto do pagamento destes dividendos, deduziremos a quantia de 28\$75 por cada acção nova, referente ao imposto de mais-valia pelo aumento do capital social, de 14 000 000\$ para 98 000 000\$, por incorporação de reservas.

Espinho, 1 de Outubro de 1979. — A Administração: *Hélder Ribeiro da Silva* — *José Luis Rodrigues Augusto*. 1-1-3197

GAZETA DAS ALDEIAS, S. A. R. L.

Capital: 250 000\$

Sede: Avenida dos Aliados, 66-2.º — Porto

Assembleia geral extraordinária

A requerimento do conselho de administração, convoco os Srs. Accionistas para se reunirem, em assembleia geral extraordinária, na sede social, no dia 29 de Novembro próximo futuro, pelas 16 horas, para deliberar sobre o artigo 13.º dos estatutos.

Porto, 27 de Outubro de 1979. — O Presidente da Assembleia Geral, *Stênio Pinto de Mesquita*. 1-6-1091

COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA UNIÃO TRABALHADORA ZAMBUJALENSE

CONVOCATÓRIA

De acordo com o artigo 25.º dos estatutos desta Cooperativa, convoco todos os sócios desta a reunirem-se em assembleia geral extraordinária no próximo dia 25 de Novembro, pelas 21 horas, no salão da Associação Zambujalense.

Ordem de trabalhos

- 1.º Informações;
- 2.º Eleição e tomada de posse dos novos corpos sociais.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Domingos Marques Dionísio*. 1-0-10 214

IMAVOX — SOM E IMAGEM, S. A. R. L.

Assembleia geral extraordinária

Em cumprimento do deliberado na assembleia geral extraordinária de 31 de Outubro de 1979 e nos termos do n.º 1 do artigo 15.º dos estatutos da empresa, convoco os Srs. Accionistas a reunirem-se em assembleia geral extraordinária no dia 27 do corrente mês de Novembro, pelas 18 horas, na sede social, à Avenida do Conselheiro Fernando de Sousa, 19, 4.º piso, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Análise do relatório da comissão de inquérito;
- 2) Estudo de soluções a adoptar;
- 3) Eleição de novos corpos gerentes;
- 4) Remuneração dos corpos gerentes.

Lisboa, 7 de Novembro de 1979. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *José Garcia dos Santos Marques de Freitas*. 1-0-10 216

SOCIEDADE IMPORTADORA DO LIMA, L.ª

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Srs. Associados para a assembleia geral extraordinária a realizar no dia 15 do próximo mês de Dezembro, pelas 15 horas, na sede social, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Deliberar sobre a proposta de aumento de capital apresentada pela gerência.

Viana do Castelo, 26 de Outubro de 1979. — O Gerente, *Manuel de Passos Rodrigues da Cunha Teixeira*. 1-1-3195

CARDOL

FÁBRICA DE RESINAS CARDÓLICAS, S. A. R. L.

Capital: 3 000 000\$

Rua de Artilharia Um, 46, rés-do-chão, esquerdo — Lisboa

Assembleia geral extraordinária

CONVOCAÇÃO

Nos termos do artigo 18.º dos estatutos e a pedido do conselho de administração, é convocada para o dia 30 de Novembro de 1979, pelas 16 horas, na Rua de Artilharia Um, 46, rés-do-chão, esquerdo, em Lisboa, a assembleia geral extraordinária da Cardol — Fábrica de Resinas Cardólicas, S. A. R. L., com a seguinte ordem de trabalhos:

Deliberar sobre o pedido de exoneração apresentado por membros do conselho de administração e, eventualmente, proceder à eleição de novos administradores; apreciar e decidir sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade.

Lisboa, 7 de Novembro de 1979. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Sebastião José da Cruz Fernandes Gerálides Barba*. 1-0-10 230

AEURONOVA — SOCIEDADE AGRO-TURÍSTICA, S. A. R. L.ª

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos estatutos, convoco a assembleia geral extraordinária desta Sociedade para reunir no dia 30 de Novembro do corrente ano, pelas 18 horas, na sede social, Quinta da Marinha, casa 25, em Cascais, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciar e deliberar sobre o pedido de demissão de um membro do conselho fiscal;
- 2) Eleger e fixar a remuneração do novo membro do conselho fiscal;
- 3) Discutir a alteração parcial dos estatutos;
- 4) Apreciar quaisquer outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Cascais, 30 de Outubro de 1979. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Fernando Maria Burnay de Almeida Belo*. 1-0-10 232

COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA

11 DE OUTUBRO, S. C. R. L.

S. João da Madeira

Assembleia geral ordinária

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do artigo 24.º dos estatutos, convoco VV. S.ªª para uma assembleia geral ordinária, a realizar no dia 16 de Novembro de 1979, pelas 21 horas, na escola preparatória (junto a CP), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Informações;
- 2.º Eleição dos corpos sociais para o biénio de 1979-1981.

Se à hora marcada não houver número de associados suficientes, a assembleia geral funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de sócios.

S. João da Madeira, 19 de Outubro de 1979. — O Presidente da Assembleia Geral, *Abel António Simão*. 1-1-3209

LEILÃO DE PENHORES

A Caixa Auxiliar de Crédito A Garantia avisa de que irá proceder, na Rua de Costa Cabral, 292, Porto, nos dias 17, 18, 19, 20 e 21 de Dezembro próximo, das 14 às 18 horas, ao leilão dos penhores cujos juros se encontrem em atraso mais de três meses.

Porto, 2 de Novembro de 1979. — A Co-Proprietária, *Maria Amélia Nogueira Eugénio*. 1-1-3198

Rectificação Na súmula do certificado de constituição do pacto social da sociedade Santos, Ramos & Félix, L.ª, inserto a p. 11 901 do *Diário da República*, 3.ª série, n.º 247, de 25 de Outubro de 1979, onde se lê: «Arminda Joaquina Ramos Borrego», deve ler-se: «Carmina Joaquina Ramos Borrego». **

Rectificação No aviso da Câmara Municipal do Funchal, publicado a p. 12 229 do *Diário da República*, 3.ª série, n.º 254, de 3 de Novembro de 1979, onde se lê: «... do lugar, remunerado com 9800\$ (letra Q), de canalizador de 1.ª classe ...», deve ler-se: «... do lugar, remunerado com 9800\$ (letra Q), de catalogador de 1.ª classe ...». **

Rectificação Na súmula do certificado de alteração do pacto social da sociedade Sérgio & Palma, L.ª, inserto a p. 10 176 do *Diário da República*, 3.ª série, n.º 217, de 19 de Setembro de 1979, onde se lê: «... Luís Raul Matos Palma, Alfredo Raul Matos Palma e Sérgio Barros de Assunção ...», deve ler-se: «... Luís Raul Matos Palma, Alfredo Raul Matos Palma e Sérgio Barros de Assunção ...». **